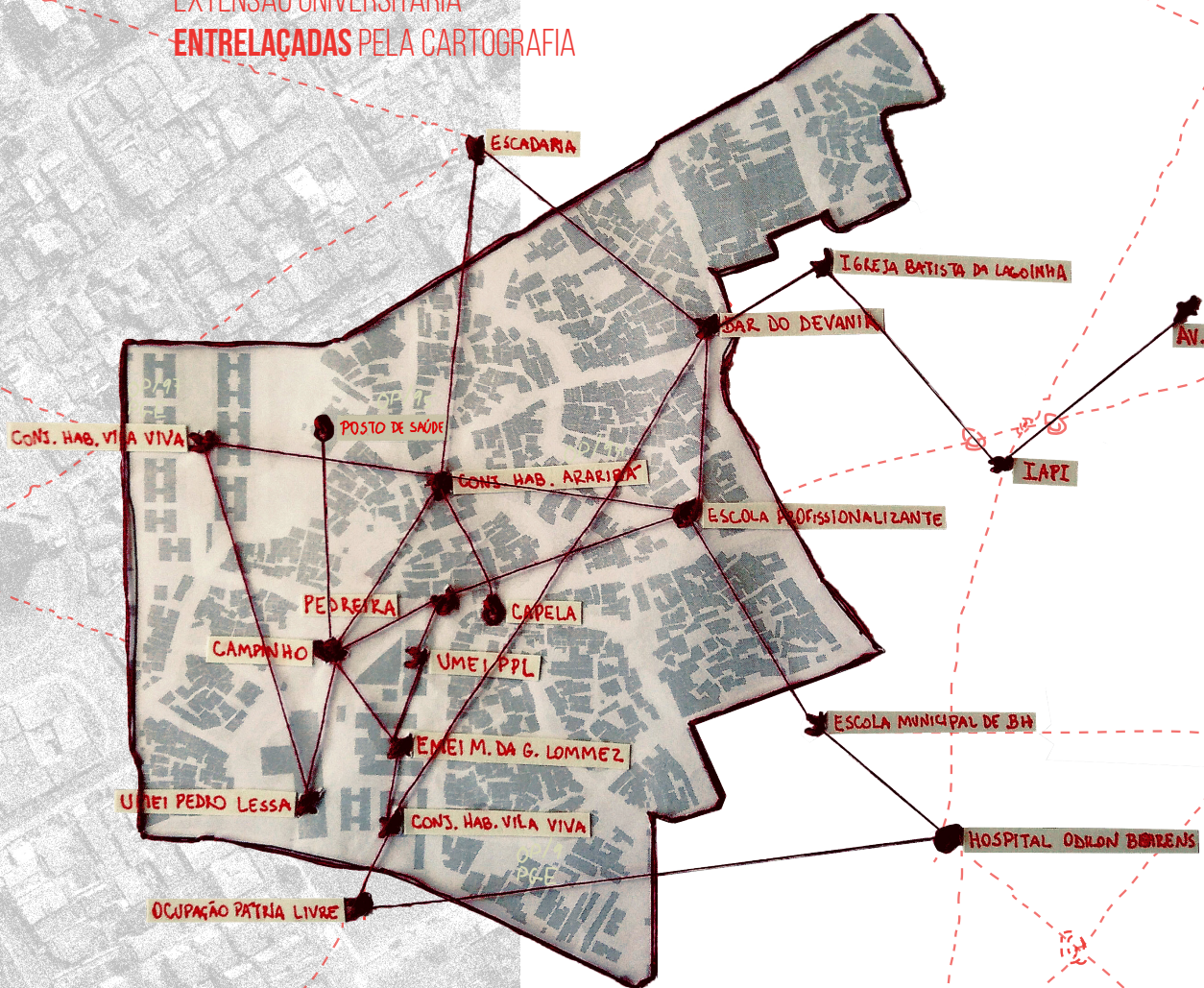
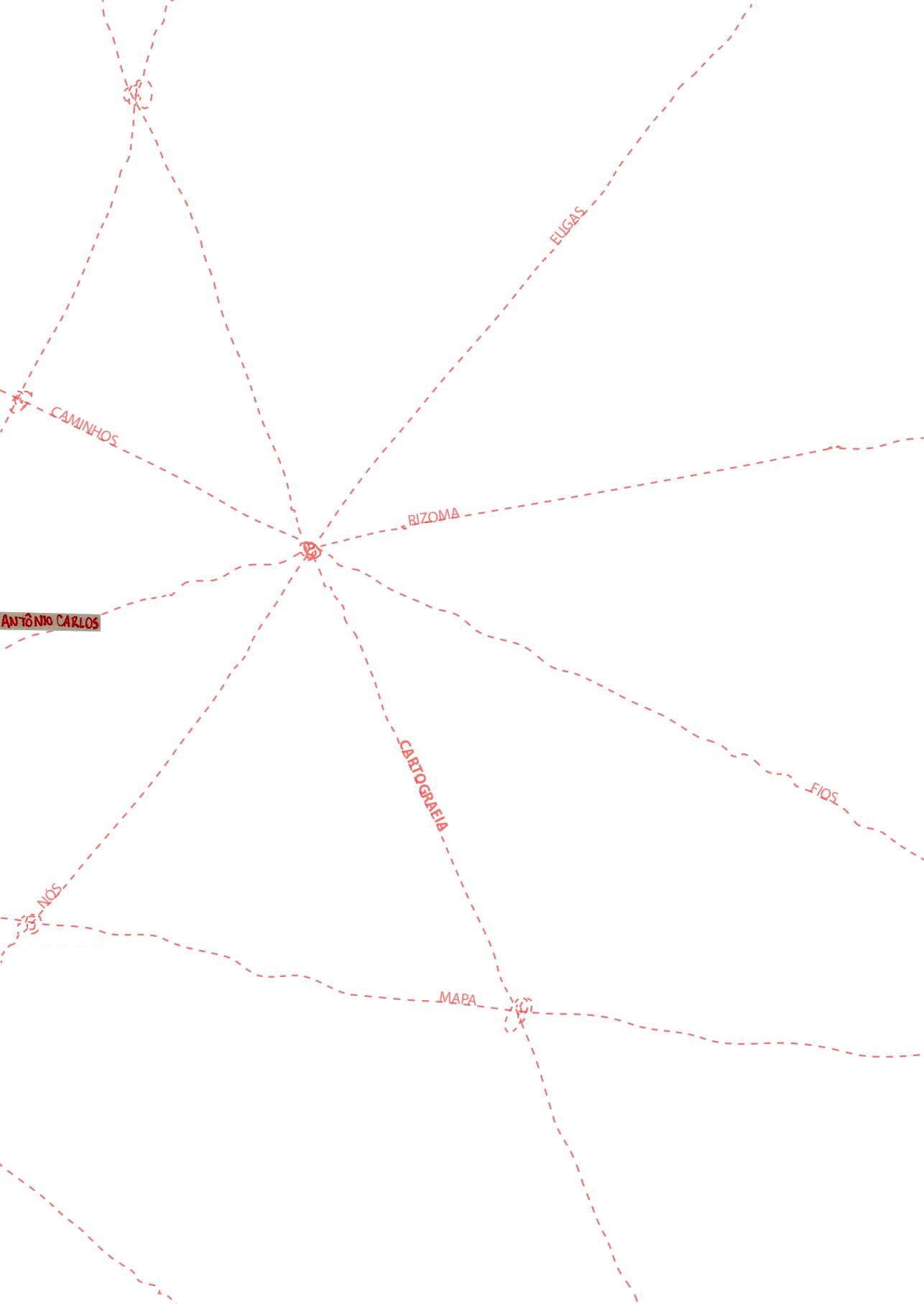


CADERNO CARTOGRÁFICO NA PEDREIRA PRADO LOPES:

URBANIZAÇÃO DE FAVELA E
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
ENTRELAÇADAS PELA CARTOGRAFIA





B

CAMINHOS

ANTONIO CARLOS

MOS

MAPA

BIZOMA

EUGIAS

CARDOBAEIA

FIQS

este trabalho é fruto de **investigações, afeto, incentivo e parcerias:**

universidades:



ensino, pesquisa e extensão:



indisciplinar
grupo de pesquisa | cnpq-ufmg

ind.lab
laboratório nômade do comum

territórios populares

urbanismo biopolítico

P SANTOCEBRIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ecopolítica e cidades

cursos:



parceiros:

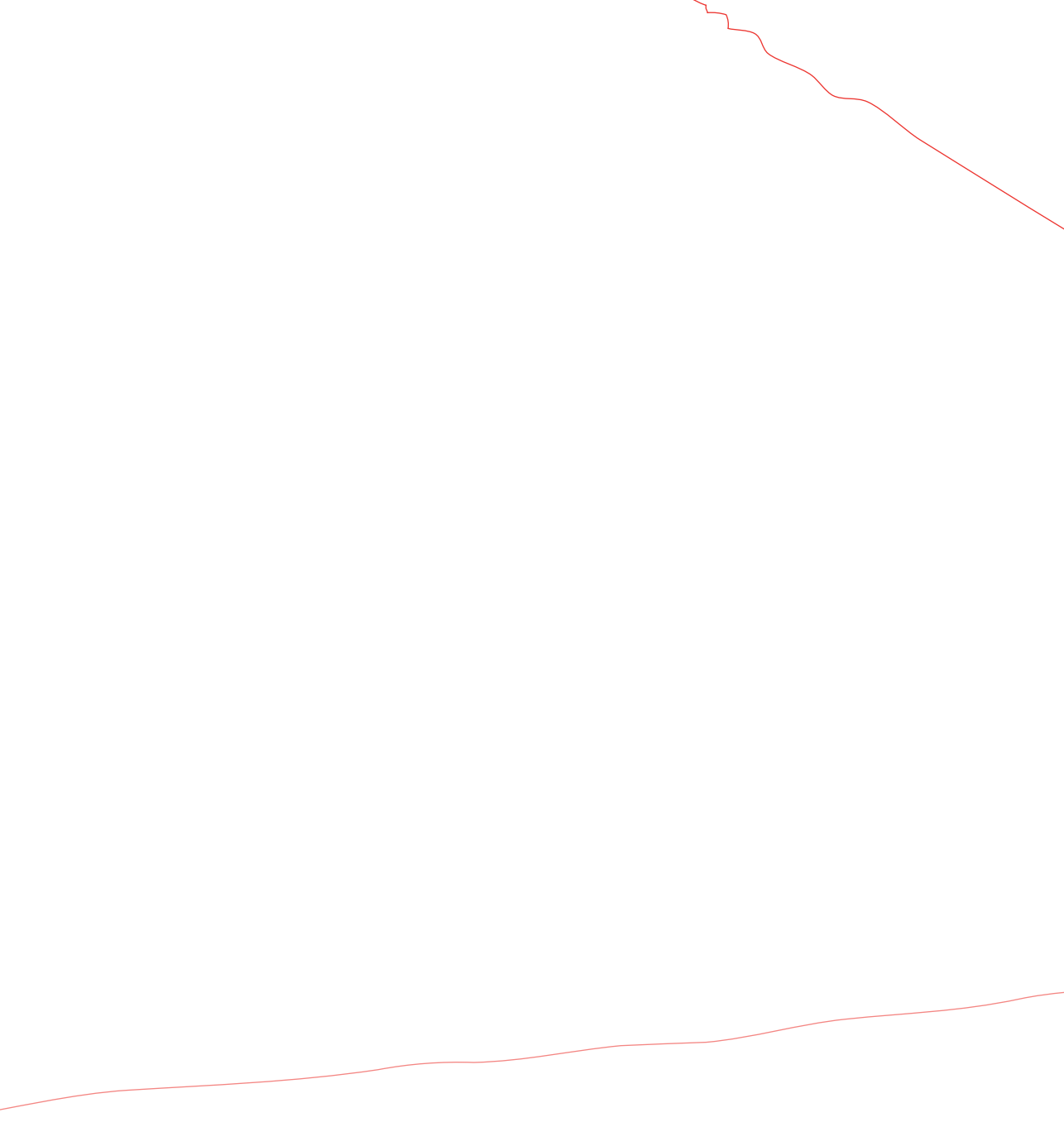


trabalho de conclusão de curso
arquitetura e urbanismo
universidade federal de santa catarina

susan oliveira, graduanda

marina toneli (ufsc), orientadora
natacha rena (ufmg), co-orientadora

florianópolis, novembro de 2021



*“Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa **confiança no povo**. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.”*

Paulo Freire

CARTOGRAFIA NA PEDREIRA PRADO LOPES:

URBANIZAÇÃO DE FAVELA E
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
ENTRELAÇADAS PELA CARTOGRAFIA

TCC UFSC, ARQ E URB
SUSAN OLIVEIRA, GRADUANDA
MARINA TONELLI, ORIENTADORA
NATACHA RENA, CO-ORIENTADORA

SUMÁRIO

09.....**DE CORAÇÃO E ALMA: MUITO OBRIGADA!**

13.....**SIGLAS E ABREVIACÕES**

19.....**CADERNO CARTOGRÁFICO EM MOVIMENTO:
PROCESSOS, AFETOS E TRANSFORMAÇÃO**

24.....O método no Caderno Cartográfico

30.....Por que trazer a história da urbanização da PPL?

32.....Leitura processual: partes e atravessamentos

33.....No que este Caderno Cartográfico se propõe contribuir?

PARTE 1

37.....**MAPA DE LEITURA PARTE 1**

1

41.....**CONTO: A CAIXA DE MEMÓRIAS**

2

51.....**CARTOGRAFIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO TERRITÓRIO**

3

60.....caixa teórica - A indissociabilidade do tripé acadêmico

69.....caixa teórica - Afinal, o que é extensão universitária?

82.....caixa teórica - Prática extensionista na formação cidadã

89.....caixa teórica - Extensão universitária na formação de arquitetos e urbanistas
e a função social da profissão

PARTE 2

105.....**MAPA DE LEITURA PARTE 2**

4

107.....**4.1** De quem são as vozes locais?

111.....**4.2** Como ler a Parte 2?

115.....**QUEM É A PEDREIRA PRADO LOPES?** **5**

134.....caixa transescalar: Desigualdade social na origem do planejamento urbano no Brasil

147.....caixa transescalar: Industrialização do Brasil e o crescimento da cidade informal

163.....**MOBILIZAÇÃO POPULAR NA PPL E AS PRIMEIRAS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM BELO HORIZONTE** **6**

169.....caixa transescalar: Planos tecnocráticos e a ampliação da segregação socioespacial nas cidades brasileiras

174.....caixa transescalar: Mobilização popular e a luta pela reforma urbana

186.....caixa transescalar: A participação na política pública como diretriz internacional

195.....**OP EM BH E A PPL:** **7**

EXERCÍCIO DE CIDADANIA E AS CONQUISTAS DA FAVELA

199.....caixa transescalar: Década de 1980: redemocratização e a institucionalização da participação popular nas gestões municipais

205.....caixa transescalar: Participação: conceito e o desenho institucional

243.....caixa transescalar: As políticas de urbanização de favela e participação popular na gestão federal petista

247.....**URBANIZAÇÃO DA PPL, SEUS DESDOBRAMENTOS E A REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA** **8**

250.....**8.1** OP, PGE E Vila Viva na PPL e as controvérsias cartografadas

278.....**8.2** Enfraquecimento do OP e o contexto atual da organização social na PPL

PARTE 3

293.....**A CARTOGRAFIA É CONTÍNUA** **9**

303.....**NOTAS DE FIM** **10**

321.....**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** **11**

The background is a solid red color. Overlaid on this are several thin, white, hand-drawn style lines that crisscross the frame in an abstract, organic pattern. These lines vary in thickness and direction, creating a sense of movement and depth.

DE CORAÇÃO E ALMA:
MUITO OBRIGADA!

DE CORAÇÃO E ALMA: MUITO OBRIGADA!

Este Caderno Cartográfico é permeado por afetos e muitas mãos, tanto em relação ao seu conteúdo quanto no processo de construção deste trabalho. Essa viagem cartográfica é aberta com um enorme, gigantesco, carinhoso, sensível e profundo: muito obrigada! De coração e alma.

Este trabalho é um resultado coletivo e de anos de crescimento junto à Universidade. O conteúdo aqui disposto está entrelaçado às pessoas, oportunidades e aprendizados que tive contato nos últimos anos e que me transformaram profundamente. Investigações, pesquisas, extensões, disciplinas, seminários, palestras, eventos, cursos, conversas e experiências vividas e construídas colaborativamente junto a muitos corações. O Caderno Cartográfico, ou TCC, existe porque é permeado por muitas vidas em movimento.

Agradeço imensamente à comunidade da Pedreira Prado Lopes, suas lideranças comunitárias, moradores e ao Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) que me proporcionaram uma das experiências mais enriquecedoras de minha trajetória acadêmica e pessoal. Valéria Borges, Robson da Costa Meira, Viviane, Jairo Moreira, Josélia

Nascimento, Sebastião Ambrósio, Ignez Nassif, Márcia, Inês, Simone, Helena, Cássia, os coordenadores da Ocupação Pátria Livre/MTD Débora, Vinícius, Letícia, as moradoras da Ocupação Neia, Leidiane, Nete, Soraia, Rosana, Fabiane, e tantos outros, muito obrigada!

Um agradecimento especial à Valéria Borges, moradora, liderança comunitária e militante do MTD, que abriu as portas de sua comunidade e é grande agenciadora e parceira querida na relação de troca entre PPL e Universidade. Assim como à Robson da Costa Meira, morador e líder comunitário, que é um grande parceiro na cartografia sobre o processo de urbanização ligado ao Orçamento Participativo na favela e na existência deste trabalho.

Além do MTD, também agradeço ao Levante Popular da Juventude, Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento Sem Terra (MST), movimentos populares ligados à Frente Brasil Popular que colaboraram expressivamente durante as disciplinas, investigações e extensões universitárias sobre a Pedreira e que participei junto ao Indisciplinar, assim como o Coletivo Alvorada.

Sou grata à minha orientadora, professora Marina Toneli Siqueira, por suas orienta-

ções dedicadas e atentas, e por ter aceitado com carinho e disposição a empreitada de me orientar a partir do TCC II com um trabalho já em andamento, mas permeado por diversas dúvidas, inseguranças e ideais que precisavam de amarrações. Agradeço à minha co-orientadora Natacha Rena, que também sou profundamente grata por ter me aberto tantas portas junto ao Indisciplinar e com seu amor, sua orientação minuciosa e sua amizade, ter me possibilitado viver algumas das melhores e mais enriquecedoras experiências da minha vida. Também coloco aqui o nome do professor Samuel Steiner, que me orientou durante o primeiro período deste TCC e que, desde o início de minha mobilidade na UFMG, incentivou e apoiou minhas andanças acadêmicas, assim como a professora Soraya Nóhr.

À UFSC e UFMG, duas instituições brasileiras de ensino público, gratuito e de muita qualidades, eu agradeço infinitamente por todas as oportunidades e pela excelente formação profissional e cidadã. Agradeço a cada um de seus professores, funcionários e técnicos que contribuíram para minha formação e pelas experiências de crescimento cidadão, profissional e pessoal. Assim como às pró-reitorias de pesquisa e extensão da UFSC (Proex e Propesq) e UFMG (PROEX e PRPQ); aos Programas de Pós-Graduação da UFMG (PACPS, NPGAU, PPGD); às agências de fomento à pesquisa (CAPES, CNPQ e FAPEMIG), e às demais entidades universitárias

que colaboraram no processo deste trabalho e de minha formação, como os parceiros ligados ao legislativo, deputado estadual Patrus Ananias (PT) e ao vereador Pedro Patrus (PT).

Agradeço o Programa de Educação Tutorial (PET), especificamente ao PET ARQ/UFSC, que me introduziu na vida acadêmica junto ao ensino, pesquisa e extensão, e que teve um papel fundamental na condução de minha graduação e na criação de laços e afetos que permanecem em todos os cantos do país. É claro, também agradeço ao grupo de pesquisa Indisciplinar que me recebeu de braços abertos e que me presenteou em tantos sentidos, com conhecimentos teóricos, técnicos, acadêmicos, práticos, sensíveis, afetuoso e de vida.

Agradeço às minhas famílias que construí e sigo construindo nessa vida. À minha mãe Josie, meus irmãos Juan, Dali e Ana, meu pai Marcelo e minha avó Mélia pelo amor e encorajamento em minhas escolhas singulares. À minha família presenteada pela arquitetura, Anastácia, Dalva, Ana-Schoenell, Marco, Lia, Anna Flávia, Lara, Cris, Tássia, Malu, Virso, Isa e Frantesco. Às minhas famílias mineiras, Gi, Mariza, Ana, Davi, Laurinha, Cami, Lorraine, Lorena, Dressa, Kris, Edi, Carol, e indisciplinar com amores, amigos, colegas e parceiros de pesquisa e de vida, Maíra, Henrique, Natacha, Dan, Anderson, Gabi, Carol, Marcela, Bel, Gisela, Marília, Bárbara e Saulo. E a minha recente família baiana, Iaiá, Dan, Lua, Dino,

Lud, Davy, Gui, Dudu, Xande, Taís, Dona Maria e Taboca, que me acolheram com um amor e carinho igual a um membro de longa data.

Finalmente, agradeço aos amigos queridos que participaram deste intenso momento de finalização de ciclo, Dalva, Marco, Gi, Henrique, Maíra, Dan, Iaiá, que fizeram a leitura e contribuições em meus textos. À Ana pela produção de imagens, diagramas, ao Anderson e Maria por terem me ajudado imensamente com a diagramação e a todos que colaboraram de outras formas com seus olhares e visões. Este é um Caderno coletivo.

The background is a solid red color. Overlaid on this are several thin, white, irregular lines that intersect and curve across the page, creating an abstract, organic pattern.

SIGLAS E ABREVIACÕES

SIGLAS E ABREVIações

AEIS

Área de Especial Interesse Social

ARQUISUR

Associação de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul

ASMARE

Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável

ATHIS

Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social

AVSI

Associação Voluntários para o Serviço Internacional

BH

Belo Horizonte

BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH

Banco Nacional de Habitação

CASA

Companhia Auxiliar de Serviços de Administração

CAU

Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CCOP

Laboratório Transversal: Centros Culturais e Cartografia do Orçamento Participativo

CDPCM - BH

Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

CEBs

Comunidades Eclesiais de Base

CHISBEL

Coordenadoria de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte

CLAA

Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação

CCLAO

Cultural Liberalino Alves de Oliveira

CMH

Conselho Municipal de Habitação

COHAB

Companhia de Habitação Popular

COMFORÇA

Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento

COP I

Disciplina Cartografia do Orçamento Participativo em BH I

COP II

Disciplina Cartografia do Orçamento Participativo em BH II

COPASA

Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPPOPBH

Pesquisa Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte

DAC

Diretoria de Ação Cultural da UFMG

DBP

Departamento de Bairros Populares

DF

Distrito Federal

EAD

Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG

EBA

Escola de Belas Artes da UFMG

ECO-92

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

ENANPUR

Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

ENAPET

Encontro nacional dos grupos PET

FAMOBH

Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas

FAUUSP

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FBP

Frente Brasil Popular

FD

Faculdade de Direito da UFMG

FMHP

Fundo Municipal de Habitação Popular

FNRU

Fórum Nacional de Reforma Urbana

FTFBH

Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte

GTZ

Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit

GR

Grupo de Referência

IAPI

Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEx

Instituto De Ciências Exatas da UFMG

ICOMOS

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IES

Instituições de Ensino Superior

IFMG

Instituto Federal de Minas Gerais

INTERPET

Encontro dos grupos PET de Santa Catarina

IPHS

International Planning History Society

IPPUR

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

LabCidade

Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade

MCMV

Minha Casa Minha Vida

MEC

Ministério da Educação

MLB

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MNRU

Movimento Nacional pela Reforma Urbana

MPL

Movimento Passe Livre

MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD

Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

PA

Programa Alvorada

PAC

Programa de Aceleração do Crescimento

PBH

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PET

Programa de Educação Tutorial

PF

Pastoral de Favelas

PGE

Plano Global Específico

PIB

Produto Interno Bruto (PIB)

PMHP

Política Municipal de Habitação Popular

PNDU

Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNE

Política Nacional de Extensão Universitária

PPL

Pedreira Prado Lopes

PROAS

Programa de Assentamento

PRODECOM

Programa de Desenvolvimento da Comunidade

PROFAVELA

Programa Municipal de Regularização de Favelas

PROMORAR

Programa de Erradicação de Subhabitação

PT

Partido dos Trabalhadores

PUB

Plataforma Urbanismo Biopolítico

PVV

Programa Vila Viva

ONG

Organização não governamental

ONU

Organização das Nações Unidas

ONU HABITAT

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

OP

Orçamento Participativo

OPL

Ocupação Pátria Livre

OPH

OP Habitação

OPR

OP Regional

SFH

Sistema Financeiro da Habitação

SHRU

Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana

SMH

Sistema Municipal de Habitação

SUB

Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico

SULPET

encontro dos grupos PET da Região Sul

TGC

Território de Gestão Compartilhada

TP

pesquisa Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras

TP I

disciplina Territórios Populares I

UDC

União da Defesa Coletiva

UFAL

Universidade Federal do Alagoas

UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina

UnB

Universidade de Brasília

UPs

Unidades de Planejamento

UPM

Universidade Presbiteriana Mackenzie

URBEL

Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

UTP

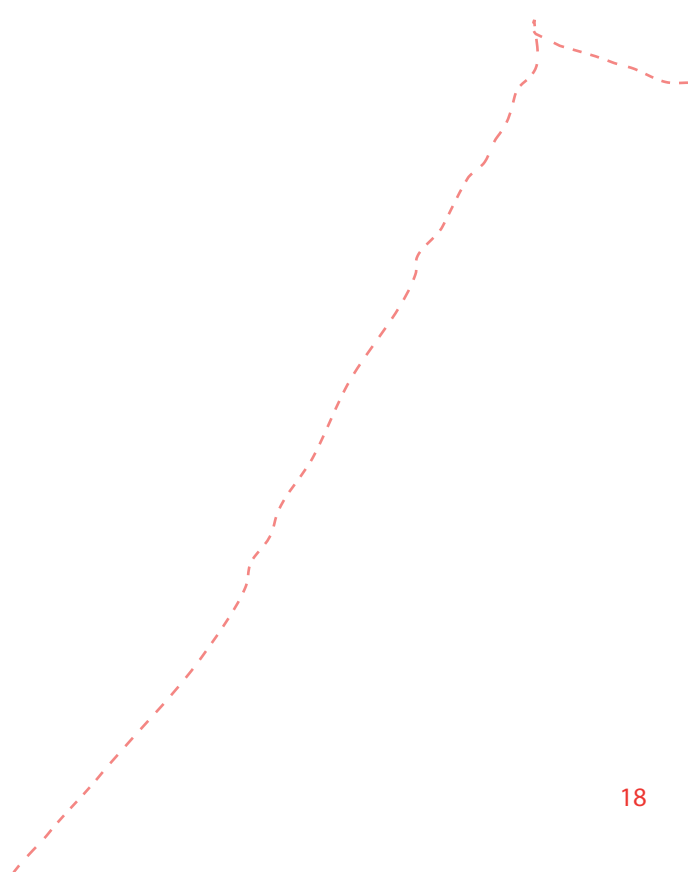
União dos Trabalhadores de Periferia

VAC

Verão de Arte Contemporânea

ZEIS

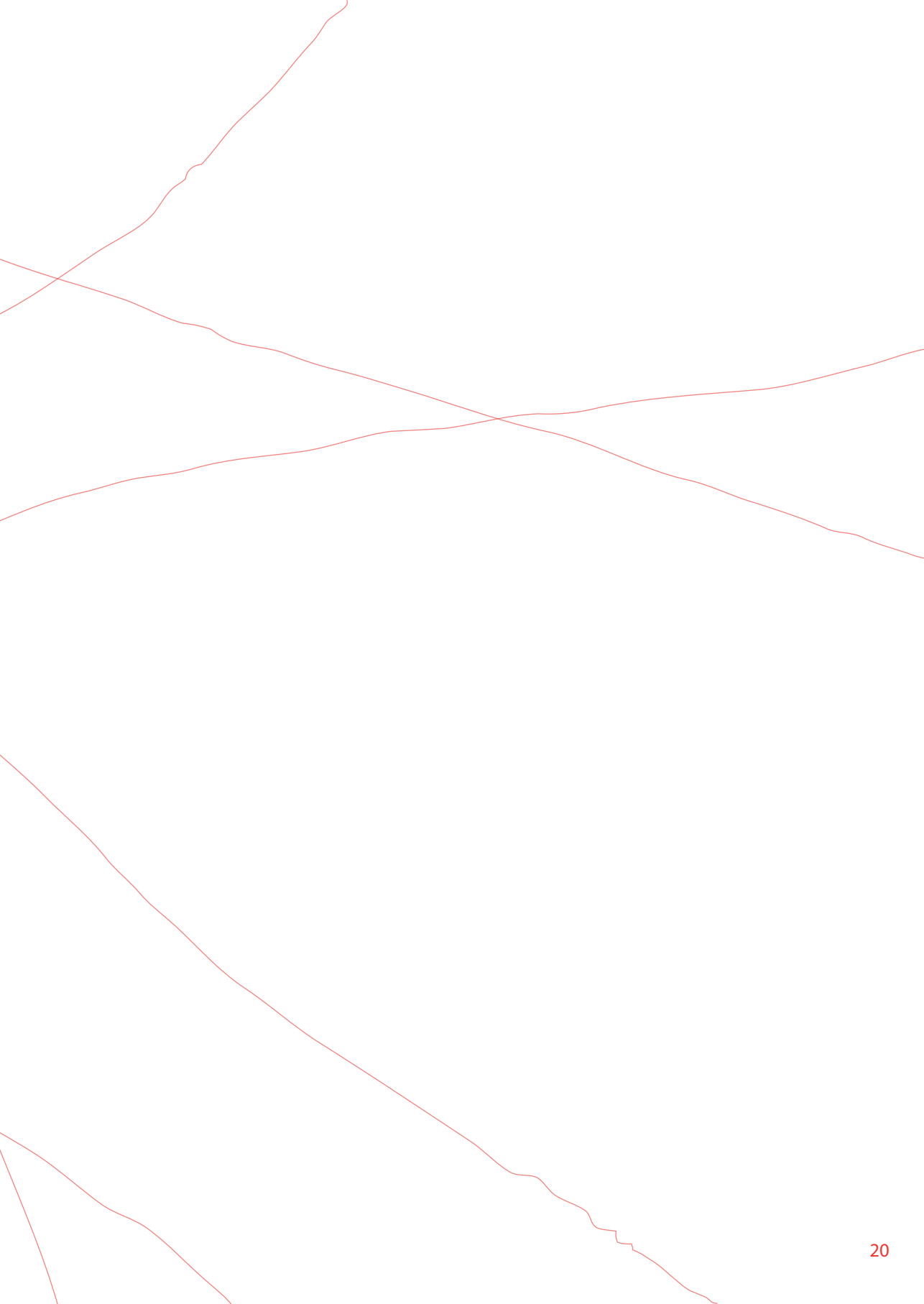
Zona Especial de Interesse Social



The background of the page is a complex, abstract network of thin red lines. These lines intersect and cross each other in various directions, creating a web-like structure that resembles a map or a network diagram. The lines are of varying lengths and orientations, some forming closed loops and others extending across the page. The overall effect is one of dynamic movement and interconnectedness.

CADERNO CARTOGRÁFICO EM ***MOVIMENTO:***

PROCESSOS,
AFETOS E TRANSFORMAÇÃO



CADERNO CARTOGRÁFICO EM **MOVIMENTO:**

PROCESSOS,
AFETOS E TRANSFORMAÇÃO

Olá, que bom ter a sua companhia nesta leitura.

Me chamo Susan Oliveira e este caderno cartográfico faz parte de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Caderno Cartográfico na Pedreira Prado Lopes: urbanização da favela e extensão universitária entrelaçadas pela cartografia”, do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Acredito que a atuação universitária na vida real, no cotidiano, abre infinitas portas, perspectivas e afetos para a troca de saberes e experiências. Em minha formação, enquanto futura arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tive a maravilhosa oportunidade de

atuar com a universidade fora de seus muros, tendo o contato com a vida de quem constrói o “outro lado” da história em meio à luta e resistência por cidades mais democráticas, justas e inclusivas. A extensão universitária possibilita articular o conhecimento teórico e técnico com a prática, com a ação e construção conjunta entre sociedade e Universidade. Para os estudantes de arquitetura e urbanismo, a práxis via extensão proporciona uma visão crítica em relação a atual produção espacial das cidades que reforça a desigualdade social e deixa nítida a importância da função social de minha futura profissão.

Morei em Belo Horizonte entre os anos de 2018 e 2020 e, durante esse tempo, tive a oportunidade de participar de atividades universitárias ligadas ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar/ UFMG. Pude mergulhar cartograficamente na Pedreira Prado Lopes por meio: das pesquisas extensionistas “Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras (TP)”¹ e “Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte (CPPOPBH)”² ou simplesmente Cartografia do OP em BH; das extensões universitárias “Geopolítica”³ e “Cidades e Urbanismo Biopolítico”⁴, ligadas ao programa de extensão IndLab; das disciplinas universitárias “Territórios Populares I, II e III”, “Pflex Arquitetura Desobediente” e “Cartografia do

Orçamento Participativo em BH I e II”⁵; assim como do grupo de estudo sobre a Região da Lagoinha (GE- Lagoinha)⁶ (essas experiências serão abordadas na Parte 1).

Durante esse mergulho cartográfico na PPL me envolvi em relações de pesquisa, afetos, sensações, experimentações e construções coletivas vinculadas ao grupo de pesquisa e ao território investigado, ou seja, um encontro alegre, nas palavras de Deleuze, em que “o corpo que o afeta é indicado como compondo a relação dele com a sua, ao invés da relação dele decompor a sua. Desde então, alguma coisa o conduzirá a formar a noção do que é comum ao corpo que o afeta e ao seu, à alma que o afeta e à sua. Nesse sentido, a alegria torna inteligente” (DELEUZE, 1978, apud. MAYER, 2020, p.36).

Diferente da atuação clássica da ciência moderna em que a Universidade se propõe a “iluminar” a comunidade, sugar seus dados e formas de vida para produzir um conhecimento distante da realidade social e prática dessas pessoas, a extensão universitária atua como resistência dentro das Universidades (MIRANDA, RENA, 2016) visando práticas democráticas e inclusivas quando promovidas em sua função dialógica, horizontal e transformadora (FREIRE, 1992). Aliada à cartografia e à formação de futuros profissionais da arquitetura e urbanismo, essa prática permite a troca entre estudantes

e sociedade e amplia a prática do arquiteto para não ficar somente na relação com as demandas do Estado ou do mercado, mas que incluam a vida cotidiana dos moradores de todos os territórios.

É importante destacar as bases coletivas em que se apoia este trabalho final de graduação. Comecei a investigar a PPL em 2018 junto ao grupo Indisciplinar em um processo de construção coletiva, militante, política e de caráter indissociável entre pesquisa, ensino e extensão tendo como base de pesquisa o Método Cartográfico Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias, que vem sendo construído pelo grupo nos últimos anos (abordarei em seguida). A produção deste TCC se vincula diretamente a esse processo coletivo com o acesso aos materiais produzidos anteriormente, às complexidades cartografadas, às relações criadas, às trocas desenvolvidas, aos envolvimento com colegas de pesquisa, do grupo Indisciplinar, com parceiros das pesquisas extensionistas e representantes da PPL, assim como dá continuidade a essa cartografia com: a análise transescalar da urbanização da PPL via OP, trazendo o outro lado da “verdade” histórica a partir da voz dos moradores com narrativas locais; produção de mapas; colagens; linha do tempo; diagramas; textos sensíveis e cartográficos como o conto “A caixa de Memórias”; com a referência de links com as produções anteriores sobre a cartografia

desenvolvida na PPL e também com as fanpages dos parceiros deste trabalho e do processo extensionista realizado até aqui.

Bem, mas sobre o que se objetiva este caderno cartográfico exatamente? Com este trabalho proponho o encontro possível entre a demanda dos próprios moradores e lideranças⁷ da favela Pedreira Prado Lopes (PPL) e os meus interesses enquanto estudante, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Indisciplinar⁸ e futura arquiteta. Sendo assim, este trabalho possui dois objetivos gerais, os quais não se sobrepõem e possuem a mesma importância, que são: (i) visibilizar a história de luta da favela PPL e de seu processo de urbanização, conquistado com muita luta, mobilização, trabalho de base e resistência popular; e (ii) abordar a importância da extensão universitária na formação de futuros arquitetos e urbanistas que sejam mais conscientes e responsáveis social e politicamente na produção espacial das cidades brasileiras que segregam e excluem.

Trazer de forma inseparável os assuntos sobre o papel da extensão universitária na formação cidadã e a história da urbanização da PPL significa a abordar a indissociabilidade universitária entre o ensino, pesquisa e extensão, neste caso, desenvolvidos via extensão-cartográfica na favela com seus moradores, pesquisadores do Indisciplinar e alunos da Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG (EAD). Sendo a extensão a

prática social da Universidade conectada às demandas reais e à produção compartilhada de conhecimento que visa à transformação, a cartografia tem então um espaço privilegiado de atuação junto a esse pilar acadêmico. Isso porque a teoria e a prática são entrelaçadas e se produz uma investigação científica horizontal, comprometida com a produção de um conhecimento político, social, criativo e compartilhado, que explore as complexidades e produza a construção de novas subjetividades - a transformação social.

Por fim, este Caderno Cartográfico está em movimento porque trata de experiências, de pessoas, redes, agrupamentos e desagrupamentos que ocorrem constantemente, não em um tempo fixo, mas nas histórias que continuam a serem criadas. Porque tem vida, está em movimento e é construída a cada passo, a cada dia, e por muitas mãos e corações. Ele não tem fim; é parte de um processo que, neste caso, se relaciona à finalização de um maravilhoso ciclo de graduação e também à história da Pedreira Prado Lopes e sua população, que vive, resiste e que segue, diariamente, em defesa de seus direitos. Para mim, a cartografia consegue exprimir e agrupar todos esses desejos, demandas e narrativas: ela é a atuação no tempo real, o mapeamento da vida, da luta e da rede que conecta e une saberes, conhecimentos e forças.

O MÉTODO NO CADERNO CARTOGRÁFICO

Na perspectiva cartográfica, pesquisa é vida e, se a vida é de luta, a pesquisa não haveria de ser diferente. Assim, este trabalho é também expressão de vida
(MAYER, 2020b, p.26)

Sendo um caderno cartográfico, desde a concepção até o produto final gerado em forma da TCC, o conceito de cartografia está presente e atua como condutor na elaboração deste trabalho. Importante explicar que o conceito de cartografia aqui utilizado não se refere à cartografia da geografia clássica territorial, a qual procura representar as características sociais e espaciais de um território a partir de uma imagem, que representa um fragmento do local estudado por meio de mapa estático. O termo cartografia aqui é utilizado segundo o conceito trazido por Deleuze e Guattari (1995), que se relaciona à “tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual, criativo” (SÁ et al, 2014, p. 175).

Tendo o Método Cartográfico Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias⁹ como método de estudo utilizado nas investigações e processos colaborativos desenvolvidos na PPL

comentados anteriormente, assim como na realização deste trabalho, a cartografia não trata de buscar a comprovação ou a negação de teorias ou hipóteses, mas sim de complexificar, sobrepor o real, ampliar os questionamentos, os “atravessamentos e incertezas e atua como multiplicadora de contradições” (RAMIREZ, 2019, p. 28).

*Mais do que mapear, num sentido estático de representação da realidade, cabe à cartografia captar processualmente tais processos, rastrear movimentos e possíveis linhas de fuga, fluxos e relações, tentar organizar graficamente a complexidade do real, apreendendo sua dinâmica móvel, de modo rizomático, descentralizado, sem pretender contê-lo, favorecendo, no próprio exercício cartográfico, a constituição de redes e conexões entre os múltiplos pontos moventes dispostos no mapa. Em suma, “cartografar é acompanhar processos” [Passos, Kastrup e Escóssia, 2009, p.14] para fazer realidade, **transformá-la, mais que representá-la** (MAYER, 2020a, p.36, grifo nosso).*

Cartografar indisciplinarmente significa que buscamos a multiplicidade de conexões sem, necessariamente, ter um horizonte a ser alcançado, ou seja, “uma pesquisa que comece

pelo meio, sem buscar uma origem e nem mesmo um final. Isso porque o mundo contemporâneo, como se dá, não comporta uma análise linear e causal” (NOBRE, SCHOENELL, PORTO, 2020, p.38). Para isso, o método é transescalar, rizomático, genealógico e em platôs, o que significa que dialoga com os conceitos de cartografia e rizoma propostas por Deleuze e Guattari (1995), o conceito de genealogia de Michel Foucault (1979), de transescalaridade proposto por Boaventura de Santos (2016) junto com a Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour (2012). A hibridação desses conceitos permite uma análise da produção do espaço urbano por meio das controvérsias que emergem dos diversos atores, humanos e não humanos, trazendo à tona suas contradições, diferenças, tensões e disputas de poderes entre os diversos campos de força¹⁰.

Não trago uma visão neutra sobre a investigação, sobre a Pedreira ou sobre os estudos e perspectivas quanto à produção urbana de nossas cidades. Baseada no método utilizado, essa produção contém valores na escolha - minha forma de perceber e conhecer o mundo, como as vivências me afetaram -, ou seja, são informações não-neutras, relacionadas a um processo de pesquisa cartográfica em que o pesquisador se afeta, se mistura e se conecta com a realidade investigada, com as disputas, com os diferentes interesses que atuam no local - poder público, setor privado e sociedade civil - e se torna mais um indivíduo dentro da rede que

constitui a história e os jogos de forças territoriais (BRITO; SÁ; BORGES; RENA, 2018). Essa forma de investigação está ligada à vida, à pesquisa ativista “inteiramente voltada para uma experimentação ancorada no real” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21) atua no ponto cego das lutas e entre as diversas escalas territoriais, complexificando os acontecimentos e identificando as controvérsias que envolvem diferentes interesses e sujeitos.

A cartografia enquanto método significa uma produção científica, social, prática, militante e engajada socialmente guiada pelo percurso, pelas demandas reais que surgem no caminho da pesquisa, logo, no tempo real das lutas e deve acompanhar os processos (POZZANA; KASTRUP, 2009). A cartografia como método “não busca desvelar o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente” (KASTRUP; PASSOS, 2013), pois a própria pesquisa é uma intervenção, uma vez que seu plano de atuação é a realidade que se apoia no saber da experiência e na experiência do saber em rede (PASSOS; BARROS, 2009). Uma produção desenvolvida em um rizoma com diferentes linhas de forças relacionadas a interesses e atores presentes no local de estudo.

Cartografar um território significa inserir-se na rede investigada e se tornar mais um ator na disputa: o pesquisador é indissociável do pesquisado e vice-versa. Nesse sentido, o

conhecimento produzido não é neutro (LOPES; RENA; SÁ, 2019), assim como a atuação política e intervencionista do pesquisador que, ao invés de se basear em um saber hegemônico e pré-estabelecido, alimenta-se de incertezas, questiona, complexifica a realidade e a investiga em tempo real, no ponto cego das lutas, em uma atuação política, acadêmica e militante que valoriza os processos e une a teoria à prática.

*O que a cartografia persegue, a partir do território existencial do pesquisador, é o rastreamento das linhas duras, do plano de organização, dos territórios vigentes, ao mesmo tempo em que também **vai atrás das linhas de fuga, das desterritorializações, da eclosão do novo. Cartografar é mergulharmos nos afetos que permeiam os contextos e as relações que pretendemos conhecer, permitindo ao pesquisador também se inserir na pesquisa e comprometer-se com o objeto pesquisado, para fazer um traçado singular do que se propõe a estudar.** Nesse sentido, a cartografia tem como eixo de sustentação do trabalho metodológico a invenção e a implicação do pesquisador, uma vez que ela baseia-se no*

pressuposto de que o conhecimento é processual e inseparável do próprio movimento da vida e dos afetos que a acompanham (Rolnik, 1989). [...] Na implicação do pesquisador é que se encontra um dos mais valiosos dispositivos de trabalho no campo. É a partir de sua subjetividade que afetos e sensações irrompem, sentidos são dados, e algo é produzido (Romagnoli, 2009, p.171, grifo nosso).

Sendo o pesquisador indissociável do pesquisado, a realidade cartografada se altera à medida que a investigação ocorre, pois quem pesquisa também interfere, modifica e constrói a complexidade investigada. Da mesma forma que a realidade, que está sujeita ao jogo de forças dispostos no rizoma, em rede, sendo afetada e construída constantemente, com o cartógrafo ocorre o mesmo, sendo construído e reconstruído, territorializado e desterritorializado ao longo do processo investigativo. Sendo assim, um mapa produzido via cartografia não é neutro, pois é interferido por quem o constrói, envolvendo as subjetividades do pesquisador e do pesquisado.

O cartógrafo é parte da rede e dos jogos de forças presentes no território estudado, se envolve e se torna mais um ator, se torna parte da cartografia, eliminando o cará-

ter seu imparcial e neutro na disposição das informações no mapa (NOBRE, SCHOENELL, PORTO, 2020).

O objeto de estudo a ser cartografado se trata do real, que é móvel, cambiante, processual (RENA; SÁ; BRANDÃO, FRANZONI, 2016) e permeado por diversas correlações de forças, nós, emaranhados e fios soltos que o atravessam e criam conexões ou desconexões entre si, que interferem na produção espacial, nas relações e nas subjetividades dos territórios. Dessa forma, cartografar um território se trata de complexificar a realidade e também de produzir, coletivamente, novas subjetividades e formas de vida.

Nesse sentido, o mapa para a cartografia é uma das ferramentas utilizadas na apreensão e intervenção na realidade estudada. Ao perseguir as linhas de fuga - que, tendo como base uma realidade processual, transitória e em constante transformação, são infinitas -, o mapa para a cartografia é rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 1995), o que significa que pretende evidenciar por meio da experimentação não a realidade concreta ou uma única verdade, mas a multiplicidade, as conexões que são produzidas infinitamente. Ao contrário do decalque, que considera o mapa apenas como uma imagem fixa e que, dessa forma, determina hierarquias, neutraliza as informações e os jogos de força presentes no espaço inves-

tigado, o mapa faz parte do rizoma, que é aberto, infinito e conectável.

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. [...] Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida “competência” (Deleuze e Guattari, 2011, p.30).

Sendo o método cartográfico processual, experimental e não utilizado no tempo real, as ferramentas investigativas são adequadas a cada pesquisador e pesquisado, pois cada realidade cartografada é distinta, cada pesquisador é um e coloca suas percepções, sensações e subjetividades inseridas na cartografia, uma vez que, mais que analisar, a cartografia se coloca como prática política, militante contra as práticas do urbanismo ne-

oliberal, e propõe a produção de uma outra realidade, propõe a transformação (MAYER, 2020a). Neste trabalho, as ferramentas utilizadas na narrativa cartográfica (LOPES; RENA; SÁ, 2019) são os mapas, colagens, narrativas locais, linha do tempo com eventos transescalares relacionados à urbanização da PPL, links¹¹ para artigos, matérias em meios de comunicação, eventos, fanpages, blogs, entre outros.

Dentro desse contexto, a história de luta da favela pela sua urbanização e seu papel pioneiro na conquista de melhorias urbanas para as favelas de Belo Horizonte é narrada pela voz dos próprios moradores, tendo como base a cartografia desenvolvida sobre a PPL durante extensão universitária no território. A história tem várias verdades, cada uma é contada segundo seus interesses. A história hegemônica faz a manutenção de relações desiguais e das estruturas de poder, por isso aqui busco evidenciar o “outro lado” da história, a outra verdade, a verdade do cotidiano narrada principalmente pelas lideranças comunitárias Valéria Borges e Robson da Costa Meira, parceiros essenciais na realização da cartografia sobre a PPL realizada neste TCC e nos processos que o antecedem, como investigações, entrevistas e visitas guiadas no território.

A verdade, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável. E, além disso a questão da verdade, o direito que ela se dá de refutar o erro, de se opor à aparência, a maneira pela qual alternadamente ela foi acessível aos sábios, depois reservada apenas aos homens de piedade, em seguida retirada para um mundo de fora de alcance, onde desempenhou ao mesmo tempo o papel de consolação e de imperativo, rejeitada enfim como ideia inútil supérflua, por toda parte contradita – tudo isto não é uma história, a história de um erro que tem o nome de verdade? A verdade e seu reino originário tiveram sua história na história. Mal saímos dela, “na hora da sombra mais curta” quando a luz não parece mais vir do fundo do céu e dos primeiros momentos do dia. (FOUCAULT, 2015, p.13, grifo nosso).

Nesse sentido, a realização deste caderno cartográfico se relaciona à cartografia como método, buscando evidenciar informações históricas a partir da voz dos invisibilizados e da experiência com base na teoria da

genealogia do filósofo Michel Foucault (1979), neste caso, trazendo o conteúdo de uma forma acadêmica, artística, sensível, didática, processual e em movimento. Genealogia, segundo Foucault, se trata da investigação dos acontecimentos da vida cotidiana como uma alternativa de compreender a história, aquela que não se insere na narrativa hegemônica, porque é contada baseada em interesses, compreender as forças envolvidas nas narrativas da história, conhecer e abrir espaço para a visibilização de saberes e acontecimentos reais, tradicionais, da vida diária e que são ignorados pela abordagem da ciência moderna, ou seja, trazer as vozes dos invisibilizados pelo poder.

Sendo assim, a produção cartográfica é um “elemento importante para a ação política das comunidades, pois contribui de diversas maneiras: serve para dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos; fortalece organizações indígenas; e amplia o diálogo entre os povos indígenas e as instituições governamentais e não governamentais” (ACSELRAD; VIÊGAS; 2009, p.18).

A produção gráfica trazida neste Caderno Cartográfico não necessariamente tem relação com o espaço de forma concreta, então os afetos, a arte, as colagens de narrativa, também fazem parte do método utilizado. Nesse sentido, a estética é uma das bases para se produzir cartograficamente e é uma importante ferramenta na organização das informações cartografadas, em sua compreensão e visibilização de forma mais lúdica, dinâmica, processual e artística, pois se compreende que a “existência do mundo só se justifica como fenômeno estético” (NIETZSCHE, 2015, p. 16).

A elaboração de imagens, colagens, de um caderno visual e graficamente experimental, divertido, dinâmico é como um convite para uma leitura também processual, dinâmica, fluida, solta, cartográfica, experimental, acessível, interessante, e também histórica e política em relação à urbanização da PPL e do papel social da Universidade. Essa intenção cartográfica parte do processo de contribuir para a luta da comunidade e de sua história alcançar mais pessoas e de contribuir para novos caminhos, possibilidades e reflexões no sentido de uma produção espacial urbana mais justa, inclusiva e democrática.

POR QUE TRAZER A HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO DA PPL?

A Pedreira é uma das favelas mais antigas de Belo Horizonte. Sua trajetória é marcada por muita resistência e mobilização social para permanecer em seu local de origem e para exigir direitos e urbanização com justiça social. Em cada canto, em cada beco e em cada rua existem as marcas de uma comunidade que conduz sua própria história com pertencimento, amor e luta.

As memórias, assim como as identidades e os lugares são construções em constante transformação, resultantes das ações e das interações entre os sujeitos. Nesse sentido, pensar as relações entre memória, identidade e lugar significa compreender que estas se estabelecem a partir de relações sociais que se desenvolvem em meio às lutas, negociações, conflitos e consensos entre os sujeitos. [...] os registros das histórias e memórias das favelas devem possuir como princípio norteador a inclusão, a socialização e a democratização, sendo constituídos a partir da afirmação e resistência de distintos grupos sociais (NASCIMENTO et al., 2019, p.8).

A PPL é um exemplo de força popular e, por meio das narrativas locais, é possível conectarmos com essa potência, com a vida comunitária, com os laços, afetos e com a resistência presente nas raízes da favela. Tendo em vista que um mesmo acontecimento possui várias camadas e pode ser contado de diversas formas, aqui escolho trazer a história da urbanização da PPL pela voz de quem viu, viveu e experientia esse processo: os moradores e lideranças comunitárias. Proponho visibilizar o “outro lado” da história, o que não aparece nos documentos oficiais, mas, sim, na oralidade, na experiência de quem vive o cotidiano local, de quem tem suas gerações anteriores presentes na memória do território.

Também conhecida como PPL, a favela, que é berço do samba em Belo Horizonte, teve um importante papel na articulação do movimento de vilas e favelas na cidade, principalmente entre as décadas de 1970 e 80. Isso ocorreu com a presença de importantes lideranças comunitárias e associações locais, que articularam e conduziram as reivindicações por direito à moradia e qualidade de vida nos assentamentos de baixa renda da capital. Após anos de luta popular, a PPL foi a primeira favela de BH a conquistar um plano urbanístico para vilas e favelas na cidade, o Plano Global Específico (PGE), conquistado via Orçamento Participativo (OP). Sua urbanização se tornou um marco contra o formato excludente e segregador do planeja-

mento urbano presente no país e uma referência em intervenções urbanas estruturais em favelas para Belo Horizonte (BRANDENBERGER, 2002).

[...] a importância da PPL como exemplo de postura de pedido de obras públicas [...] a comunidade não pensou só em um pequeno espaço, mas sim no global, porque se há o PGE em BH é porque partiu da PPL. [...] a PPL foi a comunidade que criou BH, pois de lá que retiraram as pedras para a construção da capital. Recentemente a PBH retirou a última pedra da pedreira e com ela os moradores querem fazer um altar para contar essa história de luta do território, resgatar o trabalho e conquistas, mostrar o que uma comunidade unida pode conquistar e fazer, como já o fizeram (Josélia Nascimento, durante o workshop sobre o OP na PPL, 2019¹²).

A implementação da política popular do OP ocorreu durante o período das gestões democráticas dos anos 1990, em Belo Horizonte, com a gestão de Patrus Ananias (PT), que tinha como mote a “inversão de prioridades”¹³, ou seja, destinar investimentos em infraestrutura urbana e em políticas públicas e sociais nos territórios populares. Ao retomar de forma breve o histórico do planejamento urbano dos municípios

brasileiros, é possível perceber a prevalência dos interesses do setor privado e da elite na condução das obras e investimentos públicos em detrimento da camada popular, haja vista a condição de desigualdade socioespacial ainda presente nas cidades do país (MARICATO, 2000; VILLAÇA, 1999). O OP ocorrido na Pedreira inverteu, de certa forma, a lógica da produção urbana desigual, colocando em prática o conceito de cidadania.

Tendo em vista o atual desinteresse federal e local na condução de políticas públicas conectadas às camadas populares, se torna ainda mais importante resgatarmos a história de luta e mobilização popular no país que conquistou políticas e leis democráticas e inclusivas para as cidades, como o Orçamento Participativo e o Estatuto da Cidade, respectivamente. Voltar à história e às narrativas de quem a viveu e lutou também é um convite para nos reconectarmos com a força, a luta, esperança e coragem do nosso povo neste momento de regressão democrática e crise sanitária ocasionada pela má gestão da pandemia do Covid-19. Com esse resgate histórico, relembremos que temos base para pisar, temos história, leis, planos e força popular e que podemos utilizar das ferramentas já conquistadas ao longo de nossa história para fazermos parte da mudança possível, justa e democrática. Os tempos atuais nos exigem criatividade e união.

LEITURA PROCESSUAL: PARTES E ATRAVESAMENTOS

Os temas tratados neste Caderno estão divididos em três partes, sendo a primeira a que trata do papel da extensão universitária na formação cidadã de uma futura arquiteta-urbanista, a segunda sobre a urbanização da PPL via orçamento participativo e a terceira com as considerações finais e narrativa de despedida deste trabalho.

De forma breve, a Parte 1 será conduzida pela narrativa cartográfica na qual trago minha experiência extensionista desenvolvida em projetos de extensão e pesquisas extensionistas nas quais participei ao longo da graduação, assim como o papel fundamental da práxis horizontal, processual e coletiva em minha formação cidadã enquanto futura arquiteta e urbanista. Ao longo da narrativa haverá atravessamentos com caixas teóricas, nas quais abordarei sobre a definição de extensão universitária e sua função política e social na democratização do conhecimento produzido no meio acadêmico e na troca com a sociedade e suas demandas. Além disso, essas caixas também tratarão sobre o papel da extensão na formação de arquitetos e urbanistas mais conscientes da produção espacial desigual das cidades brasileiras e a função social da profissão.

Na Parte 2 trarei a história da urbanização da PPL via OP de forma cartográfica, tendo como base a transescalaridade - com escalas global, nacional, municipal e local -, a genealogia - trazendo a voz dos moradores para narrar sua própria história e platôs conceituais - controvérsias - e formais - mapas, imagens, colagens, linha do tempo. A escala local é que conduzirá a cartografia, a qual será, assim como na Parte 1, também atravessada por caixas, neste caso “caixas transescalares”. Isso significa que à medida que o texto sobre a PPL ocorrer, essas caixas irão transpassar a leitura trazendo análises transescalares acerca de temas que se relacionem à urbanização da favela via política pública participativa.

Finalmente, na Parte 3 tratarei sobre o encerramento do ciclo da graduação e da cartografia aqui proposta. Este é um caderno em movimento, e apesar de necessitar de um final para comprovar minha formação, as conexões e efeitos que pode gerar são infinitas, desconhecidas e processuais, ou seja, irão ocorrer à medida em que este caderno passar a existir entre os moradores da PPL, entre o meio universitário e entre a sociedade em geral com a disponibilização deste material em plataformas digitais.

NO QUE ESTE **CADERNO** **CARTOGRÁFICO** SE PROPÕE CONTRIBUIR?

A produção deste trabalho se dá em um tempo sombrio com constantes regressos democráticos de escala nacional. Nesse contexto, o conteúdo deste Caderno Cartográfico propõe reforçar a importância de se investir em educação e ciência para o desenvolvimento social e soberania nacional, assim como destacar a importância da Universidade, do ensino público, gratuito, de qualidade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na produção e troca de saberes entre academia e sociedade para transformação. Para alcançarmos cidades e uma sociedade mais justa, inclusiva, democrática e consciente de seus direitos e deveres.

Importante ressaltar que, apesar da grande quantidade de temas e assuntos levantados neste trabalho, não faço uma análise aprofundada sobre cada um deles. A velocidade escolhida para transitar entre os temas se deve pelo tempo e maturidade acadêmica limitados, assim como por compreender - cartograficamente - a conexão entre diversos temas, de diferentes escalas, com o caso da urbanização da PPL via OP e sua relação com o papel cidadão da extensão universitária.

A ênfase deste trabalho não é desenvolver uma abordagem inovadora, aprofundar temas ou comprovar hipóteses. Ao contrário disso. Este TCC relembra a história vivida junto às prefeituras democráticas com as políticas de inversão de prioridades por quem a viveu no território buscando levantar questionamentos e inquietações que estimulem a criatividade, a produção de novas alternativas, significados, soluções para nossas cidades imbricadas na lógica neoliberal. Além disso, o caderno também propõe contribuir com as lutas e resistências que estão conectadas à esta cartografia, atuando junto no movimento pela transformação com justiça social.

A partir de minha experiência extensionista com a pesquisa-vida-cartografia evidencio o potencial transformador, problematizador, propositivo e prático da extensão universitária e a urgência de ampliarmos o campo da atuação ligado à função social da arquitetura e o urbanismo na intenção de contribuir com a Universidade, estudantes de arquitetura e urbanismo e sociedade sobre a capacidade transformadora e cidadã da extensão - indissociada do ensino e pesquisa - e da atuação universitária e profissional engajada social e politicamente.

Faço um relato de risco (método cartográfico), expondo as complexidades da urbanização da PPL e do processo de urbanização de favelas no Brasil. Trago recortes de nossa história enquanto brasileiros para lembrarmos que

temos chão onde pisar, que houve muita luta até chegarmos aqui, que muitos direitos - hoje sofrendo interferências e desmantelamentos - foram conquistados socialmente via mobilizações, luta, união, força, coragem e resistência popular, como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) com uma das pautas sendo melhores condições de vida nas vilas, favelas e bairros operários.

Com base na visibilização da história da urbanização da favela Pedreira Prado Lopes e da voz local, proponho entregar este material à comunidade, para as lideranças locais. Além disso, o Caderno Cartográfico será disponibilizado online em plataformas digitais possibilitando o acesso aos demais moradores PPL, ao meio universitário e sociedade civil em geral. Também procurarei divulgar este material nas redes sociais e fanpages de parceiros ligados a este trabalho.

Um vez concebido, tornado real, um objeto, algo concreto, um produto-processual dentro e fora dos muros da Universidade, este Caderno se tornará um organismo vivo e independente, que poderá gerar ramificações, conexões, entrelaçamentos e desamarrações. Implicar, interferir ou afetar a realidade, gerar frutos ou não. Isso faz parte do processo que ocorrerá apenas no momento real, a partir de sua existência e do fluxo impermanente da vida.



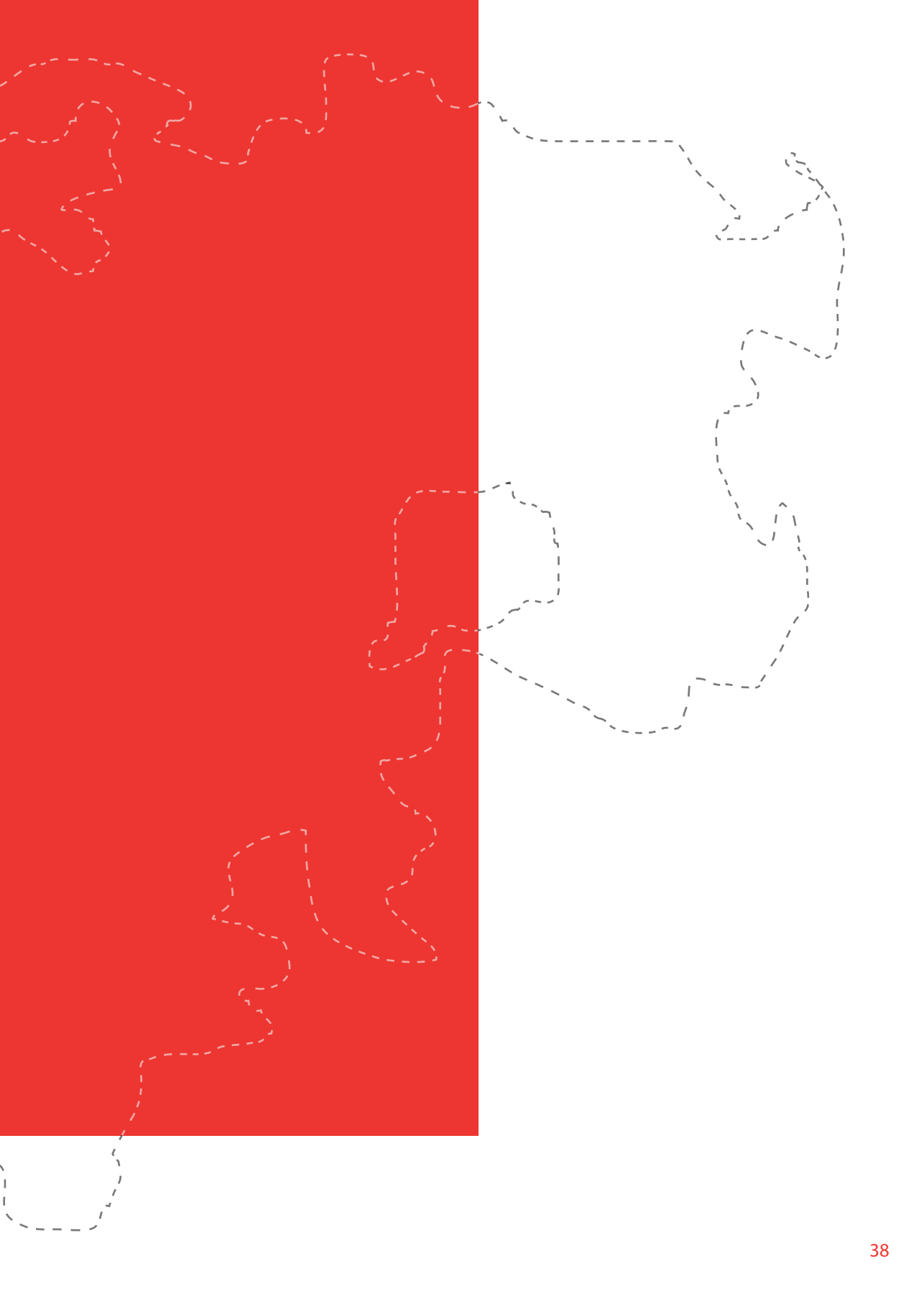
PARTE 1



1.

MAPA DE LEITURA

PARTE 1





1.

MAPA DE LEITURA

PARTE 1

Esta parte do caderno trata do objetivo de trazer o papel da extensão universitária na formação cidadã de uma futura arquiteta-urbanista, que no caso sou eu. Abrirei esta parte com um conto, no qual exprime de forma sensível minha visão, emoções, sensações e afetos em um dos momentos da pesquisa extensionista Territórios Populares, no qual fomos até a cada da Val - Valéria Borges, liderança local, militante do MTD e professora infantil - gravarmos o documentário em que ela narra a história da PPL através de sua vida e militância na comunidade.

Em seguida, trarei minha experiência extensionista e cartográfica em forma de um relato ou narrativa cartográfica, que será atravessada pelas “caixas teóricas”, caixas em laranja em que abordarei de forma breve,

teórica e academicamente os conceitos que envolvem o tema da extensão universitária, função social da arquitetura e do urbanismo e o papel da extensão na formação de futuros profissionais que trabalharão com a produção espacial das cidades do país.

Durante a narrativa cartográfica será possível compreender melhor sobre os processos vividos, investigados e experienciados durante minha trajetória acadêmica com a tríade universitária - ensino, pesquisa e extensão -, e o que essas atividades proporcionaram em minha formação enquanto futura arquiteta-urbanista. Trarei imagens de forma também cartográfica, com colagens, frases, e registros desse caminho com produções coletivas, conexões e aprendizados.

As notas de fim desta parte do Caderno Cartográfico trazem hiperlinks conduzindo a blogs, fanpages, materiais produzidos, artigos científicos e da mídia alternativa, entre outros. Além disso, elas também aprofundam alguns dos temas que serão abordados e complementarão informações. Destaco sua importância e convido sua leitura ao final deste Caderno.

Minha experiência aqui é a busca do compartilhamento de tanto conhecimento que pude ter contato e aprender. Com a narrativa cartográfica, abro minha pesquisa-vida, compartilho minha visão sobre a profissão que escolhi e sobre o papel fundamental

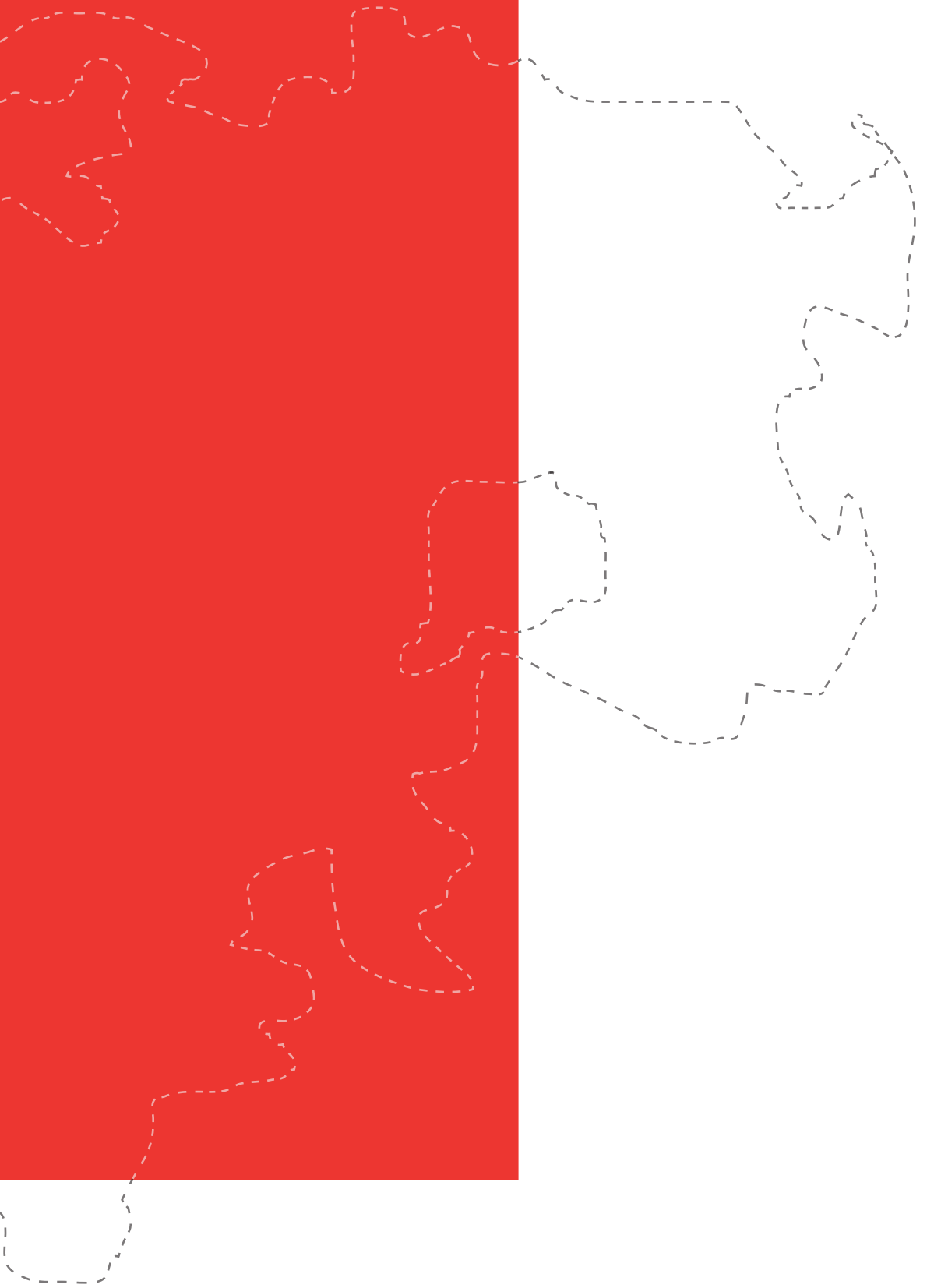
da extensão universitária enquanto prática dialógica que atua na democratização do conhecimento, na produção de trocas de saberes entre Universidade e sociedade, na formação cidadã e na transformação social. Proponho a você, leitor, uma leitura dinâmica, sensível, artística e cartográfica, que promova e possibilite conexões, inquietações e compartilhamento de saberes.

Boa viagem!



2.

A CAIXA DE **MEMÓRIAS**,
UM CONTO





2.

A CAIXA DE **MEMÓRIAS**, UM CONTO

Ela saiu do quarto com a caixa. Era enorme. Havia álbuns de fotografias, fotos soltas, papéis com anotações, cartas e várias páginas com lembranças escritas. A caixa estava lotada de memórias sobre aquele lugar, suas pessoas, sua luta e sua resistência.

Era uma tarde de outono e o sol que entrava pela porta aquecia a pequena sala em que estávamos. O cheiro de café passado e de pão de queijo feitos pela anfitriã perfumava todo o ambiente. Em cima da mesa, uma toalha de renda dividia o espaço com os mapas, linhas do tempo da favela, blocos de anotações, canetas e um gravador que tínhamos levado. Estávamos ansiosos para escutar todas as histórias que seriam contadas pela mulher que nos recebia em sua casa.

Ela era uma importante liderança local. Seu nome - por uma agradável coincidência do destino - significa força, assim como a que carrega

diariamente em seu peito. De olhar profundo, voz firme e de energia vibrante e alegre, estava sempre à frente das lutas pelos direitos da favela desde sua adolescência. Junto com a militância, ela também exercia os ofícios de professora, fotógrafa nas horas vagas e de guardadora de memórias da vida local. Suas diversas atuações e seu amor infinito pela sua comunidade a faziam conhecida por todos “com essa vista maravilhosa, com o pôr do sol mais lindo da cidade, quem é que não vai querer morar aqui?”.

Pela casa, podíamos perceber as convicções daquela mulher expressas com tamanha verdade. Nas paredes da sala, as plantas penduradas se misturavam harmoniosamente aos pôsteres de Che Guevara e Paulo Freire. As prateleiras traziam livros que estampavam títulos como Marighella e O Capital, e no mesmo local havia espaço para objetos de recordação familiar e um pequeno retrato do ex-presidente do país. Pela porta aberta da sala enxergávamos o quintal, onde blusas dos



movimentos populares em que participava balançavam no varal. Toda a casa, em cada canto e em cada detalhe, era preenchida de consciência social e política, e nos revelavam a identidade de uma moradora que lutava e resistia pelos direitos da sua comunidade.

Enquanto escolhia um álbum na caixa de fotografias para nos mostrar, foi logo nos contando como conseguiu recolher todas aquelas memórias ao longo do tempo. Em uma realidade com tantas dificuldades e desigualdade como quando era criança, sua sede por conhecimento e a vontade de contar a história de seu território e de sua gente, a incentivaram a criar caminhos possíveis para registrar os acontecimentos. Aprendeu a ler e a escrever. Desde adolescente anotava tudo que acontecia por ali “como Carolina Maria de Jesus, eu também vou escrever meu próprio livro contando a história dessa terra de gente forte, amorosa e guerreira”.

Na mesma intenção de registrar a vida local, mais tarde comprou uma câmera e começou a tirar

foto de tudo o que acontecia por ali. Era convidada pelos moradores para fotografar aniversários, batismos, casamentos, festas e eventos que ocorriam na favela. Mas o que gostava mesmo era de tirar foto do cotidiano “já vi muita coisa por aqui”. Tirava foto das pessoas. Do movimento. Das ruas. Das conversas. Das obras da urbanização. Da resistência pela permanência no território. Das lutas por direitos. De tudo.

Ela sabia a história de cada foto. Sabia quem era cada pessoa, onde e quando era aquela cena. Nos contou que quando ela fotografava alguém ou alguma festa, sua forma de cobrar era baseada na troca de fotografias. Ela dava a foto tirada e recebia alguma que retratasse o cotidiano do território. Gravava na memória, nos papéis e nas cenas capturadas a vida de sua comunidade.

Com muitos registros seus e trocas entre moradores, ao longo do tempo foi consolidando a caixa de fotografias e memórias sobre aquele lugar. Nos contou que quando era jovem, uma forte enchente entrou em sua casa e muitos desses registros se perderam. Momentos em que ela viveu foram molhados e levados junto com a chuva. Segundo ela, se não fosse isso, seriam mais de três ou quatro caixas com histórias vividas.

A liderança então folheava os álbuns, escolhia as fotos e nos contava sobre cada uma delas. Nós escutávamos atentos suas falas cheias de amor, de emoção e de orgulho por pertencer a um local cheio de luta e coragem. Na oralidade

e nos gestos, se expressava com entusiasmo. Seus olhos vibravam quando o assunto era sua favela, impossível não se contagiar. Como pesquisadores, ficávamos extasiados, absorvendo cada informação, cada fotografia e o que ela significava. Quais os momentos, quem eram as pessoas, quais eram os lugares, qual era o ano... Enquanto ela falava dos acontecimentos retratados nas imagens, sua mão conduzia nossos olhares para a localização deles no mapa e apontava “essa casa era aqui, ficava nesta esquina. Dona Flora que fundou a primeira associação comunitária da favela”.

No mapa nos mostrava onde foram construídos os conjuntos habitacionais, a sua antiga casa que foi removida com a urbanização, o hospital, a pedreira de onde se retiraram as pedras para construir a cidade... Pegava uma outra fotografia e mais uma história. “Esta foto é da primeira escola construída na favela, foi conquistada com muita luta da comunidade. Antes não tinha nada aqui, hoje tem escola, tem centro de saúde, tem creche, tem luz, água... Mas isso não veio fácil não, precisamos lutar muito! Muitas lideranças passaram pela nossa comunidade. Muitos anos de luta. E seguimos assim!”





A moradora e militante também nos contou sobre a ativa organização dos moradores para reivindicar os seus direitos. O nível de mobilização e união da comunidade a tornaram uma referência na luta por vida digna em territórios populares do município. Esta favela foi a primeira da cidade a ser urbanizada “respiramos luta e resistência. Eu costumo dizer que somos a primeira em tudo, quando se fala de favelas nesta cidade. Somos a origem do samba na capital. Somos uma das primeiras favelas da cidade. Somos a primeira favela a receber um conjunto habitacional popular. A primeira a ter uma escola profissionalizante em seu território, a primeira a receber urbanização e a primeira a conquistar

obras na gestão democrática da prefeitura”.

Sua fala nos mostrava uma comunidade guerreira, forte, determinada e resistente. A história que nos contava e que trazia nas fotografias não consta em documentos oficiais ou em meios de comunicação tradicionais. O que ela nos falava era a história real de quem vive e de quem tem suas raízes ali. A história de quem carrega no sangue as marcas de coragem, amor e luta em permanecer em seu local de origem e em reivindicar urbanização com justiça social. Era a história de quem tem orgulho de seu território e de sua gente.

Entre goles de café e pães de queijo, ouvía-

mos atentos aquelas narrativas cheias de memória. Anotávamos, marcávamos no mapa, colocávamos na linha do tempo. Aos poucos conhecíamos um pouco mais sobre a comunidade que resiste historicamente em seu território em meio a diversos interesses que o atravessam.

Muitas outras obras já aconteceram neste território, muitas delas dentro de um discurso de “desenvolvimento” da cidade. Essas intervenções alteraram várias vezes a estrutura social e física da favela. A liderança pegou uma foto solta de dentro da caixa e nos mostrou que, no início, a favela era mais abaixo do morro: “você viram aqueles prédios que tem lá embaixo? A favela era ali. Colocaram fogo nos barracos para a construção desse condomínio. Tinham dito que os apartamentos eram para nós, mas não foi o que aconteceu. Muitos moradores daqui trabalharam nessa obra que os expulsou da sua própria moradia. As pessoas foram obrigadas a subir mais o morro e teve muita gente que foi embora”.

Com voz vigorosa, a militante pelo local nos contou que de vez em quando saía com sua caixa de fotografias pelas ruas da comunidade. Todos dali sabiam que ela guardava muitas recordações da vida local e quando isso acontecia era o maior evento. As pessoas se reuniam ao redor da caixa e ficavam curiosas, pegavam as fotos, relembavam momentos e pessoas que já tinham passado por ali. Ela fazia questão de andar por todo o território. Por onde quer que estivesse, os moradores iam se aproximando e

ficavam ao redor conversando sobre a vida e sobre aquelas tantas lembranças.

Depois de quase duas horas em cima de mapas, fotografias e histórias contadas sobre a mesa, a anfitriã disse espontaneamente “coloquem todas as fotos aqui dentro novamente e vamos às ruas”. Ficamos animados e bastante curiosos para presenciar a andança da caixa de fotografias pelas ruas locais. Com os gravadores e os blocos de anotações saímos da sala. Atravessamos o quintal com vasos de alecrim perfumados e fomos caminhando pelas ruas da favela, acompanhando a mulher de passos firmes e energia contagiante. Por onde

passávamos ela era cumprimentada e convidada para uma rápida prosa.

O céu azul, sem nenhuma nuvem, conduzia nossa andança pelo território. Enquanto caminhávamos, as histórias sobre aquele lugar continuavam, mas agora tínhamos contato com os lugares apresentados na fala da liderança e anteriormente indicados no mapa.

Aqui foi a primeira escola profissionalizante construída em uma favela na cidade.

Ali era o antigo local de reuniões das associações locais.

Minha casa antes era aqui. Antes da urbanização.

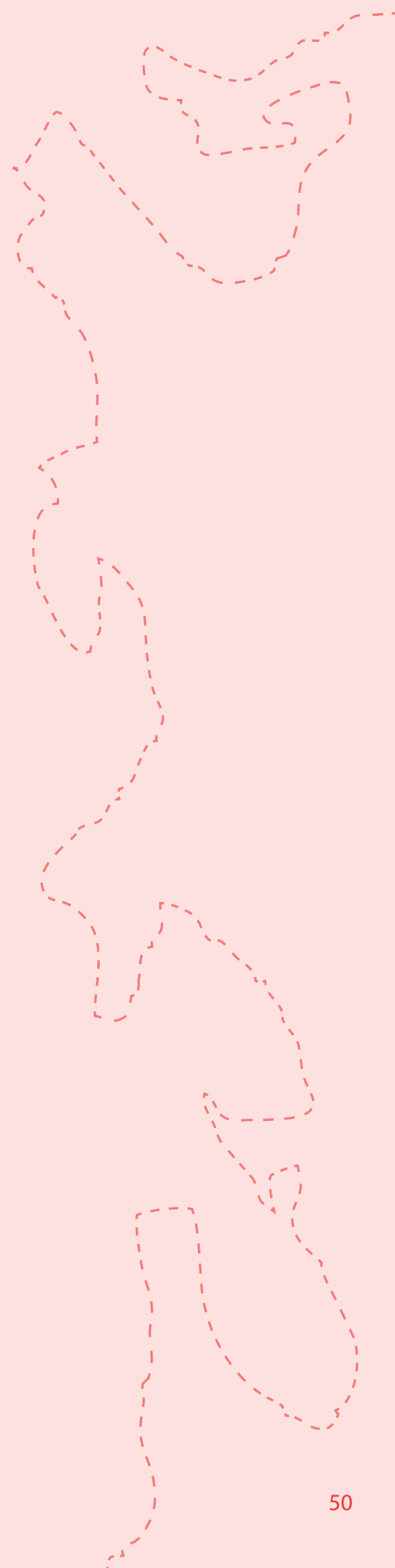
Enquanto caminhávamos, ela apontava e nos mostrava toda a vida e força presente. Era impressionante sua memória e a biblioteca de lembranças e afetos que carregava em seu interior. Sabia de tudo sobre aquele lugar. Conhecia cada casa, cada rua, cada pessoa, cada história. E nos dizia “sou o mapa ambulante”.

Chegando em uma área central da favela, os bares e as ruas estavam cheias de gente. Por sorte, nessa mesma tarde estava acontecendo um evento cultural no local e havia muitos moradores por ali. Procuramos rapidamente uma mesa para espalhar as fotografias e as memórias escritas. Mas a dinamicidade da vida real nem sempre acompanha os planejamentos. Nossa preocupação foi logo descartada quando, naturalmente, as pessoas

começaram a se aproximar. A liderança e sua caixa de fotografias por si só já eram o convite para o encontro ao redor das memórias.

As pessoas foram chegando e as conversas começaram. Com sua blusa vermelha, a coletora de memórias da favela conversava com todos. Relembrava junto dos outros moradores os momentos vividos no local. Relembravam das pessoas e de antigas lideranças. Em poucos minutos, as fotografias já passavam por muitas mãos, os álbuns transitavam por várias mesas, as lembranças iam sendo revividas e novas memórias sendo criadas. Eram risos e conversas infundáveis cheias de energia.

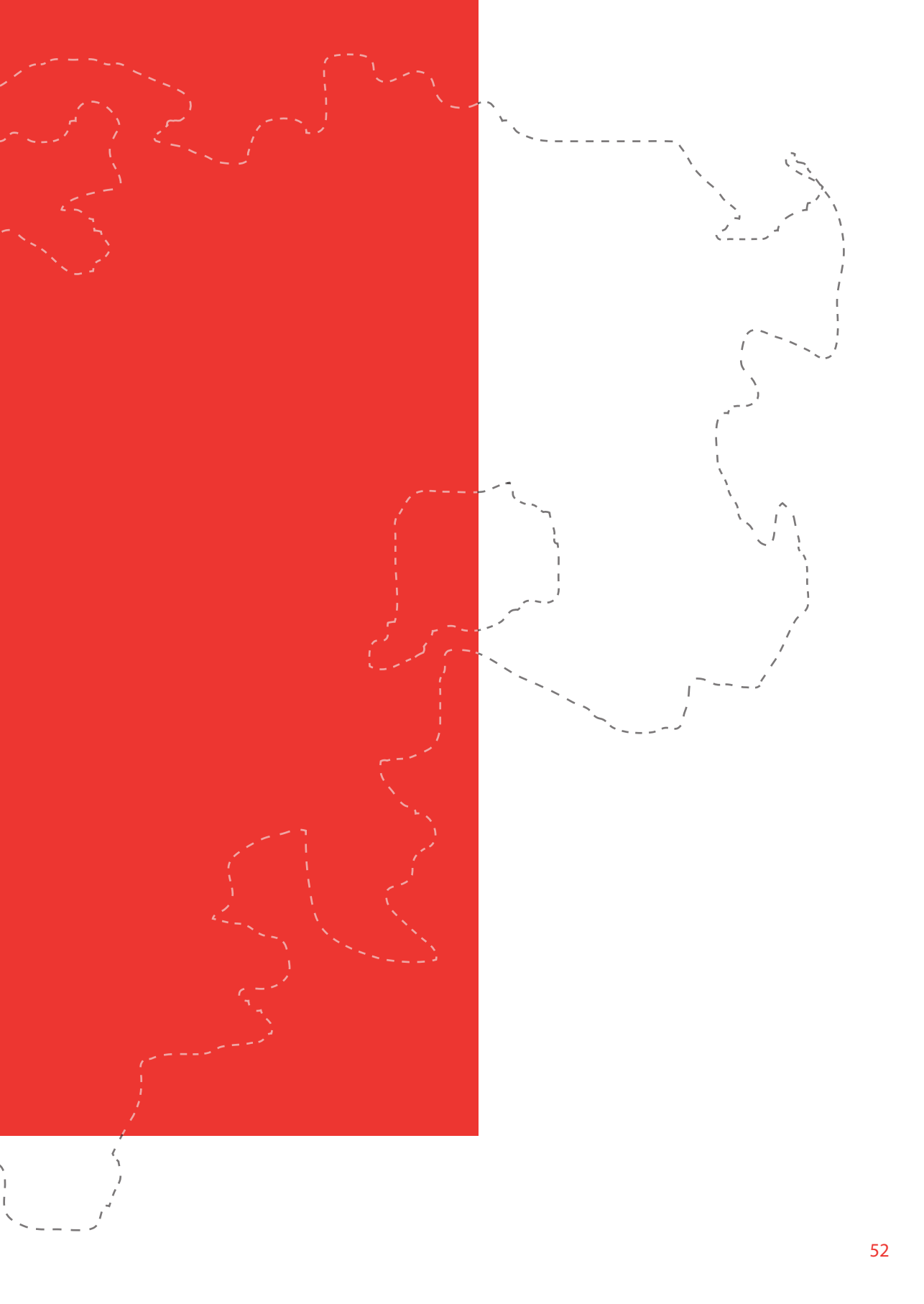
Víamos todo o movimento ao redor da história local. E de longe escutávamos duas palavras que sempre se repetiam na fala daquelas pessoas e que se confundiam como uma única expressão: “pedreira é resistência”.





3.

CARTOGRAFIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO TERRITÓRIO



3.

CARTOGRAFIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO TERRITÓRIO

Foi muito engraçado o meu encontro com a universidade, porque para mim sempre foi uma coisa muito distante, uma coisa muito longe. E um dia eu fui convidada para uma reunião na Ocupação Pátria Livre e a professora Natacha [Rena]¹⁴ que tinha levado os alunos dela pra lá e ela pediu pra eu falar alguma coisa e foi amor à primeira vista. Eu me apaixonei pela arquitetura. Não pela arquitetura, mas pelas pessoas que estavam ali, os estudantes. E eu vi que a arquitetura não é só essa coisa de construção de casa e essas coisas. E eu vi que era muito mais.

Então eu comecei a ter contato com essa galera que estava estudando

exatamente as coisas que a gente vinha sofrendo de abusos nas favelas e foi muito bom, porque a partir dali foi uma troca muito boa. Eu aprendi muito!

E comecei a ver que a Universidade ela pode ser só um órgão que dá diploma, mas ela também pode ser um órgão que forma, mas que forma cidadãos.

*Eu tenho trazido isso para a minha vida. A forma que eu via os professores, a Marcela [Silviano Brandão]¹⁵ e outros professores, lidando com os alunos e fazendo eles irem até onde o povo está, foi muito legal! A gente discutiu muito, sobre muitas coisas e junto do meu Movimento, que é o MTD. A minha comunidade está sendo ouvida, está sendo estudada, **mas não estudada por estudar, mas para achar uma solução para esse problemão que a gente enfrenta todos os dias, que é a falta de moradia, a falta de dignidade. A falta de ser** (Fala de Valéria Borges no 9º CBEU Mesa Redonda 10 - Movimentos sociais urbanos e tecnologias sociais, março de 2021¹⁶).*

Este trabalho tem um grande significado para mim. Muito além de um material de fina-

lização de curso, este TCC é também o símbolo do maravilhoso ciclo de minha trajetória de vida pessoal, profissional, afetiva e dos processos de produção coletiva em que cresci profundamente como estudante, futura arquiteta e urbanista e como pessoa. Com esse TCC encerro este período tão importante para mim para iniciar um outro, por hora desconhecido.

Nos últimos anos me dediquei profundamente à Universidade. Estudei em duas grandes Universidades Federais do país, a UFSC e UFMG, instituições públicas de altíssima qualidade que me abriram inúmeras portas e que experienciei cada uma das que me fiz sentido - vivi esse ambiente de tantas oportunidades ao máximo que pude. Assisti palestras; fiz cursos e seminários; participei de assembleias, reuniões, congressos, viagens, eventos científicos e estudantis; fiz parte da criação do coletivo feminista no curso de arquitetura da UFSC, o **Coletivo Urbanas**; fiz mobilidade acadêmica na UFMG; participei do Programa de Educação Tutorial (PET), no PET ARQ/UFSC¹⁷, e do grupo de pesquisa Indisciplinar/UFMG¹⁸. Realizei ensino, pesquisa e extensão. Minha sede por conhecimento e por viver o espaço universitário foram grandes combustíveis para minha chegada a este momento.

Até o ensino médio estudei em 10 escolas, mesclando entre públicas e privadas, e morei em cinco cidades diferentes. Quando pequena era uma criança questionadora e teimosa, sempre queria saber “os porquês” de tudo e, por



SUSAN (EU)

RECORDAÇÃO EM
PASSEIO DA ESCOLA

alegria da vida, tive a sorte de ter entrado em salas de aula que incentivaram minhas inquietações e a busca por respostas. Hoje entendo um pouco melhor essa característica que ainda carrego e sou muito grata aos professores que tive até hoje e à minha família, especialmente a minha mãe e avó, que sempre encorajaram e estimularam meu gosto pelo estudo e pela arte. Cresci em um ambiente familiar saudável e sei que isso foi fundamental para hoje ser quem sou e continuar em eterna transformação.

Entrei na UFSC em 2014 e escolhi o curso de arquitetura e urbanismo porque tinha vontade de compreender as relações sociais na cidade e a produção dos espaços, apesar de não ter muita clareza sobre isso. Foi na disciplina de Teoria Urba-

na l, com a professora Marina Toneli, orientadora deste trabalho, que tive o primeiro contato com a **função social da arquitetura e o direito à cidade**. Fazendo referência ao conto “A Pipoca” de Rubem Alves (1999), foi nesse momento em que as pipocas começaram a estourar em minha cabeça. Senti uma profunda identificação com os assuntos abordados em sala, queria saber mais e ter contato com uma atuação social da arquitetura. Era o que fazia sentido para mim - e ainda faz - e o que comecei a buscar a partir daquele momento.

E algo inesperado na minha mente aconteceu. Minhas idéias começaram a estourar como pipoca. Percebi, então, a relação metafórica entre a pipoca e o ato de pensar. Um bom pensamento nasce como uma pipoca que estoura, de forma inesperada e imprevisível. A pipoca se revelou a mim, então, como um extraordinário objeto poético. Poético porque, ao pensar nelas, as pipocas, meu pensamento se pôs a dar estouros e pulos como aqueles das pipocas dentro de uma panela (ALVES, 1999, s.p.).

Em 2016 ingressei no PET ARQ/UFSC, onde tive o primeiro contato prático com a iniciação científica. O PET é um Programa nacional com mais de 840 grupos em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e que tem como objetivo “estimular o espírito crítico e a atuação profissional pautada na cidadania e função social da educação superior, contribuindo para a política de diversidade nas IES,

objetivo é incorporado por meio de práticas que articulam o ensino, a pesquisa e extensão, o tripé universitário.

Durante os dois anos em que fui bolsista no PET ARQ/UFSC participei de duas pesquisas que tratavam sobre urbanismo, sendo a primeira a “Paisagem Imaginária das Cidades Utópicas”, ligada ao período renascentista, e a segunda, “Urbanismo e Gênero: reconhecendo a presença feminina nos espaços públicos de Florianópolis”, abordando o contemporânea. Também fui representante estudantil dos PETSs da UFSC no Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA); estive na comissão organizadora de seminários, palestras, cursos e eventos científicos de escala local e regional ligados ao Programa; e participei de encontros locais, regionais e nacionais - os INTERPET, SULPET e ENAPET - com a apresentação de trabalhos e atuando na defesa pela ciência e pela educação pública e de qualidade nas IES do país. Além disso, integrei a extensão universitária de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS), que na época, 2018, ainda estava em construção e que hoje conta com uma estrutura consolidada no grupo e no curso de arquitetura da UFSC relacionada ao tema e à prática da função social da arquitetura e urbanismo.

Quando entrei no PET, o grupo estava passando por um período de mudança e reestruturação interna buscando se aproximar e dar maior ênfase em projetos que conectassem a tríade universitária às demandas sociais. Esse pro-

cesso foi também um reflexo das demandas que vinham sendo levantadas no curso, em se ampliar o debate sobre a função social da profissão e promover atividades que possibilitassem a atuação dos estudantes no papel social da Universidade. Participei ativamente dessa mudança interna do grupo que culminou, por exemplo, na extensão ATHIS, e no tempo em que permaneci bolsista, procurei estimular no grupo o senso de união entre os demais PETS da UFSC e do Brasil para defendermos a manutenção do Programa e da ciência, além de levantar o debate sobre a importância indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para uma Universidade mais conectada às demandas sociais e à realidade brasileira, como fomentadora de conhecimentos que ultrapassem suas fronteiras físicas.



SULPET



ENAPET



SULPET



ENAPET



ENAPET



SULPET



PET ARQ/UFSC

Enquanto representante estudantil dos 22 PETs da UFSC no CLAA, me dediquei incansavelmente pela união entre os PETs da IES, após ter tido o contato com o PET UFAL no XXII ENAPET, em 2017 Brasília/DF, e que abrigava os demais grupos da Universidade Federal do Alagoas (UFAL), fortalecendo suas demandas e ações naquela instituição. Na época, o Programa vinha passando por cortes federais e dentro da UFSC

sua administração prejudicava o andamento das atividades dos grupos. Além de estimular essa união nas reuniões semanais entre os PETs da IES, apresentei junto aos colegas dos 22 PETs o Programa e sua grande produção científica e social desenvolvida aos pró-reitores de Extensão, Pesquisa e Graduação na época, com o objetivo de alcançarmos um maior apoio da UFSC no fomento às ações e demandas dos grupos, assim como sua responsabilidade no suporte pela manutenção do Programa dentro da Universidade. Atualmente, em eventos regionais e nacionais, muitos grupos se identificam como PET UFSC, além de haver mais união entre os PETs do estado de Santa Catarina, que se reconhecem como INTERPET.

Participar do PET me possibilitou conhecer lugares; viver experiências acadêmicas, científicas, extensionistas; conhecer pessoas, lugares e redes do Brasil todo, de norte a sul. Foi por meio do Programa que passei a compreender com clareza a importância de defender a ciência, o investimento em educação pública e a importância da articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão para uma atuação universitária que vá além dos muros institucionais.

Junto ao PET e acompanhando as discussões em sala e nos corredores das IES em que estive presente, me aproximei do debate e da prática social da Universidade e da minha futura profissão. Em 2018, após a abertura oficial do BrCidades¹⁹ em Florianópolis - organização que



INTERPET



ENAPET

tem como objetivo construir coletivamente um projeto para cidades brasileiras mais justas, inclusivas, ambiental e economicamente sustentáveis - com uma palestra da professora e coordenadora nacional do BrCidades, Ermínia Maricato²⁰, quis logo me inserir nessa rede nacional e assim foi. Entrei no núcleo catarinense, especificamente de Florianópolis e região metropolitana, representando a extensão ATHIS/PET e do Coletivo Urbanas.

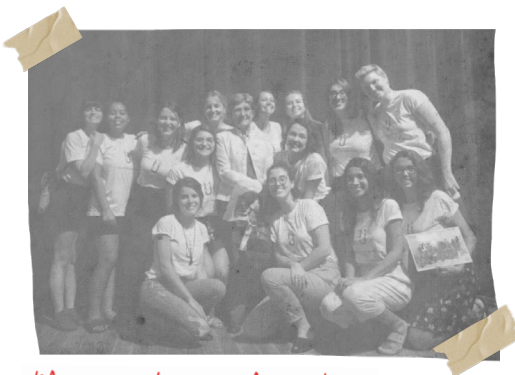
Nesse mesmo período de 2018, cursei uma disciplina extensionista com o professor e vereador pelo PT na época, Lino Peres. Durante o semestre debatemos muito em sala sobre cidades justas e democráticas e como Florianópolis vinha atuando com os territórios de vilas e favelas em meio às disputas de interesses administra-



AGLOMERADO MONTE CRISTO

tivos e privados ligados ao setor imobiliário e da construção civil na cidade. Conhecemos as favelas da Serrinha e do Monte Cristo, as duas no município em questão, e foi nesta segunda que tive meu primeiro contato com uma ocupação urbana e com a realidade urbana desigual de nossas cidades. Nesse momento, as pipocas em minha cabeça estouravam sem parar.

Com o término do meu período de bolsista no PET ARQ e o encerramento da disciplina comentada acima, estava sedenta por novas experiências e por aprofundar meus estudos sobre urbanização de vilas e favelas; sobre o direito à moradia, à infraestrutura e serviços urbanos; sobre organização popular junto aos movimentos; e, sobre participação popular nas políticas públicas. Eram muitas coisas e não tinha tanta clareza sobre todas. Mas, sabia que queria muito estar no território e aprender ainda mais sobre a prática e a teoria da função social da Universidade e da arquitetura e urbanismo.



ABERTURA DO BRCADES EM FLORIANÓPOLIS

A INDISSOCIABILIDADE DO TRIPÉ ACADÊMICO

A realidade social objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Paulo Freire (2005).

Segundo Sueli Mazzalli (2011), a Universidade no Brasil surgiu com o intuito de atender aos interesses da elite brasileira, atuando na transmissão do conhecimento, de valores e da cultura hegemônica e unilateral. Atualmente, a produção acadêmica ainda alcança uma camada restrita da sociedade, o que reduz a capacidade de transformação social ligada à produção de conhecimento, seja pela linguagem técnica e formal, seja pela manutenção da validação de um pensamento único como verdade, seja por considerar a extensão universitária como “tudo o que é ensino e pesquisa (ou mera “assistência técnica”, pautada por “levar conhecimento a quem não tem”)” (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017, p.23).

Romper essa lógica significa romper com

estruturas profundas de nossa sociedade, ligadas a interesses econômicos e políticos que reforçam opressão e a exclusão da diversidade de saberes e modos de vida, tal qual levanta Flávia Massimetti, Ana Maria Haddad e Bárbara Damasceno (2020). Aqui entra o papel social da Universidade: a extensão universitária conectada aos pilares de ensino e pesquisa.

Cabe à Universidade um importante papel nessa luta pela defesa e efetivação dos direitos, tendo em vista ser ela o local privilegiado da produção de conhecimento e sua potencialidade na produção do dissenso acerca do ‘pensamento único’ neoliberal. É neste sentido que creditamos à Universidade um papel fundamental na consolidação de uma nação centrada no princípio da cidadania, sendo a extensão, no estabelecimento da relação Universidade – sociedade, um instrumento privilegiado na luta pela garantia dos Direitos Humanos enquanto expressão mais ampla da cidadania. (FREIRE, 2008, p.141).

Segundo Camila D’ottaviano e João Rovati (2017), a tríade ensino, pesquisa e extensão são os pilares da Universidade desde 1931 (Decreto n. 19.851/1931), no entanto, sua institucionalização ocorreu décadas depois com a aprovação do artigo

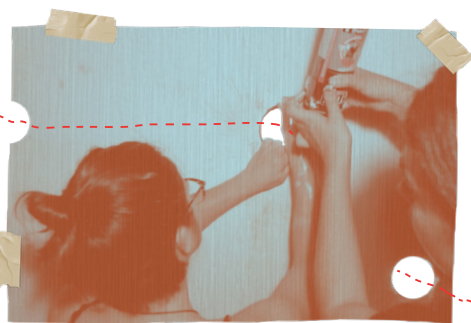
207 na Constituição de 1988, no sentido da democratização do conhecimento e no acesso à Universidade. Uma conquista do movimento estudantil, de docentes, de técnicos, sindicatos e movimentos sociais organizados que contemplam toda a sociedade. A indissociabilidade do tripé universitário e a autonomia das atividades acadêmicas, presentes no artigo constitucional, visam uma produção de conhecimento mais alinhada aos interesses da população, que retorne e atenda as demandas sociais na transformação para uma sociedade mais justa e inclusiva (MAZZALLI, 2011).

No tripé universitário, cada um dos pilares se complementam para uma formação cidadã, que produza conhecimento e trocas com a comunidade, e desalinhada, é claro, da produção mercadológica, que busca um produto final a ser consumido baseado em um pensamento único neoliberal (MASSIMETTI et al., 2020). De forma breve, o ensino precisa da pesquisa para que seja aprimorado, assim como ambos precisam da extensão para que alcancem a sociedade, suas demandas reais e sejam colocados em prática. Da mesma forma, segundo Santos (2010), a extensão precisa do ensino e da pesquisa para compreender e diagnosticar as condicionantes locais, técnicas e prever soluções para problemas. O aprendizado não é imediato: é contínuo e subjetivo e, por isso, talvez haja maior dificuldade em colocar em planilhas quantitativas os resultados exatos de uma experiência extensionista (COELHO, 2014).

sociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão proporciona uma formação que gera conhecimento teórico, técnico e prático; dialoga entre as demandas acadêmicas e sociais; coloca o conhecimento à serviço do desenvolvimento social; e, forma futuros profissionais que tenham contato com problemas e necessidades reais, para além dos centros universitários. Essa relação entre Universidade e sociedade proporciona “ao aluno a possibilidade de mobilização dos saberes já construídos social e academicamente e os confronte com os saberes instituídos na sociedade e que são apresentados no momento em que as ações são realizadas” (REGIS; FREITAS, 2020, p.8).

De acordo com Bruno Pucci (1991), a indis-

Foi quando decidi ir para a UFMG fazer mobilidade acadêmica após pesquisar sobre o curso de arquitetura e urbanismo e identificar nas matérias e nos grupos de pesquisa características que procurava. A UFMG é uma Universidade que desenvolve a extensão universitária de forma bastante ampla e consistente. Há disciplinas de formação transversal, chamadas de “UNI”, e que têm a característica de integrarem a teoria com a prática de forma multidisciplinar, aliando diversos saberes e formas de fazer. Reforçando o papel social, em 2017, a Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design (EAD/UFMG), possuía 32 projetos de extensão, evidenciando o interesse institucional em ampliar as trocas, a democratização do conhecimento e a justiça social (RENA, 2018).



DISCIPLINA UFMG NA
OCUPAÇÃO VICENTÃO

Cheguei em Belo Horizonte em agosto de 2018 e cursei disciplinas teóricas que aprofundavam de forma crítica a teoria da arquitetura e do urbanismo, a função social da propriedade, o direito à cidade e o papel do arquiteto e urbanista para cidades mais justas, participativas e inclusivas. Também fiz disciplinas extensionistas em ocupações urbanas por moradia e em favelas, além de disciplinas de projeto arquitetônico aliado a esses temas sociais e democráticos. Com a discussão técnica, teórica em conjunto com a prática pude crescer, aprender e me desenvolver nos sentidos pessoal e profissional.

Foi uma grande experiência e que me fez olhar para concepções acrílicas, construir entendimentos sobre a atuação da arquitetura e urbanismo em territórios populares e com participação social. Um grande crescimento! Quando cheguei na capital mineira estava no processo de perceber a visão assistencialista que tinha da profissão ao



PRAÇA SETE BH

se trabalhar com vilas e favelas, ocupações por moradia e assentamentos informais. O que senti ao viver essas experiências com ensino, pesquisa e extensão em territórios de baixa renda foi como se todas as pipocas da panela dentro de minha cabeça estivessem estourando ao mesmo tempo. Aprendi e sigo aprendendo muito!

A tomada de consciência, como uma operação própria do homem, resulta, como vimos, de sua defrontação com o mundo, com a realidade concreta, que se lhe torna presente como uma objetivação. Toda objetivação implica uma percepção que, por sua vez, se encontra condicionada pelos ingredientes da própria realidade. [...] Este esforço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa a desvelar, não pode ser, repetamos, de caráter individual, mas sim social (FREIRE, 1992, p.67-68).

Durante as disciplinas Arquitetura Contemporânea, Cidade e Cultura I e II, ministradas pela professora Natacha Rena, também líder do grupo de pesquisa Indisciplinar e na época coordenadora do núcleo mineiro do BrCidades, a professora comentou sobre a realização próxima do **Primeiro**

Fórum Mineiro do BrCidades e a demanda de voluntários para organizar. Até aquele momento já estava bastante identificada com os conteúdos abordados e o formato trazido pela professora Natacha Rena em suas disciplinas. Vi ali, na participação da organização, uma oportunidade para entrar para a rede mineira do BrCidades, assim como me aproximar do trabalho desenvolvido pela professora Natacha Rena e pelo Indisciplinar.

Paralelamente a isso, durante a disciplina “Formação em Extensão”, em conjunto com a pesquisa extensionista Cartografias do Rio Doce²¹ que buscava investigar o desastre-crime da Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana após o rompimento da barragem de Fundão em novembro de 2015, tive a oportunidade de conhecer a comunidade



QUANDO CONHECI A PPL



VISITA À OPL
PARA O FÓRUM
DO BRCIDADES



de Gesteira, pertencente à cidade de Barra Longa, próxima à Mariana, e também afetada gravemente pela lama. Na época a disciplina foi ministrada pela hoje doutoranda e também integrante do Indisciplinar, Paula Guimarães. Após essa experiência integrei a pesquisa como voluntária extensionista durante um curto período no qual pude acompanhar brevemente o trabalho de base realizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)²², movimento popular ligado à Frente Brasil Popular²³ (FBP), mesma rede na qual o BrCidades se insere, até o momento em que fui integrada na pesquisa TP, que mencionarei adiante.

A convite da professora Natacha, no final de setembro de 2018 entrei para a comissão organizadora do Primeiro Fórum do BrCidades e foi nesse momento que tive o primeiro contato com a favela PPL e com a moradora, liderança comunitária e militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)²⁴, Valéria Borges. O Fórum ocorreu na Ocupação Pátria Livre (OPL)²⁵, localizada na favela em questão e coordenada pelo MTD, e contou com a participação na organização de alunos da disciplina UNI009 Geopolítica e Cidades, ligada ao projeto de extensão Geopolítica e Cidades²⁶ e ao programa de extensão **Ind.lab**, os dois pertencentes ao grupo de pesquisa Indisciplinar, assim como de militantes de movimentos populares ligados à FBP e moradores locais.

Foi por meio da UNI009, ocorrida no primeiro semestre de 2018, que o grupo de pesquisa se aproximou de movimentos populares da FBP,

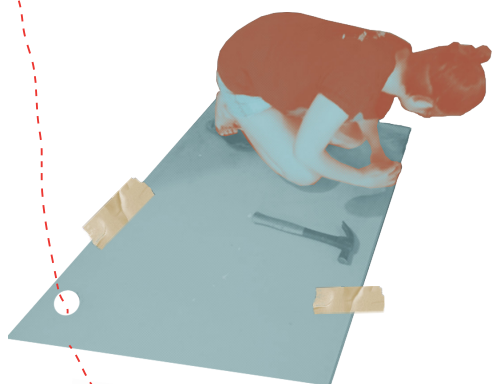
como o MTD, MAB, Levante Popular da Juventude²⁷ e Movimento Sem Terra (MST)²⁸, conectados ao Projeto Brasil Cidades, e se inseriu na rede nacional do BrCidades. A disciplina contou com a participação de alunos da EAD/UFMG, militantes desses movimentos populares e pesquisadores do Indisciplinar, e as atividades realizadas nela e na extensão Geopolítica e Cidades buscaram seguir a agenda territorial do Projeto Brasil para cidades mais justas.

Importante destacar que ações entre Universidade e movimentos populares, o protagonismo é local e dos movimentos. Eles têm as formas e hierarquias que envolvem uma forma de atuação consolidada, organizada e papel protagonista nas ações locais, principalmente os movimentos novos e clássicos ligados à FBP, como o MTD. Esses movimentos são imbricados na luta política, que é local,



mas também nacional e global, e suas ações no território articulam com as demandas e interesses transescalares que atravessam o território.

Voltando ao segundo semestre de 2018, em outubro iniciou na EAD/UFMG a disciplina Territórios Populares I (TP I), vinculada à pesquisa extensionista Territórios Populares²⁹ (2019 - 2019), pertencente ao grupo Indisciplinar/UFMG, coordenada pelas professoras Natacha Rena e Marcela Silvano Brandão e conectada à rede nacional de pesquisadores com a coordenação da professora Raquel Rolnik (LabCidade/FAUUSP). A pesquisa buscava estudar os processos de "reestruturação espacial associados aos interesses do capital, que via de regra provocam a expulsão da população pobre, alterando seu modo de vida e suas formas de sobrevivência" (TERRITÓRIOS POPULARES, 2019) por meio do mapeamento cartográfico das disputas e controvérsias envolvidas na produção dos espaços nos territórios da favela Pedreira Prado



MUTIRÃO NA OPL

Lopes, a Região dos Guaicurus, a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) e Ocupação Maria Carolina de Jesus/MLB, e identificando os movimentos de resistência contra as ações de segregação sócio-espaical promovidas pela Cidade-Estado-Capital.

Ao ter conhecimento sobre essa disciplina e pesquisa me identifiquei com o conteúdo e método utilizado, o Método Cartográfico Indisciplinar³⁰, e comecei a cursar TP I - junto da vontade pessoal em desenvolver pesquisa e extensão junto ao Indisciplinar. Como estava na organização do Fórum Mineiro do BrCidades, tinha uma aproximação inicial com a PPL e com a OPL, então fui encaminhada para estudar o território da favela e da Ocupação durante a disciplina. A afinidade com os temas investigados me incentivaram a sair da pesquisa Cartografias do Rio Doce e entrar como voluntária da pesquisa extensionista TP com as portas abertas pelas professoras Natacha Rena e Marcela Brandão. Nesse momento, a professora Natacha também me inseriu no projeto de extensão Geopolítica e Cidades e Urbanismo Biopolítico³¹ do Ind.lab/Indisciplinar, articulando as atividades de ensino, pesquisa e extensão no território da PPL. Foi ali, no final de 2018, quando meu mergulho pela PPL começou a ir mais fundo e que, hoje, dá origem a este TCC.

Junto ao Indisciplinar, atuei por dois anos no território da favela (2018 -2020) e o investiguei por três (2018 - 2021), uma vez que, com a pandemia do coronavírus, as atividades presenciais foram encerradas e precisaram sofrer modificações.



1o FÓRUM MINEIRO DO BRCIDADES



Ao longo desses anos, as investigações sobre a PPL ocorreram com base no método Cartográfico Indisciplinar, método que vem sendo construído pelo grupo de pesquisa Indisciplinar desde 2012, e que articula a pesquisa, o ensino e a extensão com os projetos em andamento. O método é “cartográfico, genealógico e em platôs” (LOPES; RENA; SÁ; 2019) e tem como base teórica o conceito de Rizoma, proposto por Deleuze e Guattari (1995), a Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour (2012) e a genealogia de Michel Foucault (1979).

Durante a pesquisa TP³², principalmente, o estudo sobre o método foi aprofundado e experimentado. Buscamos elaborar instrumentos que possibilitassem trocas reais em campo e aproximações não objetificadoras em relação aos pesquisados, e isso ocorreu a partir de dispositivos como: visitas guiadas no território por lideranças locais; conversas com moradores, militantes e movimentos populares ativos no local; entrevistas com moradores, militantes e técnicos; construção de mapas e de linhas do tempo interativas - analógicas e digitais; participação em reuniões com o grupo de base e em eventos locais; e realização de jogos com os moradores.

[...] é necessário compreender que todo mapa é uma construção social deformada da realidade, embedado de subjetividades que vem tanto do que é pesquisado, como do próprio pesquisador. Ou seja, quem constrói a

cartografia é também parte dela, um ator na rede. Não existe um princípio de imparcialidade do pesquisador. Ele deve estar disposto a “se deslocar do lugar de especialista e incluir-se na análise dos jogos do saber-poder que compõem o campo e a realidade observada” (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 96). Neste sentido ele está sujeito às forças que compõe a rede, sendo desterritorializado e reterritorializado inúmeras vezes (NOBRE, SCHOENELL, PORTO, 2020, p.41).



Integrando a teoria à prática, durante a pesquisa TP foram desenvolvidas disciplinas relacionadas como TP I, TP II, TP II e o Pflex Arquitetura Desobediente - matéria de projeto arquitetônico -, assim como a organização e participação em eventos relacionados à pesquisa extensionista e sua atuação social. Com a pesquisa Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte (CPOPBH)³³ também ocorreu o mesmo junto às disciplinas Cartografia do OP em BH (COPBH) I e II, Laboratório Transversal: Centros Culturais e Cartografia Do Orçamento Participativo (CCOP). As atividades relacionadas às extensões nas quais participei, Geopolítica e Cidades e Urbanismo Biopolítico, e ao Grupo de Estudos Região da Lagoinha (GE-Lagoinha)³⁴ ocorreram interligadas às ações das pesquisas citadas acima, o que se relaciona ao método utilizado em as práticas de ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis.

Na Pedreira, os anos de pesquisa extensionista (2018 - 2020), permitiu a produção de um banco de dados - a Wiki do grupo, planilhas e pastas no Google Drive e mapas no Qgis - alinhado ao método, que possibilita o mapeamento das complexidades e controvérsias locais presentes nos agrupamentos de atores e interesses que atuam na favela e nas narrativas da mídia hegemônica, alternativa e das cartografadas no local. Esses materiais produzidos ao longo das disciplinas, pesquisas e extensões, como coleta de narrativas, fotos, vídeos, áudios, mapas e linhas

do tempo, contribuem para a produção científica de artigos³⁵, entrevistas³⁶, livros, apresentação em eventos científicos, monografias, dissertações³⁷, teses, assim como para a produção social e tecnopolítica que colabore com as lutas de parceiros locais e movimentos de resistência presentes na PPL, como: o blog **Plataforma Urbanismo Biopolítico** (PUB)³⁸, fanpages, vídeos, documentários, cartilhas, mapas e demandas que surjam a partir das forças locais, tal qual este trabalho.



AFINAL, O QUE É **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**?

O conhecimento, quando aliado à consciência crítica e à prática dialógica, é capaz de problematizar a vida humana (FREIRE, 1992). Ou seja, é capaz de desconstruir o conhecimento unilateral, hegemônico, questionar a realidade que está posta, criar, construir em conjunto com outros saberes e formas de viver e, então, transformar a realidade. Nesse contexto de **democratização do conhecimento e práticas cidadãs, a extensão tem um papel fundamental, já que ela atua diretamente na função social da Universidade,** ou seja, no contato direto com as situações além dos muros institucionais, articulando e trabalhando com pessoas e suas necessidades em tempo real. **A extensão, segundo Geraldo Coelho (2014, apud. GUTIÉRREZ, 1992) é um instrumento pedagógico para uma formação universitária embasada na troca de saberes, habilidades e experiências, e que atua no sentido da construção com as pessoas e não da transmissão de um pensamento único. Nas palavras de Paulo Freire (1992), essa é uma prática dialógica, comunicativa e que se embasa na educação libertadora, porque transforma e constrói junto.**

*É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. **É tarefa da extensão construir uma relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para a alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação (DE PAULA, 2013, p.20).***

É importante destacar, no entanto, que o significado da palavra, extensão quer dizer estender algo e, nesse caso, estender o conhecimento. Segundo Freire (1992), o sentido da palavra expressa que há uma relação vertical dada por um detentor do saber e um assistido, e quando a prática extensionista se relaciona à sua semântica, se distancia da capacidade política e transformadora desse instrumento e acaba por guiar suas ações com base em interesses pessoais de professores e pesquisadores. Sem o diálogo, a troca com socie-

dade e a práxis em suas reais demandas, a atuação extensionista simbolicamente pode ser imaginada como uma sanguessuga no território, sugando a cultura, as habilidades, conhecimento e tradições da comunidade e, posteriormente, levando esse conhecimento para longe de sua origem, numa linguagem técnica e cientificista, que afasta a história de seus próprios narradores (ROMÃO, 2018).

No entanto, quando a extensão está alinhada à uma atuação transformadora, não se relaciona ao significado da palavra, mas sim à relação dialógica e comunicativa. Isso quer dizer a troca horizontal entre Universidade e sociedade, uma atuação política e com compromisso social no sentido de ampliar a conhecimento produzido no meio acadêmico para comunidade, de produzir em conjunto, atuar na tríade ensino, pesquisa e extensão com base em necessidades de pessoas reais, articulando as potencialidades e conhecimentos locais e colaborando na luta pela efetivação dos direitos sociais (MASSIMETTI et al., 2020). Até porque, dentro dessa ideia transformadora, "o que fazemos dentro da universidade não é para ser consumido dentro dela. O que dá sentido à universidade é o que fazemos fora dela com aquilo que aí produzimos" (ANTUNES; GADOTTI; PADILHA, 2018, p. 209).

Enquanto instrumento de problematização da realidade e transformação social, é necessário compreender que a extensão universitária tem um caráter pedagógico, social e político. Nesse sentido, suas ações são conectadas a práticas democráticas, que ampliem a cidadania, a justiça social no enfren-

tamento de problemas estruturais na escala local (RENA, 2017) e que atue no combate a desigualdades, preconceitos e ao status quo com raízes e práticas colonialistas e hegemônicas (D'OTTAVIANO; ROVATI, 2017).

Apesar de sua importância social, a extensão ainda é um dos pilares universitários que recebe menor atenção do que seus pares: ensino e pesquisa. Ao contrário dos dois últimos, a extensão não tem um produto final e, mesmo que tenha, esse não é o seu objetivo principal (D'OTTAVIANO; ROVATI, 2017). O trabalho social, prático, político e social da Universidade não pode ser articulado por uma lógica produtivista e neoliberal, que anseia por um objeto a ser consumido (MASSIMETTI et al., 2020). Por isso é tão importante a autonomia universitária presente em nossa Constituição Federal e a compreensão sobre a real contribuição social da Universidade à extensão: "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão" (BRASIL, 2017, p. 150).

A prática extensionista cidadã é social, profunda, no tempo real das lutas e muitas vezes não segue o cronograma universitário. É uma ferramenta de transformação para uma sociedade mais justa, que articula o conhecimento produzido na academia com as demandas sociais, na prática. Logo, a indissociabilidade entre a tríade ensino, pesquisa e extensão se torna essencial.

Enquanto ferramenta pedagógica, a extensão universitária – ou a comunicação – se torna o espaço para uma aprendizagem reflexiva e crítica. Partindo da leitura da realidade dos agentes envolvidos, desenvolve-se um processo de formação constante, tanto do território, quanto dos sujeitos. Para a comunidade, a universidade pode se tornar uma aliada em lutas que já estejam ocorrendo, ou contribuir na construção de novas propostas [...] esse apoio institucional funciona como uma legitimação para as reivindicações dos movimentos sociais e grupos organizados. Para a universidade, essa troca com a sociedade complementa o processo de formação, influencia no modelo pedagógico adotado, refletindo na qualidade (política e crítica) do ensino. Trata-se de uma relação dialógica (MASSIMETTI et al., 2020, p.8 - 9).

Como aborda Fabiana Britto (2017), não é raro a extensão ser entendida e praticada como uma prestação de serviço ou uma atuação assistencialista, enfraquecendo a capacidade transformadora do instrumento. Como uma forma de regulamentar as ações dentro das Universidades e compreender o papel social e político da extensão, em 2012 foi publicada a Política Nacional de Extensão Universitária (PNE), que define o conceito e

as diretrizes da extensão universitária (REGIS, 2019), atuando “sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15).

Com a Resolução de 2018, realizada pelo Ministério da Educação (MEC), e presente no PNE de 2014/2024, as atividades extensionistas devem compor, pelo menos, 10% (dez por cento) da grade curricular para a formação do aluno. Essa estratégia, segundo Massimetti et al. (2020), se baseia na “interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade”, “formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos”, e até mesmo pela “produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade” (MASSIMETTI et al., 2020, p.5). O mesmo texto aborda as práticas extensionistas sendo “(I) programas; (II) projetos; (III) cursos e oficinas; (IV) eventos; e (V) prestação de serviços” (Idem, 2020).

No sentido do avanço sobre as práticas extensionistas nas Universidades, a Resolução de 2018 é um grande avanço também porque destaca a necessidade do comprometimento social, da troca de saberes e democratização do conhecimento para além das fronteiras acadêmicas. No entanto, inserir como práticas extensionistas atividades ainda conectadas apenas ao ambiente universitário, como cursos, oficinas, prestação de serviço,

por exemplo, se torna incoerente quando se objetiva a universalização do conhecimento, a práxis questionadora e a problematizadora da realidade. De fato, a regulamentação é positiva, porém não é suficiente. É necessário uma reestruturação curricular e institucional crítica em nossas Universidades, para que haja um comprometimento real com a mudança e com a atuação política e social, e não com a produção mercadológica.

Tendo o mais visível de sua ação voltada para a relação dialógica com a sociedade, a extensão universitária tem também uma importante função interna na universidade, que é o fato de abrigar órgãos e desenvolver atividades que permitem a decisiva interligação entre a cultura científica e a cultura das humanidades [...] veículos indispensáveis de mediação entre os produtores de conhecimentos e bens simbólicos e os destinatários dessas ações, sejam eles estudantes, sejam eles os vários sujeitos externos à universidade, igualmente legítimos destinatários da ação universitária. [...] Trata-se, essencialmente, de ver a extensão universitária como uma cultura, como uma prática, como um compromisso, indispensáveis à plena realização da universidade como instrumento emancipatório (DEPAULA, 2013, p.21-22).

A extensão universitária é por si um dos pilares que sustenta a base das atividades universitárias e é necessário que seja praticada como tal. De Paula (2013) afirma as dificuldades presentes na inserção da extensão como prática nas Universidades. Por isso, a mobilização e comprometimento de professores, pesquisadores, alunos, técnicos, pró-reitores, reitores, e comunidade é essencial para que a mudança seja sustentada, tanto na promoção de atividades extensionistas de caráter social, quanto em incentivos financeiros, grande empecilho das ações de extensão (COELHO, 2014).

Não é de hoje que o ensino público vem sendo seriamente prejudicado pela falta de investimentos. Com a Universidade pública a situação não é diferente e, nos últimos anos, após o golpe sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), essa situação tem se agravado (KRAWCZYK; LOMBARDI, 2018). Por um lado, a própria Constituição garante a indissociabilidade do tripé universitário para uma produção de conhecimento cidadã, autônoma e ética enquanto, por outro, o sucateamento, as dificuldades orçamentárias, a burocratização - ou burocracia da caricatura (D'OTTAVIANO; ROVATI, 2017) - e intervenção de forças ligadas à lógica neoliberal produtivista é uma presença constante nas Universidades públicas. Essa relação prejudica diretamente a produção científica, técnica e social universitária "na precariedade das relações contratuais de trabalho, desvalorização docente, poucos investimentos na pesquisa, projetos, programas, dentre outros percalços" (DE NEGREIROS et al., 2019).

Segundo Freire (1992), "problematizar a realidade, levantar questões pertinentes, solucionar problemas, apontar caminhos e agir diante da realidade são etapas, ações possíveis de serem efetivadas por meio da extensão" (FREIRE, 1992, apud. REGIS; FREITAS, 2020, p.8). Universidade e sociedade quando trabalham juntas geram conhecimentos conceituais, técnicos, práticos, profissionais, cidadãos e democráticos. Esse é um dos caminhos para a transformação.

Pensar a Universidade em tempos de crise – quando falham os sistemas de financiamento e participação política – é pensar a radicalização do seu sentido social, da sua missão pública de produção de conhecimento crítico e contextualizado, de formação de quadros profissionais técnica/teoricamente capacitados e socialmente responsáveis (BRITTO, 2017, p.31-32).

Abordarei agora sobre cada uma das atividades anteriormente mencionadas, seu processo e

seus "produtos finais" que realizamos com base em minha experiência enquanto bolsista extensionista do grupo Indisciplinar.

A universidade é assumida, portanto, como um ator social de muita relevância na produção e no debate das cidades contemporâneas e das políticas públicas urbanas. Contudo, assumir-se como um dos atores da rede não significa que a academia deva ocupar um lugar de saber único e autoritário. Ao contrário, os pesquisadores precisam participar das lutas com os movimentos sociais. O que deve ser assegurado é a autonomia do pensamento crítico, inclusive para que os pontos cegos das lutas sejam visibilizados, e que as diferenças e os avanços das lutas sejam afirmados, mas que as armadilhas postas sejam estrategicamente denunciadas ou contornadas, como no caso do esvaziamento do papel do Estado. Dentro dessa abordagem, a extensão conquista um grande protagonismo, uma vez que é a principal responsável pela articulação entre universidade e sociedade, possibilitando uma produção acadêmica mais coerente com a realidade social e política do Brasil atual. As controvérsias e as contradições vão sempre surgir, cabe a nós estarmos sempre atentos a elas (LOPES; RENA; SÁ; 2019).

Durante a disciplina de TP I, nos aproximamos do território da PPL por meio da OPL/ MTD e construímos em sala e com as militantes e moradoras da Ocupação e da favela uma linha do tempo digital e analógica, dentro do método cartográfico utilizado, sobre esses dois territórios populares estudados. Junto com alunas da EAD e pesquisadores do Indisciplinar visitei a Ocupação, participei de eventos organizados no local e na favela, e de visitas guiadas pela PPL por Valéria Borges, também conhecida como Val ou Tia Valéria, por sua profissão de professora infantil e por ter dado aulas a muitos moradores da comunidade. Valéria nos guiou pela favela muitas vezes, nos apresentando outras lideranças locais, regiões importantes do território e contando a história de luta e resistência da PPL a partir de sua vivência enquanto moradora e liderança comunitária. Foi um grande presente! (Obrigada, Val!).

Com essa parceria entre Universidade, movimento popular e moradores e articulando as demandas do MTD e da alimentação do banco de dados pesquisa para a produção de materiais científicos, ao final da disciplina de TP I tínhamos construído a linha do tempo da OPL, a qual entregamos ao Movimento e às moradoras e militantes que residiam no local.

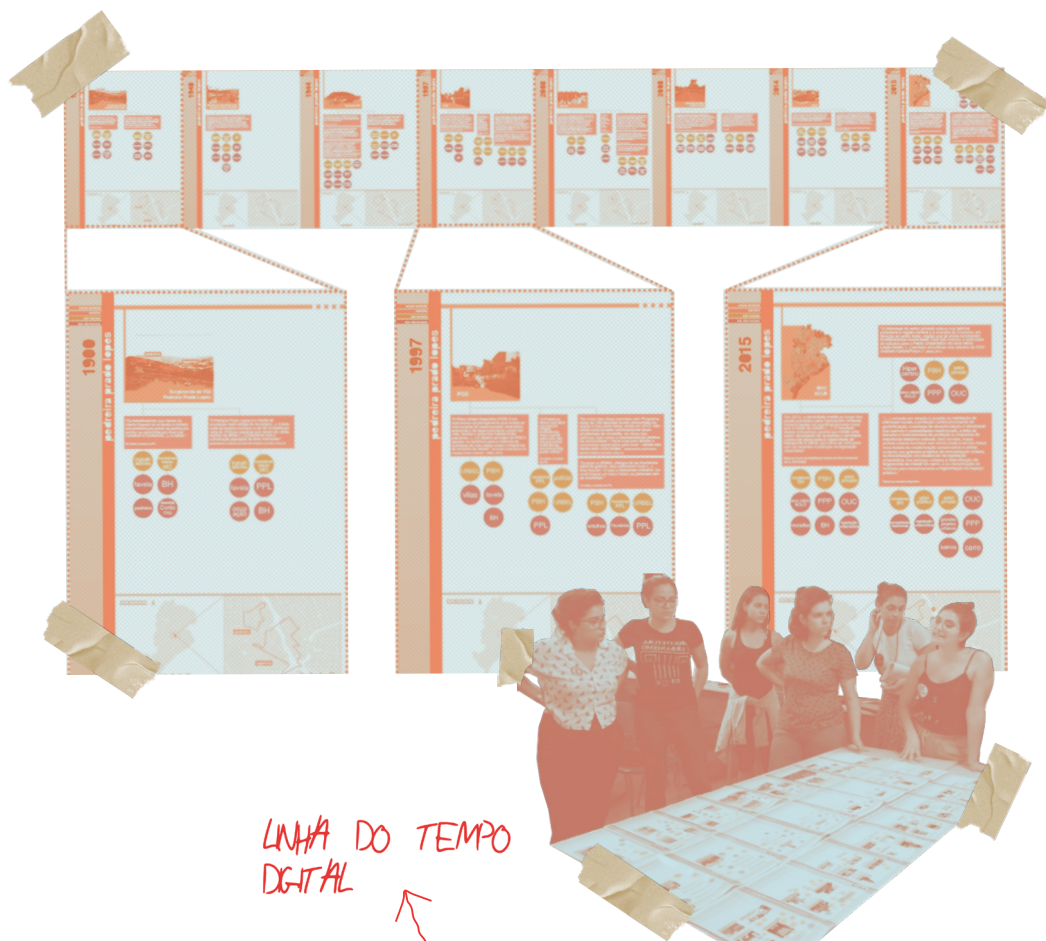




PRODUÇÃO DA
LINHA DO TEMPO
ANALÓGICA



LINHA DO TEMPO ANALÓGICA



LINHA DO TEMPO DIGITAL

No primeiro semestre de 2019 continuamos as atividades da pesquisa TP e das extensões antes mencionadas junto às disciplinas de TP II e Pflex. Com intenção de aprofundarmos a investigação sobre os quatro territórios populares estudados, entre eles a PPL, e de visibilizar a história desses locais a partir da voz de uma mulher que mora e/ou trabalha nessas regiões, construímos um documentário sobre a história de cada território³⁹ a partir da vivência, luta e resistência dessas mulheres e que colaborou na continuidade da construção coletiva da linha do tempo de cada um. Na PPL, Valéria Borges foi quem narrou a história da favela por meio de sua vida e militância no local⁴⁰.

Para a produção e gravação do documentário utilizamos uma linha do tempo analógica e interativa da favela, imagens e perguntas simples ligadas ao método Cartográfico Indisciplinar⁴¹ - quando? o que? por que? quem? com o que? - buscando a construção de uma cartografia espontânea e complexa sobre o território. Neste dia, além de Valéria Borges, tivemos contato com a liderança Viviane, que trabalha com os jovens da comunidade, como o grupo Meninos do Morro. Além disso, o processo de produção do documentário contou com a participação de: alunos da disciplina TP II⁴²; professores, bolsistas e investigadores da pesquisa TP⁴³; das extensões Geopolítica e Cidades e Urbanismo Biopolítico, e do GE-Lagoinha; de militantes e moradores de cada local; e parceiros de movimentos populares.



VALÉRIA PARA O
DOCUMENTÁRIO PPL



ÁLBUMS DE
FOTOGRAFIAS
DA VAL



PRODUÇÃO
DOCUMENTÁRIO PPL



Vinculado a esses projetos de pesquisa e extensão, em julho de 2019, durante o Festival de Inverno da UFMG e da comemoração do 30 anos do Centro Cultural da UFMG, organizamos o evento "**Territórios Populares no centro expandido de BH: contra-narrativas em cena**", no qual exibimos os quatro documentários produzidos com Valéria Borges (Pedreira Prado Lopes), Cris (Ocupação Carolina Maria de Jesus), Sílvia (Asmare) e Nice (Guaicurus). Após a projeção, também ocorreu uma roda de conversa com as quatro mulheres dos territórios populares investigados, junto com técnicas e pesquisadoras que atuavam na região⁴⁴, com o objetivo de ampliar as discussões sobre as reestruturações espaciais vinculadas ao urbanismo neoliberal e as formas de desigualdade socioterritorial existente na região do centro expandido de BH.



CONTRA-NARRATIVAS
EM CENA



Outro evento conectado a TP e às extensões universitárias nas quais participei foi a oficina “Cartografia das Controvérsias: histórias e memórias na produção do espaço do centro expandido de Belo Horizonte, realizada em outubro de 2019 durante o XXIII Congresso ARQUISUR: A produção da Cidade Contemporânea no Cone Sul desafios e perspectivas da Arquitetura e do Urbanismo, organizado pela EAD/UFMG e pela Associação de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul (ARQUISUR), com a participação de alunos, professores e pesquisadores de IES nacionais e de fora do país. A oficina foi ministrada pelas professoras Natacha Rena/EAD-UFMG, Marcela Brandão/EAD-UFMG, Patrícia Azevedo/EBA-UFMG e Ana Isabel de Sá/IFMG e fizemos uma visita guiada à PPL com Valéria Borges, que apresentou aos participantes sua comunidade e a história de luta, resistência e de conquistas sociais por direitos e melhoria urbana.

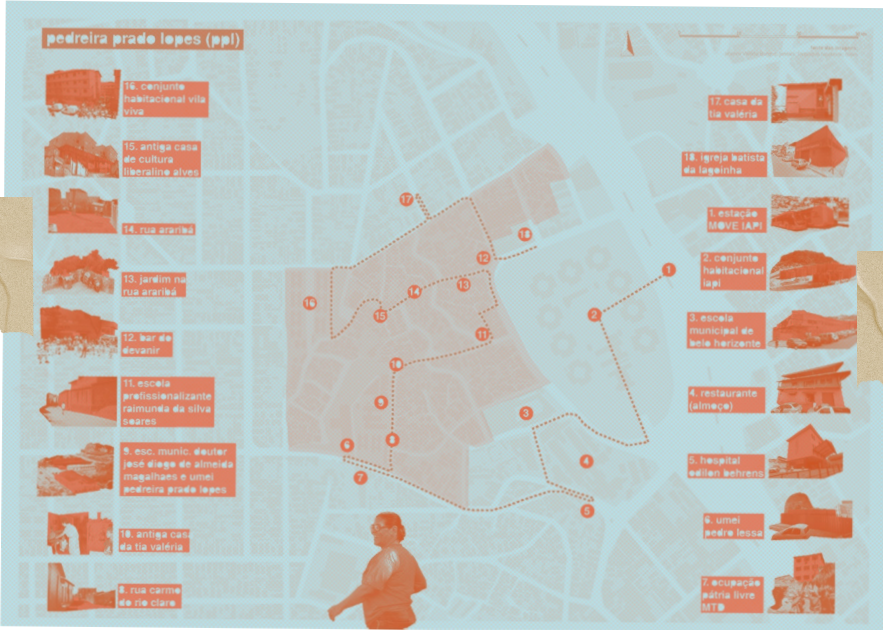
Como bolsista de pesquisa e extensão, auxiliei na produção de um mapa - roteiro para o evento com os locais que Valéria nos levaria, entre eles a OPL. Muitos participantes da atividade nunca tinham entrado em uma favela anteriormente e conhecer um território com uma história permeada por tantos interesses ligados ao Estado, ao Capital e sociedade civil, foi um grande aprendizado, além de ter contribuído para a viabilização daquela comunidade - demanda colocada com frequência pelos moradores nos encontros realizados durante meu período enquanto extensionista.



XVIII ARQUISUR



XVIII ARQUUR



ROTA DA OFICINA ARQUUR NA PGL

PRÁTICA EXTENSIONISTA NA FORMAÇÃO CIDADÃ

Como visto, a extensão é um instrumento que, junto com o ensino e a pesquisa, atua na função social da Universidade e em seu papel dialógico, capaz de problematizar a vida humana (FREIRE, 1992) e aprender a fazer com o outro, coletivamente, uma realidade transformada com justiça e direito social. O caráter pedagógico extensionista proporciona a relação horizontal entre comunidade e universidade, amplia e democratiza o acesso ao conhecimento produzido dentro dos “muros” das Universidades e proporciona uma aprendizagem crítica, reflexiva, problematizadora, que crie soluções viáveis para necessidades cotidianas.

Enquanto a concepção “assistencialista” da educação “anestesia” os educandos e os deixa, por isso mesmo, a-críticos e ingênuos diante do mundo, a concepção da educação que se reconhece (e vive este reconhecimento) como uma situação gnosiológica, desafia-os a pensar corretamente, e não a memorizar. [...] É que, na problematização, cada passo no sentido de aprofundar-se na situação

problemática, dado por um dos sujeitos, vai abrindo novos caminhos de compreensão do objeto da análise aos demais sujeitos (FREIRE, 1992, p.71 -72).

Como formadora de futuros profissionais, a extensão universitária - na indissociabilidade da tríade acadêmica - possibilita ao aluno o aprimoramento do saber técnico e científico com a aplicação dos conceitos na prática, além disso, oportuniza ao aluno “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Sem isso, o ensino tradicional, centrado no aprendizado e na transmissão exclusiva do conhecimento do professor não contemplará a integralidade da formação” (PONTE et al., 2009, p. 530, apud. COELHO, 2014, p.15).

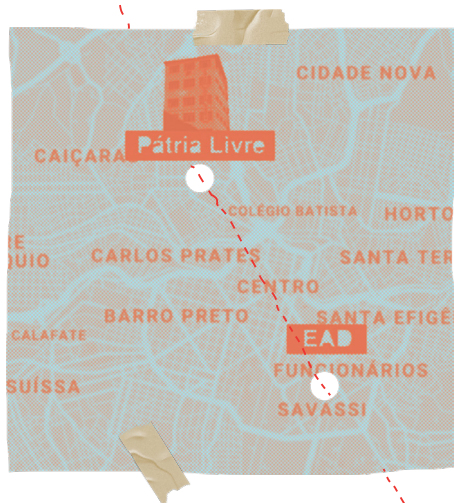
Na formação de alunos e futuros profissionais, a extensão, quando conectada ao sentido de comunicação (FREIRE, 1992), promove, também, o desenvolvimento de habilidades técnicas e sociais para o aluno, como: aprimorar a cognição (escrever relatos de risco incorporando o conhecimento técnico e teórico); a capacidade de trabalhar em equipe; de organizar demandas; de interagir com outro público além do universitário; de aprender a ouvir, expressar e comunicar uma ideia com uma linguagem não acadêmica - dialogar; além de ampliar a consciência cidadã e a problematização da realidade (COELHO, 2014).

De acordo com Massimetti et al. (2010), por meio da extensão universitária o estudante

tem o contato com movimentos sociais, lideranças comunitárias, associações de moradores entre outras organizações e indivíduos detentores do saber político, mobilizador e articulador. **Atendendo demandas reais e para desenvolver soluções reais, a extensão proporciona ao estudante o engajamento social e político. Esse aprendizado não está presente nas salas de aula e sim fora, na experiência.** Por esse motivo, como já mencionado, o conhecimento trabalhado em sala complementa a pesquisa, que complementa a prática, que complementa o ensino. **O tripé é indissociável para uma formação cidadã e transformadora.**

*Realizar uma atuação militante dentro da universidade exige que se faça um movimento de cruzamento: entre os saberes populares e eruditos, entre os modos de vida da periferia e dos seus técnicos, alunos e professores. Cruzar as fronteiras, territoriais e espaciais, mas também, e principalmente, sociais. **Acredita-se na extensão universitária como uma ferramenta de entendimento do contexto real da sociedade e o lugar da ação para fora das salas de aula e dos gabinetes. Dentro das Universidades, a extensão é o ponto de resistência (MIRANDA; RENA, 2016, p.32).***

Voltando ao primeiro semestre de 2019, paralelamente à TP II ocorreu a disciplina de projeto arquitetônico “Pflex: Arquitetura Desobediente”, na qual fortalecemos a relação entre a Universidade, movimentos populares e sociedade civil. Na PPL isso significou retomarmos a parceria do grupo de pesquisa Indisciplinar com o MTD para desenvolvermos um projeto participativo na OPL a partir de uma demanda levantada pelo movimento e pelos moradores, e que fosse viável de ser executada no tempo de dois meses de duração da disciplina. Após a concepção do projeto, faríamos um mutirão para a construção de um modelo do projeto, para que depois pudesse ser reproduzido pelos moradores conforme sua demanda.





Após dois encontros com moradoras e coordenadores da Ocupação durante o grupo de base de mulheres do MTD, foi levantada a problemática em relação às divisórias entre as habitações do local, pois eram elaboradas com tecidos, lonas, painéis de MDF, tábuas de madeira ou armários das residências, o que se tornava perigoso entre uma residência e outra, além de não permitir a privacidade entre os moradores.

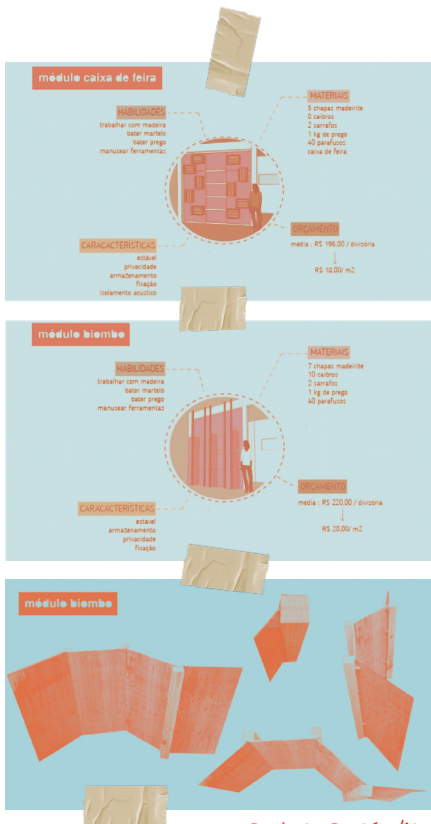
Por ser um processo colaborativo, desenvolvemos em sala dispositivos que contribuíssem no mapeamento das demandas em relação às divisórias e também sobre as habilidades, saberes

construtivos, materiais disponíveis e moradores que poderiam participar no mutirão e arrecadação de verba para que ele ocorresse. Relacionado ao método, o dispositivo, desenvolvido por mim e pelos colegas Ana Luísa Schoenell, Ana Urbano e Gabriel Goulart, sob a orientação da professora Marcela Brandão, foi um jogo com tabuleiro, ícones, tabelas e maquete, que nos auxiliou mapeamento das informações necessárias de forma que elas surgissem dinâmica, divertida e espontaneamente. Com isso, identificamos que a estrutura proposta deveria vedar o som, ser firme, rápida e barata de ser construída, e ser igual para todas as residências.

O dispositivo pode ser entendido, ainda, como uma formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência: “o dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979, p. 244 apud LOPES; RENA; SÁ, 2019).

O processo contou com grande interesse das moradoras e militantes do MTD, o que permitiu uma participação efetiva no processo de projeto e ter tornado sua concepção mais rápida. Ao final, projetamos dois modelos de divisórias que integrassem as demandas mapeadas, o saber construtivo dos moradores em relação ao material e o baixo custo, dando origem aos modelos Biombo e Caixa de Feira. Ao final, desenvolvemos dois ma-

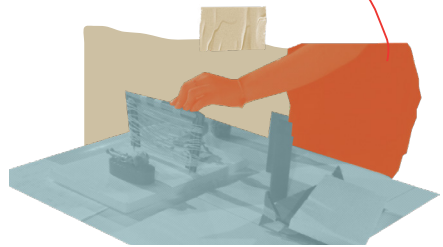
nuais⁴⁵ com um passo a passo para a montagem de um e que também disponibilizava o orçamento completo e a indicação de onde comprar cada material. Além disso, também entregamos à Ocupação uma maquete do modelo Biombo na escala 1:10, para poder ser utilizada de referência durante a construção das divisórias.



MODELOS DIVISÓRIAS E MAQUETE



DINÂMICA COM AS MORADORAS DA OPL



Para a execução do mutirão foi necessário arrecadar uma determinada quantia de dinheiro e para isso, durante o Festival Lula Livre, ocorrido em maio de 2019 no Galpão - local de eventos da Ocupação - nós, alunos, vendemos bolos e brigadeiros e as moradoras e militantes, feijoada. O mutirão, no entanto, não ocorreu. Após uma orientação de projeto em sala, foi identificada uma sobreposição de necessidades: a reforma urgente do sistema elétrico da Ocupação. A partir desse momento os planos iniciais da disciplina mudaram e enquanto estudantes e técnicos passamos a atuar como agenciadores entre demandas. Explico.



Os modelos Biombo e Caixa de Feira utilizavam MDF, material bastante conhecido pelos moradores, mas sua instalação somente seria viável e segura após a reforma do sistema elétrico da Ocupação. Em sala, a professora Marcela identificou essa problemática e buscamos aprofundar essa questão orientando com outros professores de disciplinas técnicas. Como esse tema foge de nossa área de conhecimento, enquanto bolsista de extensão e estudante, atuei como agenciadora na intermediação entre a OPL e um engenheiro eletricista, que já atuava em outras ocupações por moradia da cidade, em sua vistoria, análise do caso da Ocupação, e na medição da potência consumida no local junto com os colegas da disciplina e moradoras, para que o engenheiro realizasse os cálculos e identificasse as demandas e valor para a reforma elétrica.

FESTIVAL
LULA LIVRE



Entregamos essa análise técnica aos moradores e coordenadores da OPL, a qual demandava um valor muito alto para reformar. Sabendo disso, buscamos propor soluções preventivas e intermediárias até a execução da reforma completa do sistema elétrico, além de organizarmos junto com os moradores e o MTD uma festa junina na Ocupação, o Arraiá na Pátria Livre, com a produção gráfica, divulgação, e articulamos a venda de rifas para a arrecadação de verba. Para a venda das rifas, como extensionista, fui à Feijoada Lula Livre e na festa junina da Casa Socialista, em BH, e, em apenas dois dias, consegui vender 60 rifas, contabilizando 800,00. Durante o Arraiá, os moradores e militantes sortearam a rifa e conseguiram arrecadar mais orçamentos com a venda de comidas para a reforma.

Nesse mesmo recorte temporal, entramos em contato com empresas de extintor de incêndio e fizemos orçamentos. Ao final do Pflex, além dos dois manuais impressos e digitais dos modelos de divisórias, a maquete 1:10, relatório técnico desenvolvido por nós alunos junto com o engenheiro eletricista, também conseguimos instalar um extintor de incêndio para cada andar da Ocupação com o valor arrecadado no Festival Lula Livre. O valor arrecadado na festa junina na OPL e com a venda de rifas foi destinado às moradoras e militantes para darem continuidade na arrecadação e tornar possível a reforma elétrica.

Essa alteração no desenvolvimento do produto final da disciplina se relaciona ao método cartográfico, que desenvolve as investigação no

tempo real e no ponto cego das lutas (LOPES; RENA; SÁ, 2019). As demandas que surgem no território e a partir dos movimentos sociais, coletivos, associações e lideranças comunitárias, etc., não seguem, necessariamente, o mesmo cronograma estabelecido pela Universidade, e isso, dentro do método, levanta a necessidade das ações se basearem em calendário flexível e variável, alinhado com as demandas que surgem ao longo das atividades, o que se choca com o tempo acadêmico.

[...] A pluralidade das redes em que o grupo atua (envolvendo movimentos organizados, associações de bairro, coletivos, partidos políticos, etc.) revela divergências e conflitos internos de interesses [...] O tempo exigido para a reflexão acadêmica rigorosa vai, muitas vezes, de encontro à urgência das demandas das lutas, que exigem a produção de informação quase imediata. Todos esses aspectos são intrínsecos aos processos investigados e refletem a diversidade dos atores enredados nas lutas urbanas. Contudo, conformam-se também obstáculos, riscos e ruídos que atravessam constantemente o método proposto e provocam tensões na produção de informação pelo grupo. (LOPES; RENA; SÁ, 2019).



ARRAIÁ NA OPL



ENTREGA EXTINTORES DE INCÊNDIO NA OPL



FEIJOADA LULA LIVRE

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO

Quando se trata da formação de arquitetos e urbanistas, a extensão tem um papel fundamental, pois trabalhamos com a produção do espaço e com as relações que o permeiam: território, ambiente construído e indivíduos. Segundo D'Ottaviano e Rovatti (2017), as atividades extensionistas relacionadas à arquitetura e urbanismo podem ser “desde uma convencional prestação de serviço para a elaboração de um plano diretor até ações diretas de solidariedade a movimentos de ocupação de imóveis ameaçados pela violência policial” (D'OTTAVIANO; ROVATI, 2017, p.17).

O campo de atuação da arquitetura e urbanismo é bastante amplo e com a extensão universitária isso se torna ainda mais evidente, pois, em uma prática dialógica, o aluno tem contato com a realidade urbana e social das cidades brasileiras, com a desigualdade social, com o desrespeito ao direito à habitação, à memória e ao meio ambiente, com a falta de infraestrutura urbana e de acesso pleno à

cidade, e com as consequências - em tempo real - de uma produção espacial que se vincula ao interesse privado do setor imobiliário. Como aborda Ermínia Maricato (2019) “Através da extensão é possível “trabalhar com a cidade real. A realidade não é apenas os centros dos mega edifícios do mercado imobiliário. É aquilo e é também a produção dos bairros de autoconstrução que estão fora do mercado. É preciso trabalhar essa realidade da cidade de uma forma “paulofreiriana” e passá-la para a população, inclusive para as faculdades de arquitetura e para os gestores públicos das nossas cidades” (MARICATO, 2019, p.2). Por meio da extensão universitária é possível ter contato com a desigualdade estrutural das cidades e com a atuação social da profissão.

A práxis permite que os estudantes se aproximem da função social da arquitetura e urbanismo e isso possibilita ao aluno o contato com outro ponto de vista sobre a profissão (LAURSEN et al., 2012, apud COELHO, 2014; MASSIMETTI et al., 2020), ampliando a perspectiva sobre um campo de trabalho militante, com caráter político, social, pedagógico e comprometido com a transformação de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária na efetivação de direitos.

No Brasil, a urbanização das cidades e sua infraestrutura - habitação, escola, acesso à saúde, trabalho, mobilidade, saneamento, esgoto, coleta de lixo, iluminação, cultura, lazer, segurança, entre outros - se desenvolveu baseada em processo segregador e que atende às demandas do setor privado e da classe de mais alta renda (VILLAÇA, 2012).

Essa lógica é a reprodução de uma herança histórica conectada à concentração de terra e à “troca de favores”, relacionados a um Estado patrimonialista, o que produziu centros urbanos desiguais “e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização” (MARICATO, 2013, p. 20).

Simplificadamente, explicar qualquer processo social - a segregação urbana incluída - é articulá-lo à totalidade social (os aspectos econômico, político e ideológico da sociedade) e a seus movimentos. É por meio dele mostrar como a segregação se articula com a mais importante (mas não a única) das manifestações explicativas das transformações sociais, ou seja, a dominação social, que gera a desigualdade, especialmente acentuada no Brasil (VILLAÇA, 2012, p.40).

A urbanização tardia no país trouxe um contingente significativo de trabalhadores das regiões rurais para a cidade, elevando a população urbana de 12,9 milhões para 52 milhões entre 1940 e 1970 (MARICATO; PAOLO; COMARÚ, 2018). Esse processo desenvolvimentista foi desconectado do atendimento real via políticas públicas urbanas às demandas sociais por habitação e cidade dos migrantes que chegavam, resultando em em uma urbanização a baixos salários (MARICATO, 2000). Tendo em vista o alto valor da terra urbana, essa massa de trabalha-

dores foi lançada a se fixar nas periferias das cidades, distante de serviços, infraestrutura básica para a moradia e sem acesso à habitação proporcional à demanda via conjuntos habitacionais, o que resultou em processos de autoconstrução e crescimento urbano sem planejamento ou atendimento aos direitos básicos de qualidade de vida.

[...] a autoconstrução enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de per si já apresenta características selvagens. [...] além de ser desprovida de infraestrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade (KOWARICK, 1979, p. 62).

Apesar das políticas dos governos Lula e Dilma visando a redução da desigualdade social no país com os programas sociais e estruturantes, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV), por exemplo, a realidade das cidades brasileiras permanece desigual. A correlação das forças atuantes na produção do espaço das cidades ligadas ao setor imobiliário, às grandes empreiteiras e aos proprietários do capital, atuou ativamente na condução da

aplicação dos recursos advindos desses programas, o que culminou no aumento do preço da terra e dos imóveis urbanos (MARICATO, 2015). Ainda mais recentemente, com a crise política, econômica e a pandemia de Covid-19, a situação das populações urbanas tem se fragilizado e acirrado com desigualdades espaciais claramente influenciando nos índices de desempregos, despejos e até mesmo da vacinação.

No cenário atual, grande parte da população do país vive em habitações e em regiões urbanas que não são projetadas por arquitetos e que, inclusive, muitas vezes não são considerados “cidade”, pois não são incluídos na cidade formal com seu aparato legal de com normas, leis e planos (MARICATO, 2000). Como Villaça aborda: “sobre esse espaço (legislação urbanística, localização dos aparelhos de Estado, produção do sistema de transportes etc.) e ainda a produção das idéias dominantes a respeito dele” (VILLAÇA, 2011, p. 53). Legalmente, é direito de todo brasileiro ter acesso à cidade desde a Constituição de 1988 e à moradia, com a introdução do art. 6º sobre o Direito à Moradia. No entanto, como aborda Maricato (2005), não é por falta de planos, leis ou competência técnica que a desigualdade urbana permanece, mas pela terra urbana ser uma moeda valiosa para o capital, o que implica em disputas de interesses seculares na aplicação desse aparato legal.

Sabendo disso, atuar na efetivação da legislação e dos direitos sociais e urbanos também é papel do arquiteto e urbanista. Durante o curso

de graduação, muito se aprende a como se projetar uma parede, mas pouco se trabalha na prática social da profissão, com demandas reais e como atuar nessa frente política e militante pela alteração da condição de vida nas nossas cidades. Atuar na função social da profissão significa trabalhar no sentido de colocar os interesses comuns e coletivos à frente dos individuais, significa contribuir para a democratização das cidades e atuar para produzir - em conjunto - soluções que cumpram seu papel social e tenham compromisso com o espaço urbano e coletivo para o bem comum.

Segundo a pesquisa realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) em 2015, em parceria com o Instituto Datafolha, apenas 7% da população brasileira tem acesso ao serviço de arquitetura (CAU/BR, 2015), o que deixa evidente o distanciamento da atuação profissional em relação às demandas reais presentes na produção espacial do país.

Nós temos uma certa invisibilidade sobre o que se passa na cidade, principalmente na cidade da maior parte da população, que é das camadas populares e de baixa renda. As vítimas da falta de moradia, de mobilidade, da falta de bom atendimento na área de saúde, elas têm cor no Brasil e tem, também, um aspecto de gênero nessa história toda. A ocupação ilegal de terra no Brasil é regra numa exceção (MARICATO, apud. BARBOSA, 2019)

Nesse contexto, a aprovação da Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) em 2008 foi uma grande vitória, pois, segundo MEDVEDOVSKI et al. (2021) ocorre no sentido de ampliar o campo de atuação social do arquiteto, identificando como um direito o acesso ao seu serviço via assessoria técnica para a promoção de habitações com boas condições de habitabilidade. É necessário levantar que a Lei de ATHIS não se limita ao lote ou à edificação, mas se relaciona a uma questão ampla de efetivar o direito à moradia de qualidade, o que significa articular com as políticas urbanas e ambientais dos municípios.

Sob o domínio do urbanismo neoliberal, os centros urbanos do país ou a metrópole biopolítica, como coloca Joviano Mayer (2015), é a sede do poder político e econômico. Inserida na lógica do capitalismo imaterial, as cidades ou “máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva” (GUATTARI, 1992, p.172) são complexas e a compreensão de suas dinâmicas socioespaciais, das linhas de forças que atuam subjetiva e fisicamente em seu território e nos fenômenos urbanos exige ferramentas e mecanismos que envolvam a colaboração e a multidisciplinaridade de sujeitos, sejam técnicos ligados ao Estado, movimentos sociais, sociedade civil, associação de moradores, sindicatos, coletivos e profissionais como “os urbanistas, os arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas etc...” (ibidem, p.172)

Como aborda Sérgio Ferro em Benoit (2020), a arquitetura também é mercadoria e quando vinculada à produção acrítica sobre a desigualdade urbana estrutural, a atuação de arquitetos e urbanistas podem contribuir para a manutenção do poder imobiliário sobre o solo urbano e, conseqüentemente, para a segregação social e espacial. Romper com a lógica desigual consiste em um trabalho com engajamento social, comprometido com a mudança e com a responsabilidade social e coletiva da profissão. Como trata Maricato, Paolo e Comarú (2018), é preciso retornar às bases, ao coletivo e ao social para alcançarmos cidades mais justas e inclusivas, onde os direitos sociais são efetivados e não permanecem apenas nos papéis.

O Mano Brown já falou: precisamos voltar para as bases. Nós abandonamos as bases. Nós deixamos de fazer o que a gente sempre fez, então tinha que tomar bomba mesmo. Não adianta, é voltar, é o trabalho de formiguinha mesmo. Vocês já estão voltando, estão aqui escutando favelado. Vocês já estão começando a voltar para base. O caminho é esse. E a nossa parte a gente fez a vida toda, a gente sabe fazer. Apesar que o cenário é diverso, é uma outra realidade, mas o trabalho de formiguinha a gente sabe fazer muito bem (Robson da Costa Meira, caminhada pela PPL, 2019⁴⁶).

Ainda em maio de 2019, ocorreu o XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), em Natal/RN, onde participei da sessão livre intitulada "Trabalhos de Extensão nas Universidades: construindo formação e cidadania"⁴⁷, que tratava a respeito de projetos de extensão ligados ao BrCidades em diferentes IES do país. Junto com a professora Natacha Rena pude apresentar a atuação extensionista desenvolvida até aquele momento na PPL e na OPL dentro da pesquisa TP, às disciplinas TP I e II, aos projetos extensionistas Geopolítica e Cidades e Urbanismo Biopolítico e ao GE-Lagoinha, ligados ao Indisciplinar, e ao Programa Brasil Cidades, e ligadas à rede nacional do BrCidades e da FBP.



XVIII ENANPUR



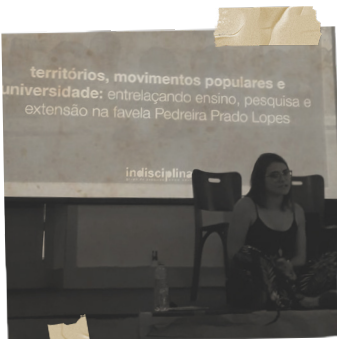
Em agosto do mesmo ano, as investigações desenvolvidas pelo GE-Lagoinha sobre a Região da Lagoinha, que também engloba a PPL, resultaram no artigo "**Produção Neoliberal do Espaço: um enredamento a partir das cenas de uso urbanas de crack e processos de gentrificação na Região da Lagoinha**", o qual apresentamos no 3º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico (SUB)⁴⁸ e que foi introduzido no e-book do evento.



ENTREVISTAS
GE-LAGOINHA



30 SUB



30 FLAU



ANIVERSÁRIO
2 ANOS OPL

wReforçando o papel social da Universidade e a parceria com movimentos populares ligados à FBP, em outubro de 2019, participei do 3º Fórum Livre de Arquitetura e Urbanismo de Ouro Preto (FLAU) representando o grupo de pesquisa Indisciplinar e a pesquisa extensionista, os projetos de extensão e o grupo de pesquisa anteriormente comentados, assim como sua ligação com o BrCidades, com a apresentação das atividades extensionistas desenvolvidas na Pedreira e na Ocupação entrelaçando ensino, pesquisa e extensão. No aniversário de dois anos da OPL, em 07 de setembro de 2019, nós do grupo Indisciplinar, recebemos uma homenagem do MTD e moradores pela atuação social e o compromisso da Universidade e do grupo de pesquisa nas ações da Ocupação.

Na disciplina de TP III - Formação Transversal (UNI008) - o vasto material desenvolvido durante quase dois anos de atuação nos territórios populares estudados na pesquisa TP, nas extensões já citadas e na extensão "Cartografia das Lutas" e nas disciplinas TP I e II e Pflex se tornou parte da "Exposição Territórios Populares"⁴⁹, realizada no Centro Cultural da UFMG durante o festival de Verão de Arte Contemporânea (VAC), em janeiro de 2020 em Belo Horizonte. Com o final do VAC, a mostra de arte também pôde ser exibida no hall da EAD/UFMG no início do semestre de 2020.

O objetivo da exposição foi de complexificar as impressões sobre modos de vida presentes nos territórios cartografados e visibilizar suas histórias, que costumam ser conhecidas por narrativas simplificadas ligadas à mídia hegemônica e que reforçam a desigualdade social. Durante o período que ficou exposta, Valéria Borges e as porta-vozes de cada território popular investigado estiveram presentes, assim como parceiros dos movimentos sociais, moradores do centro expandido de BH e espectadores da sociedade civil em geral. Com o encerramento da pesquisa TP, essa exposição também significou como uma devolutiva artística, sensível, complexa e investigativa sobre as atividades realizadas nos territórios cartografados.



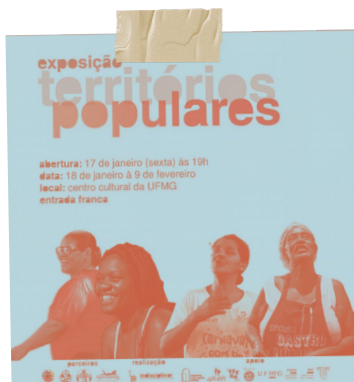
VALÉRIA (VAL)



OFICINAS EXPOSIÇÃO



EXPOSIÇÃO TP III



Em julho de 2019 iniciou a pesquisa CPPO-PBH (2019 - 2021), na qual também me inseri como bolsista de extensão até o primeiro semestre de 2020 e como investigadora voluntária até o atual momento. Ainda em curso, a pesquisa também integra ensino, pesquisa e extensão com o desenvolvimento das disciplinas Cartografia do Orçamento Participativo em BH I e II (COP I e COP II, Laboratório Transversal: Centros Culturais e Cartografia do Orçamento Participativo (CCOP) e sua conexão com o projetos de extensão Geopolítica e Cidades e o projeto de pesquisa Geopolítica e Territórios, e tem como objetivo “investigar como a participação nos processos de elaboração do OP/PGEs⁵⁰ e a implantação das obras realizadas com seus recursos repercute na percepção da população acerca dos territórios que as receberam, assim como sobre aspectos ligados à representatividade política. Para tanto, será utilizado o método cartográfico a partir de workshops envolvendo mapeamentos físicos e digitais” (CPPOPBH, 2018⁵¹). Dentro da pesquisa, disciplinas e extensões citadas, continuei vinculada à PPL e responsável pela investigação em seu território a partir do método cartográfico.

Em COP I (2019.2), buscávamos investigar a participação popular no OP em BH e na elaboração do PGE, e a percepção local sobre as obras ocorridas nos territórios estudados - a favela Pedreira Prado Lopes, a Vila Senhor dos Passos e a Vila Primeiro de Maio - conquistadas via OP. Para compreender como ocorreu esse processo

analisamos documentos oficiais e históricos relacionados ao OP e disponibilizados pela URBEL, instância pública responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular e obras estruturais em vilas e favelas no município, como: as demandas da população, as obras conquistadas, orçamentos aprovados, informações sobre as reuniões, participação popular nas assembleias, os projetos arquitetônicos e urbanos das intervenções e cadernos das rodadas dos OPs por ano.

Na PPL, em relação à percepção popular, entramos em contato com a Valéria, que nos apresentou outras lideranças e trabalhadores locais que foram ativos no OP e que poderiam contribuir para a investigação. Foi quando conhecemos Robson da Costa Meira, líder comunitário e coordenador do antigo jornal e associação comunitária Fala Pedreira, ativa até o início dos anos 2000. Robson é apaixonado por sua comunidade e desde jovem luta pelas melhorias do local junto a outras importantes lideranças, como Liberalino Alves de Oliveira. Foi com Seu Belo que Robson diz ter aprendido muito sobre luta, resistência e fazer política no e para o território.

Em outubro de 2019 realizamos uma visita guiada por Valéria e Robson na PPL, a qual passamos pelas obras e intervenções realizadas no processo de urbanização conquistado com o OP. Robson nos contou detalhadamente sobre como ocorreu a participação dos moradores das rodadas do OP; como a comunidade se mobilizou

para participar das assembleias e conquistar as obras necessárias; como criaram a identidade do Calango que aparecia nos bonés e faixas levadas nas assembleias e reuniões; como as lideranças eram respeitadas e ouvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) naquele período (anos 1990 e início dos 2000); a participação popular nas decisões orçamentárias do município e na condução das políticas públicas; o orgulho dos moradores em relação ao território e sobre as diferentes visões em relação ao processo da elaboração do PGE e da execução das obras no local. Valéria e Robson possuem visões distintas em determinados aspectos da urbanização da PPL e da participação popular, o que evidencia as controvérsias em relação aos eventos e atores envolvidos nesse processo (tratarei sobre isso na seção 8).



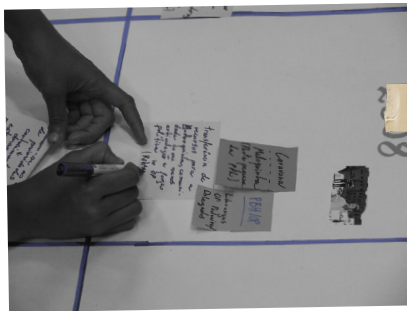
CAMINHADA
NA PPL
(BH-OUT/19)

Após essa caminhada, em novembro do mesmo ano, realizamos um workshop na PPL que contou a presença da equipe da pesquisa extensionista CPPOPBH⁵², as alunas da disciplina COP I⁵³ e moradores, trabalhadores do local e lideranças comunitárias atuantes no OP⁵⁴. Desenvolvemos um jogo como dispositivo de aproximação e mapeamento das narrativas sobre o processo participativo e a execução das obras, e que foi construído em sala junto com os alunos da disciplina e pesquisadores. Com base no método cartográfico, o jogo trazia cartas com eventos relacionados ao OP e a regra básica era cada uma das duas equipes colocarem narrativas diferentes ou complementares acerca da carta tirada. As falas locais trouxeram informações de forma divertida e espontânea e as cartografamos com o uso de mapas, linha do tempo da urbanização da favela, uma maquete com locais importantes indicados, registro por gravação de áudio, vídeo e fotografias. A dinâmica também ocorreu nos demais locais estudados.

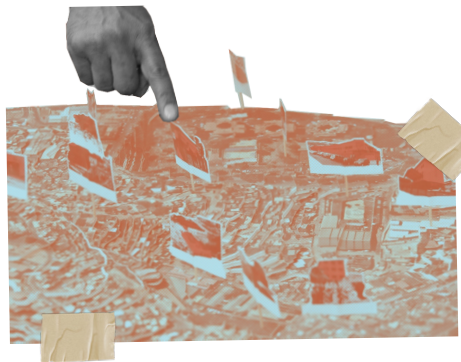
Foi feito um trabalho muito bom! Foi feita uma coisa que eu nunca tinha visto dentro da Pedreira Prado Lopes. Porque todo mundo sabe que as favelas têm as duas divisões territoriais e a Pedreira tem quatro, apesar de ser tão pequena ela tem quatro. Foi uma coisa que eu fiquei abismada de ver como a Universidade conseguiu colocar essas

quatro partes numa mesma sala para discutir o problema da comunidade. Isso foi quando a gente foi falar sobre o OP, orçamento participativo⁵⁵. acho que a gente tinha umas vinte pessoas lá e todas lideranças e que não podia ver uma a cara da outra e estavam felizes lá. A partir dali, depois desse dia, a gente consegue sentar, discutir, organizar a nossa vida. Então bastante pessoa da comunidade viu essa movimentação toda da Universidade e a Universidade foi muito bem vista, bem quista e o trabalho que foi feito foi maravilhoso!, (Fala de Valéria Borges no 9º CBEU Mesa Redonda 10- Movimentos sociais urbanos e tecnologias sociais, março de 2021⁵⁶).





WORKSHOP
OP NA PPL



Como bolsista de extensão, participei diretamente no diálogo entre a Universidade e os moradores da PPL para a organização do workshop e também na criação dos materiais gráficos do evento, sua divulgação e na produção dos dispositivos cartográficos para a dinâmica. Por intermédio de Valéria, nossa porta de entrada no território, entrei em contato com os convidados que ela indicou e criamos um grupo de conversa para facilitar a comunicação entre todos. Isso possibilitou que alguns participantes enviassem fotografias históricas digitalizadas, além de evidenciar divergências e disputas internas de interesses presentes no local. A realização desse jogo com os moradores teve um papel fundamental nas investigações da pesquisa e extensão sobre o OP, contribuindo na produção de acadêmica como este TCC, artigos científicos⁵⁷ e ligados à mídia alternativa⁵⁸, entrevistas, blog, participação em eventos ligados a movimentos populares e a representantes do poder público, exposição de arte e cultura - CCOP -, flyers informativos, fanpages e o seminário COP II.

No primeiro semestre de 2020 seria realizada na EAD/UFMG a disciplina COP II, um ciclo de seminários⁵⁹ sobre o OP em BH aberto à comunidade. Entre os convidados estavam agentes ativos no processo, como moradores e lideranças comunitárias da

PPL e das outras comunidades estudadas, conselheiros e delegados do OP, técnicos da PBH, gestores públicos, movimentos populares e pesquisadores. Com a pandemia do Covid-19, apenas a palestra de abertura foi realizada presencialmente, transferindo o ciclo de seminários para o segundo semestre de 2020 e de forma remota. Por um lado, isso foi positivo, pois com muita divulgação realizada pelos bolsistas, professores e parceiros da pesquisa, esse debate alcançou um grande número de visualizações e está disponível online no [blog](#) e na [canal](#) da pesquisa no Youtube.

Vinculada à CPPOPBH também ocorreu a disciplina online CCOP (2020.2), que fez parte da “Mostra Universidade e Cidade”, na qual propôs dar visibilidade às políticas participativas, neste caso o OP, que possibilitou a criação e manutenção dos 15 dos 17 Centros Culturais de BH. Por meio dos processos participativos, esses espaços de cultura se localizam em regiões não centrais, ampliando a democracia por meio do acesso à cultura e lazer em territórios populares. A Mostra foi uma iniciativa do Espaço do Conhecimento e da Diretoria de Ação Cultural da UFMG (DAC) junto aos Centros Culturais do município de BH, e ocorreu de forma virtual no perfil CCOP⁶⁰ e física, com projeções nas paredes de museus e edifícios e de cartazes colados nas paredes da cidade.

Com o final de minha mobilidade acadêmica na UFMG, permaneci conectada ao Indisciplinar junto à pesquisa extensionista CPPOPBH, às extensões Geopolítica e Cidades e Urbanismo Biopolítico e ao GE - Lagoinha, de forma voluntária. Para o desenvolvimento do TCC e do estágio obrigatório precisei me afastar das atividades vinculadas à CPPOPBH e pude contribuir em CCOP com a divulgação da disciplina, da exposição e com a produção de mapas.



EXPOSIÇÃO VIRTUAL CCOP

Neste momento, com este TCC, a graduação se encerra. Um ciclo que se iniciou em 2014 com muitos desejos e vontade em aprender, crescer e viver experiências que contribuíssem para minha formação, e assim foi. Participei de grupos e atividades que integram o ensino, pesquisa e extensão em duas Universidades públicas e federais do país, o que permitiu ampliar minha consciência crítica em relação à produção espacial das cidades brasileiras alinhada a uma lógica desigual, que segrega e considera o direito à cidade, à cultura, lazer, infraestrutura, habitação, saúde, educação, trabalho, transporte, segurança a apenas uma parcela da população.

A prática extensionista reafirma o papel social da Universidade ao promover a troca de conhecimentos, saberes e técnicas entre estudantes e a sociedade civil, movimentos populares, comunidades tradicionais, associações de bairro, entre outros, em projetos que integram as demandas populares às acadêmicas e que contribuam no enfrentamento local de problemas estruturais e históricos ligados à desigualdade social (RENA, 2018). Atuar no território, com demandas reais deixou às claras algo que já confrontava na graduação: a Universidade não é detentora do conhecimento, mas sim - e pode ser ainda mais -, um agente essencial na articulação na mudança.

Fazer extensão universitária, para mim, foi e é, uma constante problematização do que Paulo Freire (1992) chama de mundo humano, por-

que “na “ad-miração” do mundo “ad-mirado”, os homens tomam conhecimento da forma como estavam conhecendo, e assim reconhecem a necessidade de conhecer melhor (FREIRE, 1992, p.74). É um constante movimento entre me construir e desconstruir, mas não individualmente e, sim, com base no social, no que me envolve, no que me envolvo e no que me é envolvido. O fazer extensão é um lugar de identidade, no qual me reconheço na prática social e real enquanto pesquisadora e futura arquiteta e urbanista.

Os homens, em seu processo, como sujeitos do conhecimento e não como recebedores de um “conhecimento” de que outro ou outros lhes fazem doação ou lhes prescrevem, vão ganhando a “razão” da realidade. Esta, por sua vez, e por isso mesmo, se lhes vai revelando como um mundo de desafio e possibilidades; de determinismos e de liberdade, de negação e de afirmação de sua humanidade; de permanência e de transformação; de valor e de desvalor; de espera, na esperança da busca, e de espera sem esperança, na inação fatalista. [...] A educação, porque se realiza no jogo destes contrários que se dialetizam, é “duração”. A educação “dura” na contradição permanência-mudança (FREIRE, 1992, p.74-75).

Sabendo do caráter social, político e democrático da extensão universitária, trazer este relato com a minha experiência é uma forma de responder às perguntas e temas discutidos no início desta parte do caderno. Atuei no tempo real das lutas, das demandas e problemas que surgiam ao longo dos projetos de extensão. Quando ocorreu a mudança de planos no Pflex Arquitetura Desobediente em reformar o sistema elétrico ao invés de construirmos as divisórias para as habitações a partir da demanda real e urgente da Ocupação Pátria Livre, precisamos modificar os planos iniciais, criar um novo cronograma e uma nova atuação: a de agenciadores, articulando nossos conhecimentos técnicos à nova necessidade e na elaboração de soluções conjuntas.

Além de desenvolver habilidades técnicas e cognitivas como a organização de demandas, escrita militante, ouvir, dialogar, trabalhar e criar em conjunto, flexibilidade, criatividade e articulação para a solução de problemas, entre outros, pude ter contato e aprender conhecimentos valiosos sobre direitos sociais, consciência de classe, participação popular, engajamento e mobilização social, responsabilidade e comprometimento social, democrático e político junto às lideranças e movimentos populares com os quais pude atuar em parceria. Logo, aprendi saberes e vivências que não são contempladas em sala de aula, mas que complementam, e muito, o conhecimento teórico, técnico e social e a formação cidadã.

Ter vivido e praticado a função social da arquitetura e da Universidade me abriu muitas portas e percepções críticas sobre a atuação de um profissional de arquitetura e urbanismo nas cidades brasileiras, que, em grande parte, articula diversos interesses na produção espacial, principalmente ligado ao setor imobiliário. As atividades de ensino e pesquisa conectadas à extensão promovem a prática social da Universidade e, conseqüentemente, a formação de futuros profissionais que problematizem sua atuação (FREIRE, 1992) e tenham consciência da desigualdade socioespacial brasileira e do movimento-transformação necessário para uma sociedade mais justa, inclusiva e igual em direitos - na legislação e na prática.

The background is a solid red color. It features several abstract white lines: a solid line starting from the top left and curving down towards the right; a dashed line starting from the top left and extending horizontally across the top; a solid line starting from the left edge and curving down and then right; and a solid line starting from the left edge and curving down and then right, crossing the other solid line. There are also some faint, thin white lines near the bottom of the page.

PARTE 2

The image features a solid red background. Overlaid on this are several white lines: a solid line that starts at the top left and curves downwards towards the right; a dashed line that starts at the top left and moves horizontally towards the right; and another solid line that starts on the left side and curves downwards and then slightly upwards towards the right. The text is positioned in the lower-left quadrant of the red area.

4.

MAPA DE LEITURA

PARTE 2



4.

MAPA DE LEITURA

PARTE 2

Com base no objetivo de visibilizar a luta, resistência e as conquistas da comunidade por melhores condições de vida, nesta parte do Caderno Cartográfico trarei a história da urbanização da PPL via OP narrada pelos próprios moradores da favela, com complementação do texto cartográfico

4.1

DE QUEM SÃO AS **VOZES LOCAIS?**

O contato inicial com PPL iniciou no primeiro semestre de 2018 no momento em que o Indisciplinar buscava consolidar um campo de atuação junto aos movimentos da Frente Brasil

Popular (FBP), a partir do primeiro semestre, por meio do Grupo de Trabalho de Reforma Urbana ligado ao Projeto Brasil, atual BrCidades. Para a atuação cartográfica indisciplinar no território, o processo de aproximação ocorre de maneira singular em cada caso com a construção de uma parceria específica no local. Buscamos nos hibridar ao território, seus atores, movimentos, resistências; um processo “camaleônico”, em que o investigador se torna mais um ator na rede e se imbrica às lutas e ao contexto local.

Com o grupo de pesquisa, conheci a PPL no segundo semestre de 2018 quando fui à primeira vez na Ocupação Pátria Livre/MDT para articularmos as demandas relacionadas ao 1º Fórum Mineiro do BrCidades. Valéria Borges estava presente e nos apresentou a história de sua favela. A partir daquele momento, a moradora e liderança e o MTD se tornaram nossos porta-vozes e elos de conexão na relação favela - Universidade via pesquisas, extensões e disciplinas vinculadas ao Indisciplinar e à EAD/UFMG.

Val nasceu na PPL. É professora, moradora, liderança local e militante do MTD. Em suas próprias palavras, ela é um mapa ambulante, pois sabe das histórias, dos lugares, das pessoas, dos acontecimentos, das modificações do território, das demandas, do cotidiano, da vida, e das mobilizações, resistências e lutas, as quais também se integra, agencia e articula. Val é um movimento e o próprio movimento.

Foi ela quem nos apresentou a comunidade, nos guiou em muitas visitas, contou a história de resistência e luta da comunidade por condições dignas de vida, por meio de sua vivência e militância no território, e nos apresentou a outras lideranças e personalidades importantes para a favela. Valéria é uma voz ativa neste trabalho. Sua vida, experiência e história estão presentes aqui em suas falas e nas histórias que contou ao longo do desenvolvimento desta cartografia e do processo que a antecede.

Por meio do agenciamento e das conexões possibilitadas por Valéria, Robson da Costa Meira, morador, líder comunitário, fundador do jornal e antiga associação de moradores “Fala Pedreira” e delegado da COMFORÇA, também se tornou um importante parceiro e porta-voz do território, principalmente a partir do projeto de pesquisa Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte/Indisciplinar, vinculado à emenda parlamentar do deputado federal Patrus Ananias (PT).

Robson teve uma atuação essencial na condução e mobilização da comunidade durante o OP na PPL junto a outras lideranças e moradores locais, como Sueli, Sérgio e, claro, Liberalino Alves de Oliveira, ou Seu Belo, antigo líder comunitário com quem aprendeu sobre a militância, luta, direitos e atuação política.

*EU NASCI AQUI. EU TENHO UMA HISTÓRIA DE AMOR MUITO GRANDE COM ESSA COMUNIDADE. EU MEIO QUE SOU O MOVIMENTO. [...] A MINHA MÃE COSTUMAVA DIZER QUE EU NASCI NO MEIO DA REVOLUÇÃO E POR ISSO QUE EU SOU DIFERENTE DO RESTO DO MUNDO, O MUNDO QUE ELA FALA É DO RESTO DA PEDREIRA. PORQUE DESDE QUE EU ME ENTENDO POR GENTE EU TENHO UM INQUIETAÇÃO PARA A LUTA MUITO GRANDE. EU NÃO TINHA NOÇÃO DO QUE ERA, COMO ERA, EU SÓ SABIA QUE LUTAVA E NÃO TINHA ESSA ORGANIZAÇÃO. [...] **EU COSTUMO DIZER QUE ASSIM: EU SOU O PRÓPRIO MOVIMENTO! PORQUE EU NÃO CONSIGO FICAR QUIETA, PORQUE EU PRECISO DISSO.***

(FALA DE VALÉRIA BORGES NO 9º CBEU MESA REDONDA 10 - MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E TÉCNOLOGIAS SOCIAIS, MARÇO DE 2021⁶⁴).



*UMA ÁREA DESSA AQUI
QUEM NÃO QUER? COM UMA
VISTA MARAVILHOSA DESSAS*



EM PRIMEIRO LUGAR AGRADEÇO PELA CITAÇÃO
DA GRANDE LIDERANÇA. NA VERDADE A GENTE
SIMPLEMENTE É UM TIJOLO NA PAREDE NESSA
CONSTRUÇÃO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, SAMINHADA PELA PPL, 2019⁶⁵).

Ao longo da cartografia desenvolvida sobre a PPL e com sua continuação neste Caderno Cartográfico vinculada ao tema da urbanização da favela via OP, Valéria e Robson se tornaram grandes parceiros. As caminhadas, visitas guiadas, seminários, workshop e entrevistas que desenvolvemos em conjunto hoje aparecem neste trabalho em forma de narrativa. Suas vozes são constantes neste trabalho e conduzem a história trazida aqui.

Ainda, outras importantes vozes do território são evidenciadas aqui, como a dos moradores e lideranças: Adão Soares, Maria Lourenço, D. Tiná, Márcia, Josélia Nascimento, Jairo Moreira, Nem Ambrósio, entre outros. Muitas dessas narrativas têm como base referências bibliográficas⁶¹ e as demais foram cartografadas nas caminhadas pela PPL, no ciclo de seminários⁶² e workshop⁶³ realizado pelo Indisciplinar via pesquisa-extensionista Cartografia do OP em BH.

4.2

COMO LER A PARTE 2?

Mergulhadas na cartografia indisciplinar, as informações serão trazidas também de forma cartográfica, processual, artística, articulando a informalidade textual com a teoria

exigida academicamente e propondo trazer uma escrita didática, com aspectos visuais que estimulem a leitura e a curiosidade sobre a história da urbanização da PPL. Os moradores aparecem com suas falas, experiências, percepções, memórias e sua imagem.

Essa forma cartográfica de trazer as informações significa que haverá: uma linha do tempo em que aparecerá e desaparecerá ao longo das páginas, guiando a temporalidade em que se conta a história com os principais eventos históricos e transescalares - global, nacional, municipal e local - relacionados ao processo da urbanização da PPL; falas de moradores obtidas em entrevistas, relatos, conversas, visitas guiadas pelo território, seminários, workshop e em referências bibliográficas contendo os acontecimentos cotidianos do local vinculados ao processo de urbanização, a história da origem da favela trazida pela oralidade de seus ancestrais, a luta e resistência para a conquista de melhores condições de vida, assim como as controvérsias presentes no território acerca dos eventos trazidos; caixas transescalares que atravessarão a leitura sobre a história da PPL, o que se relaciona à análise global dos fatos, entendendo que para a cartografia os eventos de outras escalas se conectam aos acontecimentos locais; mapas, imagens e fotografias históricas disponibilizadas pelas lideranças comunitárias Valéria Borges e

MAPA DE LEITURA

linha do tempo

DATA

MUNDO

BRASIL

BELO HORIZONTE

PEDREIRA PRADO LOPES

ESCALA DOS EVENTOS
(TRANSESCALARIDADE)

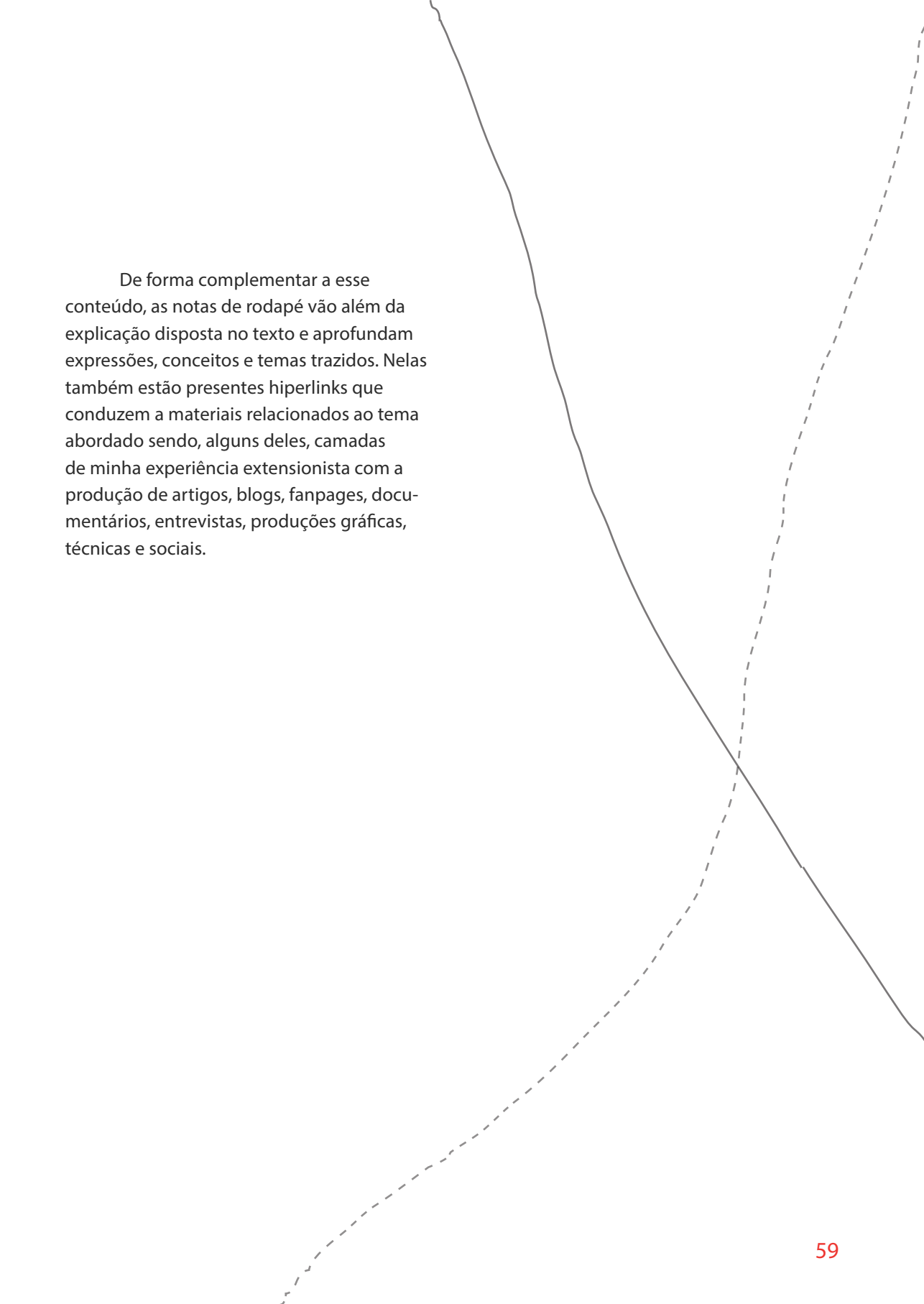
Robson da Costa Meira; colagens e desenhos produzidos por mim com base na experiência extensionista-cartográfica desenvolvida na favela; e caixas explicativas com alguns conceitos e temas importantes para a compreensão do trabalho.

Nas seções **QUEM É A PEDREIRA PRADO LOPES?** e **MOBILIZAÇÃO POPULAR NA PPL E AS PRIMEIRAS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM BELO HORIZONTE** trarei um pouco sobre a origem da favela e o processo de construção da mobilização social presente no território. Narrativas de moradores aparecerão e contarão a história a partir de sua vivência. Ainda nessas mesmas duas seções, haverá a intersecção do texto sobre a PPL com a o texto transescalar dentro de uma caixa cinza, a “caixa transescalar”, que interromperá a leitura, a atravessa, fragmenta e gera, propositalmente, uma ruptura na escala local para as escalas global, nacional e municipal. É um jogo, uma brincadeira cartográfica. O uso de ferramentas da cartografia para deixar a leitura mais dinâmica, processual e, de fato, cartográfica.

Em **OP EM BH E A PPL: EXERCÍCIO DE CIDADANIA E AS CONQUISTAS DA FAVELA e URBANIZAÇÃO DA PPL, SEUS DESDOBRAMENTOS E A REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA**, haverá tanto “caixas transescalares”

como “caixas teóricas”, assim como as utilizadas na Parte 1 do Caderno, mas neste caso embasando teoria e os conceitos de participação popular nas políticas públicas e no OP. Nestas seções o texto abordará sobre urbanização da PPL via OP tendo como base a voz dos moradores e suas diferentes percepções desse processo, evidenciando as controvérsias envolvidas nas intervenções urbanas no território e nos desdobramentos que se deram a partir delas. Para isso, também trarei narrativas pontuais de militantes do MTD que atuam na favela e técnicos da PBH ligados à URBEL, instituição responsável pela atuação estrutural da Prefeitura nos territórios populares.

Em relação às características gráficas, a linha do tempo em vermelho conduz os eventos transescalares indicados por papéis recortados os quais representam as escalas territoriais: marrom - global -, amarelo - nacional -, ocre - municipal - e rosa - local. Essas mesmas cores também aparecem nos grifos, desenhos e nas caixas explicativas dispostas no Caderno. Por exemplo, sempre que houver alguma informação em rosa, se trata sobre a PPL, seja evento na linha do tempo, narrativa ou explicação ao longo do texto ou nas caixas explicativas. Ainda nesse aspecto visual, as narrativas locais aparecem em vermelho ao longo do texto sobre a PPL e em cinza claro, nas caixas transescalares.



De forma complementar a esse conteúdo, as notas de rodapé vão além da explicação disposta no texto e aprofundam expressões, conceitos e temas trazidos. Nelas também estão presentes hiperlinks que conduzem a materiais relacionados ao tema abordado sendo, alguns deles, camadas de minha experiência extensionista com a produção de artigos, blogs, fanpages, documentários, entrevistas, produções gráficas, técnicas e sociais.

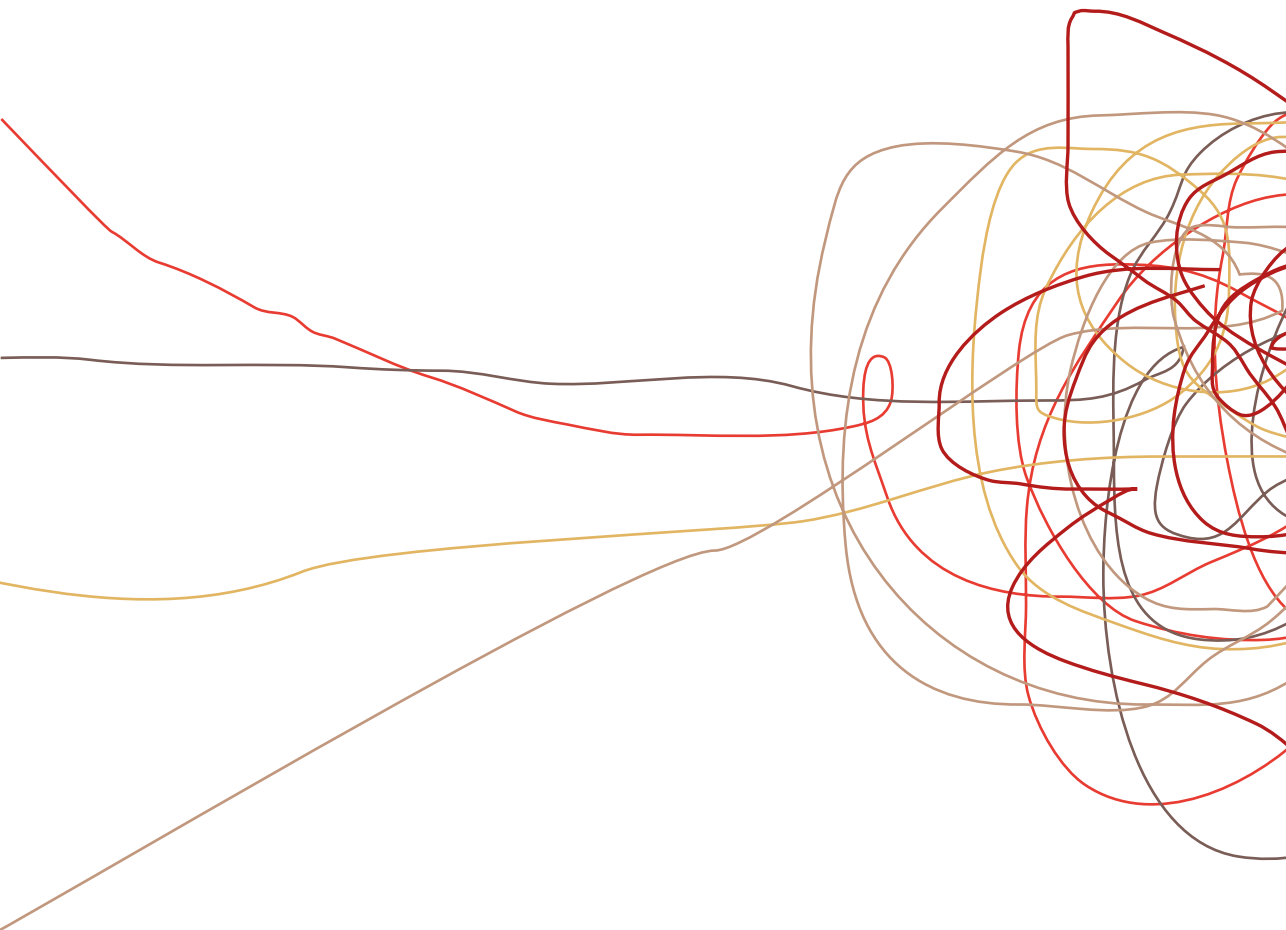
The background is a solid red color. Overlaid on this are several white lines of varying thickness and style. There are solid lines, some that are thin and others that are thicker. There are also dashed lines. The lines are scattered across the page, some starting from the left edge and extending towards the right, others starting from the top and extending downwards. The overall effect is abstract and graphic.

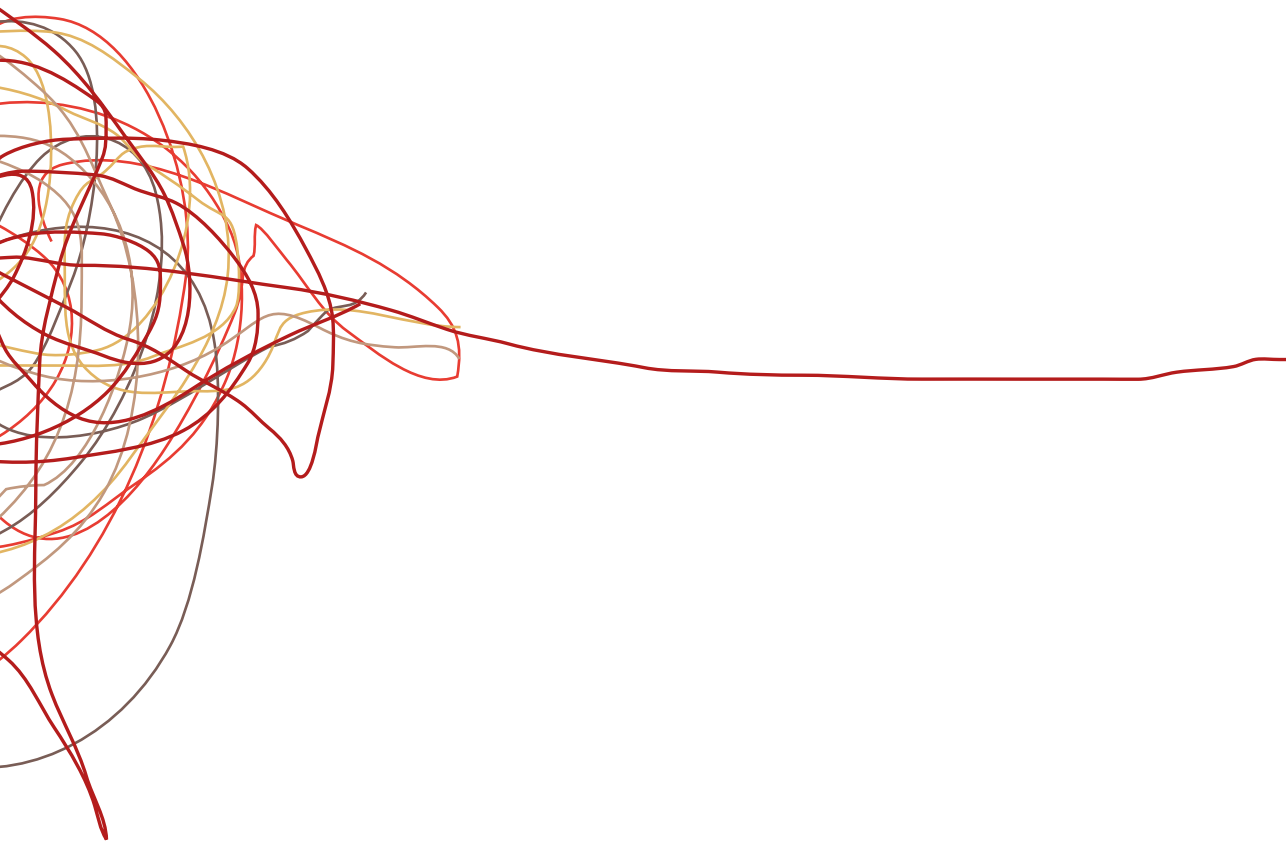
5.

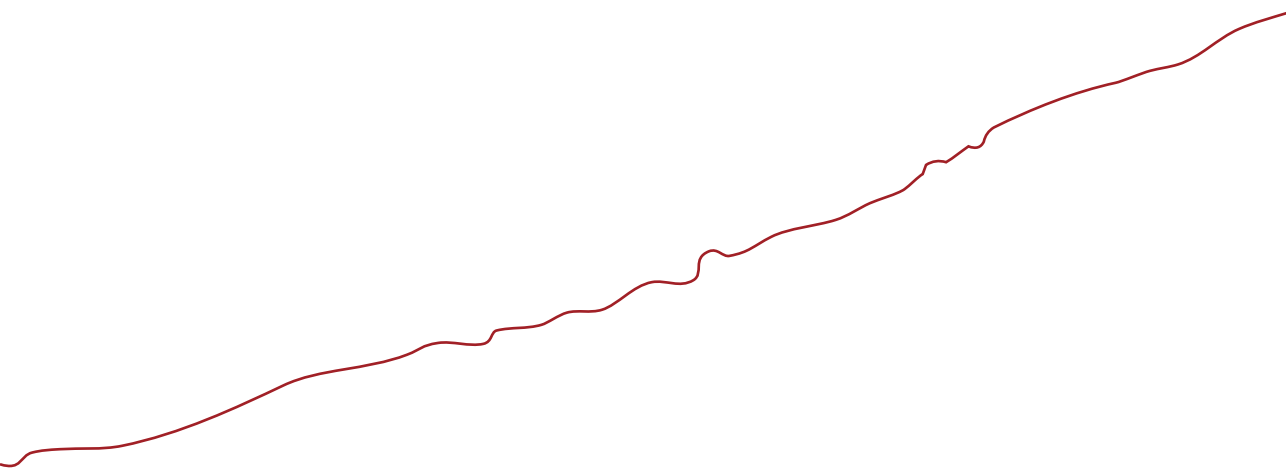
QUEM É A

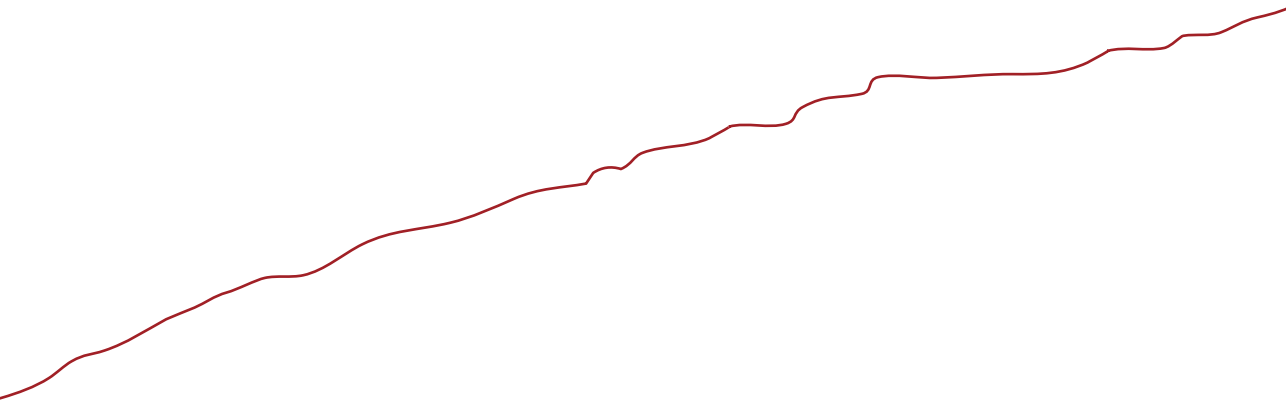
PEDREIRA PRADO LOPES?

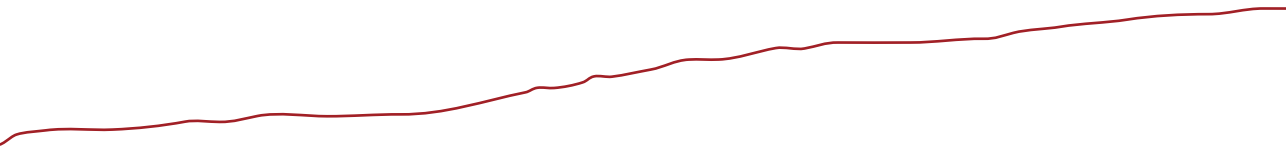






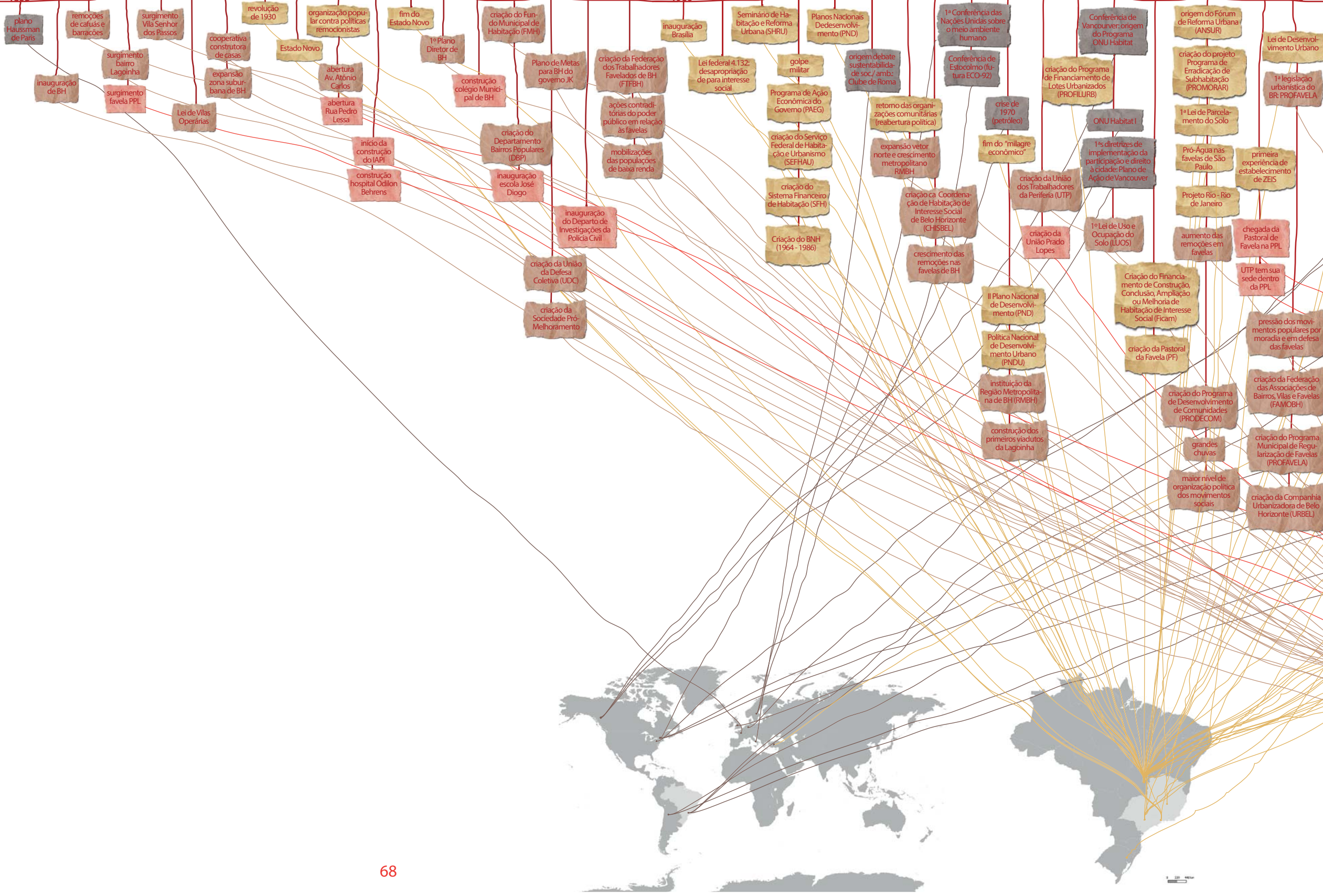


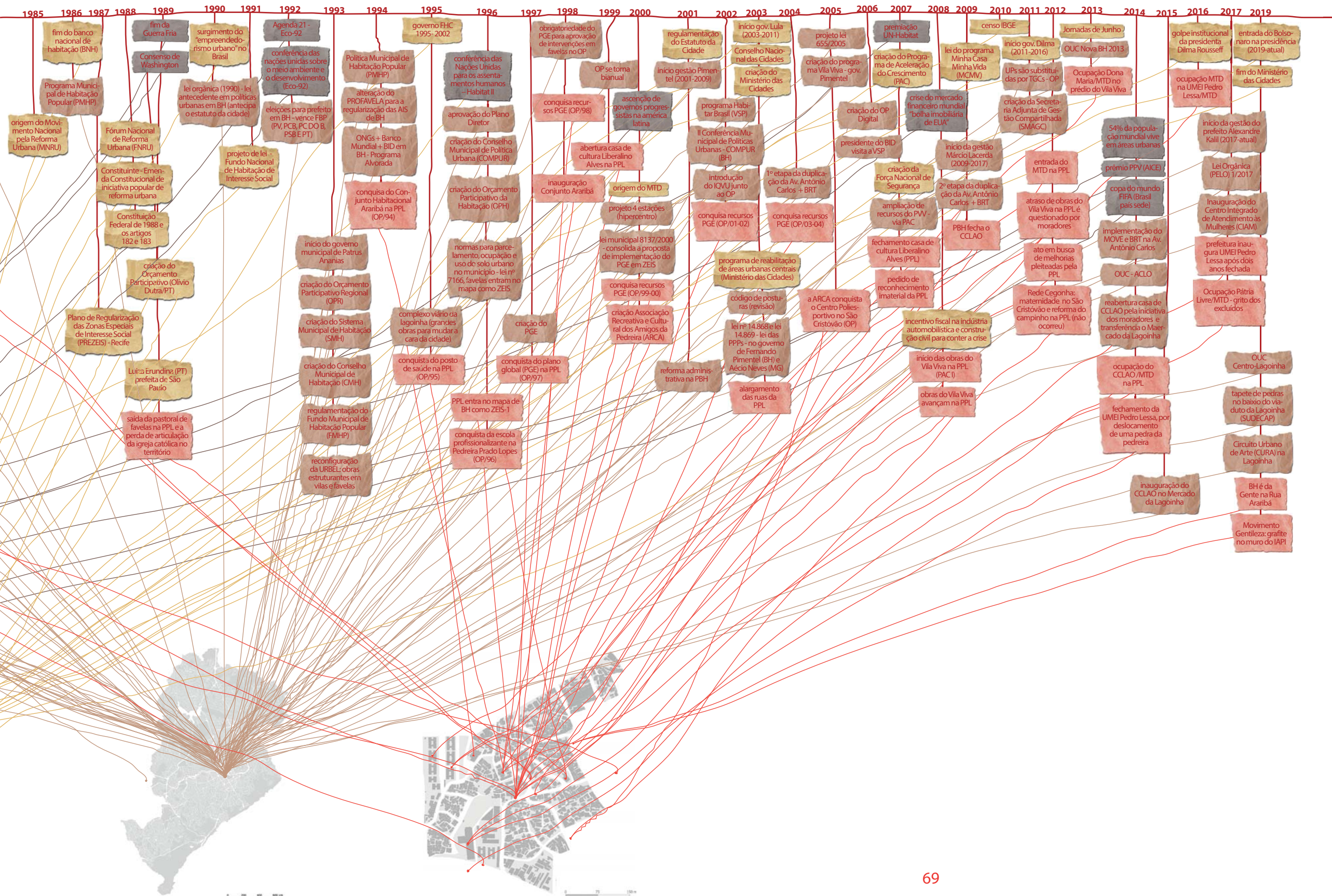






1853 1897 1902 1910 1914 1919 1920 1930 1937 1940 1944 1945 1951 1954 1955 1956 1958 1959 1960 1962 1963 1964 1966 1968 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1979 1980 1983





PPL





IGREJA BATISTA DA LAGOINHA

BAR DO DEVANIR

AV. ANTÔNIO CARLOS

IAPI

ESCOLA PROFSSIONALIZANTE

ESCOLA MUNICIPAL DE BH

HOSPITAL ODILON BERRENS

K

OP/96

X

71

1853

plano
Haussman
de Paris

1897

inauguração
de BH

1902

remoções
de cafuás e
barracões

5. QUEM É A PEDREIRA PRADO LOPES?

A história da urbanização brasileira, segundo Ermínia Maricato (2000), está conectada a planos urbanísticos que reforçam a desigualdade espacial, ou seja, estabelecem uma cidade formal, abastecida de planos técnicos, normas, leis, serviços e infra-estrutura, e outra informal, desprovida desses aspectos, autoconstruída, ilegal e, muitas vezes, fixada em área de risco. Este é o caso de Belo Horizonte, inaugurada em 1897 sob o plano urbano moderno de Araújo Reis, inspirado em modelos europeus, como o Plano Haussmann de Paris.

A capital foi construída em cima dos anseios republicanos da oligarquia mineira, que deixava Ouro Preto para morar na cidade urbanizada. Como coloca Lisandra Silva (2020), a segregação social e espacial em Belo Horizonte está presente desde sua formação uma vez que

surgimento
bairro Lagoinha

surgimento
favela PPL

o desenho e o zoneamento proposto previam uma cidade com normas, planos e infraestrutura urbana para abrigar os setores dominantes e os funcionários públicos enquanto que regiões suburbanas e rurais, desprovidas de planejamento ou equipamentos básicos, alojariam os operários e antigos moradores expulsos do Curral Del Rey - fazenda que havia anteriormente no local.

Suburbana, a comunidade da Pedreira situa-se muito próxima ao centro comercial embora fora do tão decantado traçado geométrico da nova capital. Chocando-se sem querer com a visão positivista dos construtores de Belo Horizonte, a aglomeração de pessoas demonstrava uma realidade social desigual, que não poderia ser resolvida pelo simples planejamento urbano higienista. [...] Na Prado Lopes foi florescendo as tradições das pessoas mais pobres, dos negros e dos excluídos da cultura oficial da cidade que era destinada somente aos moradores das regiões situadas dentro da Av. do Contorno (Documento apresentado ao CDPCM-BH pelo Representante da Associação Recreativa Escola de Samba Unidos do Guarani, Mário César de Almeida, 2007, apud ARROYO, 2010, p.129).

Sem moradia ou planejamento para atender a população trabalhadora vinda do interior do estado, Belo Horizonte viu surgir as primeiras favelas junto com sua construção, nas bordas da Avenida do Contorno, limite físico e simbólico entre as diferentes realidades. Foi nesse contexto que, aproximadamente em 1910, surgiu a Pedreira Prado Lopes (PPL), uma das favelas mais antigas de Belo Horizonte que permanece existindo e resistindo em seu território até hoje. A favela então se formou do "lado de fora"⁶⁶ da Avenida do Contorno, na zona suburbana e sem planejamento, ao lado da cidade formal, por trabalhadores vindos do interior do estado e outras regiões do país, que chegaram para a construção da capital planejada buscando melhores condições de vida e trabalho (GUIMARÃES, 1992).

E ELA [A PPL] ERA, BEM NO INÍCIO, FAMILIAR. GERALMENTE TODO MUNDO ERA CONHECIDO DE TODO MUNDO, ERAM PARENTES QUE MORAVAM LÁ DO OUTRO LADO E FORAM MORAR LÁ PERTO. ENTÃO TODAS AS PESSOAS TINHAM UMA RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE SI NO PRINCÍPIO. NO PRINCÍPIO HAVIA UMA RELAÇÃO BEM FORTE ENTRE AS PESSOAS, UM ERA TIO, A OUTRA AVÓ, A OUTRA ERA QUE MORAVA LÁ NA VIZINHANÇA QUE VEIO DA ROÇA, DO INTERIOR [...]

(PATRÍCIA REGINA DE SOUZA, 2000, EX-MORADORA DA PEDREIRA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.55).



A QUESTÃO DO RELACIONAMENTO É MESMO DE ANTIGAMENTE, SÃO PESSOAS VINDAS DO INTERIOR QUE VÊM PARA TRABALHAR EM BELO HORIZONTE, NÃO CONSEGUEM, OU QUANDO CONSEGUEM UM EMPREGO NÃO TÊM COMO PAGAR UM ALUGUEL E ACABAM ARRUMANDO BARRACO AQUI. ANTES, (...) O PESSOAL VINHA E MONTAVA UM BARRACO DE MADEIRA, DE LONA, DE LATA. HOJE TEM MELHORIA PARA CONSTRUIR UM DE ALVENARIA [...] QUANDO... VIERAM CONSTRUIR [BELO HORIZONTE], VIERAM OS ARQUITETOS, MONTARAM A CIDADE DENTRO DE UM CONTORNO, CHAMADO CONTORNO [...] E ALI FICARIA A POPULAÇÃO DE BELO HORIZONTE. MAS SÓ QUE ELES ESQUECERAM QUE VIRIAM PESSOAS, COMO TAMBÉM ACONTECEU COM BRASÍLIA, ELES ESQUECERAM QUE VIRIAM TRABALHADORES DE BAIXA RENDA PARA AQUELA CONSTRUÇÃO. QUANTO MAIS NECESSITAVA DE TRABALHADOR, MAIS VINHA, MUITO MAIS, E ELE NÃO TINHA ONDE COLOCAR ESSAS PESSOAS PARA MORAR. COMO A CLASSE DOMINANTE TOMOU O QUE ERA BELO HORIZONTE, O QUE ERA PARA ELES, NÃO SOBROU NADA PARA AQUELES HUMILDES

(MARCELO FERREIRA DA FONSECA, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.62).

BH e Brasília: quem construiu ficou do lado de fora

Assim como em Belo Horizonte, os operários que construíram a cidade formam seus primeiros moradores, localizados fora do plano urbano modernista e planejado. A eles restou a habitação sem leis, planos ou políticas sociais. “A solução que tentou dar para este paradoxo foi a de contratar mão-de-obra para erigir Brasília, mas usar seus poderes administrativos e policiais para remover a força de trabalho da capital construída. Negando aos operários da construção direitos de residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na cidade inaugural. A dificuldade desta solução é que destruiu o projeto utópico. Os planejadores do governo usaram, de modo necessário e até mesmo inconsciente, os únicos meios à disposição para assegurar seu objetivo: os mecanismos de estratificação social e de repressão que constituem a própria sociedade que tentavam ver excluída” (HOLSTON, 2010 [1993], p.200, apud. JACQUES; LOPES, 2018

Localizada na Região Noroeste de Belo Horizonte e ao lado da Avenida Antônio Carlos, a Pedreira tem uma área de 142.000m² e faz divisa com a Vila Senhor dos Passos e com os bairros Lagoinha, Santo André, São Cristóvão e Bonfim. Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geo-

PEDREIRA
PRADO
LOPES



BH PARA POUCCOS

BH PARA A ELITE

CIDADE PL



→ PPL
FAVELA: FORA

→ AVENIDA
DO CONTORNO

ANEJADA: DENTRO

0 750 1,500 m

grafia e Estatística (IBGE) em 2010, o número de habitantes da PPL é 7.491⁶⁷, tendo 2.324 domicílios no total. Internamente, a PPL possui quatro divisões territoriais com disputas entre si, que são: o Bairro São Cristóvão ou Pedreira de Cima⁶⁸, Santo André ou Pedreira de Baixo, Maloquinha - região próxima à Avenida Antônio Carlos - e o Brejo.

A favela faz parte da região local da Lagoinha⁶⁹, junto com a Vila Senhor dos Passos e o bairro da Lagoinha que, segundo Michele Arroyo (2010), é um importante território cultural da cidade por ser uma das primeiras regiões de operários da cidade - continuamente resistindo a processos de gentrificação e grandes obras viárias - e por ser o berço do samba e do carnaval municipal.

MAS COMO PROTEGER ESTE LUGAR QUE DO PONTO DE VISTA CULTURAL É UM VERDADEIRO PATRIMÔNIO DA CIDADE SE A PEDREIRA CONTINUA A SER UMA FAVELA, APESAR DA RECENTE TENTATIVA EUFEMÍSTICA DE CLASSIFICÁ-LA COMO VILA OU AGLOMERADO. COMO PRESERVAR ALGO QUE A CIDADE LEGAL, QUASE SEMPRE IGNORA E RENEGA DELIBERADAMENTE SUA EXISTÊNCIA, INSISTINDO EM DENOMINAR SUA ÁREA ORA COMO LAGOINHA, ORA COMO SÃO CRISTÓVÃO, ORA COMO

SANTO ANDRÉ. UMA CRIANÇA NA SUA SIMPLICIDADE, DURANTE UMA OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO CULTURAL LIBERALINO ALVES DE OLIVEIRA, ESTABELECIDO NO CORAÇÃO DA PEDREIRA PRADO LOPES CERTA VEZ RESPONDEU ESTA PERGUNTA DIZENDO APROXIMADAMENTE

O SEGUINTE: "CHAMAR A PEDREIRA PRADO LOPES DE FAVELA, VILA OU AGLOMERADO É PREOCUPAÇÃO DE QUEM NÃO É DAQUI... NÓS, QUE MORAMOS AQUI, SABEMOS MUITO BEM O QUE SOMOS..." [...]

ESPERAMOS FINALMENTE QUE O DOSSIÊ DE REGISTRO PREVISTO NA LEI 9000/04 SEJA ELABORADO COM A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COMUNIDADE DA PEDREIRA PARA EXPRESSAR A SUA REAL IDENTIDADE, COMO JÁ VEM OCORRENDO COM OS PROJETOS DE REGISTRO DA MEMÓRIA DO CENTRO CULTURAL LIBERALINO ALVES DE OLIVEIRA

(DOCUMENTO APRESENTADO AO CDPCM-BH PELO REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO GUARANI, MÁRIO CÉSAR DE ALMEIDA, NOV. 2007, APUD ARROYO, 2010, P.128).

DESIGUALDADE SOCIAL NA ORIGEM DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

A desigualdade social presente nas cidades brasileiras é uma realidade que atravessa a história do país. João S. W. Ferreira (2005) aborda que isso ocorre em função da histórica concentração de terras, da falta de políticas de redistribuição de renda e da atuação dos interesses do setor imobiliário e financeiro no solo urbano alinhado às intervenções do Estado nas cidades. Os primeiros centros urbanos modernos do país surgiram atendendo aos anseios da classe dominante por industrialização e progresso. Planos urbanos importados da Europa, que se embasavam nos ideais modernistas com obras de embelezamento, melhoramento urbano e higienização, consolidaram aparatos fundiários e imobiliários para a reprodução de um urbanismo excludente.

Belo Horizonte, que é uma referência do período de planos urbanos de embelezamento e higienização, não tinha em sua malha original setores para receber a classe trabalhadora. Além disso, o rápido crescimento da

capital logo em suas primeiras décadas não considerava amplamente a população pobre, que, excluída da cidade planejada, se concentrou em massa em regiões sem infraestrutura urbana e serviços básicos. Segundo Clárisse Libânio (2016), ainda nos primeiros anos da cidade, 60% da população do município se localizava em regiões denominadas suburbanas - vilas, favelas e bairros operários.

[...] O PESSOAL FOI PARA LÁ, A MAIORIA ERAM FAMÍLIAS MAIS POBRES, QUE VINHAM DO INTERIOR, NÃO TINHAM ONDE FICAR E IAM MORANDO POR ALI, QUE [ERA] O LUGAR MAIS PERTO PARA IR PARA O CENTRO. E AÍ FOI SURGINDO A VILA E AOS POUCOS FORAM SE AGLOMERANDO ALI ATÉ FORMAR A VILA [...]

(PATRÍCIA REGINA DE SOUZA, EX-MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.55).

À medida que os trabalhadores chegaram aos pólos urbanos brasileiros em busca de melhores condições de vida e trabalho, surgiram as primeiras favelas nas bordas dessas cidades. Ermínia Maricato (2000) nos mostra que, a partir desse momento, se estabeleceu a lógica que ainda se reproduz: cidades, infraestrutura urbana, serviços, trabalho e direitos sociais para uns e, para outros, o avesso.





A localização dos investimentos nas cidades se deu, e ainda dá, na maior parte em regiões que interessam aos setores dominantes, fato que Flávio Villaça (1999) relata ser presente em grande parte das capitais brasileiras. Mais recursos onde já existe infraestrutura regula a ocupação do solo baseada na valorização do preço da terra na cidade formal, enquanto que a contração da regulamentação técnica e investimentos apenas em algumas localidades evidencia que: nem toda extensão de um município é considerada “cidade”. O solo urbano então é tido como uma valiosa moeda pelo setor imobiliário e se torna cada vez mais valorizado e inacessível para grande parte da população brasileira.

[...] DE VEZ EM QUANDO ELES AMEAÇAVAM, ATÉ HOJE [SET. DE 2000] ELES AMEAÇAM, FALAM QUE NÓS VAMOS SAIR DAQUI, ELES AMEAÇAVAM QUE IAM TIRAR A GENTE DAQUI, AQUI NÃO TINHA RUA. AS PESSOAS FALAVAM, [...] ESSAS PESSOAS DE POLÍTICA, FALAVAM QUE IAM NOS TIRAR DAQUI, PORQUE AQUI É MUITO PERTO DA CIDADE, QUE IAM ABRIR, QUE IAM FAZER COISAS AQUI
[...]

(MILTA BORGES, MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.57).

Próxima a serviços, infraestrutura urbana, trabalho, transporte, a localização privilegiada da Pedreira é um fator essencial na resistência contra as históricas disputas de interesses que atuam no local. Essa luta se fortalece quando a origem de seus moradores, sua ancestralidade e identidade está profundamente relacionada àquela terra, a tudo o que se vive e viveu, tudo o que foi construído simbólica e fisicamente junto da força popular e afeto que permeia a vida daquela comunidade, toda a história e memória dos que já passaram e ainda estão.

AQUI NA PEDREIRA PRADO LOPES, É UM LUGAR MUITO BOM PRA SOBREVIVER⁷⁰. COMO EU MORO AQUI DESDE 56, EU SOU UMA PESSOA MUITO POPULAR, MUITO CONHECIDA E TENHO MUITA AMIZADE, GOSTO MUITO DE MORAR AQUI. A SOBREVIVÊNCIA MELHOROU MUITO, NÓS TEMOS SUPERMERCADO, NÓS TEMOS FARMÁCIA, NÓS TEMOS POSTO DE SAÚDE, NÓS TEMOS ESCOLA PROFISSIONALIZANTE, NÓS TEMOS MUITA COISA BOA AQUI, CERTO? POR ISSO TEM MUITA GENTE QUE NÃO QUER MUDAR DA PEDREIRA PRADO LOPES, IGUAL O SENHOR ROBSON DA COSTA MEIRA. SE FALAR COM ELE EM MUDAR DA PEDREIRA PRADO LOPES, ELE BRIGA COM MEIO MUNDO E METADE DO OUTRO. UM DIA EU FUI CONVIDAR ELE PARA MUDAR DAQUI, AI QUE BRIGA QUE NÓS ARRUMAMOS! – NÃO, EU NÃO

cooperativa
construtora de
casas

expansão zona
suburbana de
BH

VOU MUDAR DA PEDREIRA PRADO LOPES, NÃO. EU VOU CONSERTAR A PEDREIRA PRADO LOPES. O MEU FILHO ROBSON. NÃO QUER MUDAR DA PEDREIRA PRADO LOPES POR NADA, NÃO QUER TROCAR. ELE NASCEU AQUI. MEUS TRÊS FILHOS NASCERAM AQUI

(JOVINA DA COSTA MEIRA, MORADORA, SOARES E ANTUNES, 2001, P. 130-131 APUD ARROYO, 2010, P.80, GRIFO MEU).

[...] ACREDITO TAMBÉM QUE TEM MUITOS DAQUELES QUE SAEM DAQUI E VÃO PARA LUGARES DISTANTES E QUE NÃO FICAM UM ANO LÁ. NÓS TEMOS ALGUNS MORADORES AQUI QUE JÁ SAÍRAM E VOLTARAM, A RELAÇÃO COM A PEDREIRA É MUITO FORTE, E TAMBÉM SUA LOCALIZAÇÃO, É MUITO DIFÍCIL UMA PESSOA SAIR DAQUI E IR PARA BAIRROS MUITOS BAIRROS DISTANTES

(MARCELO FERREIRA DA FONSECA, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.52).

Por sua centralidade e localização privilegiada ao lado do centro da capital, a Pedreira se consolidou enquanto favela em meio a diversos atravessamentos relacionados às obras de expansão e urbanização de Belo Horizonte, que interferiram diretamente na estrutura física e social da favela. As frequentes remoções e falta de condições dignas de vida, como habitação e serviços urbanos, fez crescer na comunidade,

principalmente a partir da década de 1970, organizações populares e lideranças comunitárias que conduziram e consolidaram a luta e resistência da comunidade em pertencer ao seu território de origem com qualidade infraestrutura. Essa resistência foi apropriada pelos moradores durante os anos 1990 com o OP e o calango, animal que vive em meio às pedras e resiste por sua moradia, se tornou o símbolo da comunidade.

O CALANGO É UM ANIMAL QUE PRECISA DE LUZ DIARIAMENTE PARA MANTER SUA TEMPERATURA E SUA COR ESVERDEADA. É UMA ESPÉCIE DE LAGARTO PREDADOR DESCENDENTE DOS DINOSSAUROS: É UM SOBREVIVENTE! SEU HÁBITO NATURAL É A PEDRA COMO O POVO DA PPL. O CALANGO NUNCA DESISTE DE SUA MORADIA, NÃO SE MUDA. NÃO DEIXA DE LUTAR, RESISTIR E SOBREVIVER. NEM O SOL, NEM A CHUVA O DERROTA. POR ISSO PRECISAMOS ADOTAR ESTE ANIMAL. NÓS DA PEDREIRA DEVEMOS SER O 'POVO CALANGO' LUTANDO, RESISTINDO E PERSEVERANDO PARA VIVER.

(JORNAL FALA PEDREIRA, 1999, APUD SALLES, 2003, P.87).

Segundo as informações orais dispostas no livro Becos da memória, desenhos da cidadania: Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral, de Núbia Ribeiro, Amar Souki

1930

revolução de
1930

1937

Estado Novo

e Bruno de Almeida (2001), e dados técnicos presentes na Primeira etapa do Plano Global Específico, realizado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) em 1997, a origem do nome da favela está relacionada à encosta rochosa presente no território e à família Prado Lopes, antiga proprietária da pedreira e de terrenos no local e que os doou para a população que ali residia (RIBEIRO et al., 2001).

Durante a década de 1920, os trabalhadores da cidade, por meio de suas organizações, e sob a liderança da Confederação Católica do Trabalho, fizeram intensa campanha visando a garantir a posse dos terrenos doados pela prefeitura nas vilas operárias, ampliar a concessão de lotes e o prazo para construção das casas. [...] As estratégias dos trabalhadores foram pressionar o poder público para a concessão de lotes e, por outro lado, criar condições de construção das casas para operários, sobretudo por meio da criação da Cooperativa Construtora de Casas, nos anos 1920 (DEIVISON GONÇALVES AMARAL, 2011).

Sendo parte da cidade informal, sem leis, planos ou infraestrutura, em sua origem, a construção da favela ocorreu baseada nas dinâmicas comunitárias, no afeto e nas relações entre

familiares e vizinhos. A autoconstrução e a ajuda entre os moradores era a solução em um cenário de criminalização da favela, com seu território compreendido legalmente como parte do poder público e a outra propriedade particular.

[...] No início de sua existência, ela [PPL] não possuía nenhuma infra-estrutura. Não havia água, luz, esgoto, calçamento. As casas não eram ainda de alvenaria, mas de adobe, madeira, latão. Os moradores conseguiam água através de cisternas e minas, usavam fossas e lamparinas. [...] (URBEL, 1997, p.10).

PORQUE AQUI, ANTES, ERA O SEGUINTE: A PESSOA VINHA DO INTERIOR SEM PROFISSÃO, SEM DINHEIRO, SEM LUGAR DE MORAR [...]. E ELES FICAVAM CANSADOS DE SOFRER ALI E VINHAM PARA CÁ. ELES CHEGAVAM, ACHAVAM UMA PEQUENA ÁREA, E NÓS FAZÍAMOS UMA CASA AQUI. MAS TINHA O FISCAL QUE NÃO DEIXAVA. SABE O QUE ELES FAZIAM? DURANTE O DIA, ELES PLANAVAM O TERRENO ALI, MESMO O FISCAL FAZENDO SUA VISTORIA: 'O QUE É? NÓS ESTAMOS MELHORANDO AQUI PARA OS NOSSOS FILHOS' [...] MAS MENTIRA, ELES DURANTE O DIA, LIMPAVAM AQUILO, E O FISCAL IA EMBORA. QUANDO ERA NOITE, JUNTAVA UMA TURMA DE VOLUNTÁRIOS

organização popular
contra políticas
remocionistas

abertura Av.
Antônio Carlos

inauguração
Av. do Contorno

E LEVANTAVA A PAREDE ATÉ SEM ALICERCE. E FAZIAM A CASA, COBRIAM, PUNHAM OS MÓVEIS LÁ DENTRO. O FISCAL VOLTAVA E ESTAVA O MORADOR, AÍ ELE NÃO PODIA TIRAR [...]

(GUSTAVO GONÇALVES TORRES, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.99).

AQUI CHAMA PEDREIRA PORQUE AQUI ATRÁS TEM UMA PEDREIRA, ANTIGAMENTE TINHA AQUI... UM BRITADOR [...]. ELES TIRAVAM PEDRA DAQUI, ALI ONDE FOI ABERTA A [RUA] PEDRO LESSA. ENTÃO POR ISSO FICOU ESSE NOME PEDREIRA. AGORA PRADO LOPES, EU OUÇO DIZER QUE HÁ MUITOS ANOS ATRÁS AQUI ERA UMA FAZENDA, DE UMA FAMÍLIA QUE TINHA ESTE SOBRENOME PRADO LOPES. ENTÃO O PESSOAL CEDEU ISTO PARA AS PESSOAS MORAREM, DEU ESTA FAZENDA PARA AS PESSOAS MORAREM, E ATRAVÉS DAÍ FOI VINDO UMA PESSOA OU OUTRA, E FOI FORMANDO E ESTÁ ESTE MUNDO DE FAVELA QUE É HOJE AQUI

(ULISSES BORGES, MORADOR, APUD RIBEIRO, 2001, P.51).

Na origem, os barracos da população ficavam mais abaixo do morro, próximos onde hoje se localiza a Avenida Antônio Carlos, e não acima da pedreira, onde hoje está a favela. Essa região era conhecida como Maloquinha e, entre 1940 e 1944, sofreu diversas alterações com a abertura da avenida e com a construção do Instituto de Aposentadorias

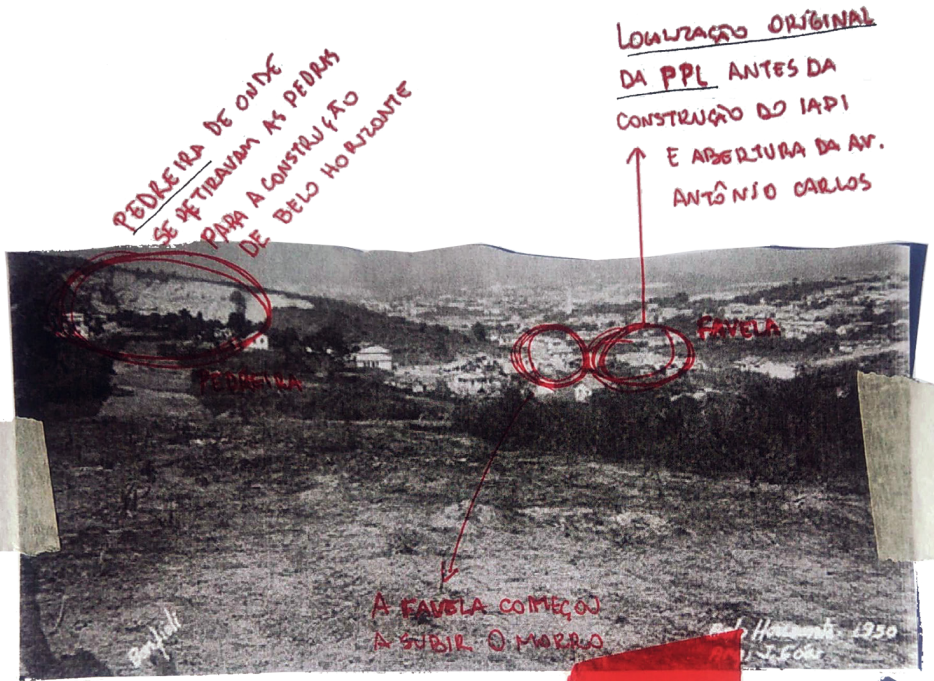
e Pensões dos Industriários (IAPI). Para a obra do IAPI, as remoções tiveram seu ponto alto, retirando os barracos dos moradores da favela para darem lugar ao conjunto habitacional. De acordo com Junia Ferrari (2009), essas obras estão conectadas ao ideal moderno de embelezamento, limpeza urbana e desenvolvimentismo, expulsando a população pobre para a criação do eixo viário centro-Pampulha, local de lazer dos setores dominantes.

A FAVELA [PEDREIRA PRADO LOPES] ERA LÁ ONDE É O CONJUNTO [IAPI] HOJE. OS TRABALHADORES QUE VIERAM DO INTERIOR FICAVAM LÁ NA FAVELA E SUBIAM PARA A PEDREIRA PARA EXTRAIR AS PEDRAS, PARA ENCHER OS CAMINHÕES PARA LEVAR PARA CONSTRUIR A [AVENIDA DO] CONTORNO, QUE ERA O ENTORNO, A CIDADE. QUANDO MINHA MÃE VEM PARA CÁ, ELES JÁ TINHAM COLOCADO FOGO NA FAVELINHA DO IAPI E AS PESSOAS QUE MORAVAM LÁ TIVERAM QUE IR PRA VÁRIOS LUGARES. [...] PORQUE A NOSSA COMUNIDADE ERA LÁ. PORQUE QUEM ESTÁ INVADINDO MESMO É O IAPI, NÃO É A GENTE. QUEM INVADIU O LUGAR QUE A GENTE MORAVA É O IAPI. PELO IAPI, A VONTADE DELES É CERCAR TUDO E FAZER DALI UM CONDOMÍNIO FECHADO ONDE ELES ABREM E FECHAM E NÃO VEEM A CARA DE NINGUÉM

(VALÉRIA BORGES, MORADORA, EM DOCUMENTÁRIO SOBRE SUA MILITÂNCIA E COMUNIDADE, 2019⁷¹).

abertura Rua
Pedro Lessa

início da
construção do
IAPI



[...] O IAPI FOI CONSTRUÍDO PARA OS TRABALHADORES QUE VIERAM CONSTRUIR A CIDADE. O PRIMEIRO PROJETO SERIA ESSE, MAS AÍ VIROU PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, PARA OS ENGENHEIROS E AS PESSOAS DE MAIOR PODER AQUISITIVO

(VALÉRIA BORGES, MORADORA, EM DOCUMENTÁRIO SOBRE SUA MILITÂNCIA E COMUNIDADE, 2019⁸¹).

"TACARAM FOGO NA FAVELINHA DO IAPI" (VALÉRIA BORGES, 2019)

A abertura da Avenida Antônio Carlos e a construção do IAPI expulsaram muitos moradores e não estabeleceram condições dignas para serem realocados. Sem alternativas, as famílias se viram obrigadas ou a se mudarem para regiões distantes da cidade e desabastecidas de serviços e infraestrutura urbana - habitação, escola, saúde, trabalho, transporte público, abastecimento de água e esgoto, coleta de lixo, iluminação, cultura, lazer, segurança, entre outros -, ou a subirem mais o morro e ocuparem a parte mais íngreme junto à pedra.

Inicialmente, o IAPI seria para atender a população de baixa renda. No entanto, o que de fato ocorreu foi a destinação das habitações do conjunto para famílias com maior poder aquisitivo, muitos de funcionários públicos e engenheiros. Segundo Junia Ferrari, ao que tudo indica, os moradores da Pedreira nunca pisaram no IAPI: 20% das 928 unidades foram destinadas a funcionários da Prefeitura e 80% a operários da indústria" (FERRARI, 2009, p.64), não contemplando aqueles de baixa renda para a aquisição de um apartamento no bairro popular, ou seja, moradores da comunidade, os que tiveram seus barracos destruídos e que tinham necessidade urgente de habitação digna. W


o que é o IAPI?

Segundo Junia Ferrari (2009), o Conjunto IAPI tem como base um projeto arquitetônico modernista com 11 torres, sendo construídas 9, e foi inaugurado em 1944, 4 anos após a aprovação do decreto de sua construção. Doado pela prefeitura, o terreno abrigava cerca de 3.000 pessoas entre imigrantes, operários e mendigos moradores da PPL e Região da Lagoinha (CASTRIOTA; ARAÚJO, 2009) as quais foram expulsas para o início das obras, com algumas famílias subindo o morro e outras se mudando para a regiões distantes dali. Nas palavras do então prefeito Juscelino Kubitschek, o IAPI seria um bairro popular próximo ao centro da cidade, o que exigiria a aplicação de poucos recursos econômicos para a sua urbanização: "(...) a dois passos a cidade se vinham localizando classes de menor capacidade econômica, operários e até mendigos (...) comparamos as duas soluções possíveis: a primeira seria a de se fazer erguer ali mesmo, um novo bairro em condições satisfatórias" (PBH, 1940, p. 76). Apesar de ser um projeto popular destinado aos operários, os apartamentos foram ocupados por funcionários da prefeitura e operários da indústria (GUIMARÃES, 1991), famílias com renda superior aos moradores da PPL, que foram expulsos, mas nunca contemplados com uma habitação no IAPI.

*EU VI A CONSTRUÇÃO DO IAPI, A
CONSTRUÇÃO DA CADEIA AÍ EMBAIXO,
DA DELEGACIA AÍ EMBAIXO, DO HOSPITAL
MUNICIPAL, DO COLÉGIO MUNICIPAL,
TUDO ISSO EU VI. QUANDO EU MUDEI
PARA CÁ ERA SÓ TERRA. ELES TAPEARAM
O POVO QUE MORAVA LÁ, QUE IA TIRÁ-
LOS DE LÁ PARA FAZER O PRÉDIO [IAPI]
PARA ELES, PARA ELES TORNAREM A
MORAR... TIROU O PESSOAL TODO, TIROU
O PESSOAL QUE ESTAVA ENTREVADO EM
CIMA DA CAMA, TIROU GENTE QUE ESTAVA
NA MORTE EM CIMA DA CAMA, BOTOU
TUDO DO LADO DE FORA PARA JOGAR OS
BARRAQUINHOS TODOS NO CHÃO. DEPOIS
CONSTRUÍRAM O IAPI, NÃO COLOCARAM
UM FAVELADO DAQUELE, DA PEDREIRA
PRADO LOPES, NÃO PÔS UM... PORQUE LÁ
DA RUA PEDRO LESSA, ESSE PEDAÇO TODO
AQUI, O HOSPITAL BELO HORIZONTE,
TUDO, É PEDREIRA PRADO LOPES [...]*

*(ADELAIDE MARIA DE JESUS, MORADORA, APUD
RIBEIRO ET AL., 2001, P.54).*

A FAVELA
ERA AQUI





"O IAPI NOS EXPULSOU"

A construção do IAPI estabeleceu uma nova dinâmica social que ecoa até hoje no local. Apesar do conjunto habitacional dividir a mesma extensão territorial com a favela, a identidade e reconhecimento dos moradores de cada um é completamente diferente, dado por razões históricas, físicas e subjetivas, as quais fazem a manutenção do racismo e o estigma de marginalização conectado ao favelado, como aborda Lisandra Silva (2018; 2020), e ignoram o fato de que o terreno que se encontra o conjunto era antes ocupado pela favela que foi expulsa.

Conversando com moradores da Pedreira, há muitas histórias de preconceito social e racial sofridas por eles em relação aos moradores do conjunto habitacional, como o relato de Valéria Borges no documentário sobre sua comunidade⁷², em que aborda a forma discriminatória que a comunidade é tratada dentro do conjunto e por muitos de seus habitantes.

[...] QUANDO VOCÊ PASSA, VOCÊ VÊ UM MURO ENORME, ESSE MURO DEVE TER UNS 20 ANOS E ELE FOI CONSTRUÍDO EXATAMENTE PARA EXCLUIR E TAMPAR O QUE PARA ELES É FEIO, O QUE PRA ELES É LIXO. PORQUE PARA ELES, A GENTE É LIXO. [...] ELES NÃO ENTENDEM QUE FOI ESSE "LIXO" QUE CONSTRUIU O LOCAL QUE ELES MORAM, FOI ESSE "LIXO" QUE DEU LUGAR PARA ELES MORAREM. NOSSA COMUNIDADE ERA LÁ. ENTÃO QUANDO EU ENTRO NO IAPI EU SEMPRE TENHO UM SENTIMENTO RUIM, PORQUE A GENTE ERA VISTO SÓ COMO EMPREGADA DOMÉSTICA, SÓ COMO SERVIÇAL, SÓ COMO OBJETO SEXUAL. VÁRIAS VEZES ELES TENTARAM ME VIOLENTAR LÁ DENTRO [...]. EU LEMBRO NITIDAMENTE QUANDO A GENTE ENTRAVA LÁ E AS PESSOAS SAÍAM CORRENDO COM A GENTE DE LÁ, ÀS VEZES COM UM CABO DE VASSOURA "SAI DAQUI FAVELADO, SAI DAQUI FAVELADO". EU MORARIA EM QUALQUER LUGAR SIM, MENOS NO IAPI. EU NÃO MORO EM UM LUGAR ONDE AS PESSOAS NÃO TRATAM AS OUTRAS COM RESPEITO, NUNCA MORARIA ALI

(VALÉRIA BORGES, MORADORA, EM DOCUMENTÁRIO SOBRE SUA MILITÂNCIA E COMUNIDADE, 2019).

→ CADÊ A PPL?



PROJETO



PPL SOBE O MORRO

CONSTRUÇÃO

IAPI EXPULSA

INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E O CRESCIMENTO DA CIDADE INFORMAL

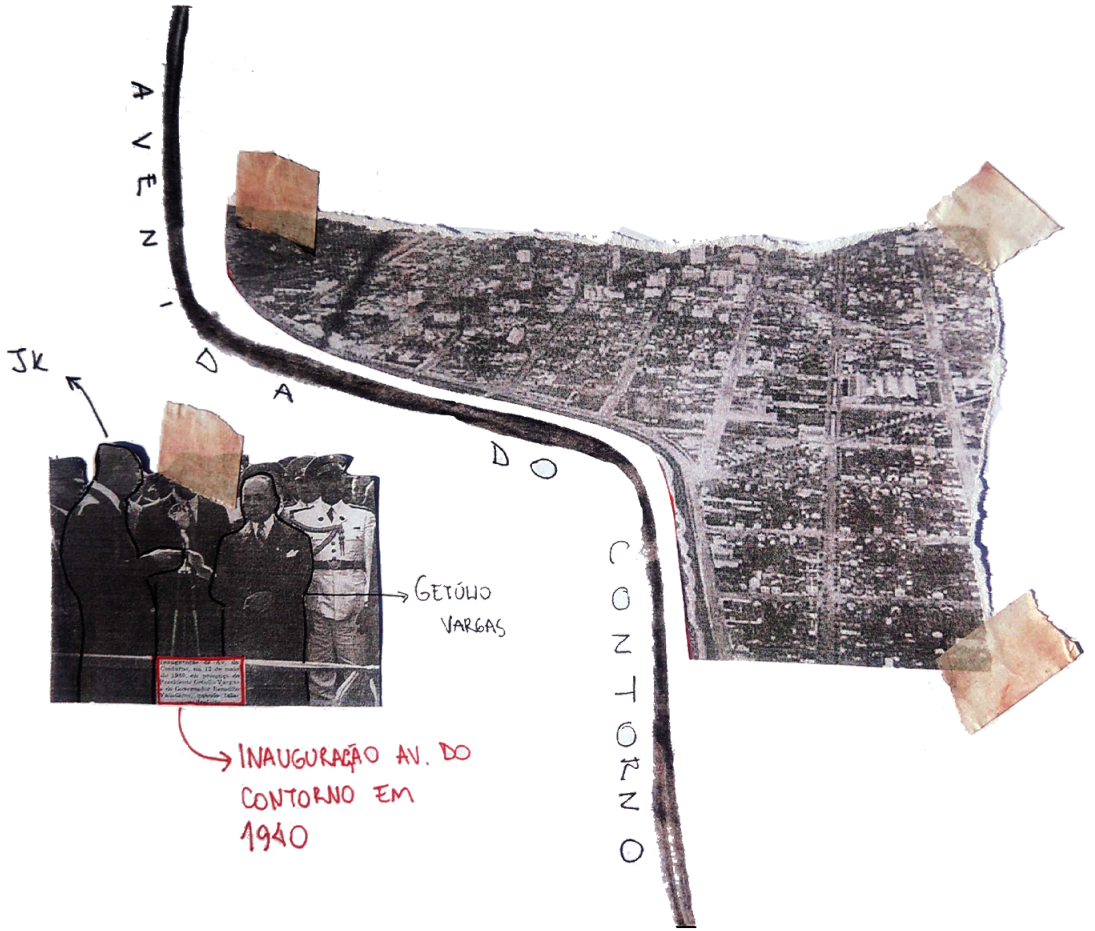
A partir de 1930 o país viveu a transformação capitalista ou como Maricato (2000) coloca, a “industrialização a baixos salários”, por meio do estímulo federal à vinda de multinacionais ao país conectado às políticas de desenvolvimento industrial e automobilístico dos governos Getúlio Vargas (1930-1945) e de João Goulart (1961-1964). Durante esse período houve um crescimento significativo no número de habitantes dos centros urbanos brasileiros, o qual foi proporcional ao aumento da desigualdade social; as periferias se expandiram para além dos limites da cidade formal, em locais desprovidos de serviços e infraestrutura urbana essencial.

Reconhecendo essa realidade, nos governos Vargas e Jango foram criadas as primeiras políticas públicas de habitação, como a Lei do Inquilinato, com o congelamento de aluguéis e a construção dos Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), continuadas até 1964 e, ainda, foram instituídas leis e ferramentas em defesa aos trabalhadores: salário mínimo,

carteira assinada, previdência, entre outras. No entanto, segundo Ferreira (2003), tais políticas não foram suficientes para lidar com a crescente demanda por habitação e infraestrutura urbana dada pelo fluxo migratório de trabalhadores do campo para as cidades, além de não terem alterado a lógica do interesse imobiliário no solo da cidade. Como aborda Ermínia Maricato (1997), a atuação do Estado populista desse período ocorreu de forma “paternalista e simbólico, que nega a auto-organização dos trabalhadores” (MARICATO, 1997, p.35), atuando de forma neutra entre os interesses da classe trabalhadora e da burguesia industrial.

O cenário de desigualdade e péssimas condições de vida urbana gerou insatisfação popular durante as décadas de 1940 e 1950, que culminou na organização de setores da sociedade civil, como movimentos sociais, associações de bairros e favelas, sindicatos e técnicos com o apoio da igreja católica, para reivindicar melhores condições de vida, habitação e a pauta urbana nas reformas de base. Conforme Nabil Bonduki (2017), em 1963 ocorreu o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), agregando diversos agentes da luta pela reforma urbana no país. Com o golpe militar de 1964, as mobilizações populares foram extintas e criminalizadas, retornando apenas no final dos anos 1970 com a reabertura política lenta e gradual do período militar.

Fim do Estado Novo



ANTIGAMENTE ERA ASSIM: QUEM TINHA UMA LUZ ELÉTRICA ERA RICO, ERA GENTE RICA. QUEM PODIA POR UMA LUZINHA NO BECO, ERA PORQUE TINHA CONDIÇÕES MELHORES, ENTENDE? E OS BECOS ERAM ASSIM, TODOS ESTREITINHOS, TODO SUJO, TUDO COM ESGOTO À CÉU ABERTO. [...] A ÁGUA VOCÊ PRECISAVA VER A DIFICULDADE. ERA UM CHAFARIZ, TINHA UM GRANDÃO AQUI PERTO DA DINA. TINHA UM ALI PERTO DA CASA DO NUNES, OUTRO LÁ NA FRENTE, EM FRENTE AO JOSÉ DIOGO⁷³, E UM LÁ ATRÁS NA RUA MENDES DE OLIVEIRA. PEGAVA ERA COM LATA D'ÁGUA [...] E DAVA MUITA BRIGA POR CAUSA DE ÁGUA. [...] TINHA ÁGUA, MAS ERA MUITO POUCA [...] E NÓS FICÁVAMOS O DIA INTEIRINHO JÁ FORMANDO AS FILAS DAS LATAS [...]

(SEM NOME, MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.102).

O cenário de desigualdade e péssimas condições de vida urbana gerou insatisfação popular durante as décadas de 1940 e 1950, que culminou na organização de setores da sociedade civil, como movimentos sociais, associações de bairros e favelas, sindicatos e técnicos com o apoio da igreja católica, para reivindicar melhores condições de vida, habitação e a pauta urbana nas reformas de base. Conforme Nabil Bonduki (2017), em 1963

ocorreu o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), agregando diversos agentes da luta pela reforma urbana no país. Com o golpe militar de 1964, as mobilizações populares foram extintas e criminalizadas, retornando apenas no final dos anos 1970 com a reabertura política lenta e gradual do período militar.

(IAP) **POQUE NAO EXISTIA POLITICA PUBLICA P/ ATENDER OS TRABALHADORES E POPULACO POBRE**

preferível tal iniciativa a transportar para local distante, com crescentes dificuldades para os próprios habitantes, aquela população que dia a dia se adensava. Verificamos a possibilidade de subdividir aquela área e revender ou aforar toda a gleba sem dúvida valorizada pelas condições naturais e pelos serviços que já haviam atingido. Encarando, porém, o assunto em seus aspectos fundamentais — o econômico, o higiênico e o urbanístico — comparámos as duas soluções possíveis: a primeira seria a de se fazer erguer ali mesmo, um novo bairro em condições técnicas satisfatórias; a segunda, promover a aquisição de terrenos fora da cidade, para neles localizar os moradores da Pedreira. Como conclusão de todas as nossas considerações, com inúmeras outras diligências e estudos, preferimos resolver o problema com o critério que nos pareceu mais humano e, para esse fim, promulgámos o decreto-lei n.º 75, de 24 de outubro de 1940, cujo teor aqui reproduzimos, porque por si mesmo melhor fundamenta e justifica a solução eleita:

"O Prefeito de Belo-Horizonte, no uso de atribuição legal e considerando que o problema da habitação barata já se formula nessa Capital com a mesma premissa dos demais centros populosos do País;

Considerando que a construção das chamadas vilas operárias ou populares, com que se tem procurado resolver esse problema, não constitui a sua melhor solução, em primeiro lugar, porque dada a falta de espaço no centro urbano, tais vilas só podem ser construídas em bairros distantes, onde se consome no transporte o que se economiza no aluguel; segundo porque, mesmo em se tratando de "casa própria", tem mostrado a experiência que as classes menos favorecidas raramente atingem a estabilidade econômica necessária para possuí-la, donde o geral fracasso das tentativas;

Considerando que a solução mais viável consista em fazer grandes prédios de apartamentos, onde, pela sua construção e sistema de exploração se torne possível um aluguel módico, no alcance de qualquer família;

Considerando que a construção pública de apartamentos, visando a solução do problema da habitação barata, constitui uma medida de interesse público e, portanto, de competência da Prefeitura Municipal de Belo-Horizonte, resolveu, para a construção pública de apartamentos, reduzir a 15% a taxa de imposto predial dos prédios ou conjunto de prédios de apartamentos destinados às classes populares desde que os mesmos preencham os seguintes requisitos:

- número mínimo de cinco (5) andares em cada pavilhão;
- número mínimo de quinhentos (500) apartamentos, ou moradas distintas no conjunto dos pavilhões;
- aluguéis variando entre Cr\$70,00 e Cr\$250,00 por mês de acordo com a tabela aprovada pela Prefeitura;
- área interna livre, ajardinada, para uso comum dos inquilinos.

Belo-Horizonte, 24 de outubro de 1940".

PLANEJAMENTO URBANO PARA QUEM?

FALTA DE ESPAÇO???

"APARTAMENTOS DESTINADOS AS CLASSES POPULARES DESDE QUE ..."

TIVESSEM DINHEIRO P/ PAGAR O ALUGUEL.

E QUEM NÃO TINHA ESSE DINHEIRO? MORAVA ONDE? O QUE MUDOU HOJE EM DIA???

Fisicamente, o muro ao redor do IAPI materializa a fronteira simbólica que divide o progresso da pobreza, a formalidade da falta de infraestrutura e leis, e os que têm direito dos excluídos. Mas, não acaba por aqui.

Durante a ditadura militar (1964-1985) ocorreu a construção da caixa d'água do conjunto habitacional para abastecer os apartamentos. O que não é fácil de compreender, porém, é que a caixa d'água foi construída dentro da PPL, sem fornecer água para a comunidade que também não tinha acesso ao serviço de abastecimento de água potável. Os moradores da favela precisavam buscar água em poucos torneirões dispostos no local e levar a água na lata até suas casas.

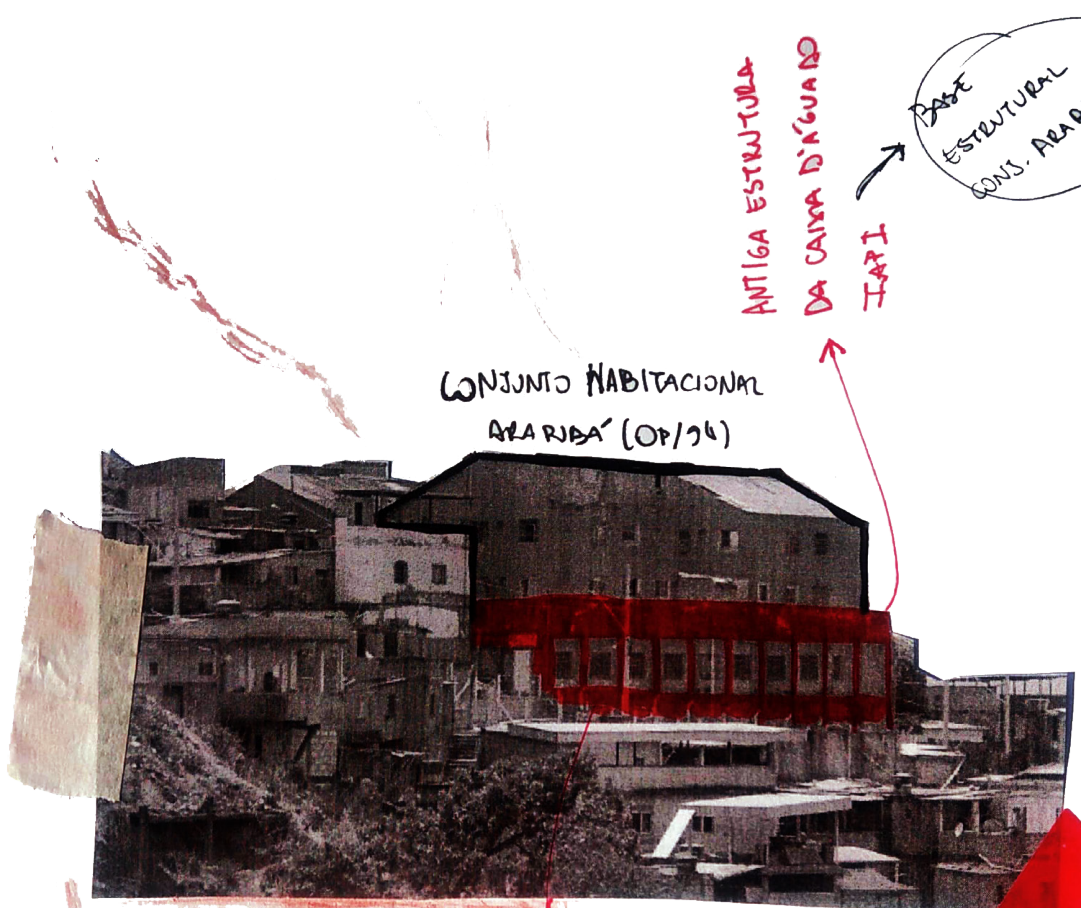
Após a caixa d'água adquirir rachaduras foi desativada e ficou muitos anos sem uso na comunidade, chegando a se tornar um espaço de depósito de lixo e, mais adiante, abrigo para cerca de 16 famílias com péssimas condições de salubridade. Eram buracos cavados na terra embaixo da estrutura da caixa d'água, sem condições básicas de habitabilidade. Após a mobilização da comunidade junto às lideranças, associações e à Igreja Católica atuante no local, essas pessoas foram reassentadas no Conjunto Araribá, que foi construído utilizando a própria estrutura da caixa d'água.

Esse conjunto habitacional é um importante símbolo para a PPL, pois foi, após muita luta, a primeira conquista da comunidade no

Orçamento Participativo e o primeiro conjunto habitacional construído pela Prefeitura em uma favela de Belo Horizonte.

A HISTÓRIA DO ARARIBÁ É A SEGUINTE. AQUELE ERA UM ESPAÇO QUE NÃO ENTRAVA NA NOSSA GARGANTA DE JEITO NENHUM. ELES CONSTRUÍRAM IAPI, ESTÁ ATÉ TOMBADO HOJE, PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, ETC. UM PROJETO MARAVILHOSO. SÓ QUE NA ÉPOCA ELES ESQUECERAM DO PROBLEMA DA ÁGUA, AÍ COMO ELES SOLUCIONARAM ISSO? ELES CHEGARAM NA PARTE MAIS ALTA DA PEDREIRA, FIZERAM A DESAPROPRIAÇÃO, CONSTRUÍRAM UMA CAIXA D'ÁGUA PARA A ÁGUA DESCER POR GRAVIDADE, TINHA UM CANO GRANDE, QUE FOI UMA IMPOSIÇÃO DELES QUE NÃO ATENDIA EM NADA A COMUNIDADE. SIMPLEMENTE PUSERAM AQUELE ALI, QUE ERA A CAIXA D'ÁGUA. RESOLVERAM O PROBLEMA DELES. FICOU ANOS E ANOS ACONTECENDO ISSO, AÍ VEIO COPASA⁷⁴, A COISA FOI MELHORANDO. AQUILO NÃO ERA MUITO INTERESSANTE PARA ELES NÃO E A CAIXA D'ÁGUA TRINCOU TAMBÉM. ELES ACABARAM ABANDONANDO, ELA FICOU ANOS E ANOS VAZIA, OS MORADORES ABRIRAM, ESTOURARAM TUDO, FICAVAM BRINCANDO LÁ. FIZERAM UM DEPÓSITO DE LIXO TREMENDO LÁ

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019⁷⁵).



CONJUNTO HABITACIONAL
ARARIBÁ (OP/94)

ANTIGA ESTRUTURA
DA CAIXA D'ÁGUA DO
IAPI

BASE
ESTRUTURAL
CONS. ARARIBÁ

BASE ESTRUTURAL
CONS. ARARIBÁ

ANTES DISSO, FIZERAM MORADIA
EMBAIXO. FORAM FEITAS MUITAS
MORADIAS. OCUPAÇÃO EMBAIXO
DELA MESMO, LITERALMENTE NO
PORÃO. ESSE POVO QUE FOI MORAR
EM CIMA [NO ARARIBÁ]

(VALÉRIA BORGES, CAMINHADA PELA PPL,
2019⁹²).

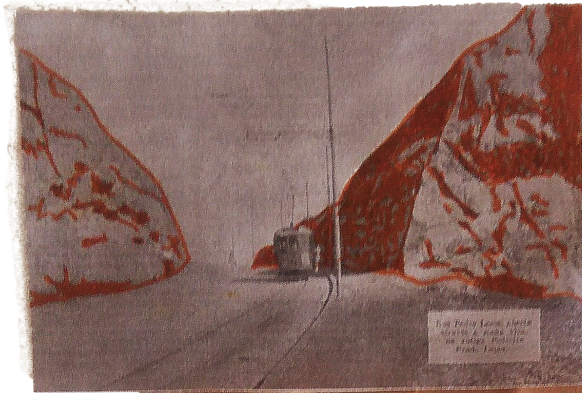
Após as construções do IAPI e da Avenida Antônio Carlos, o território da PPL se transformaram drasticamente. Essas obras inauguraram um processo de intervenções frequentes no local que modificaram sua estrutura socioespacial ao longo do tempo. Um outro exemplo dessas intervenções é a abertura da Rua Pedro Lessa, para passar o bonde municipal, que precisou utilizar explosivos para abrir espaço entre as rochas da pedreira. O que antes era um único território, após a abertura dessa rua se dividiu em Vila Senhor dos Passos e PPL, fragmentando o local e impondo novas dinâmicas sociais.

ANTES ERA TUDO UMA COISA SÓ, ERA TUDO PEDREIRA PRADO LOPES. AÍ VEIO ABERTURA AQUI DA RUA PEDRO LESSA, ESSA RUA FOI ABERTA NO DINAMITE - VOCÊ PODE VER QUE TEM PEDRA DE UM LADO E PEDRA DO OUTRO -, PARA PASSAR O BONDE. O PESSOAL QUE FICOU DO LADO DE LÁ, QUE FICOU COM UM LUGAR PEQUENO, ELES SE DECLARAM "VILA SENHOR DOS PASSOS"

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019^o).

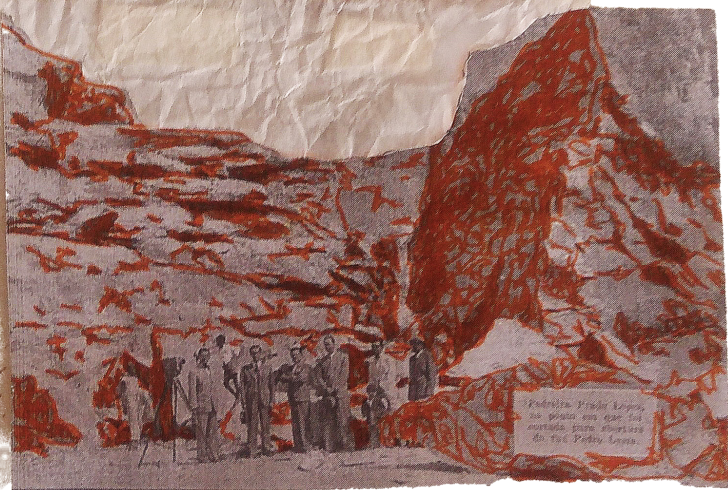
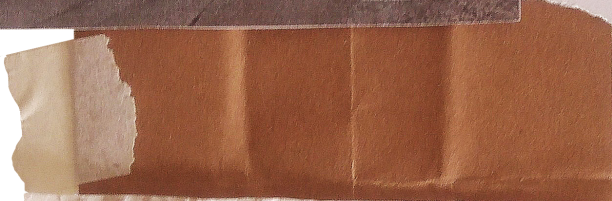
[...] DISSERAM [SEUS AVÓS] QUE AQUI TUDO FOI TIRADO COM DINAMITE, ERA UM PEDRA, POR SINAL UMA PEDRA ENORME QUE SÓ AQUI NA RUA PEDRO LESSA. TAMBÉM ALI NAQUELE CORTE, ELES FALAVAM AQUELE FICHADO DE PEDRA, ALI TAMBÉM FOI TUDO DETONADO, TUDO ABERTO POR DINAMITES PARA PASSAR, PASSAR ALI NA PEDRO LESSA, NO IAPI, PARA FAZER O CONJUNTO

(GILSON ANTÔNIO, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.59).



Las Pedro Lomas, Abierta
strada a modo de
un campo de batalla
Francisco Lopez

a abertura de las Pedro Lomas



pedro las lomas
de pedro las lomas
de pedro las lomas
de pedro las lomas

As intervenções atuantes na favela ao longo de sua história contribuíram para a consolidação de disputas e diferentes identidades no local, entendidas pelos quatro diferentes territórios dentro da PPL comentados anteriormente - Pedreira de Cima, Pedreira de Baixo, Maloquina e o Brejo. Essas divisões internas atuam não apenas territorialmente, como também influenciam na dinâmica subjetividades locais, afetando as relações sociais, afetos e identidade.

ENTÃO, IGUAL, AQUI É A PEDREIRA DE BAIXO: SÃO CRISTÓVÃO; PEDREIRA DE CIMA: SANTO ANDRÉ, UM POUQUINHO DO BOM JESUS E UM POUQUINHO DE PAISSANDU. HOJE EM DIA A GENTE FALA PEDREIRA PRADO LOPES PARA PODER DAR UM NOME CERTO, PARA PODER IDENTIFICAR. [...] É UM NOME DE GUERRA, É UM NOME DE PESO [GRIFO NOSSO] [...]

(NATANAEEL SEVERINO DA SILVA, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.49).

NA JOSÉ DIOGO⁷⁷ É ALI QUE É A PEDREIRA MESMO, ONDE É A CRECHE... ISSO LÁ QUE É A PEDREIRA FORTE MESMO, É LÁ. TANTO QUE A GENTE NÃO CONSIDERA AQUI PEDREIRA PRADO LOPES NÃO, A GENTE FALA MAIS AQUI É BAIRRO SANTOANDRÉ

(VICENTINA SANTOS, MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.59).

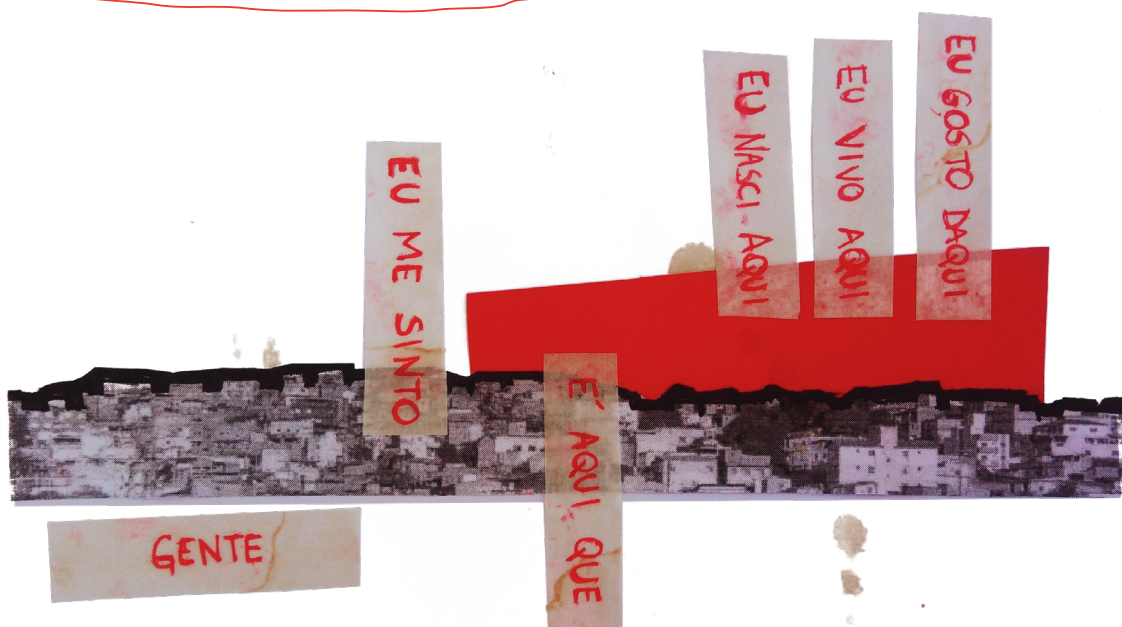
Essas divisões territoriais são atravessadas por diferentes linhas de forças, interesses ligados ao Estado, ao capital e à sociedade civil, que atuam na favela historicamente, principalmente no que diz respeito às ações ligadas ao setor imobiliário, aos proprietários do capital e da terra urbana. Apesar disso, mesmo em meio a tantas disputas, existe um sentimento maior entre os moradores de identidade, pertencimento e o orgulho da favela como um todo e de serem “pedreirenses”, fruto da luta e resistência de muitas décadas e realizada por muitas mãos.

EU TENHO QUARENTA E POUCOS ANOS AQUI NA PEDREIRA PRADO LOPES E SOU MUITO FELIZ. EU TIVE UMA FAMÍLIA MARAVILHOSA NA PEDREIRA PRADO LOPES. [...] EU CONSIDERO TODOS MEUS IRMÃOS “PEDREIRENSE”, TODOS. TODOS ELES, TODOS ELES. PRETO, BRANCO, AZUL, QUALQUER UM DELES SÃO MEUS IRMÃOS “PEDREIRENSE”, COM MUITO AMOR NO CORAÇÃO

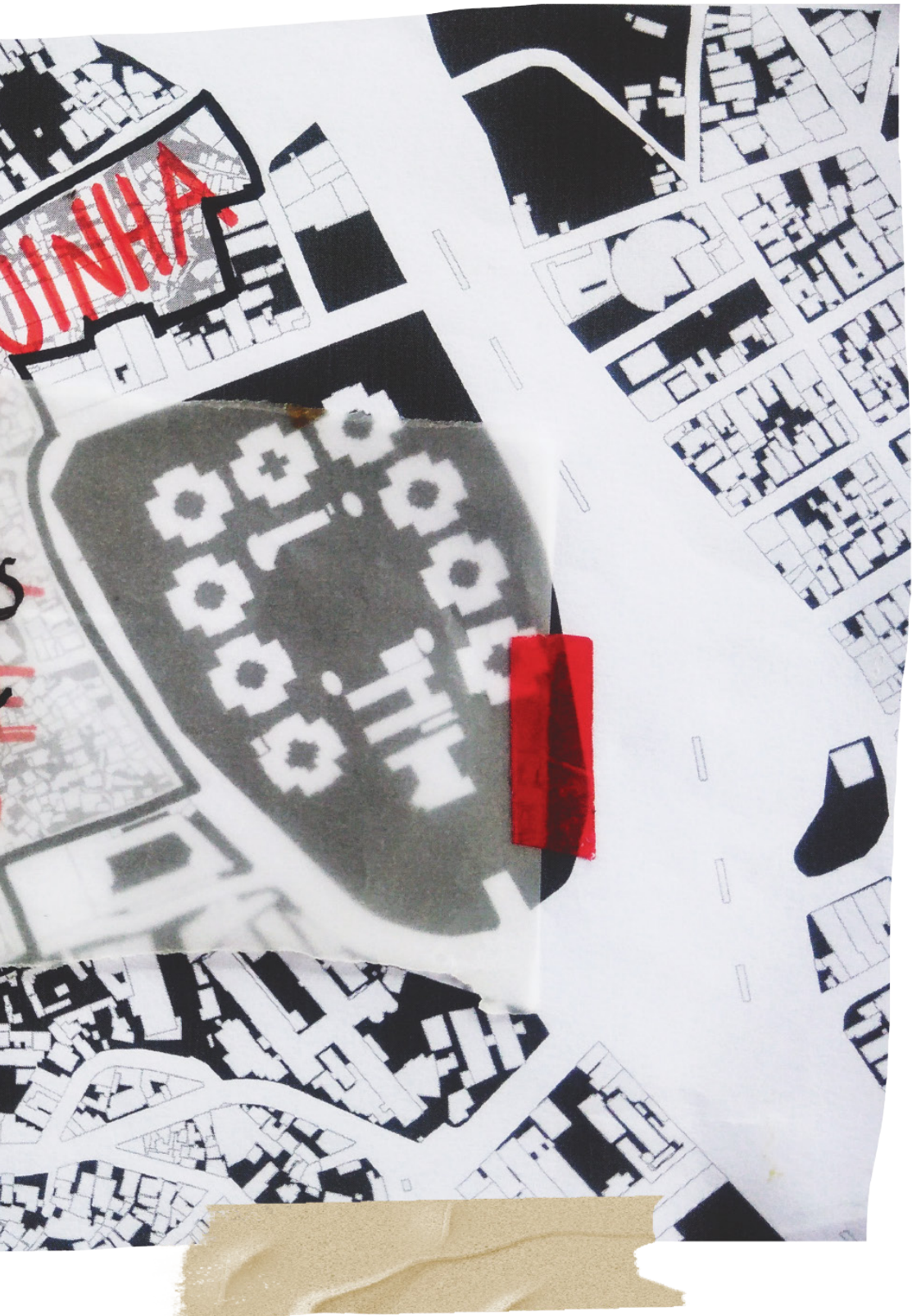
(JOVINA DA COSTA MEIRA. SOARES E ANTUNES, 2001, P.132, APUD ARROYO, 2010, P.81).

EU PODIA SAIR DAQUI, EU PODIA PAGAR
UM ALUGUEL LÁ NO CENTRO, MAS EU
QUERO MORAR AQUI, EU GOSTO DAQUI,
EU VIVO AQUI, EU NASCI AQUI, É AQUI QUE
EU ME SINTO GENTE”

(VALÉRIA BORGES, MORADORA, EM DOCUMENTÁRIO SOBRE SUA MILITÂNCIA E COMUNIDADE, 2019⁹³).







Até os anos 1980 e 1990, as condições de vida na favela eram precárias, apesar de estar ao lado do centro da cidade. Ou seja, a comunidade era ignorada pelo sistema formal, pelo mapa e pelas políticas públicas. A população não tinha acesso à infraestrutura urbana básica, como água, luz, saneamento, educação, saúde e coleta de lixo. Em meio ao cenário de desigualdade social, lideranças, associações comunitárias e instituições ativas no local, como a Pastoral de Favelas, foram construindo e fortalecendo a necessidade de união da comunidade, de identidade e reconhecimento, para irem à luta pela melhoria da qualidade de vida e por justiça social.

NASCI AQUI, ENTÃO, QUER DIZER, O QUE A PEDREIRA ANTIGAMENTE, HOJE, COM O PROGRESSO... ANTES VOCÊ TINHA QUE SAIR DAQUI PARA BUSCAR ÁGUA EM OUTROS BAIRROS. MUITAS PESSOAS, A POPULAÇÃO TODA TINHA QUE CARREGAR ÁGUA NA LATA, NA CABEÇA... A ENERGIA CHEGAVA DE LONGE, VOCÊ TINHA QUE FICAR A POSTOS E VIR DEMARCANDO A SUA ÁREA PARA TRAZER A SUA ENERGIA ELÉTRICA. [...] DEPOIS QUE A ÁGUA TAMBÉM CHEGOU, VOCÊ TINHA QUE COMPRAR VARAS DE CANO PARA [FAZER] CHEGAR ÁGUA EM CASA. ENTÃO TUDO ISSO VEIO MUDANDO: ABERTURA DE BECOS, A INFRAESTRUTURA MELHORANDO, A ENTRADA DE ESGOTO. ISSO TUDO VEIO AO LONGO DO TEMPO. DEMORADO, MAS ISSO SÓ ACONTECEU DEPOIS QUE REALMENTE SE MOBILIZARAM [A POPULAÇÃO] E MONTARAM ASSOCIAÇÕES, O GOVERNO SE ABRIU MAIS PARA OUVIR A CAMADA MAIS POBRE, ENTÃO TUDO ISSO VEIO TRANSFORMANDO

(MARCELO FERREIRA, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.101).

REGIÃO PRÓXIMA
A PPL EM 1928



PPL EM 1940
ÁGUA DO POÇO



CAFUÁ
PRÓXIMO
A PPL
NA DEC.
DE 1920

Essa tradição do envolvimento da comunidade na luta e sua coragem, amor e força, reverberou com o passar dos anos e tornou real a urbanização e a existência da favela na cidade formal, dentro dos mapas e das políticas públicas do município. A PPL foi a *primeira*⁷⁹ a conquistar um plano urbanístico de vilas e favelas em Belo Horizonte, o Plano Global Específico (PGE) e esteve à frente em outras vitórias para as vilas e favelas da capital, como a conquista do Conjunto Araribá e da Escola Profissionalizante. Com as obras habitacionais e urbanas conquistadas via Orçamento Participativo, e executadas em parte com os recursos federais vindos com o Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), os moradores da Pedreira puderam ter acesso à infraestrutura e serviços básicos para a vida urbana.

*ATÉ AS PESSOAS, MESMO DE FORA,
COMENTAM QUE A PEDREIRA É UM EXEMPLO
DE LUTA E DE CONQUISTAS. PORQUE, VOCÊ VÊ,
DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, DESDE QUE
COMEÇOU [1993], NÓS NÃO PERDEMOS UM.
NÃO EXISTE CAMINHO PARA A FELICIDADE, A
FELICIDADE É O CAMINHO*

*(JOSÉLIA DO NASCIMENTO LOPES, MORADORA, APUD
RIBEIRO ET AL., 2001, P.101)*

O que é o PGE?

O PGE é um plano diretor para cada favela, contendo propostas e projetos conforme as demandas populares, que direciona as ações do poder público nos territórios populares. Ele é um instrumento técnico que produz um diagnóstico do local com a participação da comunidade e produz um plano de obras com várias etapas sendo seguidas conforme as prioridades populares, direciona as ações do poder público, da comunidade e das concessionárias de serviços públicos. Segundo Francys Branderberger, técnica da URBEL e primeira coordenadora do PGE, o objetivo final do PGE é “propor uma solução integrada para cada comunidade, que contemple as três áreas básicas de atuação: Urbanística: pela elevação do padrão de habitabilidade; Jurídico: pela regularização da situação de propriedade da terra; Social: pela redução da pobreza e pelo desenvolvimento sustentável” (BRANDERBERGER, 2000, [s.p.]).

Resgatar o processo de urbanização da Pedreira com falas locais, ainda mais no cenário atual, é um convite para relembrarmos o momento histórico vivido no país com as conquistas democráticas para as cidades brasileiras, presentes na Constituição de 1988, que possibilitaram a implementação de políticas de gestão democrática - Orçamento Participativo, plano

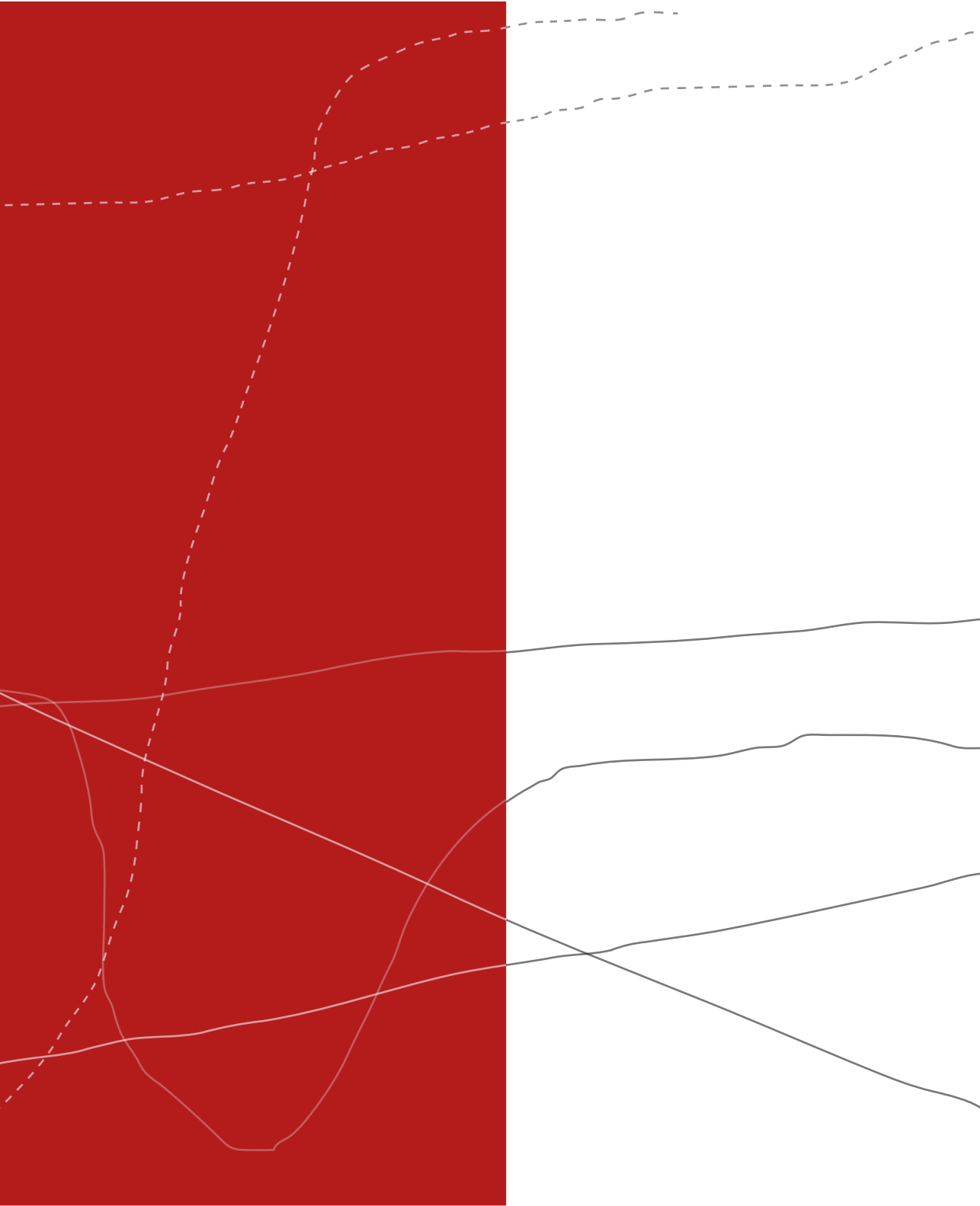
diretor, conselhos - na agenda da política urbana nas gestões municipais progressistas da década de 1990. A urbanização da PPL via Orçamento Participativo também evidencia a importância do papel da sociedade organizada na resistência e luta que culminaram na conquista do primeiro plano de urbanização e das primeiras obras urbanas em vilas e favelas de Belo Horizonte.

[...] A PEDREIRA É A PRIMEIRA EM TUDO. A PEDREIRA FOI A PRIMEIRA FAVELA DE BELO HORIZONTE. A CIDADE DE BELO HORIZONTE NASCEU COM A PEDREIRA, COM A EXPLORAÇÃO DAS PEDRAS AQUI DA PEDREIRA QUE CALÇARAM A CIDADE DE BELO HORIZONTE. A PEDREIRA TEVE A PRIMEIRA ESCOLA DE SAMBA DE BELO HORIZONTE, QUE É A PEDREIRA UNIDA, QUE NÃO EXISTE MAIS. TEVE TAMBÉM O PRIMEIRO BLOCO, NO QUAL EU TENHO A HONRA DE SER O PRESIDENTE, QUE É O BLOCO LEÃO DA LAGOINHA, FUNDADO EM 1947, ESTÁ COM 73 ANOS E, NO PRÓXIMO ANO, COMPLETA 74. A PEDREIRA FOI A PRIMEIRA FAVELA DE BELO HORIZONTE A TER UM PLANO GLOBAL ESPECÍFICO [PGE] E TEVE TAMBÉM O PRIMEIRO CONJUNTO HABITACIONAL DAS FAVELAS DE BELO HORIZONTE DENTRO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

(JAIRO MOREIRA, DURANTE O SEMINÁRIO SOBRE O OP NA PPL, 2019⁹⁰).

6.

MOBILIZAÇÃO POPULAR NA PPL E AS PRIMEIRAS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM BELO HORIZONTE



criação do
Departamento
Bairros Populares
(DBP)

criação do Fundo
Municipal de
Habitação (FMH)

inauguração
escola José
Diogo

6. MOBILIZAÇÃO POPULAR NA PPL E AS PRIMEIRAS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM BELO HORIZONTE

As intervenções remocionistas e excludentes na Pedreira Prado Lopes e o precário investimento em infraestrutura urbana⁸³ ao longo de sua história consolidaram uma articulação social de luta e resistência no território. A grande capacidade organizativa da comunidade colaborou para que a PPL se tornasse referência na luta dos movimentos de favela a partir da década de 1950 em Belo Horizonte, tendo vivido seu ápice durante 20 anos, com o Orçamento Participativo. A grande mobilização dos moradores colaborou diretamente para a conquista de sua urbanização.

Até os anos 1980, as políticas de intervenção em favelas de Belo Horizonte tinham um caráter remocionista. O Departamento de Bairros Populares (DBP), de 1955, e a Coordenadoria de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (Chisbel), de 1971, atuavam removendo assen-

Plano de Metas para BH do governo JK

criação da União da Defesa Coletiva (UDC)

criação da Sociedade Pró-Melhoramento

tamentos informais para a construção de obras viárias e desenvolvimentistas, como a Avenida Antônio Carlos, o conjunto arquitetônico da Pampulha e o IAPI. As favelas eram ignoradas pela cidade formal e não recebiam melhorias, investimentos ou sequer constavam no mapa da cidade, apesar de abrigarem uma população de cerca de 36 mil habitantes em 1955, aumentando rapidamente para 120 mil em 1965 (LIBANIO, 2016). Segundo Berenice Guimarães (1992):

O período de 1945 e 1964 é caracterizado por ações contraditórias do poder público com relação às favelas, sendo também grande a movimentação das associações de moradores. De uma parte, teve continuidade a política de remoção, até mesmo com corte do abastecimento de água e luz nas favelas para minar a resistência da população. De outra, foi grande o apoio dado pela Prefeitura, através de verbas e assistência técnica, ao fortalecimento das associações de favelas. Ao mesmo tempo, recrudescu o movimento de invasão de áreas, agora realizado sob o comando da Igreja Católica e dos partidos políticos de esquerda e que encontrou pouca resistência por parte das autoridades.
(GUIMARÃES, 1992, p.6).

[...] AQUI NÃO TINHA NEM ESSA VIZINHANÇA. OS BECOS ERAM MUITO ESTREITOS, ERA SÓ ESGOTO, OS ESGOTOS TODOS ABERTOS, TUDO SUJO, NÃO TINHA PRIVADA, BANHEIROS. ERA MUITO RUIM, EU NÃO TINHA ÁGUA, NÃO TINHA LUZ. [...] ERA [AS HABITAÇÕES] DE LATA, DE CAIXA DE PAPELÃO, QUANDO CHOVIA MOLHAVA TUDO, ERA DE TÁBUA. ESSA FAVELA AÍ EM CIMA, ELES FALAM FAVELA DO CAIXOTE, HOJE EM DIA ELA NÃO É FAVELA DO CAIXOTE MAIS

(MILTA BORGES, MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.57).

O grande número de remoções causadas pelas políticas executadas pelo BDP e Chisbel gerou insatisfação e revolta popular, dando origem às primeiras organizações de favelados na cidade. A partir de 1959, até sua extinção em 1964 pela ditadura militar, a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) reunia mais de cinquenta organizações comunitárias da cidade que se identificavam como União da Defesa Coletiva (UDCs) e reivindicavam por moradia, melhoramentos, direito à terra urbana, qualidade de vida e lutavam contra despejos. Na PPL, a UDC ficou conhecida como Associação de Moradores da Pedreira e foi a primeira associação comunitária presente na favela, conforme aborda Mara Sales (2003).

1958

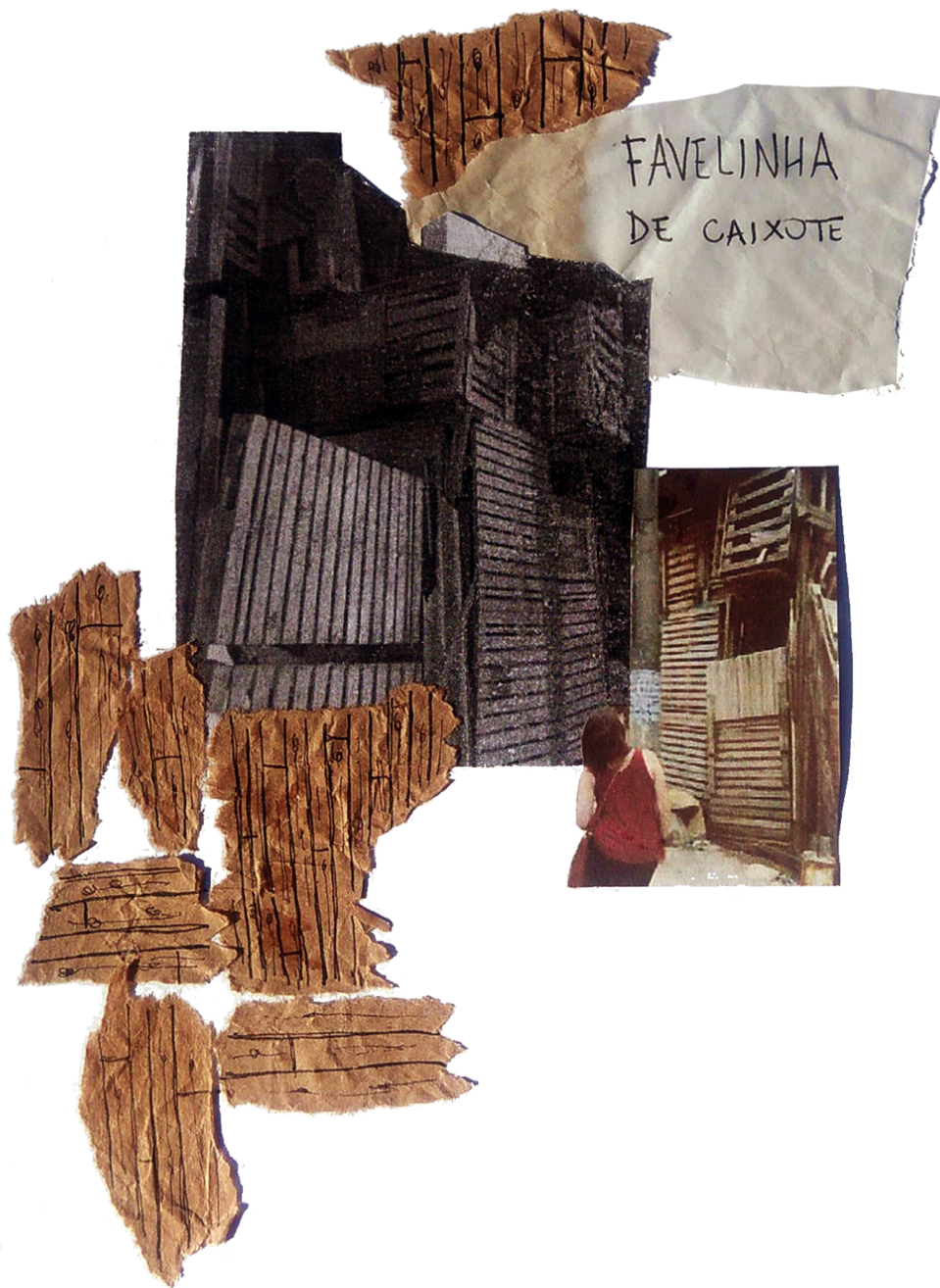
inauguração
do Departamento de
Investigações da
Polícia Civil

1959

criação da Federação
dos Trabalhadores
Favelados de BH
(FTFBH)

mobilizações
das populações
de baixa renda

ações contradi-
tórias do poder
público em relação
às favelas



1960

inauguração
Brasília

1962

Lei federal 4.132:
desapropriação de
para interesse social

1963

Seminário de Ha-
bitação e Reforma
Urbana (SHRU)

Como mencionado anteriormente, com o golpe militar de 1964, as mobilizações populares foram criminalizadas e dissolvidas. Isso interrompeu a luta por direitos sociais que vinha se fortalecendo devido ao movimento pela reforma urbana e às políticas da Reforma de Base do governo João Goulart (1961 -1964). Não foi diferente na PPL.

[...] AQUI TINHA UM SR. FRANCISCO⁸⁴ QUE FAZIA PARTE DE UMA ASSOCIAÇÃO DAQUI. MAS A ASSOCIAÇÃO DELES FOI INVENTADA. FOI FEITA POR ELES. PORQUE, ANTIGAMENTE, VOCÊS SABE DESSA DITADURA, NÃO É? ERA UMA COISA HORROROSA. DITADURA, A GENTE TINHA MEDO DE TUDO. A GENTE NÃO PODIA NEM ABRIR A BOCA. SENÃO ELES CAÇAVAM O MANDATO DA GENTE.

(RAIMUNDA GOMES - D. TINÁ -, MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.106).

As políticas desenvolvimentistas do “milagre econômico” elevaram a desigualdade social e econômica no país. A expansão da malha viária com obras que cruzavam o Brasil, a forte industrialização e o crescimento dos centros urbanos colaboraram com isso, principalmente pelo fato da urbanização não ter sido acompanhada por um planejamento e por políticas públicas que atendessem de forma digna o

fluxo de trabalhadores que migravam da área rural para as cidades. Essa situação estabeleceu uma condição sem alternativas à população de baixa renda, que se fixou nas áreas mais baratas e, conseqüentemente, precárias da cidade, sem infraestrutura, água, luz, saneamento, moradia, segurança ou qualquer serviço urbano, elevando o número de favelas e periferias nos grandes municípios.

Este cenário de exclusão social e intensa desigualdade culminou na reorganização das mobilizações populares no final da década de 1970 estimuladas pelo enfraquecimento da ditadura militar. Nesse período, em Belo Horizonte, voltou à pauta a luta pelo direito dos favelados e pela democratização da cidade e sociedade coordenada pela Pastoral de Favelas (PF), pela União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), em substituição à FTFBH -, e pela Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas (FAMOBH).

COMO NÃO HAVIA LUZ, ERA PROIBIDO SAIR DO SEU BARRACÃO DE NOITE, ENTRE 22:00HS E 05:00HS DA MADRUGADA A NÃO SER POR MOTIVO DE DOENÇA OU DE MORTE. DUAS EQUIPES DE GUARDAS NOTURNOS A CAVALO E ARMADOS DE UMA LONGA ESPADA PATRULHAVAM A NOITE TODA NA FAVELA PARA QUE ESSA LEI FOSSE RESPEITADA. DEPOIS VOLTAVAM PARA O SEU QUARTEL

(JORNAL FALA PEDREIRA, P. 01, EDIÇÃO Nº 08, 1997, APUD PASSOS, 2019, P.115).

golpe militar

criação do
Sistema Financeiro
de Habitação (SFH)Criação do BNH
(1964 - 1986)

PLANOS TECNOCRÁTICOS E A AMPLIAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

Durante os anos da ditadura militar entre 1964 e 1985, com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), o país viveu intenso crescimento da malha urbana com grandes obras viárias que cruzavam o Brasil no desejo do progresso, com o fomento da indústria e multinacionais que chegavam ao país. Nesse período, o planejamento urbano foi substituído com planos centralizadores e tecnocráticos (MARICATO, 2000), concentrando as decisões sobre o planejamento e investimentos urbanos nas mãos de técnicos e profissionais especializados, novamente distante das camadas populares e de suas demandas, principalmente da população de baixa renda. Esse formato de produção espacial e se pensar a cidade definiu aparatos regulatórios do solo urbano seguindo o interesse privado e que não contemplavam a cidade informal, que continuava a crescer.

A urbanização brasileira durante esse período se deu de forma irregular, com o alarga-

mento das cidades e da desigualdade socioespacial em função da política habitacional desenvolvida pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Segundo Ferreira (2005), o sistema BNH/SFH foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais e mais de 4 milhões de moradias. No entanto essas edificações foram dispostas em locais distantes de serviços urbanos essenciais como transporte, saúde, educação e trabalho, dando origem às cidades-dormitórios⁸⁵.

Essa prática urbanística, segundo Maricato (2000) e Villaça (1999) é compreendida pelo caráter centralizador e excludente. Isso significa que os planos eram propostos de cima para baixo, elaborados com um grande distanciamento das necessidades reais e populares e sem qualquer tipo de participação popular. A exclusão se dava com a produção do espaço urbano ligado ao setor imobiliário, voltado ao lucro, inclusive nas políticas sociais, com os conjuntos populares - que não incluíam a população com renda abaixo dos cinco salários mínimos - localizados afastados dos centros urbanos e serviços básicos para a moradia.

O período era a ditadura militar e a hierarquia também foi adotada na elaboração da política urbana e em sua aplicação. As políticas e os planos urbanos aumentaram a concentração de renda e distanciaram ainda mais o mercado imobiliário legal da classe de baixa renda. Vultosos investimentos em serviços e infraestrutura

urbana se localizaram nas regiões centrais e de interesse hegemônico das cidades, verticalizando essas regiões e incentivando a especulação imobiliária (FERREIRA, 2005)⁸⁶.

*E COM O NEGÓCIO DA MOVIMENTAÇÃO,
DO CRESCIMENTO DA CIDADE, COMEÇANDO
MUITA OBRA DE CONSTRUÇÃO E TAL, O POVO
CHEGAVA A AGLOMERAR, A AUMENTAR, [...] E
COM ISTO, COMO A CIDADE FOI CRESCENDO
E O POVO VINDO, SEMPRE UM CONTERRÂNEO
PUXA O OUTRO... AÍ FOI AGLOMERANDO [...]*

(LUIZ AUGUSTO COELHO, MORADOR, APUD RIBEIRO ET
AL., 2001, P.53).

Ainda, no sistema SFH/BNH as habitações beneficiavam apenas a população com renda acima de 5 salários mínimos, não chegando a atingir a população mais pobre. E a distribuição das habitações ocorreu de forma clientelista, baseada na troca de favores, consolidando a inadimplência nos pagamentos das habitações populares e a exclusão da cidade formal, abastecida de normas, leis, planos e estrutura (MARICATO, 2000).

Esse tipo de intervenção pública reforça a existência e a diferenciação entre a cidade formal e a informal. A localização dos conjuntos habitacionais populares distantes dos centros ur-

banos torna inviável o direito à cidade no acesso à vida urbana, aos serviços e infraestrutura que a cidade disponibiliza, assim como às potencialidades e experiências que essa ambiente proporciona. Mais do que uma política pública para promover o direito à moradia, o sistema BNH/SFH intencionava favorecer grandes empreiteiras ligadas às obras habitacionais.

Direito à cidade

A expressão “direito à cidade” foi cunhada por Henri Lefebvre em 1968 e, segundo o autor, o direito à cidade significa viver e usufruir da cidade relacionado aos encontros, festas e à cultura, além do acesso à infraestrutura urbana, serviços e habitação. O autor compreende a cidade não como o espaço material, um produto ou espaço de produção conectado à ideia da cidade do período industrial, mas como uma obra, que estimule e incorpore os processos criativos, lúdicos e simbólicos. É a vivência da cidade em seu sentido de obra, que estimule a vida, a arte e as trocas. A partir disso, entende-se o direito à cidade como uma ferramenta de reflexão sobre a sociedade contemporânea, pois direito à cidade é disputa, igualdade, pertencimento, cidadania, coletividade, acesso, resistência, moradia, democracia, inclusão, qualidade de vida, diversidade, liberdade, equidade, sobrevivência, oportunidades.

A ilegalidade é portanto funcional - para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor. [...] é muito disfuncional: para [...] a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania (MARICATO, 2000a, p. 123).

No Brasil, o déficit habitacional atinge principalmente a população de baixa renda - o cenário atual de pandemia expõe essa desigualdade social presente diariamente no país. No entanto, a construção de habitações isoladas, como o BNH, não resolve a desigualdade espacial nas cidades. Anos depois, em certa medida o programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV) também reproduziu essa lógica, uma vez que quem definiu a localização das habitações foi o capital privado, incorporadores imobiliários e construtora. O exercício do direito à cidade ocorre somente no acesso à terra urbanizada e em uma localização regular da cidade (MARICATO, 2008). Ou seja, o acesso à infraestrutura e serviços urbanos é um direito básico⁸⁷

O que foi o Minha Casa Minha Vida?

O programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi um programa habitacional, criado em 2009 no governo Lula, para lidar com o problema do déficit habitacional no país. Durante a existência do MCMV, o governo federal fornecia condições especiais de financiamento de moradias populares e conjuntos habitacionais (através de parcerias com estados federativos, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos), para a compra de um imóvel (em áreas urbanas e rurais), possibilitando a milhares de famílias de baixa renda o acesso à casa própria. Em 2020, a gestão de Bolsonaro extinguiu o programa e criou o Minha Casa Verde Amarela em substituição para promover a habitação popular no país (MCVA). Entretanto, o MCVA, que em sua formulação destina um recurso muito menor do que o MCMV e não contempla as famílias mais necessitadas da faixa 1 (com renda de até dois mil reais), neste ano de 2021 teve um corte de 1,5 no fundo que financia as obras de moradia (Fundo de Arrendamento Residencial), quase zerando o orçamento destinado ao programa. Em um período de pandemia, em que o déficit habitacional tem se alargado drasticamente em função da administração pública conservadora e os despejos e remoções estão a todo vapor deixando diversas famílias desabrigadas pelo país, a falta de recursos destinados ao MCVA e sua formulação atual impedem que as obras já em andamento pelo MCMV sejam finalizadas, que novas moradias sejam construídas e que milhares de famílias brasileiras tenham acesso ao direito de habitação digna.

Aqui abro um parênteses para trazer o exemplo da favela Pedreira Prado Lopes. A favela vai na contramão da tendência forçada de fixar a população pobre nas áreas distantes de serviços urbanos. Apesar de diversas modificações que ocorreram no território, a localização dessa favela ainda é a mesma desde sua origem, ao lado do centro de Belo Horizonte. Com tantos interesses distintos no território, sua permanência e consolidação da urbanização destaca a importância da luta popular e a força dessa mobilização na conquista dos direitos que colocaram a PPL como protagonista no acesso à cidade - água encanada, luz, transporte público, saneamento, coleta de lixo, escola, saúde, etc.

Este cenário contribuiu para que o mercado informal popular de solo urbano se transformasse em um “[...] importante mecanismo de provisão de solo e de moradias para os setores populares.” (ABRAMO, 2007, p. 28). Ou seja, quando a cidade formal (pautada em leis, normas e regulações urbanas) não alcança todo seu território, o setor informal se reproduz na mesma intensidade, porém sem regulações do solo e com leis alternativas que norteiam os territórios populares, mantendo o cenário de desigualdade.

A atuação desses movimentos também abrangeu a Pedreira Prado Lopes. Por meio da Pastoral de Favela, a Igreja Católica se inseriu na favela ainda no início dos anos 1980 com a chegada das “irmãs”, lembradas com carinho até hoje pelos moradores. O trabalho de base realizado pela Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) era baseado na Teologia da Libertação⁸⁸, que buscava auxiliar a população pobre em sua luta de autolibertação. Esse movimento contribuiu para a estruturação de uma consciência social e política dos moradores sobre seus direitos enquanto excluídos de uma sociedade e cidade desigual fundamentada na lógica de que quem tem mais dinheiro, tem mais direitos (após quarenta anos, será que estamos muito diferentes?).

AS IRMÃS VIERAM... [...] QUE NÓS COMO FAVELADOS AQUI, NESSA ÉPOCA, NÓS NÃO SABÍAMOS QUE NÓS TÍNHAMOS DIREITOS, NÓS NÃO SABÍAMOS QUE NÓS TÍNHAMOS DEVERES. [...] QUANDO A GENTE NA PEDREIRA NÃO TINHA ÁGUA, NÃO TINHA LUZ E TODA VEZ QUE A GENTE IA NUM DEPARTAMENTO DE ÁGUA QUE NÃO ERA A COPASA, NUM DEPARTAMENTO QUE MEXIA COM LUZ, NA ÉPOCA CHAMAVA COMPANHIA FORÇA E LUZ. EM FAVELA NÓS

NÃO COLOCAMOS ÁGUA, EM FAVELA NÓS NÃO COLOCAMOS LUZ, PORQUE FAVELADO NÃO SABE MANEJAR UMA FORÇA ELÉTRICA. NÓS NÃO TÍNHAMOS ESSE DIREITO. COM A VINDA DAS IRMÃS ELAS COMEÇARAM A MOBILIZAR OS MORADORES AQUI NOS BECOS, FALANDO: - NÃO, VOCÊS TEM O DIREITO, VOCÊS TEM QUE LUTAR PELO DIREITO E VOCÊS TEM QUE MOBILIZAR, CERTO? E VAMOS NESSES ÓRGÃOS EXIGIR OS SEUS DIREITOS DE TER ÁGUA E LUZ

(JOSÉ EUSTÁQUIO PARREIRAS, SOARES E ANTUNES, 2001, P. L22-123, APUD ARROYO, 2010, P.82).

EU SEMPRE FUI MUITO ENVOLVIDA COM A IGREJA CATÓLICA. MUITAS COISAS ACONTECERAM NA PEDREIRA FOI A PARTIR DE UM PEQUENO GRUPO DA IGREJA. ENTÃO, A IGREJA TEM UMA GRANDE IMPORTÂNCIA DENTRO DA COMUNIDADE. [...] MAS EU ACHO QUE A COMUNIDADE TEVE UM DISCERNIMENTO QUANDO VEIO UM GRUPO DE IRMÃS PARA CÁ. ESSE GRUPO DE IRMÃS CHAMOU A ATENÇÃO DAS PESSOAS, QUE NÃO ADIANTAVA FICAR SÓ NA IGREJA. A PEDREIRA IRIA MUDAR QUANDO AS PESSOAS SENTISSEM NECESSIDADE DE UMA LUTA MAIOR. AÍ, NESSA ÉPOCA, SURTIU UM GRUPO DE AÇÃO. TINHA ASSOCIAÇÃO⁸⁹, MAS QUE NÃO ERA TÃO ATUANTE. ATÉ HOJE [2000] O PROBLEMA DA PEDREIRA É MUITO GRANDE, TEM PESSOAS QUE NECESSITAM DE MUITAS COISAS. EU MESMO COMECEI DENTRO DA IGREJA MESMO.. DEPOIS O PADRE IVO E O PADRE CHICO CONTINUARAM O TRABALHO

(EUNICE NASCIMENTO PEREIRA, MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.104).

origem debate sustentabilidade soc./ amb: Clube de Roma

retorno das organizações comunitárias (reabertura política)

A Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado foi a primeira organização de missionárias que chegou à Pedreira. As “irmãs” desenvolveram o trabalho de conscientização de direitos e a necessidade de mobilização na luta por melhorias sociais e espaciais. Nas décadas seguintes, chegaram novos representantes que deram continuidade a essa articulação religiosa e social, entre eles o Padre Ivo e o Padre Chico. Esse último, Padre Chico, foi bastante ativo no processo de mobilização e conscientização dos moradores da favela durante o Orçamento Participativo.

NA DÉCADA DE 1980 VIERAM IRMÃS DE SÃO PAULO PARA AJUDAR A COMUNIDADE COM TRABALHOS MANUAIS, ISSO ACONTECEU ONDE HOJE É A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. AS IRMÃS DESENVOLVIAM ESSES TIPOS DE TRABALHO COM AS FAMÍLIAS ATRAVÉS DA IGREJA. NESSE CONTEXTO TAMBÉM SURGE A IMPORTANTE FIGURA DO PADRE CHICO, QUE PRIMEIRO TRABALHOU EM BETIM E DEPOIS CHEGOU NA PEDREIRA PARA FAZER TRABALHO FAMILIAR. [...] O PADRE CHICO, FIGURA MUITO IMPORTANTE NA COMUNIDADE DURANTE A CONQUISTA DOS OPS, AS LIDERANÇAS APRENDERAM MUITO COM ELE, POIS ENSINOU A CAMINHADA, CHAMAVA E ORGANIZAVA MAIS PESSOAS

(JOSÉLIA NASCIMENTO, DURANTE O WORKSHOP SOBRE O OP NA PPL, 2019⁹⁰).

MOBILIZAÇÃO POPULAR E A LUTA PELA REFORMA URBANA

As políticas urbanas e habitacionais alinhadas ao mercado privado e práticas massivas de remoção de favelas durante o período militar intensificaram a desigualdade social no país. Durante a década de 1970 o número de favelas havia crescido vertiginosamente e a condição de vida da população pobre era permeada pela falta de moradia, má qualidade habitacional, falta de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana para uma vida digna.

Com o enfraquecimento do regime militar e de reabertura política, a sociedade civil voltou a se rearticular em movimentos sociais, sindicatos, o movimento estudantil, associações comunitárias, entre outros, reivindicando melhores condições de vida e direitos sociais, como habitação e saúde. As associações religiosas, principalmente ligadas à ala progressista da Igreja Católica, tiveram um papel fundamental de conscientização popular e mobilização por meio do trabalho de base junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como ocorreu nas cidades de Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo.

expansão vetor norte e crescimento metropolitano RMBH

criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL)

crescimento das remoções nas favelas de BH

A Pastoral da Favela (PF) realizou um importante trabalho de base junto às comunidades de baixa renda com base na Teologia da Libertação. O objetivo dessa atuação social religiosa era de conscientizar a população de vilas e favelas em torno de seus direitos básicos, para, assim, realizarem sua “luta de autoliberação” (CAMILO, 2011, p. 3). Essas ideias levantadas pelas CEBs foram organizadas no documento chamado de “Ação Pastoral e o Solo Urbano” e teve como primeira conquista aprovação da Lei 6766, com a regulamentação do parcelamento do solo e penalização do loteador irregular (FERREIRA, 2003).

A UTP também teve um importante papel na promoção da autonomia dos moradores da Pedreira. Essa organização congregava as favelas da cidade e como Vicente Gonçalves, conhecido por Vicentão, um de seus fundadores e coordenadores, disse, a UTP funcionava como “a trincheira do favelado” (RIBEIRO et al., 2001, p.116). Era onde as favelas poderiam se apoiar e mobilizar contra as remoções frequentes e a favor de condições básicas para a vida.

Durante a década de 1980 a UTP conquistou sua sede dentro da PPL, onde hoje se encontra a Escola Profissionalizante, o que permitiu que muitos moradores da favela se integrassem às ações dessa organização. O contato com lideranças populares do município, com a realidade de outras favelas e com a necessidade da luta para a conquista de melhorias urbanas, foi como um combustível para o crescimento e fortalecimento de lideranças dentro da própria favela e do seu entorno.

Os trabalhos de base junto às CEBs com moradores também contribuíram para a formação de lideranças comunitárias naquele período. Após ordens vindas de Roma, o trabalho social da Igreja ligada à Teologia da Libertação sofreu uma ruptura e no início dos anos 1980 a estrutura construída junto à instituição religiosa foi enfraquecida nos territórios, com as irmãs sendo retiradas do território.

O trabalho realizado tanto pela Igreja quanto pelas associações e lideranças presentes

1972

1ª Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano

1973

Conferência de Estocolmo (futura ECO-92)

crise de 1970 (petróleo)

fim do “milagre econômico”

na favela possibilitaram que em um momento a Pedreira começasse a “caminhar com suas próprias pernas”⁹¹, originando associações comunitárias e líderes populares na época, como Francisco Nascimento, José Laerte, Liberalino Alves de Oliveira, Adão Soares, Maria Lourenço, Sueli Alves, Hilda Arruda, D. Tiná, Márcia, Yolanda, Gustavo. Essas pessoas dedicaram grande parte de suas vidas batalhando pela melhoria de sua comunidade e com isso semearam e propagaram o orgulho pela favela e a necessidade de mobilização social para o fortalecimento da luta por direitos. Ainda, a atuação social desses moradores se tornou uma inspiração para o florescimento de novas lideranças locais com o OP, como Robson da Costa Meira, Josélia Nascimento, Jairo Moreira e Valéria Borges.

UTP, EM PRIMEIRO LUGAR, É UNIÃO DO TRABALHADOR DA PERIFERIA, CHICO NASCIMENTO, JOSÉ LAERTE... ALGUNS DOS NOSSOS FORAM CRIA DA UTP SIM, LIBERALINO, ADÃO SOARES... MAS DEPOIS DISSO VINHA A FAMOBH, A FAMOBH NÃO TINHA MUITA PENETRAÇÃO AQUI NÃO. MAS AÍ A PEDREIRA COMEÇOU A CAMINHAR COM AS PRÓPRIAS PERNAS, CRIAMOS AS ASSOCIAÇÕES, AÍ VEIO A COISA ACONTECENDO MESMO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019⁹²).

O ROBSON SONHA QUE ISSO AQUI VAI VIRÁ UMA FUTURA SAVASSI. O ROBSON SONHA QUE OS NOSSOS MENINOS... O ROBSON SONHA QUE ESSES MENINOS VÃO VIRÁ GENTE GRANDE, UM PROFESSOR, UM ENGENHEIRO, GENTE GRANDE DE VERDADE, COM ANEL DE GRAU. O ROBSON SONHA QUE A SAÚDE DA PEDREIRA PRADO LOPES VAI MELHORAR DE O PRA 100. O ROBSON SONHA QUE OS MENINOS QUE TÁ AQUI NO JOSÉ DIOGO – QUE É O GRUPO DO CENTRO DA FAVELA DA PEDREIRA PRADO LOPES, E CHAMA JOSÉ DIOGO DE ALMEIDA MAGALHÃES – O ROBSON SONHA QUE DAQUI VAI SAIR UM DOUTOR. É UM BOM SONHO, QUE DEUS ABENÇOE O SONHO DELE. O ROBSON ENXERGA MUITA BONDADE AQUI DENTRO DA FAVELA, MUITA COISA BOA, E MUITAS PESSOAS BOA QUE PODEM SER APROVEITADAS

(DEPOIMENTO DE JOVINA DA COSTA MEIRA. IN: SOARES E ANTUNES, 2001, P.150, APUD ARROYO, 2010, P.79).

II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)

Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)

instituição da Região Metropolitana de BH (RMBH)

construção dos primeiros viadutos da Lagoinha



dec. 80



dec. 80

PPL
NA DÉC. 80



dec. 80

ATUAL RUA
DA ESCOLA
PROFISSIONALIZANTE

1974

criação da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP)

1975

criação da associação União Prado Lopes

criação do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB)

Em 1974 foi criada a União Prado

Lopes, tendo a presidência de Francisco Nascimento, também conhecido como Chico Nascimento, morador da Vila Senhor dos Passos, liderança em sua Vila e na PPL, que também atuou na UTP e conduziu multidões até a Afonso Pena para reivindicar os direitos dos favelados⁹³. Na União Prado Lopes, Chico Nascimento foi sucedido por Maria Lourenço, que foi a primeira mulher à frente de uma organização social no território. Quando ativos, os dois mobilizaram a comunidade com palestras ao ar livre, panfletos informativos e convites feitos com alto-falantes para a participação em reuniões (RIBEIRO et al., 2001).

[...] A DONA MARIA E O SENHOR FRANCISCO NASCIMENTO, OS DOIS CONVIDAVAM, SAÍAM DE CASA EM CASA ENTREGANDO OS BOLETINS E PEDIAM A GENTE PARA SAIR ENTREGANDO. E AÍ O PESSOAL PARTICIPAVA, E O PESSOAL SABIA COBRAR. COBRAVA ONDE FOI QUE APARECERAM TODAS ESSAS MELHORIAS. MARCAVAM LÁ NA URBEL, PREFEITURA. AONDE FALAVAM COM ELES PRA ELES IREM, ELES IAM, E OS MORADORES IAM JUNTO

(VITALINO BATISTA FILHO, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.117).

AGORA, NA MINHA DIRETORIA⁹⁴ FOI QUE A GENTE CONSEGUIU A LUZ. HOJE [2000], NA PEDREIRA, SÃO POUCOS OS BARRACÕES QUE NÃO TÊM LUZ. [...] EU CONSEGUI A LUZ, REDE DE ESGOTO, A ABERTURA DE BECOS, ATÉ A ABERTURA DE RUAS. [...] MAS [O TRABALHO] CONTINUA, ESSA COMUNIDADE QUE TRABALHA SÉRIO E QUE NÃO VAI DEIXAR CAIR TUDO QUE FOI CONSTRUÍDO, VAI MELHORAR MUITO. [...] EU ACOMPANHAVA MUITO AS REUNIÕES COM A UTP E FAZIA MEUS PEDIDOS TAMBÉM. IA NA SECRETARIA, IA LÁ NO PALÁCIO, NESSAS REUNIÕES TODAS EU SEMPRE DEMONSTRAVA MUITO INTERESSE [...]

(MARIA LOURENÇO FERREIRA DE ALMEIDA, MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.121).

Conferência de Vancouver: origem do Programa ONU Habitat

ONU Habitat I

1^{as} diretrizes de implementação da participação e direito à cidade: Plano de Ação de Vancouver

1^o Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)

Mesmo antes da criação da União Prado Lopes, a liderança de Francisco Nascimento já era antiga no território junto à UTP. Com atuação nas duas favelas locais, Chico Nascimento presidiu a Sociedade Pró-Melhoramento na Vila Senhor dos Passos e participou da fundação da sede da organização social na PPL.

Apenas em 1956 surgiram as primeiras melhorias por meio da Sociedade Pró-Melhoramento presidida por Francisco Nascimento. Neste mesmo ano, ele também fundou, na Pedreira Prado Lopes (PPL), a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) de Belo Horizonte. A instalação da rede de energia elétrica foi realizada na década de 1970 e na década seguinte a rede de água foi oferecida aos moradores [da Vila Senhor dos Passos], apesar da Vila Senhor dos Passos localizar-se muito próxima ao centro da cidade. (COSTA, 2011, p. 35)

Nesse mesmo período, Liberalino Alves de Oliveira, morador da PPL também conhecido como Seu Belo, foi um importante articulador entre a favela e o poder público,

conduzindo e coordenando diversas melhorias para o local. Ele teve suas primeiras experiências políticas na UTP, levando adiante esse aprendizado e conhecimento na luta por sua comunidade junto à Igreja Católica. Sua motivação, dedicação e perseverança na luta sempre foram nutridas pelo amor que tinha por sua comunidade.

O ROBSON COMEÇOU A MEXER NA ASSOCIAÇÃO AQUI DA COMUNIDADE. TINHA UM SENHOR, LIBERALINO, ESSE SENHOR FEZ COM QUE O ROBSON ENTUSIASMASSE COM O MELHORAMENTO DA PEDREIRA PRADO LOPES. O LIBERALINO TRABALHOU A VIDA INTEIRA NA COMUNIDADE. PARECE QUE ELE PASSOU UM BOCADO DE ÂNIMO PARA O ROBSON. O ROBSON É MUITO ENTUSIASMADO QUE ESTA FAVELA VAI MELHORAR. NO MEU MODO DE PENSAR ESSA FAVELA VAI MELHORAR SIM, MAS NÃO DO JEITO QUE O SEU LIBERALINO SONHOU E O ROBSON SONHA

(JOVINA DA COSTA MEIRA. SOARES E ANTUNES, 2001, P. 127, APUD ARROYO, 2010, P.80).

Criação do Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social (Ficam)

criação da Pastoral da Favela (PF)



origem do Fórum de
Reforma Urbana
(ANSUR)

1ª Lei de Parcela-
mento do Solo

Pró-Água nas fave-
las de São Paulo

AGORA, O SEU LIBERALINO É, ASSIM, UMA PESSOA QUE REALMENTE MARCOU, MARCOU PORQUE ELE ERA UM HOMEM SIMPLES DO POVO, MAS É AQUELE SIMPLES FORMADO NA UNIVERSIDADE DA VIDA MESMO E QUE PODIA SER DOUTOR DE MUITO DOUTOR [...] ELE FAZIA ARTICULAÇÃO DE UMA PESSOA COM A OUTRA [...] ELE BUSCAVA RECURSO E ELE PEGAVA UM ALTO-FALANTE E SAÍA AVISANDO A HORA DA MISSA [...] COLOCAVA UMA LIDERANÇA EM CONTATO COM A OUTRA. [...] ELE DIZIA... 'EU CRIEI MEUS FILHOS AQUI, EU SOU DAQUI', ELE NUNCA ESCONDIA QUE ELE ERA DA PEDREIRA, QUE ELE ERA DA FAVELA, SABE, UM HOMEM INCANSÁVEL [...] É, E NÓS BRASILEIROS TEMOS A CAPACIDADE DE RIR DA DOR, E ACHO QUE É ISSO MESMO QUE ACONTECE, A GENTE RI DA DOR

(MARIA EMÍLIA DA SILVA, EX-MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.69).

Liberalino Alves compreendia os direitos da população pobre e a necessidade de se lutar por uma cidade mais justa e inclusiva, que contemple moradias e condições dignas de vida a todos seus habitantes. Ele enxergava as necessidades da comunidade de forma estrutural, percebendo que a favela somente alcançaria a qualidade de vida quando as melhorias alcançassem a todos, com infraestrutura e habitação digna a todos os mora-

dores. Nesse sentido, ele atuou em demandas pontuais, mas também em mudanças coletivas que tocavam toda a favela e que, inclusive, trouxeram melhorias para toda a Belo Horizonte ao promover a inclusão social e a participação democrática.

ALÉM DISSO, EXISTIA UM GRUPO QUE FOI MUITO [ÊNFASE NA FALA] IMPORTANTE, O GRUPO DE FÉ E POLÍTICA, O GRUPO LIGADO À IGREJA CATÓLICA, O PADRE CHICO, A COMUNIDADE SANTA CRUZ, A COMUNIDADE DA GUADALUPE... ENTÃO ERAM ESSAS PESSOAS QUE FAZIA A COISA ACONTECER. E A GENTE NÃO PODE ESQUECER NUNCA DO LÍDER MAIOR. O CARA TINHA UMA VISÃO ALÉM DO FUTURO, LIBERALINO ALVES DE OLIVEIRA, SEU BELO. HOJE ELE DÁ NOME AO NOSSO CENTRO CULTURAL, QUE ERA NA PEDREIRA E FOI PARA O MERCADINHO⁹⁵. ENTÃO ESSAS PESSOAS FAZIAM ACONTECER. NAQUELA ÉPOCA SIMPLEMENTE IA JUNTO E APRENDIA, EU ERA UM APRENDIZ. É UMA COISA QUE VOCÊ TEM QUE APRENDER A TROCAR O MOTOR DE UM AVIÃO ENQUANTO ELE ESTÁ CAINDO, ENTÃO A GENTE IA APRENDENDO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019⁹⁶).

criação do projeto Programa de Erradicação de Subhabitação (PROMORAR)

Projeto Rio - urbanização de favela

criação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM)

Conforme Clarice Libânio (2016), durante a década de 1980 o número de favelas em BH era alto e já não era mais possível que elas fossem ignoradas pela administração pública, então o que ocorreu, finalmente, foi a compreensão do Estado sobre sua responsabilidade em relação aos territórios de baixa renda. Isso ocorreu em função do retorno gradual da democracia e da abertura do diálogo entre população e poder público aliada à pressão dos movimentos populares de vilas e favelas por melhorias urbanas. A nível federal foi criado o PROMORAR, a nível estadual o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), em 1979, e a nível municipal o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), em 1985, e a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), em 1986, que se tornaria responsável pelas intervenções habitacionais nas favelas. Esses programas são como divisores de água na abordagem em relação a vilas e favelas em Belo Horizonte, em que a visão remocionista foi substituída pela de urbanização (LIBÂNIO, 2016).

O PRODECOM, conforme coloca Monica Bedê (2005), além de consolidar intervenções urbanas em vilas e favelas, também incorporou a participação popular no planejamento dos territórios e proporcionou a gestão urbana compartilhada. Isso ocorreu tendo como intermédio lideranças

e associações locais, as quais gerenciavam o orçamento recebido pelo governo e organizavam a comunidade na execução das obras realizadas por meio de mutirões. Aos poucos foi ocorrendo a descentralização da atuação pública nos territórios populares e essa responsabilidade passou a ser do poder municipal.

Depois de relutar em reconhecer essa realidade, o Estado, no Brasil, abandonou o discurso da remoção pelo discurso da urbanização de favelas. Essa mudança se consolidou nos anos 80, quando muitos governos municipais perceberam que era mais viável economicamente, e até mais urgente, se levarmos em conta as normas de saúde pública, realizar a urbanização das favelas do que remover seus moradores para novas moradias. A urbanização implica, no mínimo, iluminação, água tratada, esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida (Maricato, 2003, p.5).

aumento das
remoções em
favelas

grandes
chuvas

maior nível de
organização política
dos movimentos
sociais

PRODECOM

Segundo Danielle Silveira (2015), o PRO-DECOM “executou intervenções em várias vilas, permitindo a participação dos moradores, tanto no planejamento, quanto na execução, com ações realizadas através de mutirões. O programa, no entanto, demonstrou uma importante lacuna, pois não tinha por objetivo a legalização e titulação das áreas ocupadas. [...] 1979 a 1982, o PRODECOM atuou em várias vilas e aglomerados atingindo um total de 68.550 moradores. As obras realizadas correspondiam, geralmente, à construção de chafarizes; melhorias no acesso viário; implantação de calçamento e escadaria; construção de praças e escolas; contenção de riscos com muros de arrimo; saneamento básico; energia elétrica e iluminação pública (SILVEIRA, 2015, p.31).

Na Pedreira, o PRODECOM destinou orçamentos para obras de abastecimento de água e melhorias urbanas pontuais em alguns becos levando energia elétrica, abrindo e pavimentando vias, obras as quais eram realizadas com mutirão, executadas pelos próprios moradores. Esse programa contribuiu para as primeiras mudanças no território, apesar de terem sido muito singelas e não terem atendido a população de forma digna.

EU LEMBRO QUE, QUANDO O PRODECOM ENTROU AQUI PARA FAZER MELHORIAS E TAL, EU SEI QUE AÍ, PRONTO, PASSOU NO BECO PARA COLOCAR AS LUZES - QUE ELES NÃO TINHAM LUZES. CADA UM TINHA A SUA, FICAVA ASSIM: UMA CASA TINHA 10 PESSOAS PARA DISPUTAR AQUELA LUZ [...] QUE A GENTE TINHA AS CASINHAS PEQUENINHAS E ASSIM EU LEMBRO QUE, QUANDO ELES CHEGARAM PARA COLOCAR A LUZ, COLOCARAM A LUZ SÓ PARA AS PESSOAS QUE MORAVAM NAS BEIRADINHAS DOS BECOS [...] E PARA A GENTE QUE FICOU ATRÁS NÃO TINHA

(SEM NOME, MORADORA, APUD RIBEIRO ET AL., 2001,

P.103).

A [RUA] CARMO DO RIO CLARO TAMBÉM ERA TRANSITÁVEL ATÉ POR CAMINHÃO, DEPOIS ELES FECHARAM, VAI DA ÉPOCA DO PRODECOM, 1981, QUE ABRIU A RUA OUTRA VEZ PARA O CARRO PASSAR... NESSA ÉPOCA EU COMECEI A TRABALHAR NO PRODECOM COM ELES [...]

(VITALINO BATISTA FILHO, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.58).

primeira experiência
de estabelecimento
de ZEIS

entrada da Igreja
Católica na PPL
(Pastoral de
Favelas)

UTP tem sua
sede dentro da
PPL

NA PPL
PRODECOM



OBRAS NA
PPL PELOS
MORADORES



MELHORIAS URBANAS



ENERGIA
ELÉTRICA

Lei de Desenvolvimento Urbano

criação do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA)

criação da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL)

Segundo Alfio Conti (2004), o planejamento urbano e as intervenções nos aglomerados informais foram vinculadas ao PROFAVELA e contaram com a atuação e recursos - financiamento de 50% das obras - de ONGs internacionais a partir da década de 1990, como a Associação italiana Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) e a alemã Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na produção de melhorias urbanas, habitacionais e regularização de favelas e fortalecimento da comunidade.

Com a criação da Lei Municipal 4034/1985 que criou o PROFAVELA, ocorreu um grande avanço democrático no sentido de, finalmente, reconhecer as vilas e favelas como parte da cidade formal e inserir esses territórios populares nos mapas municipais. Esse programa criou condições para a regularização fundiária, definindo parâmetros jurídicos e urbanos para os territórios populares, o que abriu portas para intervenções básicas em infraestrutura urbana, como a instalação da rede pública de luz e água. Em uma linguagem técnica, dentro do zoneamento urbano foram criadas as áreas especiais de zoneamento – Setor Especial 4 (SE-4)⁹⁷, na qual a Pedreira Prado Lopes foi inserida até sua transformação em Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1)⁹⁸ com a Lei 7166/1996 disposta no Plano Diretor de Belo Horizonte de 1996⁹⁹.

A visão dominante, bem como a orientação dentro do poder público, passa a ser a da necessidade de se reconhecer esses territórios como parte integrante da cidade e que deveriam ser consolidados do ponto de vista tanto urbanístico quanto jurídico. De fato, é possível afirmar que houve avanços significativos nesse período, com a mudança de paradigmas nas políticas públicas para favelas. Ao contrário das visões remocionistas, higienistas e civilizatórias até então em voga, construiu-se, com o apoio da Igreja e mobilização dos movimentos sociais, uma visão da importância de se manter as famílias em seu local de moradia, garantindo o direito de permanência [regularização fundiária] e melhorando das condições de vida nesses locais [urbanização] (LIBÂNIO, 2016, p.768).

Até o início dos anos 1990 a atuação da URBEL nos territórios populares via PRO-DECOM, PROFAVELA e parcerias com ONGs e financiamentos internacionais se baseava em obras pontuais de melhorias urbanas. Segundo Libânio (2016), a primeira experiência

pressão dos movimentos populares por moradia e em defesa das favelas

criação da Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas (FAMOBH)

Lei de Desenvolvimento Urbano

em Belo Horizonte de intervenção estrutural integrada foi com o Programa Alvorada (PA), na Vila Senhor dos Passos, uma parceria entre a PBH e a ONG italiana AVSI, que contou com o projeto do coletivo USINA, de São Paulo. Em 1996, durante o Habitat II em Istambul, o PA foi considerado uma entre as 43 práticas bem sucedidas de desenvolvimento social e urbano democrático e compartilhado, junto com o Orçamento Participativo ocorrido em Porto Alegre.

No entanto, apesar do avanço democrático vinculado ao PRODECOM e PROFAVELA nas vilas e favelas de BH, a abordagem pontual nos territórios populares, de acordo com Conti (2004), ocorreu de forma clientelista, favorecendo determinadas lideranças locais e territórios com trocas de favores políticos e alimentando a arbitrariedade e a presença de uma sociedade patrimonialista (MARICATO, 1999)¹⁰⁰.

A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA COMO DIRETRIZ INTERNACIONAL

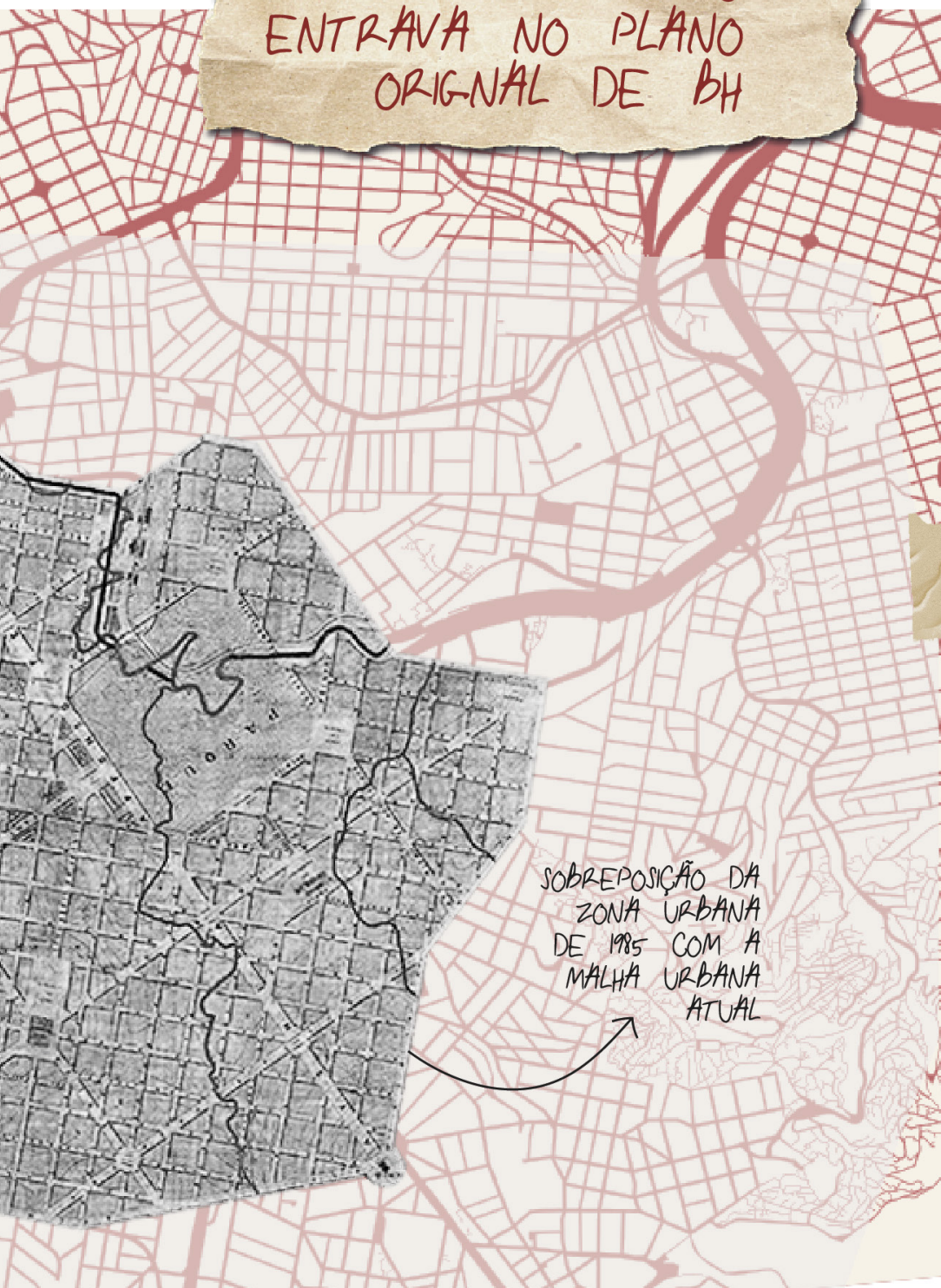
Com a reabertura política lenta e gradual, um cenário de intensa desigualdade e pressão social, durante a década de 1970 ocorreram políticas reformistas com a criação de programas federais conectados à pauta habitacional e urbana ou à “nova política habitacional” do regime militar. Entre esses programas estão: o Programa de Erradicação de Subhabitação (PROMORAR); o Programa de Financiamento de Lotes urbanizados (PROFILURB); Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Popular (FICAM); e o Projeto João de Barros

Diferente da abordagem reducionista, o PROMORAR, instituído em 1979 durante a gestão de João Figueiredo (1979-1985), trouxe como política nacional a produção de um grande número de unidades habitacionais populares em favelas, sem, no entanto, remover a população local. Segundo Marcus de Melo (1989), o programa visava a melhoria das habitações populares em vilas e favelas e a erradicação de moradias insalubres com a



EM BRANCO: MANCHA
COM A DEMARCAÇÃO
DO MUNICÍPIO EM 1985

A PPL NAO
ENTRAVA NO PLANO
ORIGINAL DE BH



SOBREPOSIÇÃO DA
ZONA URBANA
DE 1985 COM A
MALHA URBANA
ATUAL

1986

origem do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)

fim do banco nacional de habitação (BNH)

Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP)

1987

Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) - Recife

produção de habitações populares. O autor aborda também que metade do número de habitações produzidas entre 1964 e 1986 foram via PROMORAR, como a Companhia de Habitação Popular (COHAB).

Com o PROMORAR, os estados e municípios brasileiros recebiam orçamentos para executar melhorias urbanas e habitacionais em vilas e favelas e permitia o financiamento da construção das unidades habitacionais ou das melhorias urbanas locais para os moradores dos territórios populares. Nas favelas de Belo Horizonte essa verba era aplicada via o programa estadual (PRODECOM), no qual destinava o orçamento às lideranças das vilas e favelas que administravam e conduziam o processo das melhorias locais realizadas pelos próprios moradores.

Ainda, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela criação de políticas públicas municipais de intervenção em áreas de favela que executavam melhorias urbanas pontuais nas extensas áreas irregulares das cidades brasileiras. Assim como em Belo Horizonte foi implantado, em 1979 e 1983, o PRODECOM e PROFAVELA, respectivamente, em Recife foi criado, em 1987, por iniciativa dos movimentos populares, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS). No município do Rio de Janeiro, em 1979, foi criado o "Projeto Rio" para promover a urbanização das favelas da área da

Maré, e no município de São Paulo, em 1979, foi criado o Pró-Água (projeto que pretendia estender a rede de água potável às favelas), e o Pró-Luz (programa de eletrificação das unidades faveladas).

Como ocorre a participação popular nas políticas públicas urbanas?

Segundo a cartilha "Estatuto da Cidade: para compreender", de Isabel de Oliveira et al. (2001), a participação popular na gestão democrática pode ocorrer por meio das "associações representativas dos vários segmentos da sociedade se envolvem em todas as etapas de construção do Plano Diretor – elaboração, implementação e avaliação – e na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal. Está fixada, ainda, a promoção de audiências públicas. Nelas, o governo local e a população interessada nos processos de implantação de empreendimentos públicos ou privados, ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, podem discutir e encontrar, conjuntamente, a melhor solução para a questão em debate, tendo em vista o conforto e a segurança de todos os cidadãos (OLIVEIRA et al., 2001, p.8-9).

Fórum Nacional de Reforma urbana (FNRU)

Constituinte - Emenda Constitucional de iniciativa popular de reforma urbana

Constituição Federal de 1988 e os artigos 182 e 183

Como coloca Carmen Silva (2007), apesar do avanço em função das políticas em territórios de baixa renda, estes programas nacionais, em conjunto com o sistema SFH/BNH, fizeram a manutenção de um sistema clientelista na destinação dos investimentos e dos conjuntos habitacionais.

Nesse mesmo período, em 1979 ocorreu a criação da Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), que originou, em 1985, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). A ANSUR se deu pela união de movimentos populares, de técnicos, acadêmicos, sindicatos e da Igreja Católica, com a iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sob o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a primeira vitória dessa mobilização foi a aprovação da Lei 6766, de 1979, que regulamentava o parcelamento do solo e penalizava o loteador irregular.

Posteriormente, ocorreu a criação MNRU, que defendia, de modo geral, o direito à terra, por meio da regularização de lotes ilegais, e o acesso a equipamentos urbanos - escola, saúde, trabalho, cultura, etc. - e à infraestrutura em vilas, favelas e bairros operários. Segundo Nelson Júnior e Karine Uzzo (2015), o MNRU era heterogêneo e composto de diversas camadas da população, articulando movimentos sociais, técnicos, sindicatos, associações de vilas e favelas, lideranças comunitárias, setores acadêmicos, organizações não-governamentais (ONGs) além de diversas entidades¹⁰¹.

As reivindicações do MNRU se firmaram com a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana durante a Constituinte de 1988, sendo assinada por mais de 130.000 eleitores (FERREIRA, 2003). Como resultado dessa luta, o movimento conquistou a inclusão dos artigos 182 e 183¹⁰² na Constituição de 1988, ou Constituição Cidadã, que tratam da função social da propriedade e do direito à regularização fundiária.

A bandeira do MNRU em defesa da função social da propriedade, da qualidade de vida urbana e da participação popular nas políticas públicas urbanas, se relaciona às pautas do direito à cidade e participação social difundidas e consolidadas internacionalmente pela primeira vez na Conferência de Vancouver em 1976. O contexto global era de Guerra Fria, de disputas ideológicas, de razões de mundo e a pauta sobre participação se vinculava à frente da Democracia Liberal.

Durante a Conferência de Vancouver foi criado o Programa Habitat da Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de auxiliar o desenvolvimento e a produção de soluções consistentes para os problemas urbanos a partir de diretrizes que integrassem a população nas decisões políticas. Segundo Antonucci, Kato, Zion e Alvim (2009, n.p), o Programa tinha como objetivo "promover social e ambientalmente o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e a aquisição de abrigo adequado para todo".

O que é a função social da propriedade?

Função social da propriedade e da cidade significa o uso da terra com justiça social, ou seja, o prevailecimento do coletivo acima do individual, entendendo que todos os cidadãos têm o direito de viver em um território com condições dignas e justas de vida e que os proporcione desenvolvimento social. Ermínia Maricato define: “É exatamente a ideia de que o direito de propriedade privada é limitado. Pelo quê? Pelo interesse coletivo. Todos nós pagamos pra construir a estrutura das cidades – asfalto, drenagem, esgoto, iluminação pública, transporte – tudo isso foi pago por todo mundo. E vai um sujeito e deixa um lote vazio. Esse lote está cumprindo a função social que tem que ter numa cidade? Não! A propriedade privada não é absoluta na Constituição, é subordinada à função social.” Entrevista para o jornal Brasil de Fato, Belo Horizonte, 2014. Disponível aqui. Acesso em abril de 2021. Mais informações sobre a função social da propriedade e da cidade, e sua aplicação seguindo o Estatuto da Cidade, disponível nas cartilhas: “Vamos mudar nossas cidades? Sim!”, de Raquel Rolnik (2002); “Conhecendo o Estatuto da Cidade”, organizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e Caixa Econômica Federal; e na cartilha “Estatuto da Cidade: para compreender”, de Isabel de Oliveira et al. (2001).

Após sua criação, os Programas Habitat da ONU passaram, desde então, a desenvolver diretrizes a serem seguidas e implementadas mundialmente, principalmente em países do Sul-Global. Nos primeiros encontros, as principais pautas se basearam na participação da sociedade na elaboração e acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao planejamento e produção espacial dos assentamentos humanos, e o direito ao acesso à moradia e à cidade, em conjunto com a proteção do meio-ambiente, para a promoção do desenvolvimento sustentável. Essas recomendações tratavam da redistribuição justa dos investimentos econômicos, da regulação do uso da terra e do acesso universal à habitação digna e infraestrutura urbana.

De acordo com Ana Isabel de Sá (2021), o debate sobre a participação no desenvolvimento urbano global - chamado de “desenvolvimento sustentável” a partir do Habitat II - tem sua origem na década de 1960, com as iniciativas da Aliança para o Progresso propostas pelo ex-presidente norte-americano John F. Kennedy (1960-1963). Essa pauta e a preocupação com o futuro da humanidade, no sentido do crescimento desproporcional e sem planejamento das cidades nos países em desenvolvimento também foi levantada pelo Clube de Roma¹⁰³ e UNO e desenvolvida em ações ligadas ao Banco Mundial (BM) e do Conselho Interamericano Econômico e Social da União Panamericana (CIES), culminando no Habitat I.

O que foi a Aliança para o progresso?

A Aliança para o Progresso, segundo Ribeiro (2006, p. 10), foi um “Programa de ajuda externa norte-americano direcionado para a América Latina [entre os anos 1961 e 1968], idealizado nos primórdios da administração Kennedy e implantado nos anos subsequentes.” O programa tinha como objetivo “acelerar” desenvolvimento da América Latina, reforçando a presença internacional nas decisões políticas e econômicas dos países latinos.

O primeiro Habitat tem como característica marcante a defesa por um Estado forte, centralizado, regulador das políticas urbanas e econômicas. No Habitat I, o governo tinha um papel fundamental na condução de políticas públicas e econômicas para um desenvolvimento sustentável e inclusivo e no enfrentamento dos problemas urbanos e no processo de urbanização global (ANTONUCCI et al., 2009).

Em 1992, o tema da urbanização e desenvolvimento global articulado com o meio-ambiente retornou na escala global com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). O evento inovou com a participação de entidades sociais de todo o mundo, e criou o “Tratado por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis”,

que abordava a responsabilidade dos governos federais, de empresas, da sociedade civil e de ONGs, na criação de estratégias para a resolução de problemas socioambientais urbanos. Esse formato, abriu portas para a participação de atores locais e globais no desenvolvimento urbano de países periféricos.

Aprofundando a participação de diversas camadas da sociedade, em 1996 o Habitat II, enfatizou o tema de participação cidadã nas gestões das cidades para a efetivação do direito à habitação e urbanização a todos, incluindo a sociedade civil, organizações não-governamentais e outras entidades sociais no poder decisório sobre a produção espacial das cidades com vista ao desenvolvimento urbano sustentável.

O documento produzido durante o evento, a Agenda Habitat II, estabeleceu diretrizes relacionadas às pautas urbana e habitacional por meio de uma atuação reduzida do Estado e ampliação da autonomia popular. Segundo Maricato (2000, p.131) as diretrizes para a participação popular dispostas na Agenda Habitat também contemplava as ONGs e se relacionava a “um texto pleno da defesa do direito à cidade para todos, contra a exclusão social urbana, mesmo levando em conta a forma vaga de seu texto. Ela foi assinada por todos os governos que tinham representação em Istambul (os que respeitam e os que não respeitam os direitos humanos)”.

[Na Agenda Habitat] são irrefutáveis as obrigações e papel do Estado referente à garantia da cidadania, do direito à moradia e à cidade, democratização e descentralização do Estado; o papel do poder local na promoção das políticas públicas e do desenvolvimento econômico; o significado de parcerias entre o Poder Público, setor privado, e as diversas organizações da sociedade, especialmente frente o impacto social da globalização da economia, que refletem, paralelamente, no significado da cooperação internacional, sistemas e políticas de financiamento para países em desenvolvimento (ANTONUCCI et al., 2009, n.p).

Buscando evidenciar as “Práticas Bem Sucedidas de Gestão”, durante o Habitat II modelos de gestão participativa e democrática foram premiados, entre a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre que, na época, se tratava de um modelo inovador de gestão compartilhada e exercício de cidadania com a participação popular sobre as decisões de aplicação do orçamento municipal.

Importante levantar a questão de que, diferente do Habitat I que defendia um Estado forte e centralizado, a participação incentivada pelo Habitat II construiu um cenário positivo para a descentralização do Estado e sua redução como

regulador do espaço urbano para uma prática norteadora ao desenvolvimento socioespacial. Em outras palavras, o Habitat II abriu caminho para a implementação das práticas neoliberais de redução do Estado e de criação de políticas não-estatais.

Programa ONU Habitat hoje

Atualmente o Programa ONU Habitat tem como metas principais a erradicação da pobreza, a proteção do clima e do meio ambiente, e a garantia de que toda a população do planeta possa viver próspera e pacificamente. Essas metas configuram a Agenda 2030 que se fundamenta em 17 objetivos norteadores do Programa: 1) Eradicação da pobreza; 2) Fome zero e agricultura sustentável; 3) Saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energia limpa e acessível; 8) Trabalho decente e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestrutura; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Ação contra a mudança global do clima; 14) Vida na água; 15) Vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; 17) Parcerias e meios de implementação. Disponível em: <<https://brasil.un.org/>>. Acesso em 17 de abril de 2021.

Com o avanço do modelo neoliberal e a redução do papel do Estado, as políticas sociais são cada vez mais formuladas estritamente como esforços emergenciais dirigidos a determinados setores sociais, cuja sobrevivência está ameaçada. Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos “carentes”, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada. Ao serem confrontados com essa visão, reforçada pela escassez de recursos públicos destinados a essas políticas e pela gravidade e urgência da situação a ser enfrentada, setores da sociedade civil chamados a participar em nome da “construção da cidadania” com freqüência subordinam sua visão universalista de direitos e se rendem à possibilidade concreta de atender um punhado de desvalidos (DAGNINO, 2004, p.107-108).

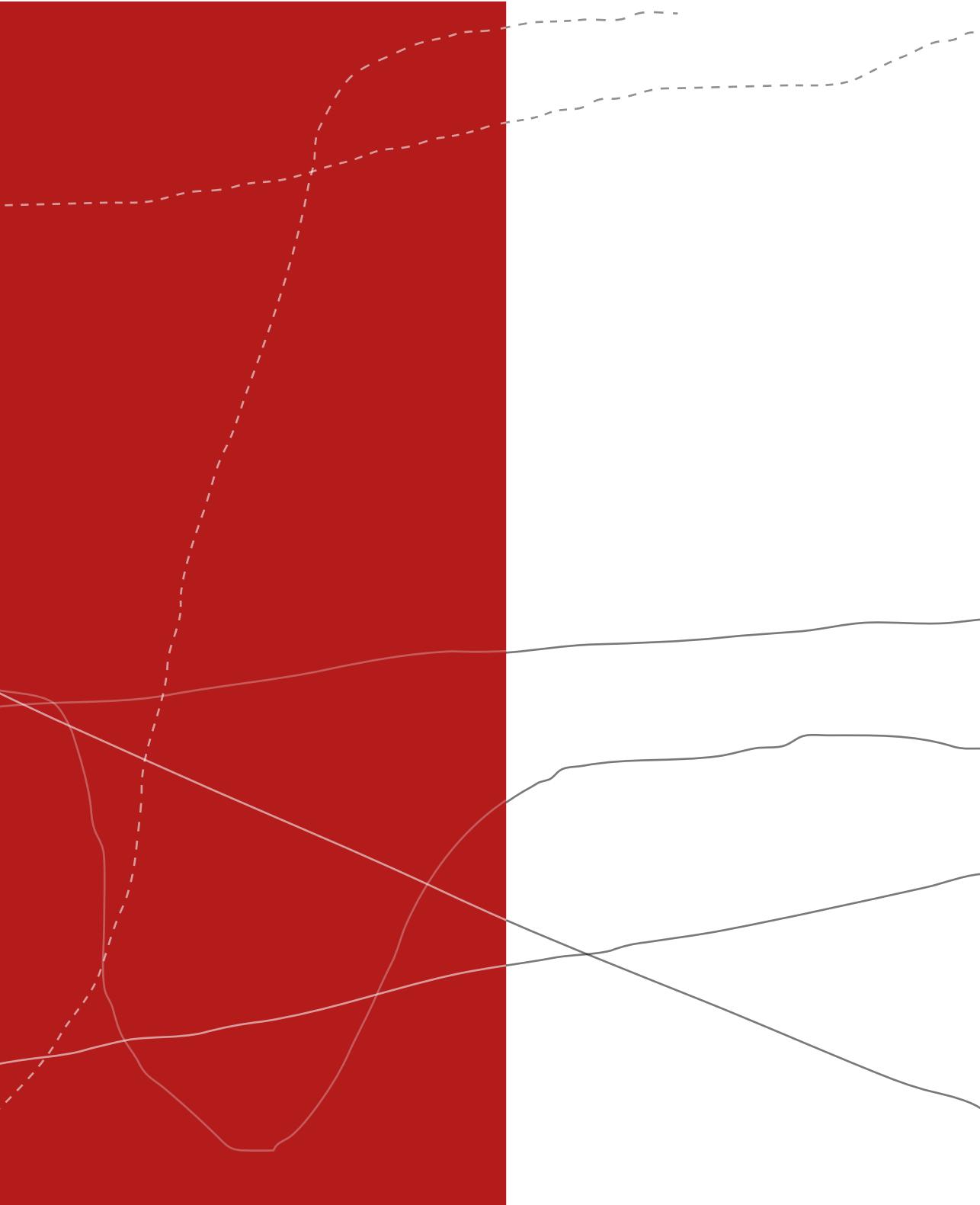
The background is a solid red color. Overlaid on this are several white lines of varying thickness and style. There are solid lines, some that are thin and others that are thicker. There are also dashed lines, one of which is quite prominent and runs horizontally across the upper portion of the page. The lines create a sense of movement and depth, some appearing to recede into the distance.

7.

OP EM BH E A PPL:

EXERCÍCIO DE CIDADANIA

E AS CONQUISTAS DA FAVELA



7.

OP EM BH E A PPL:

EXERCÍCIO DE CIDADANIA

E AS CONQUISTAS DA FAVELA

A HISTÓRIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO SE CONFUNDE MUITO A HISTÓRIA DA MINHA COMUNIDADE, DA PEDREIRA. EU ESTOU AQUI HÁ 54 ANOS. SEMPRE MOREI AQUI E NÃO PRETENDO SAIR DAQUI. ENTÃO É MUITO INTERESSANTE PARA MIM TER PARTICIPADO DESSA CONSTRUÇÃO, DESSA HISTÓRIA, E TER CONTRIBUÍDO SIGNIFICATIVAMENTE PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO NOSSO POVO. NÓS TEMOS UMA HISTÓRIA MUITO BACANA NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

A cartografia indisciplinar complexifica, persegue as linhas de fuga, mapeia os nós, os atravessamentos, as conexões, ausências e evidencia as controvérsias, as disputas, as resistências e a construção do comum. Cartografar a urbanização da PPL via OP significa mapear e se envolver nesses elementos presentes no território e buscar compreender como esse processo ocorreu por meio da voz dos moradores e lideranças locais, relacionando com narrativas de natureza distinta - órgãos oficiais (PBH, documentos federais, etc.); mídia hegemônica (Jornal o Tempo, G1, Folha, etc.); produção acadêmica (dissertações, monografias, etc.); e mídia local/ informal (fanpage dos movimentos, blogs, etc.); - e eventos em outras escalas.

Neste e no próximo capítulo as narrativas conduzem ainda mais a cartografia aqui desenvolvida, as quais evidenciam controvérsias sobre o processo participativo no OP e as intervenções urbanas realizadas na PPL. Trazer as diferentes percepções da população sobre os processos aqui estudados, colocando luz em questionamentos e críticas em relação às intervenções urbanas, não é direcionar a discussão para o retrocesso em relação aos avanços sociais ligados à produção espacial das cidades, nem a visão anti-desenvolvimentista. Mas, sim, e com base no método aqui utilizado, levantar que a produção espacial e participação popular nas políticas públicas é

permeada de fios soltos, nós, críticas e questionamentos, e que, ao retornar à história por quem a viveu, precisamos desenvolver novas soluções, aprimorar as já existentes e colocá-las democrática para cidades com menos desigualdade social e com mais justiça social e direitos sendo contemplados cotidianamente à população de diferentes classes sociais e territórios das cidades.

O período de redemocratização no país foi marcado por reivindicações populares acerca dos direitos sociais, tendo em vista o cenário de desigualdade que assolava o país. As políticas habitacionais populares promovidas no período da ditadura militar produziram um alargamento das franjas dos centros urbanos e um aumento considerável de favelas nas grandes cidades (MARICATO, 2000) e com a descriminalização das organizações sociais, a pauta urbana e a luta por cidades mais justas retornou com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), formado por movimentos sociais e sociedade civil.

Nesse período, o MNRU desenvolveu a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana, assinada por 130.000 pessoas, e apresentada à Assembleia Nacional Constituinte. Esse processo contou com diversos setores populares que se deslocaram à Brasília para participar da mobilização e pressão popular na luta por direitos. Parte dos pontos levantados no documento foi inserido

Olívio Dutra (PT) pre-
feito de Porto Alegre

criação do Orçamento
Participativo (Olívio
Dutra/PT)

na Constituição de 1988, entre eles a função social da propriedade e ferramentas de gestão municipal que envolvem a participação popular nas políticas públicas urbanas.

TIVEMOS LÁ EM BRASÍLIA. QUANDO NÓS FOMOS LÁ EM BRASÍLIA AS VILAS TODAS FORAM... EU SEI QUE FORAM MUITOS ÔNIBUS DE BELO HORIZONTE, NÓS FOMOS LÁ PARA BRASÍLIA, UNS DOZE ÔNIBUS QUE FORAM PARA BRASÍLIA [...] PORQUE A GENTE NÃO PARA NÃO [...]

(MÁRIO BATISTA ALVES, MORADOR, APUD RIBEIRO ET AL., 2001, P.126).

A descentralização político-administrativa federal e a institucionalização da autonomia municipal com a Constituição de 1988 possibilitou a criação do OP em 1989 durante a gestão Olívio Dutra (PT) em Porto Alegre (1989-1993). Assim como na capital gaúcha, a ânsia por democracia e participação popular foi traduzida na eleição de mandatos petistas em diversas cidades do país, um ciclo virtuoso de prefeituras democráticas durante a década de 1990 que ficou conhecido pela “inversão de prioridades”, colocando as demandas populares em primeiro plano, e por colocar em prática o “modo petista de governar” (BITTAR, 1992).

DÉCADA DE 1980: REDEMOCRATIZAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS GESTÕES MUNICIPAIS

Com a Constituição Cidadã, a instância municipal ganhou ênfase e a participação popular se tornou a linha condutora para uma gestão local democrática. A cooperação entre Estado e sociedade civil via organizações sociais como associações, movimentos populares, conselhos, entre outros, promove o exercício de cidadania com a atuação da população nas decisões sobre o planejamento urbano, a produção espacial e a destinação do orçamento municipal.

A partir do artigo 29, inciso XII, da Constituição Federal de 1988 a gestão orçamentária participativa do município se tornou obrigatória para a aprovação do Plano Plurianual (PPA) e das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentária Anual (LOA). Neste contexto é que também surge o Orçamento Participativo (OP) regulamentado enquanto instrumento democrático e cidadão com o Estatuto da Cidade em 2001.

Luiza Erundina (PT)
prefeita de São Paulo

saída da pastoral de
favelas na PPL e a
perda de articulação
da igreja católica no
território

surgimento do
“empreendedorismo
urbano” no Brasil

Sendo um instrumento de gestão democrática e participativa das cidades, o Orçamento Participativo promoveu o alargamento da esfera pública e potencializou as organizações sociais e a capacitação de lideranças ao envolver a população no processo de decisões coletivas institucionais. De Azevedo e Guia (2001) ressaltam o potencial educativo envolvendo a cidadania nesse processo, além de evitar práticas clientelistas ao abrir espaço para o controle popular na condução e orçamento das políticas públicas.

Ainda dentro do período de redemocratização e de pautas sociais com grande força e protagonismo nas políticas públicas, os anos 1990 são marcado pelas prefeituras democráticas e populares, gestões municipais que praticaram a inversão de prioridades, com a implementação de políticas de democracia direta e poder local que foram reconhecidas e reproduzidas mundialmente, como OP a partir da experiência em Porto Alegre, políticas de urbanização de favela e os corredores de ônibus com integração modal, por exemplo.

As práticas democráticas e populares estimuladas pelas gestões de esquerda surgiram na intenção de se criar um outro caminho - justo, inclusivo e democrático - frente às políticas federais de privatização e enfraquecimento do Estado. O caminho político dessas prefeituras ficou conhecido pelo “modo petista de governar” devido à sua articulação com

a eleição de prefeitos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), como Luiza Erundina em São Paulo/SP e Olívio Dutra em Porto Alegre/RN¹⁰⁴. Em Belo Horizonte, o OP foi implementado durante a gestão de Patrus Ananias (PT) e teve um grande sucesso em sua primeira década. As práticas de democracia direta e inversão de prioridades permitiram a consolidação da urbanização da favela Pedreira Prado Lopes, como já mencionado.

Na contramão desse avanços sociais, nesse mesmo período o neoliberalismo, nova ordem econômica e social global, se expandia a partir de um conjunto de medidas criadas no Consenso de Washington¹⁰⁵, em 1989, que tratavam da defesa da soberania absoluta ao mercado, a redução do papel do Estado e a aplicação do controle fiscal macroeconômico. A aplicação dessas medidas no âmbito político, econômico, social, territorial e cultural era direcionada principalmente para países em desenvolvimento, como o Brasil, visando ampliar a globalização enfraquecendo o Estado soberano desses países e impondo a dependência política e econômica para um “desenvolvimento sustentável”.

*Banco Internacional para
Reconstrução e Desenvolvimento
(Bird), Banco Interamericano
de Desenvolvimento (BID) e
Organização para Cooperação*

lei orgânica (1990) - lei antecedente em políticas urbanas em BH (antecipa o estatuto da cidade)

projeto de lei - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são algumas das entidades que se organizaram para essa tarefa de "capacity building". Todo empréstimo feito pelas agências multilaterais (que aliás os oferecem como se fossem uma benesse) exige a contrapartida da aplicação dos itens previstos no Consenso de Washington. Em outras palavras, tratava-se de "fazer a cabeça" dos quadros locais. Para o sucesso dessa tarefa, eles contaram com a ajuda de uma tradição nos países periféricos: a do mimetismo intelectual, ou seja, a valorização das propostas de origem externa e o desprestígio das propostas endógenas (MARICATO, 2015a, p.76).

Durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) entre 1995 e 2003, as diretrizes neoliberais foram seguidas à risca, desencadeando duas frentes de projetos políticos na reconstrução da democracia brasileira. Conforme Dagnino (2004), um projeto se tratava da participação popular e da democratização das políticas públicas, e o outro, defendido pelo então presidente, atuava: (i) no enfraquecimento do Estado; (ii) na flexibilização administrativa para o setor privado e mercado internacional intervirem

em decisões públicas; e (iii), na transferência da responsabilidade social para esferas da sociedade civil.

O que é o Estatuto da Cidade?

O Estatuto da Cidade é uma lei que complementa os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e que objetiva dar maior controle ao Estado na produção das cidades e na regulação do solo urbano, de forma a proporcionar qualidade digna e justa de vida a todos. Essa lei possui instrumentos técnico-jurídicos que auxiliam no controle estatal sobre a especulação imobiliária, que proporcionam a aplicação da função social da propriedade e da cidade e da gestão urbana democrática e com participação popular. Os instrumentos presentes no Estatuto da Cidade atuam no sentido da defesa da função social da propriedade e participação popular para um desenvolvimento urbano mais democrático e inclusivo e dão ferramentas legais para as lutas sociais na reivindicação do direito à cidade, alguns deles são: Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), IPTU Progressivo, Direito de Preempção e Plano Diretor. Mais informações sobre o Estatuto da Cidade, seus instrumentos e sua aplicação em na cartilhas: "Vamos mudar nossas cidades? Sim!", de Raquel Rolnik (2002); "Conhecendo o Estatuto da Cidade", organizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e Caixa Econômica Federal; e na cartilha "Estatuto da Cidade para compreender", de Isabel de Oliveira et al. (2001)

Voltando à agenda urbana, em 2001, durante o governo FHC ocorreu a aprovação do Estatuto da Cidade e a regulamentação dos artigos sobre a função social da propriedade e da cidade. Foram treze anos de disputas entre as forças conservadoras e ao capital imobiliário e democráticas, representadas nesse momento pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que substituiu o MNRU, e foi um importante ator na pressão popular pela aprovação do Estatuto.

A partir da Constituição de 1988 a participação popular nas decisões públicas se torna obrigatória e, a partir de 2001 com o Estatuto da Cidade, a participação é regulamentada por meio de instrumentos técnico-jurídico que permitem um maior controle público sobre a produção do espaço urbano e a prática de gestão municipal democrática e democrática e compartilhada. Os instrumentos direcionam a aplicação do arcabouço legal para práticas participativas no âmbito do planejamento e gestão urbana local, como o OP, em que a população decide o destino da aplicação orçamentária municipal e o Plano Diretor, que, em cidades com mais de 20.000 habitantes, a participação da sociedade é obrigatória no desenho e desenvolvimento planejamento urbano.

Em um Estado engajado e comprometido com as pautas sociais e democráticas, o exercício da cidadania junto ao poder público

20 anos do Estatuto da Cidade

Cabe destacar que em 2021 o Estatuto da Cidade completou 20 anos e, apesar de ser pautado “[...] na ideia da participação, na radicalização da democracia e [envolver] todo um trabalho importante de capacitação, de formação, para poder participar de políticas públicas, [o Estatuto da Cidade] encontrou um limite muito claro na natureza dos processos decisórios que acontecem sobre o destino das cidades no Brasil, muito condicionados por um diálogo entre os grandes setores empresariais que têm o interesse direto no urbano: as concessionárias de serviços públicos, os loteadores, os incorporadores imobiliários, os grandes empreiteiros de obras públicas, na sua relação com o Estado.” Disponível em: <<https://polis.org.br/noticias/20-anos-do-estatuto-da-cidade-entrevista-com-raquel-rolnik/>>. BH se insere nesse ciclo com a eleição da chapa da Frente BH Popular, composta por partidos de esquerda e coordenada por Patrus Ananias (PT), para a prefeitura municipal. Patrus assumiu a PBH em 1993 e sua gestão tinha como mote a “inversão de prioridades” dentro de uma administração democrática e participativa. Buscando apoio em prefeituras que já desenvolviam políticas nesse sentido (BEDÊ, 2005), a gestão petista se embasou nas políticas de Olívio Dutra em Porto Alegre, com isso ampliou os espaços de discussão e participação popular na gestão pública por meio dos conselhos de gestão pública, implementou o OP no município e, para a execução do plano político, também realizou diversas modificações institucionais com a criação de novas instâncias dentro da PBH e alteração de funções nos setores que já existiam.

eleições para prefeito em BH - vence FBP (PV, PCB, PC DO B, PSB E PT)

se torna prática na inversão de prioridades, como ocorreu na década de 1990 durante as prefeituras democráticas. E em um Estado enfraquecido, a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade não ocorre ou se torna pontual.

Distribuição de renda não basta para melhorar as condições de vida urbana, ainda mais em um país no qual o mercado formal deixa de fora, no exílio da periferia, mais de 50% das populações de urbanas. E isso tem a ver com as cidades onde moram 84% da população brasileira (MARICATO in MARINGONI; MEDEIROS, 2017, p.157).

BH se insere nesse ciclo com a eleição da chapa da Frente BH Popular, composta por partidos de esquerda e coordenada por Patrus Ananias (PT), para a prefeitura municipal.

Patrus assumiu a PBH em 1993 e sua gestão tinha como mote a “inversão de prioridades” dentro de uma administração democrática e participativa. Buscando apoio em prefeituras que já desenvolviam políticas nesse sentido (BEDÊ, 2005), a gestão petista se embasou nas políticas de Olívio Dutra em Porto Alegre, com isso ampliou os espaços de discussão e participação popular na gestão pública por meio dos conselhos de gestão pública, implementou o OP no município e, para a execução do plano político, também realizou diversas modificações institucionais com a criação de novas instâncias dentro da PBH e alteração de funções nos setores que já existiam.

O caráter democratizante da gestão Patrus está diretamente relacionado ao desenvolvimento do OP na cidade. Essa política de caráter local se enquadra no que Avritzer (2008) conceitua de desenho institucional “de baixo para cima”, em que a população tem o poder decisório sobre a aplicação de uma parcela do orçamento municipal elegendo as obras e acompanhando o andamento das intervenções urbanas. Além da atuação direta da população na política pública urbana, o OP também assume o caráter democratizante e de justiça social por possibilitar a aplicação or-



Patrus Ananias (PT)
é eleito prefeito
de BH

çamentária nos territórios populares, historicamente marginalizados e ignorados pelo poder público, carentes de infraestrutura e equipamentos básicos para a vida nas cidades.

Por meio de parâmetros de qualidade de vida urbana, o poder público consegue identificar as regiões das cidades em que há maior carência e necessidade de melhorias urbanas. Com a utilização de tais parâmetros junto com a participação popular na eleição das obras e locais de aplicação da verba municipal, ocorre uma distribuição mais equitativa da distribuição orçamento municipal com a promoção de obras estruturais e de habitação social em vilas e favelas. A esse formato se nomeia a “inversão de prioridades”, por colocar a prioridade em seu devido local de importância, como prioridade. Trabalhar com base na pauta social e nas demandas dos territórios de baixa renda para cidades mais justas e inclusivas.

De modo geral, o processo do OP ocorre em diversas etapas compostas por assembleias participativas municipais e regionais, em que ocorre a votação de obras e a eleição de representantes locais - os delegados do OP -, e pelo acompanhamento das obras que foram contempladas pela rodada em questão. Sá (2021) aborda que essas assembleias podem ocorrer segundo demandas territoriais, eixos temáticos e pautas trazidas por grupos específicos, como os jovens, os grupos LGBTQIA+, as mulheres, entre outros.

[...] ANTES DO PATRUS ANANIAS, ANTES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, AS COMUNIDADES QUE DEPENDIAM DESSAS PEQUENAS OBRAS, DESSAS PEQUENAS INTERVENÇÕES DO MUNICÍPIO SÓ ERAM AGRACIADAS SE VOCÊ FOSSE APADRINHADO POR ALGUM POLÍTICO. A VERDADE É ESSA. UM DEPUTADO, UM VEREADOR... E MESMO ASSIM, SE ESSE POLÍTICO FOSSE DA BASE DE SUSTENTAÇÃO DO PREFEITO. AÍ O QUE VOCÊ CONSEGUIA NÃO ERA MUITA COISA. CONSEGUIA UM TAPA-BURACO, ALGUMA SINALIZAÇÃO, REMENDAR ALGUM BECO, OU UM CANO ESTOURADO. NÃO PASSAVA DISSO. AÍ QUANDO VEIO PATRUS ANANIAS, DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, FALANDO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, FALANDO EM CHAMAR COMUNIDADE E DISCUTIR O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, DISCUTIR ORÇAMENTO ATRAVÉS DE VOTOS, ATRAVÉS DE PLENÁRIAS E CONFERÊNCIAS, O DESCRÉDITO FOI GRANDE. PORQUE MUITOS DE NÓS NÃO ACREDITAVAM, MESMO PORQUE JÁ ESTAVAM ACOSTUMADOS COM ESSE PROCESSO DE CONSEGUIR ALGUMA COISA POR APADRINHAMENTO. INFELIZMENTE PARECE QUE É O QUE ACONTECE [NOVAMENTE] HOJE, DEPOIS QUE PASSOU O OP

(ROBSON DA COSTA MEIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020¹⁰⁶).

O exercício de cidadania promovido pelo OP e seu caráter democratizante nas relações entre Estado e sociedade civil foi reconhecido junto ao caso do OP de Porto Alegre entre as **boas práticas de gestão** das cidades na ONU Habitat de 1996, em Istambul, Turquia. O êxito do OP durante as prefeituras democráticas dos anos 1990 e seu reconhecimento internacional colaborou para sua difusão internacional e aplicação em cerca de 30 países (CABANNES; LIEPTIZ, 2018). No Brasil, local origem do OP, Wampler (2008) aborda que essa política local ocorreu em 300 municípios do país entre 1989 e 2004.

Segundo Avritzer (2008), o pioneirismo de Porto Alegre na implementação do OP e o sucesso ou não da aplicação do OP se relaciona à cultura associativa do local. Na capital gaúcha e em BH, cidades estudadas pelo autor e nas quais a delegação de poder do Estado para a população de fato ocorreu, são locais em que antes do OP ser implementado já possuíam a característica do associativismo com associações de bairro, movimentos sociais e outras organizações civis.

PARTICIPAÇÃO: CONCEITO E O DESENHO INSTITUCIONAL

Nesta caixa farei uma análise bastante breve em relação à **participação popular**, assumindo o **conceito e práticas** entrelaçadas ao exercício de cidadania (AVRITZER, 2008; DAGNINO, 2004a; GOHN 2019a), conectadas a processos de tomada de decisão e acompanhamento sobre as políticas públicas urbanas e sobre a produção espacial das cidades brasileiras.

Como já visto neste trabalho, o tema da participação nas políticas públicas se fortalece a partir do final da década de 1970 com o período de redemocratização no Brasil, reorganização da sociedade civil e das pautas trazidas com a criação do programa ONU Habitat relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável nos países na periferia do capitalismo (MARICATO, 2000). Nesse momento são criados no país espaços de participação da sociedade civil nas decisões e discussões sobre as políticas públicas, principalmente ligadas ao poder local com as prefeituras, ao mesmo tempo em que são introduzidas as reformas advindas com o pacote neoliberal de redução do Estado e sua flexibilização para a

interferência ativa do setor financeiro internacional - empresas, bancos, redes de poder ligados ao capital - nas decisões administrativas, sociais, econômicas e políticas do país a partir da aplicação das diretrizes dispostas no Consenso de Washington. Segundo Avritzer (2012), as relações institucionais entre Estado e sociedade civil se originam a partir desse período e dessa fusão de diferentes interesses atuantes sobre o futuro do país.

Essa correlação de forças e interesses que atravessam o processo de redemocratização e de implementação de políticas públicas participativas, Evelina Dagnino (2004a) dá o nome de **confluência perversa**. Para a autora, esse conceito se insere na relação entre: um projeto político¹⁰⁷ democratizante, com mecanismos de participação e cidadania; e outro, um projeto neoliberal, com a redução do Estado como regulador de direitos e políticas sociais e que transfere esse papel para a sociedade civil organizada (movimentos sociais, associações comunitárias, sindicatos, etc.) e desorganizada (coletivos socioculturais e outras formas de organização) (GOHN, 2019a).

A crise discursiva trazida por Dagnino (2004b) atravessa o período de reconstrução da democracia brasileira e latino americana após os regimes militares. Nessa crise, ocorre uma confluência perversa entre dois projetos distintos, um democratizante, com o alargamento da participação social, e outro neoliberal. Sobre isso a autora afirma:

De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas (Teixeira, Dagnino e Silva, 2002).[...] De outro lado, com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. [...] A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. (DAGNINO, 2004b, p.141-142).

Segundo Maria da Glória Gohn (2019b), o conceito de participação pode ser analisado a partir do nível conceitual, político e da prática social. Para a autora, o primeiro nível se refere às bases teóricas nas quais se fundamenta. O segundo se relaciona às práticas de participação ligadas aos processos de democratização, mas também pode ser utilizado como instrumentos do que Arnstein (1969) e Souza (2002) nomeiam de não-participação, ou seja, práticas alinhadas à manipulação e coerção, na qual o papel da população se abstém em função de relações de poder, como o clientelismo, por exemplo. Finalmente, o terceiro nível, o da prática social, Gohn aborda que se tratam “das ações concretas, engendradas nas lutas, movimentos e organizações, para realizarem algum intento, ou participar de espaços institucionalizados na esfera pública, em políticas públicas. Aqui a participação é um meio viabilizador fundamental” (Gohn, 2016, p.16-17).

Tendo em vista o interesse em contextualizar o caso da participação dos moradores da Pedreira na conquista e no acompanhamento da urbanização via OP, quando trago o conceito de participação ao longo do Caderno Cartográfico esse tema se baseia nas duas últimas definições sobre participação trazidas por Gohn (2016): as práticas de participação ligadas a processo de democratização, que conecto à democratização das políticas públicas

em que a sociedade possui poder decisório sobre a formulação dos projetos políticos, políticas públicas e no desenvolvimento urbano de cidades; e as práticas de participação, aqui trazendo o caso da urbanização da Pedreira via OP, uma política municipal na qual a população tem o poder decisório sobre a aplicação dos recursos orçamentários da cidade, onde será aplicado e em quais obras, por exemplo.

Sobre a participação popular na instância pública Sherry Arnstein (1969) e Marcelo Lopes de Souza (2002) estabelecem “escadas de participação popular” contendo oito degraus divididos em três níveis de participação que são: (1) não-participação; (2) a dissimulação ou falsa participação; e (3) a participação. Indo do menor degrau de não-participação para o primeiro de participação plena, Arnstein encadeia: **manipulação** e **terapia** dentro do nível 1 de participação; **informação**, **consulta** e **apaziguamento** dentro do nível 2; **parceria**, **delegação de poder** e **controle cidadão** dentro do nível 3. Já Souza revisa e substitui três desses degraus por outros elementos que considera mais adequados, que, indo de baixo para cima, são: **coerção**, **manipulação** e **informação** dentro do nível de não-participação; **consulta** e **cooptação** no nível de dissimulação ou falsa participação; **parceira**, **delegação do poder** e **autogestão** no nível 1, de participação. A **manipulação** e a **terapia** se encontram no primeiro nível, onde a atuação da popula-

ção na gestão pública é ilegítima e há maior sujeição do indivíduo ao poder do Estado, e para Souza, **coerção** e **manipulação** correspondem ao nível de **não-participação**.

Em relação à análise proposta pelos dois autores, a **manipulação** e **terapia** de Arnstein e a **coerção** e **manipulação** de Souza são considerados **não-participação**, pois a participação popular na gestão pública é ilegítima, sem diálogo, troca ou informação do Estado com a sociedade. Para Arnstein (1969) essa estratégia limita a capacidade da sociedade de alcançar sua autonomia reforçando a necessidade auto-organização popular vigilante e desvinculada das instituições estatais, uma vez que nelas sua participação não é considerada, apenas conduzida por um disfarce teatral. Na prática, essa a **não-participação** alimenta o ciclo vicioso que destina as políticas públicas a grupos já privilegiados e abastecidos de direitos, serviços e infraestrutura, assim como reforça práticas clientelistas e neoliberais, como as trocas de favores por melhorias urbanas ou as operações urbanas em territórios que interessam o capital imobiliário (FIX, 2000).

No intermediário de **dissimulação ou falsa participação**, os autores colocam igualmente **informação** e **consulta** e se diferem no degrau logo acima, sendo apaziguamento para Arnstein e cooptação para Souza. Em relação aos dois primeiros, Arnstein destaca que são essenciais para um processo participativo, pois é pre-

ciso que haja a comunicação e informação com os participantes sobre seus direitos, deveres, as opções disponíveis, assim como possibilitar um espaço em que não apenas escutem, mas que também possam se comunicar e ser ouvidos.

Já o quinto degrau dos autores, com diferença entre haver maior abertura para diálogo na **cooptação** (o que não significa que o que a população disser será considerado), se trata da participação de indivíduos selecionados **segundo os interesses** dos detentores do poder de decisão para representar um local determinado. Trazendo exemplos práticos, nesse nível podemos relacionar ao programa PROMORAR em Belo Horizonte, no qual os há casos de cooptação de líderes comunitários e distribuição clientelista do orçamento para a aplicação nas favelas (CONTI, 2004).

No nível de **participação**, se encontra a **parceria**, a **delegação de poder** e **controle cidadão**, para Arnstein, se diferenciando no mais alto degrau de participação de Souza, que considera a **autogestão**. Na **parceria** ocorre de fato um **compartilhamento de poder entre o Estado e sociedade na tomada de decisões**, o que, segundo os desenhos de participação institucionais de Avritzer (2008), pode ser compreendido como os Conselhos de políticas públicas, dentro do desenho de **"partilha de poder"**, como será visto abaixo.

Na **delegação de poder** significa a concessão do Estado para a participação direta da população na tomada de decisões. Voltando à análise de Avritzer, esse degrau pode ser considerado dentro do desenho participativo “de baixo para cima”, trazido pelo autor como o OP, em que viabiliza a ampliação da democracia com a representatividade social na escolha da aplicação orçamentária.

Em relação ao nível mais alto de participação, o **controle cidadão** de Arnstein e a **autogestão** de Souza tratam da participação efetiva da população na condução, aplicação e determinação de um programa específico e em que a figura do Estado não se faz necessária. Para atingir um macrocontexto autônomo é necessário a formação de indivíduos e sociedades plenamente emancipados, dessa forma a **autogestão** “estaria além das possibilidades reais sem mudanças profundas no “macrocontexto social” (SÁ, 2021, p.37 apud SOUZA, 2002., p.205). Ainda, Souza (2002) reforça que tanto a **coerção** quanto a **autogestão** não são estados absolutos de heteronomia e autonomia, respectivamente, isso porque ambas são relativas, comportam possíveis gradações, podem ser referidas a formas variadas de organizações sociais e aplicadas a diferentes decisões de relevância política.

Na análise de Gohn (2019a), o conceito de participação é entrelaçado ao de democracia. Nesse sentido, a participação é com-

preendida como algo muito mais amplo do que apenas a atuação social na gestão estatal - podendo haver a substituição das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, confluência perversa, quando esse tema se despolitiza e vincula à privatização e às práticas neoliberais. Assim, conectando à definição Dagnino, a participação significa a “partilha efetiva de poder” entre Estado e sociedade civil, por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos” (DAGNINO, 2004a, p.103).

Quando se conecta ao projeto político democratizante, a participação tem um aspecto educativo, que possibilita o exercício da cidadania e a troca de saberes (GOHN, (2019a). Esse caráter educativo e de controle cidadão, para Arnstein (1969) e Souza (2002) é onde se encontra o nível mais alto de sua análise - a “participação” - e, para Avritzer (2008), é o que se compreende como um desenho institucional “de baixo para cima”, em que a população participa ativamente de decisões e incentiva a criação de mecanismos para que isso ocorra, como é o caso do OP.

Leonardo Avritzer (2008) define que a participação da sociedade nos processos de tomada de decisão política podem ocorrer de três formas, a partir de desenhos participativos distintos que são: o desenho “de baixo para cima”, no qual a população tem o poder na tomada de decisão sobre o projeto políti-

co, como o OP¹⁰⁸; o segundo é a “partilha de poder”, em que Estado e sociedade atuam em conjunto em instâncias nas quais a participação popular é obrigatória, como os conselhos de políticas¹⁰⁹; e o terceiro é o de “ratificação pública”, no qual a população é convidada/ convocada para endossar uma decisão tomada anteriormente pelo Estado e não tem poder sobre a formulação e aplicação do projeto político, como os planos diretores municipais¹¹⁰.

As instâncias participativas estatais, conectadas ao poder municipal, trazidas por Avritzer (2008) fazem parte das conquistas do MNRU alcançadas a partir do final da década de 1980 com o período da redemocratização do país e do processo constituinte. Durante o governo Lula (2003-2008), a participação social foi ampliada nos canais institucionais junto à pauta da produção das cidades. Maricato (2015) aborda que, atendendo às reivindicações dos movimentos sociais urbanos desde as décadas de 1970 e 1980, em 2003 ocorreu a criação do Ministério das Cidades, no mesmo ano também foi criada a Conferência Nacional das Cidades, com a presença de delegados eleitos sendo técnicos, acadêmicos, lideranças sociais, sindicais, populares, entre outros, e no ano seguinte foi criado o Conselho das Cidades, formado por representantes da sociedade civil e do poder público. A própria criação dessas instituições foram conquistas sociais.

Tanto Avritzer (2008) como Dagnino (2004a) afirmam o caráter democratizante e distributivo do desenho “de baixo para cima”, neste caso o OP, quando comparado às outras formas de participação. Os conselhos possuem menor dependência do sistema político que o OP, com isso têm um caráter democratizante quando a sociedade política se opõe a processos participativos. Este desenho, segundo Avritzer (2008), consegue desafiar as decisões da sociedade política apenas em uma sociedade civil forte e organizada. E na ratificação pública, entendida aqui como os planos diretores, o caráter democratizante se evidencia nos casos em que a participação em lei é capaz de bloquear ações a sociedade política anti-participativa¹¹¹, sendo possível recorrer às instâncias legais e judiciais. Sendo assim, por incluir a população nas decisões sobre as prioridades orçamentárias, o OP tem a capacidade de alterar a relação entre Estado e sociedade, apesar de estar “mais vulnerável à vontade da sociedade política” (AVRITZER, 2008, p.60).

[...] experiências participativas como os Orçamentos Participativos e outras, onde os setores populares e suas organizações lutam para abrir espaço para o controle democrático do Estado mediante a participação efetiva dos cidadãos no poder.

Além disso, não há dúvida de que essas experiências expressam e contribuem para reforçar a existência de cidadãos-sujeitos e de uma cultura de direitos que inclui o direito a ser co-participante em governos locais. Ademais, esse tipo de experiência contribui para a criação de espaços públicos onde os interesses comuns e privados, as especificidades e as diferenças, podem ser expostas, discutidas e negociadas (DAGNINO, 2004, p.105).

O estudo de caso sobre o OP em Osasco, São Paulo, Romão traz um ponto interessante a ser levantado. Segundo o autor, a participação via OP se torna efetiva quando os delegados, representantes dos territórios, têm o caráter de “jogadores” (ROMÃO, 2011), ou seja, estão dispostos a atuar no jogo político. Esses representantes veem o OP como um espaço privilegiado para adentrarem no campo político. Do outro lado, o autor também conceitua como “idealistas” aqueles delegados que se afastam do OP por não o considerarem uma política efetiva e por não confiarem na máquina pública. Dessa forma, se afastam do processo participativo e, conseqüentemente, não ocupam esses espaços de disputa. Nesse sentido, o mesmo Romão aborda que o caráter democratizante do OP tende a ser

compreendido por “gerar no próprio âmbito da sociedade política uma arena para onde confluem agentes de poder reduzido frente aos protagonistas da política local. O OP, desse modo, se configuraria sim como uma ampliação do processo decisório sobre o destino do orçamento público, mas apenas para dentro da própria sociedade política (ROMÃO, 2011, p.240-241).

Além da participação social institucionalizada via agentes e espaços de participação conectados ao Estado - sociedade política/estatal -, Gohn (2019a) também considera a participação da sociedade civil nas “formas de movimentos ou outras ações coletivas da sociedade” (ibid., p.14). Essa participação ocorre, então, vinculada à sociedade civil em movimentos, organizações, associações, sindicatos, coletivos e atua em movimentos organizados ou não, como protestos, mobilizações, hashtags via redes sociais, performances artísticas, entre outros.

Essa forma de participação desvinculada do Estado cresceu exponencialmente nas últimas décadas, com seu ponto alto durante as manifestações de Junho de 2013 com coletivos ligados às pautas identitárias e socioculturais e de mobilizações de jovens: os novíssimos movimentos¹¹². No país essas organizações foram bastante ativas no período das jornadas de Junho de 2013 por meio de coletivos ligados às pautas identitárias e

socioculturais e de mobilizações de jovens: os novíssimos movimentos¹¹³. (MARICATO, 2015a; 2015b)

A eclosão das manifestações que permearam o Junho de 2013 foram motivadas por diversos aspectos, entre eles a questão urbana, que permeou diversas pautas como a precariedade da mobilidade urbana, grande potencializadora das primeiras manifestações coordenadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Como aborda Maricato (2015a; 2015b), as estratégias do governo federal de driblar a crise econômica mundial de 2008 permitiram um cenário de pleno emprego e aumento do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, as políticas de incentivos fiscais aos setores automobilístico e da construção civil, sendo esse último representado pelos programas federais PAC 1 e 2 e MCMV, modificam drasticamente a paisagem e dinâmica das cidades elevando a problemática urbana. Isso pois, a condução do mercado imobiliário na localização de empreendimentos via PAC e a localização conjuntos habitacionais do MCMV em regiões distantes de serviço e infraestrutura ocasionaram em um “boom imobiliário”, que, sem a devida reforma fundiária ou imobiliária, elevaram o curso dos imóveis, ampliaram a periferia e a segregação espacial.

A questão urbana se agravou ainda mais com o grande número de automóveis privados nas ruas, a precariedade do transporte e

mobilidade urbana e a realização de grandes obras para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, que geraram diversas remoções da população pobre (MARICATO, 2015a).

Se todo esse processo aqueceu a economia, deixou, também, desamparado o anseio por uma maior urbanidade e obstruiu a então crescente participação popular. Além disso, a autora [MARICATO, 2013] relembra que muitos líderes sindicais e de movimentos de base acabaram por fazer parte do governo e, ao se institucionalizarem, deixaram de representar a parcela de que vieram. A população média e baixa, portanto, sentia cada vez mais a privação de um poder de escolha. (NOBRE, SCHOENELL, PORTO, 2019, n.p.).

Segundo Gohn (2014) e Nobre (2019), as Jornadas de 2013 colaboraram para redução do Estado, que culminou no Golpe de Estado ocorrido em 2016¹¹⁴, o que pode ser compreendido pela **confluência perversa** de Dagnino (2004b; 2004b), colocando a pauta pela defesa do alargamento do poder decisório da sociedade civil nas políticas e práticas públicas em disputa entre projetos políticos distintos: um democratizante e outro neoliberal¹¹⁵.

É fato que o país viveu diversas conquistas democráticas históricas relacionadas à participação a partir da Constituição de 88 com a criação do OP, os Planos Diretores Municipais, as Conferência das Cidades, dos Conselhos das Cidades e do Ministério das Cidades foram grandes vitórias populares com origem no movimento pela reforma urbana iniciado ainda na década de 1960¹¹⁶. A **ampliação dos espaços participativos** colaborou para a consolidação da parceria entre sociedade e Estado nas políticas públicas urbanas e proporcionou movimentos e ações de democratização das cidades com a urbanização de favelas durante as prefeituras democráticas da década de 1990.

Ao mesmo tempo, Maricato (2010; 2015; 2017) aborda que a **supervalorização da institucionalização de processos de partilha de poder** em um país desigual, patrimonialista, com tradição clientelista na relação entre Estado e sociedade e que aplica a lei de forma arbitrária seguindo os interesses ligados às forças hegemônicas, **enfraqueceu** a participação social efetiva nas decisões das políticas públicas urbanas nacionais e o caráter pedagógico dos instrumentos participativos. Além disso, segundo a autora, o foco “juridicista e institucional” (MARICATO, 2010, p.3) também colaborou para o afastamento das ações do Estado vinculadas à base, ao território e às demandas urgentes e cotidianas causadas por

um processo de desigualdade histórico e estrutural vivido por grande parte da população brasileira.

O jogo político é permeado por disputas de poder e apesar da criação das instâncias participativas de “baixo para cima”, de partilha de poder e ratificação, a aplicação da lei e a implementação dos espaços participativos ficam sujeitos a tais jogos de forças e os projetos políticos defendidos. Essa problemática reduz o caráter democratizante, pedagógico e transformador da participação social nas decisões e formulações acerca da política pública. Ainda, o enfraquecimento e desqualificação dos processos participativos é intencional, pois reduz o controle social sobre as decisões políticas e faz a manutenção da desigualdade socioespacial das cidades brasileiras com o predomínio dos interesses de uns - burguesia, setor imobiliário, financeiro, entre outros - se sobrepondo sobre a maioria.

Ocorrendo a descaracterização dos processos participativos, o esvaziamento dos espaços de tomada de decisão, de partilha de poder e a cooptação de atores da sociedade civil, grande parte da sociedade se recusa em participar do jogo político e suas regras (LIBÂNIO, 2016), sendo evidenciado em Junho de 2013 com as bandeiras autonomistas e nas mobilizações, movimentos organizados ou desorganizados, coletivos, manifestações nas ruas ou nas redes sociais, entre outros (GOHN,

2019b). No entanto, tal fato também nos trouxe até aqui, momento em que vivemos suas consequências com a privatização estatal, ausência de direitos e aplicação das pautas conservadoras na gestão federal.

A centralidade da terra e a função social da propriedade na Reforma Urbana foi esquecida, os movimentos sociais foram engolidos pela institucionalidade. Há leis, planos, experiência e conhecimento. Agora temos lei até para região metropolitana. Falta aplicar! Distribuição de renda não resolve o problema da justiça urbana, é preciso distribuir cidade! (MARICATO, 2015, p.19).

Tendo em vista o cenário atual e a defesa por um Estado democrático de direito, por cidades justas e inclusivas, pelo de decisório da sociedade civil em relação às políticas públicas urbanas e à produção do espaço das cidades brasileiras, pergunto: **Como resgatar a confiança na participação social** e nas instâncias participativas institucionais em meio aos **desmontes contemporâneos** em que o projeto neoliberal vem sendo o vencedor? **Como nos articularmos novamente** enquanto sociedade civil em meio às **disputas ideológicas** que nos dividem? Como a cidadania e a

democratização das políticas públicas poderá retornar se há um **desmonte da própria democracia?**

Ao trazer a história da urbanização PPL e contextualizar as conquistas históricas com a Constituição Cidadã, instrumentos democratizantes e os espaços cidadãos em relação à participação social, podemos revisar as conquistas e contradições e, quem sabe, encontrarmos novas respostas que visem o fortalecimento da democracia e as limitações contemporâneas que nos cercam.

início do governo municipal de Patrus Ananias

criação do Orçamento Participativo Regional (OPR)

Adentrando o contexto belo-horizontino, o movimento de vilas e favelas durante a década de 1980 foi bastante intenso e ampliado na cidade com a forte presença da Igreja Católica nessas articulações, como visto no capítulo anterior. Avritzer (2011) aborda então que a sociedade civil organizada e com tradição de mobilização e associação junto aos movimentos dos favelados na capital colaborou diretamente para a implementação do OP de Patrus e o sucesso obtido nas gestões democráticas que prosseguiram a eleição da Frente BH Popular.

Até a década de 1990, Belo Horizonte não possuía instâncias municipais que desenvolvessem todo processo de melhoria urbana e habitacional em territórios populares, desde a avaliação técnica do local até o desenvolvimento das intervenções. Durante o PRODECOM a realização das obras pontuais de melhorias urbanas, quando executadas pelo poder público, contavam com a parceira e financiamento de ONGs internacionais, quando não, eram executadas pelos próprios moradores dos locais contemplados, sendo as lideranças desses territórios as responsáveis pela gestão do orçamento e acompanhamento das obras.

O histórico de trocas de favores e relações clientelistas nas intervenções urbanas em vilas e favelas na capital mineira colaborou para que, inicialmente,

muitos moradores de territórios populares da cidade não acreditassem que ocorreria a inversão de prioridades com o OP. No início do mandato a gestão de Patrus enfrentou dificuldades nesse sentido, mas à medida que o OP foi ocorrendo, que a pauta urbana e social passou a ser contemplada e que as intervenções passaram a de fato ocorrer nos territórios via participação da população nas decisões e no acompanhamento das obras, um sentimento de esperança e necessidade de mobilização popular tomou conta de muitas comunidades, inclusive da PPL. Ainda durante a candidatura, o discurso democrático, inclusivo e a vontade política da gestão de Patrus aproximou muitos líderes comunitários da PPL, que foram ativos no processo de sua eleição e ao longo de sua gestão junto ao OP.

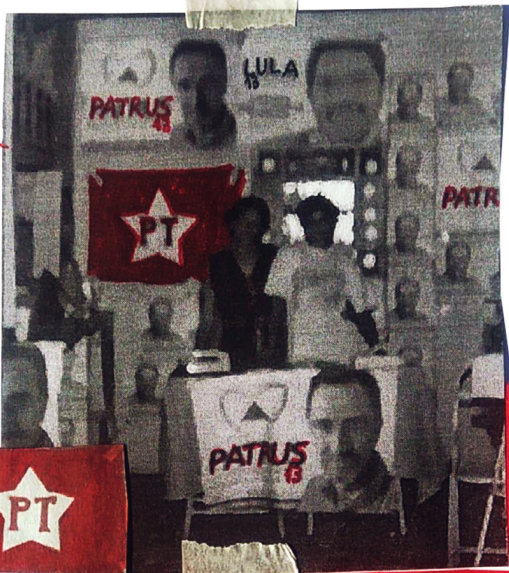
A GENTE JÁ ESTAVA PREPARADO. NA VERDADE, A GENTE FEZ A CAMPANHA DO PATRUS, SIMPLEMENTE PELO DISCURSO DE CAMPANHA. ESTAVA LÁ, EM TODO MOMENTO, QUE VIRIA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, A GENTE TINHA QUE SE ORGANIZAR PARA PARTICIPAR. A GENTE SE ORGANIZOU, JÁ FAZIA PARTE DAS NOSSAS DISCUSSÕES

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019¹⁷).

ELEIÇÕES MUNICIPAIS
DE 1992 / BH ←

CANDIDATO PATRUS
ANANIAS/PT

↓
"INVERSO DE PRIORIDADES"



MORADORES E
LÍDERES COMUNITÁRIOS
DA PPL E PADRE
CHICO

regulamentação do
Fundo Municipal de
Habitação Popular
(FMHP)

criação do Conselho
Municipal de Habitação
(CMH)

Para dar suporte às políticas participativas e à gestão “de baixo para cima” de Patrus, entre 1993 e 1994 ocorreu uma grande reforma institucional na PBH com a criação de novas instâncias municipais e modificações de setores que já existiam. Foi criada a Política Municipal de Habitação Popular (PMHP) e o Sistema Municipal de Habitação (SMH), responsáveis pela gestão da política habitacional popular. Junto a isso, a URBEL, que já atuava em vilas e favelas em obras pontuais e se tornou responsável por intervenções estruturais com a proposição e execução; o Fundo Municipal de Habitação foi reconfigurado para Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP), passando a receber os recursos destinados ao financiamento de moradia popular; e foi criado o Conselho Municipal de Habitação (CMH) em que a população participava da gestão da PMHP e na seleção realizada pelo FMHP (BEDÊ, 2005).

Como dito, essas modificações foram necessárias para aplicação das políticas do “modo petista de governar”, mas também foram resultado de pressão popular pela atuação do Estado na democratização das cidades. Nesse contexto, a comunidade da PPL teve uma importante contribuição. A situação vivida por algumas famílias da comunidade embaixo da estrutura da caixa d’água do IAPI levou à reivindicação popular, por meios de retirar aquela população das condições bastante precárias e insalubres nas

quais viviam e realocá-las em um conjunto habitacional digno. A mobilização conduzida por Liberalino Alves, Padre Chico e outras lideranças locais e articulada com parceiros da sociedade política conquistou uma vitória não só para a favela, mas como para as demais comunidades da capital mineira na consolidação da política habitacional popular em Belo Horizonte.

[O ARARIBÁ FOI] A PRIMEIRA SITUAÇÃO COMPLICADA PARA A PREFEITURA, PORQUE ATÉ ENTÃO NÃO EXISTIA UMA AÇÃO DE HABITAÇÃO ESPECIFICAMENTE FEITA PELA PREFEITURA E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EXIGIA ISSO. FOI ATRAVÉS DESSA EXPERIÊNCIA QUE O URBEL CONSTRUIU O RESIDENCIAL, QUE SE CRIOU A SECRETARIA DE HABITAÇÃO¹⁸. ENTÃO AS NOSSAS OBRAS SÃO TUDO ASSIM. O CAMINHO IA SE CONCRETIZANDO A PARTIR DAS CONQUISTAS. A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE: NÃO EXISTIA NA GRADE DA PREFEITURA UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE, ENTÃO PRECISOU CRIAR TODO O MECANISMO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019¹⁹).

criação do Sistema Municipal de Habitação (SMH)

reconfiguração da URBEL: obras estruturantes em vilas e favelas

Para a realização das obras do Araribá foi necessário a criação de uma instância municipal que financiasse e desenvolvesse o projeto, colaborando para a criação da PMHP, assim como do SMH e do FMHP. De fato, o Conjunto Araribá foi a primeira experiência habitacional executada pela Prefeitura do início ao fim em vilas e favelas. Como dito por Seu Belo, o Araribá não significava apenas uma obra, mas sim a criação de um espaço para atender a luta e as demandas de todas as favelas da cidade.

ENTRAMOS NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PEDINDO A CONSTRUÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES HABITACIONAIS. NA ÉPOCA [O PEDIDO FOI FEITO POR] GRANDES LIDERANÇAS AQUI: LIBERALINO ALVES DE OLIVEIRA, ADÃO SOARES, O FREI CHICO; JUNTO COM O GRUPO DE FÉ E POLÍTICA, E OUTRAS LIDERANÇAS [COMO] JOSÉLIA, MARCELO, JOSÉ LAERTE, MARIA LOURENÇO E MUITOS OUTROS. MAS ENFIM, NO COMEÇO, ENTRAMOS PEDINDO 90 UNIDADES HABITACIONAIS, NA CONSTRUÇÃO DESSA CAIXA D'ÁGUA. POR FIM, TEVE A NEGOCIAÇÃO DE 50, 45, E POR FIM, SAÍRAM 40 UNIDADES. EU ERA BEM MAIS JOVEM NESSA ÉPOCA - SOU JOVEM ATÉ HOJE MAS ERA BEM MAIS JOVEM NÉ - E BEM AFOITO, VINDO DA QUESTÃO

SINDICAL, QUE O PAU QUEBRA, A COISA É DIFERENTE. EU FALAVA - EU ERA AFOITO - "MAS SEU LIBERALINO, O SENHOR ESTÁ NEGOCIANDO, ABRINDO MÃO DE TUDO?" E ELE SIMPLEMENTE RIA PARA MIM, PUNHA A MÃO NO MEU OMBRO E FALAVA "MEU FILHO, SE NÓS CONSEGUIRMOS PELO MENOS [UMA] UNIDADE HABITACIONAL DESSAS, NÓS ESTAREMOS ABRINDO UMA JANELA PARA A CIDADE. NÓS ESTAREMOS MOSTRANDO NOSSA COMUNIDADE PARA A CIDADE, E PROVANDO QUE A LUTA, A PARTICIPAÇÃO, REALMENTE VALE A PENA." ESSA OBRA SAIU, FOI CONCLUÍDA. ME PARECE QUE NA ÉPOCA A PBH NÃO TINHA UM DEPARTAMENTO ESPECÍFICO PARA CUIDAR DA QUESTÃO DA HABITAÇÃO. DEPOIS VEIO ATÉ A SECRETARIA DE HABITAÇÃO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020²⁰).

Em 1993 o OP foi implementado em BH e em 1994 teve sua primeira rodada com a PPL sendo contemplada para construção do Conjunto Habitacional Araribá. Segundo Luciana Bragança (2005), essa primeira edição contou com um recurso de 5% do orçamento municipal, valor que foi variável ao longo das rodadas e gestões a frente da PBH com base nas prioridades públicas e na verba disponível para cada edição. No entanto, como

aborda Sá (2021), ocorreu uma redução dos investimentos destinados ao OP nos últimos anos e um aumento de obras aprovadas, mas não executadas.

Em sua primeira edição, e em outras subseqüentes, principalmente na fase de implantação, o OP enfrentou problemas como: a deficiência da Prefeitura em trabalhar de forma programada; a estimativa de valores menores para as obras que seu custo real; demora na execução das prioridades; incapacidade de envolvimento dos setores médios e altos no processo de participação, resistência dos técnicos, principalmente da SUDECAP, em trabalhar em conjunto com setores da população e a escolha de obras sem que algum critério técnico fosse considerado. Também houve conquistas importantes: a criação de um canal de participação direta da população; a participação com caráter deliberativo; investimento em benefício de segmentos menos favorecidos; a ampliação do controle social sobre a ação do governo. Além disso, o aumento do poder de decisão das administrações Regionais, respaldadas pela população

mobilizada no âmbito do OP, representou um avanço importante no sentido da descentralização administrativa (BRAGANÇA, 2005, p.128)

Por meio do OP a população então votava nas obras a serem contempladas em cada rodada do OP e participava do seu acompanhamento posterior. Em sua implementação original, o processo do OP ocorria da seguinte forma: nas Assembleias Regionais era informado o orçamento disponível para a rodada do OP, lá eram levantadas as obras necessitadas pela população e se votava nos delegados para representarem os territórios, os membros regionais da Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento (COMFORÇA). Após a Assembleia, os delegados visitavam as obras levantadas e pré-selecionadas na Caravana de Prioridades. Tendo conhecimento das realidades de cada território, no Fórum Regional e Municipal de Prioridades Orçamentárias os delegados aprovavam o Plano Regional de Empreendimentos, contendo as obras votadas para serem executadas e, após, elegiam os membros da COMFORÇA Municipal para acompanharem o desenvolvimento das mesmas.

É PRECISO MONTAR UMA ESTRUTURA LOGÍSTICA PARA ISSO. É PRECISO ARRANJAR UM ÔNIBUS PARA TRANSPORTAR AS PESSOAS, É BEM COMPLEXO... ERA UMA COISA BEM COMPLEXA, MAS AO MESMO TEMPO APAIXONANTE, QUANDO A GENTE VIA OS RESULTADOS ACONTECEREM. FOI MUITO BACANA MESMO, PRECISA VOLTAR

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

LUTA POR
URBANIZAÇÃO
E DIREITOS

FAVELADOS LUTANDO
CONTRA A EXCLUSÃO
PEDREIRA PRADO LOPES - BH

how: IDENTIDADE
PPL NO OP/BH



PARTICIPAÇÃO ATIVA
DA COMUNIDADE DURANTE
OP NA DEC. DE 1990

Nesse sentido, a estrutura do OP se organiza em etapas diferentes em que obras são apresentadas, discutidas, votadas e aprovadas ou não, seguindo as regionais administrativas do município. Ao longo do tempo essas etapas foram sendo modificadas em certos aspectos, mas seguem a mesma organização principal. Sá (2021) aborda que na primeira etapa é quando ocorrem as plenárias de abertura municipal e nas regionais. Nesse momento iniciam as discussões e a PBH apresenta os orçamentos disponíveis para a rodada, os dados técnicos sobre a urbanidade do município, explica o funcionamento do processo do OP, “bem como fornece orientações para a priorização de empreendimentos que estejam de acordo com o planejamento das secretarias municipais temáticas” (SÁ, 2021, p.97).

Na segunda etapa ocorrem as discussões em cada território, onde a população discute a condição atual de sua realidade e propõe as intervenções necessárias por meio de um formulário que será entregue à PBH em suas autarquias adequadas, a URBEL e a SUDECAP, para serem avaliadas em relação à custos e viabilidade técnica. Após o retorno à comunidade, os territórios votam na ordem de prioridades da execução das obras elencadas nos formulários e aprovadas pela PBH, e também elegem os delegados da COMFORÇA que irão representar seus territórios nas próximas etapas.

Na terceira etapa, a participação popular de forma ampla se reduz para a representação dos territórios e suas obras pelos delegados do OP. Nesse momento ocorrem Caravanas de Prioridades, um momento essencial no caráter cidadão do OP, em que os delegados visitam todos os locais das obras levantadas anteriormente e têm a possibilidade de conhecer outras realidades além da sua. Isso permite que haja uma maior compreensão sobre a cidade e uma “visão mais abrangente dos problemas da região e da cidade, diminuindo a tendência à escolha de demandas excessivamente localizadas e atomizadas” (BRAGANÇA, 2005, p.127).

A CARAVANA ERA A MELHOR, TODOS GOSTAVAM. OS MORADORES IAM EM BLOCO PARA CONHECER AS DIFERENTES REALIDADES DOS EMPREENDIMENTOS SELECIONADOS E, COM AS VISITAS, CHEGAMOS A VER MUITAS PESSOAS MUDANDO SEUS VOTOS DAS OBRAS POR VEREM CONDIÇÕES MAIS EMERGENCIAIS EM OUTRAS COMUNIDADES DO QUE NAS SUAS: ESGOTO NA ALTURA DA PORTA COM CARÇAÇA DE GELADEIRA, LIXO... APESAR DA PPL SER A PRIORIDADE, A SOMA DOS VOTOS A CARAVANA ERA O MAIS GRATIFICANTE, GOSTAVA MUITO

(NEM AMBRÓSIO, WORKSHOP SOBRE O OP NA PPL, 2019).

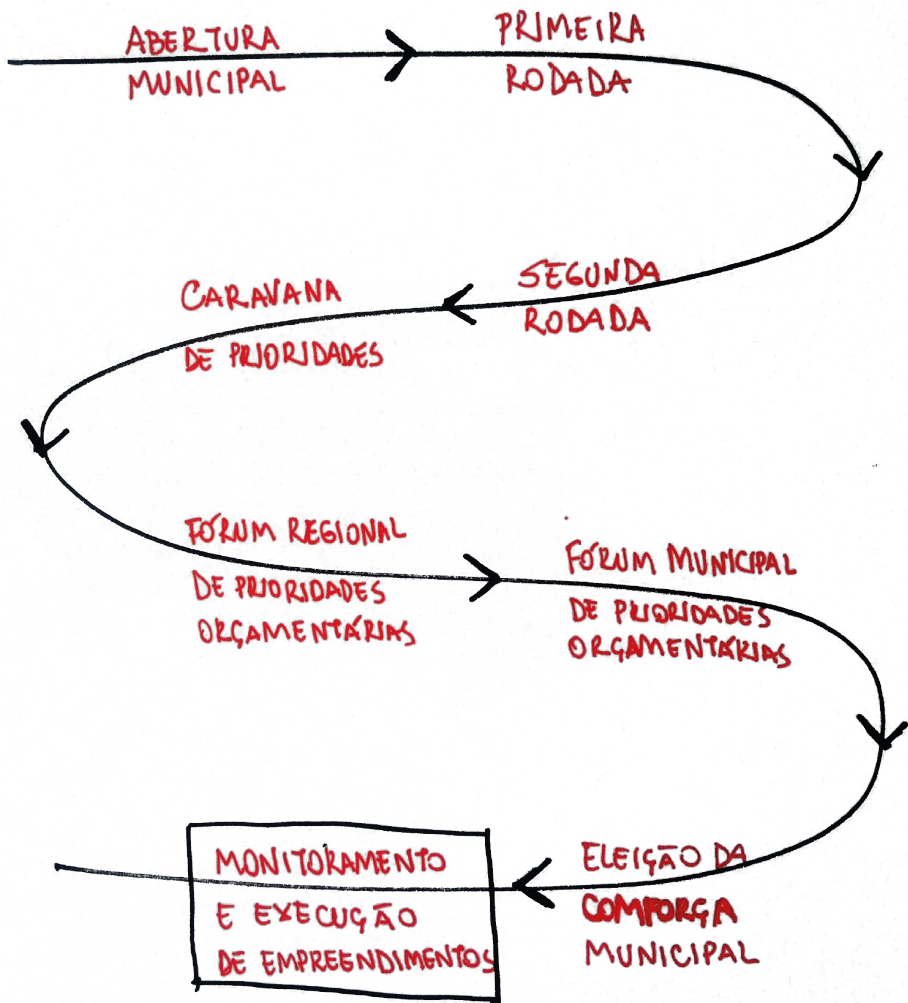
NA CAMINHADA DO OP A GENTE
CONSEGUIA PERCEBER AS CARÊNCIAS
DAS DIVERSAS COMUNIDADES NAS
CARAVANAS DAS PRIORIDADES.
VISITÁVAMOS AS PRIORIDADES IN LOCO.
VOCÊ ENTRAVA DENTRO DO ÔNIBUS,
FICAVA O DIA TODO ANDANDO. ERAM
OS DELEGADOS. A GENTE ELEGIA OS
DELEGADOS ATRAVÉS DO NÚMERO DE
PARTICIPANTES QUE CONSEGUISSSE POR
DENTRO DE UMA ASSEMBLÉIA. QUANTO
MAIS DELEGADOS, MAIS CHANCE DE TER
ÊXITO NA SUA CAMINHADA

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA
PELA PPL, 2019).

CARAVANA DE PRIORIDADES



ESQUEMA DAS
RODADAS DO
OP EM BH



Além da discussão e compreensão de questões que contemplam a cidade como um todo, nas Caravanas fica evidente o potencial educativo do OP por meio do exercício de cidadania e solidariedade com a priorização das obras de caráter mais urgente, mesmo que não seja a do território do delegado, como levantam Sérgio de Azevedo e Guia Virgínia (2001). Líderes comunitários e delegados da COMFORÇA da PPL relatam a importância desse momento durante o OP, tanto no conhecimento da cidade, das dificuldades das outras favelas e da abdicação de uma obra local em função da necessidade de outro local, quanto da própria integração entre as lideranças de outras comunidades e com a sociedade política.

Na quarta etapa do OP após a Caravana de Prioridades, ocorre o Fórum Municipal de Prioridades Orçamentárias onde os delegados elegem as obras que serão contempladas na rodada do OP. Essas intervenções eleitas são inclusas nos Planos de Obras Regionais. Nesse momento também ocorre a eleição dos membros da COMFORÇA municipal, o comprometimento do prefeito com a população para, em seguida, iniciar o acompanhamento das obras pelos delegados da COMFORÇA.

NA ÉPOCA DO PATRUS O QUE ACONTECIA: A COMUNIDADE, AS LIDERANÇAS ERAM CHAMADAS, ERAM RESPEITADAS, ERAM OUVIDAS. [...] VÁRIOS FÓRUMS FORAM CRIADOS NAQUELA ÉPOCA. [...] TINHA A COMFORÇA, QUE ERAM OS DELEGADOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, A COMISSÃO PARA ACOMPANHAR O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. [...] TINHA UMA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR O TRÂNSITO E TRANSPORTE, TINHA A COMISSÃO LOCAL DE SAÚDE, A COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, AS CONFERÊNCIAS, AS ASSEMBLEIAS, A CONFERÊNCIA DA CIDADE. CRIARAM NA ÉPOCA DO CÉLIO²¹ [O CRP], ERA COMO SE VOCÊ FOSSE UM MINI-VEREADOR. VOCÊ PODIA INDICAR OBRA PEQUENA [...]. FOI A PRIMEIRA COISA QUE ELES ACABARAM, PRINCIPALMENTE ALGUNS VEREADORES, PORQUE AQUILO ESTAVA TIRANDO O PODER DO VEREADOR. [...] ENTÃO, AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS ERAM OUVIDAS, ERAM RESPEITADAS. VOCÊ FAZIA UMA MOBILIZAÇÃO, ERA BACANA. HOJE EM DIA, SE VOCÊ FALA "SOU PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO"; DIFICILMENTE O SECRETÁRIO DA REGIONAL VAI QUERER TE RECEBER, A NÃO SER QUE VOCÊ TENHA ALGUMA LIGAÇÃO POLÍTICA FORTE. O VEREADOR NÃO VAI QUERER NUNCA ABRIR MÃO DESSE PRIVILÉGIO DE INDICAR UM ASFALTAMENTO UMA RUA, PARA DEPOIS DEIXAR A LIDERANÇA COMUNITÁRIA FAZER ISSO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019²²).

"NA EPOCA DO
PATRUS AS LIDERANAS
ERAM RESPEITADAS"



ONGs + Banco
Mundial + BID em BH
- Programa Alvorada

conquista do Con-
junto Habitacional
Araribá na PPL
(OP/94)

Tendo como referência a abordagem estrutural trazida pelo Programa Alvorada na Vila Senhor dos Passos em 1994, em 1997 ocorreu a criação do Plano Global Específico (PGE) para auxiliar a atuação do poder público nas intervenções por meio de um plano de urbanização com diversas etapas demandadas em cada aglomerado informal, seguindo estudos de uso e ocupação do solo, áreas de risco, histórico local, entre outros, e construído por técnicos da URBEL com o envolvimento dos moradores locais, “que participam na definição e ordem de prioridade das intervenções para melhorar o ambiente onde vivem” (PBH, 2020).

Segundo Bragança (2005), a participação popular no PGE ocorre da seguinte forma: ocorre uma assembleia geral no território na qual a população escolhe por indicação e representatividade de atuação local para formarem o Grupo de Referência (GR) que irá representar a comunidade no diálogo com os técnicos da PBH. Com o GR formado, são apresentados a esses representantes sociais os dados quantitativos, levantamentos e mapas do diagnóstico técnico sobre o local. Em seguida, são realizadas discussões temáticas entre os membros do GR e os representantes da URBEL, as quais se dividem em diferentes eixos que tratam de aspectos jurídico-legais, físico-ambientais e socioeconômico-organizativos. Após a realização de cada etapa do PGE pela PBH, essas propostas são apresenta-

das para o GR aprovar ou não para, finalmente, ser apresentada a toda comunidade uma síntese da proposta de Plano Global para o território.

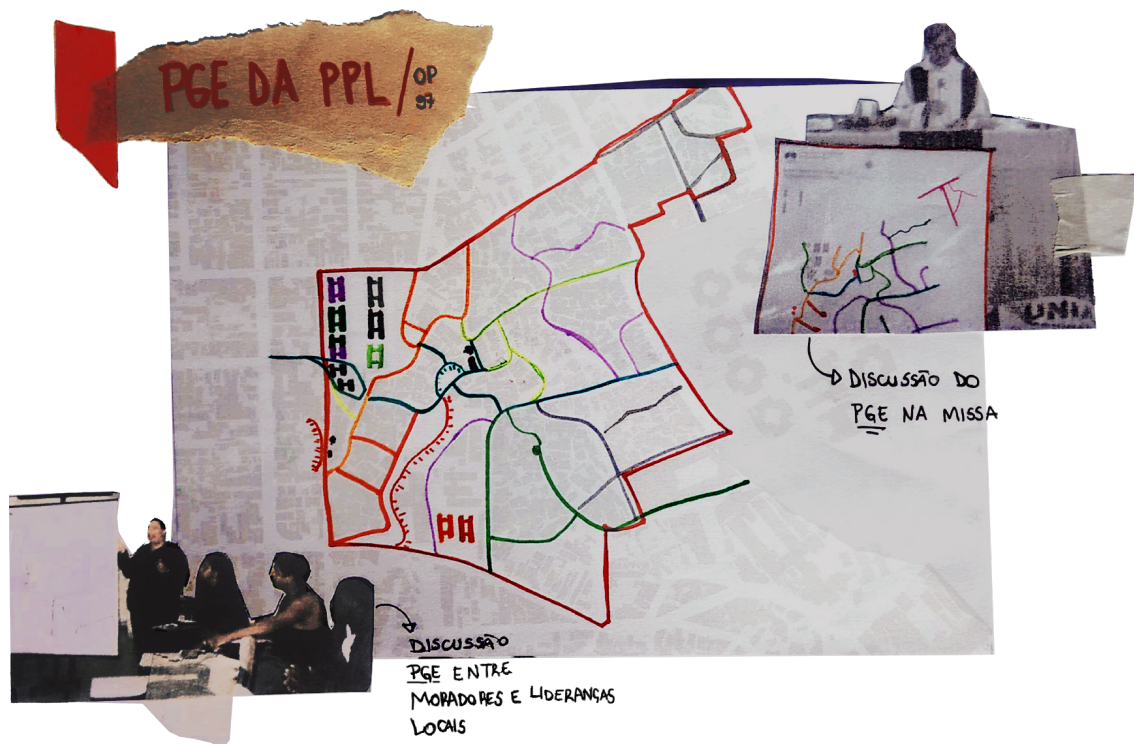
QUANDO O GR CHEGOU AQUI, A PRIMEIRA CASA QUE ELES FORAM FOI A MINHA. E EU FUI LEVANDO ELES NA CASA [DOS MORADORES] PARA FAZER O GR. DEPOIS, NA PRIMEIRA REUNIÃO QUE EU TIVE COM A MULHER - ELA SE CHAMAVA ALTA - LÁ NO CENTRO, FOI A PRIMEIRA TÉCNICA DA URBEL QUE VEIO. EU SENTEI COM ELA, FOI QUANDO ELA ME MOSTROU PLANO E ME DEU UMA VONTADE DE PEGAR UMA FACA E ME MATAR, PORQUE EU JÁ TINHA LEVADO NO MONTE DE CASA, EM BECO, EM TUDO. AÍ EU FALEI COM ELA: “MINHA FILHA, EU NÃO POSSO FAZER ISSO NÃO. ISSO AQUI VOCÊ ESTÁ QUERENDO QUE EU ENTREGUE A MINHA COMUNIDADE”. EU JÁ TINHA TRABALHADO 15 DIAS, COM COLETE E TUDO. E EU DISSE: “NEM O DINHEIRO QUE EU TRABALHEI EU QUERO”. RASGUEI O CONTRATO NA MESA E FUI EMBORA.

(VALÉRIA BORGES, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

governo FHC
1995-2002

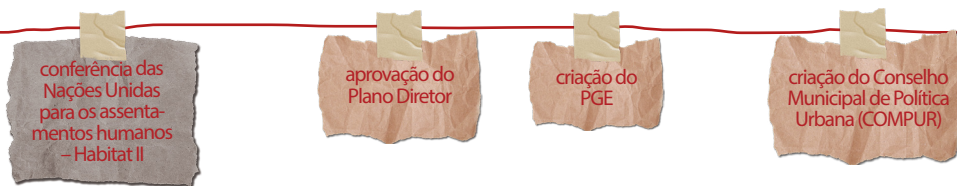
complexo viário da
lagoinha (grandes
obras para mudar a
cara da cidade)

conquista do
posto de saúde
na PPL (OP/95)



TEM UM MOMENTO NA MISSA QUE
CHAMA "A OFERTA". ENTÃO A GENTE
ENTRAVA, FAZIA UM RITUAL BACANA
[...] TODOS BATIAM PALMA

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA
PELA PPL, 2019).



Trazendo a conceituação de Avritzer (2008) sobre os desenhos institucionais de participação, no PGE a participação social pode ser relacionada ao desenho de “ratificação”, que, assim como ocorre no Plano Diretor Municipal, a comunidade apenas atua na aprovação ou não de uma proposta anteriormente desenvolvida sem a sua colaboração no processo ou nas decisões tomadas. Por mais que o PGE seja um instrumento vinculado ao OP, que tem um desenho “de baixo para cima” (AVRITZER, 2008) com caráter cidadão e democratizante por permitir o papel decisório pela população na aplicação do orçamento público, no Plano Global a participação popular, por meio do GR, é consultiva e não deliberativa e passível de cooptação. Há “uma tentativa de persuasão da população, por parte dos técnicos, de que o plano é bom e de que não serão possíveis outras medidas que não as nele contidas” (BRAGANÇA, 2005, p.137). Nesse sentido, como instrumento de intervenção estrutural e que se insere em um amplo processo de participação popular, esse processo quando conectado ao PGE se torna frágil e contraditório, levantando questionamentos e críticas sobre a efetividade das demandas sociais serem de fato contempladas em seu próprio território.

Em 1998, o Conselho Municipal de Habitação e o Fórum do OP instituíram a obrigatoriedade do PGE para a conquista de

obras urbanas e habitacionais em via OP nos territórios populares. Diante disso, as favelas precisavam se mobilizar tanto para a conquista do orçamento e para a elaboração do PGE quanto para, em seguida, continuar disputando o orçamento para obter os recursos necessários para a execução das obras dispostas no Plano. Segundo Bragança (2005), devido à obrigatoriedade do PGE, receberiam um ponto extra na votação as obras que estivessem relacionadas ao Plano Global e seria mais prováveis de serem contempladas. Esse formato, no entanto, torna o processo de urbanização muito mais longo e cansativo para os moradores, passando por diferentes gestões municipais - as quais conduzem seu governo conforme determinados interesses -, o que interfere na condução dos recursos do OP, no desenvolvimento dessa política e na condução das obras conquistadas anteriormente, como destaca Libânio (2016):

Apesar de seus avanços, a chamada intervenção estrutural foi atropelada por uma série de fatores que ainda merecem maior aprofundamento e análise. Entre estes se pode citar: falta de agilidade na implementação das ações, especialmente considerando que cada uma das obras precisava ser aprovada no orçamento participativo, em anos

criação do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR)

criação do Orçamento Participativo da Habitação (OPH)

sucessivos; pequena escala para atendimento ao grande número de favelas existentes na cidade; falta de recursos ou de vontade política das diversas administrações que se sucederam à frente da Prefeitura e da Urbel nesse período. Como resultado, pode-se perceber a fragmentação das intervenções, o descompasso entre o que foi previsto e o que foi realizado, o desvio progressivo das concepções originais dos PGEs e, em alguns casos, até mesmo a completa desconsideração das demandas da população residente em cada área trabalhada (LIBÂNIO, 2016, p.768-769)

Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 o OP foi sofrendo algumas modificações pela PBH. Em 1996, o OP foi dividido entre OP Regional (OPR) e Habitação (OPH), com a criação deste último no ano em questão devido à grande demanda por habitação nas plenárias do OP trazida pelas comunidades e pelo movimento sem-casa. O primeiro, o OP Regional, está ligado à promoção de obras de infraestrutura urbana e intervenções estruturais conectadas às regionais administrativas da cidade e o OP Habitação de BH, como seu nome já informa, destina orçamentos à produção de unidades habitacionais sob a co-

ordenação da URBEL. Esse novo formato, no entanto, fragmentou a pauta habitacional da urbana, separou temas que são indissociáveis na produção espacial que atenda o direito à cidade e seus recursos urbanos e de certa forma vai na contramão da abordagem estrutural em vilas e favelas proposta com a implementação e obrigatoriedade do PGE (BRAGANÇA, 2005).

Nesse período também ocorreram modificações na frequência das rodadas do OP de BH, que deixou de ser anual para ser bianual a partir de 1999. Ainda, como medida de redirecionar com equidade os recursos, na rodada do OP de 2001-2002 foi introduzido o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) com a divisão da cidade em 80 Unidades de Planejamentos (UPs). O IQVU é um parâmetro urbano que se baseia em variáveis que quantificam os bens e serviços urbanos, públicos ou privados, por meio de variáveis como: abastecimento alimentar, assistência social, cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura urbana, meio ambiente, saúde, segurança urbana e serviços urbanos (SÁ, 2021, p.99). Junto do IQVU e das UPs, o PGE também se insere como uma ferramenta de diagnóstico do local em que serão realizadas as intervenções pelo poder público e, mais atual, o georreferenciamento dos empreendimentos do OP nas vilas e favelas belo-horizontinas.

normas para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município - lei nº 7166, favelas entram no mapa como ZEIS

As UPs têm o objetivo de fragmentar as regionais e de aplicar os recursos e serviços públicos de forma mais estratégica nos territórios e em 2011 foram reagrupadas em Territórios de Gestão Compartilhada (TGCs), que se dividem em 40 no total e têm o mesmo caráter estratégico para a distribuição dos recursos dos OPs.

Outra mudança no cenário do OP belo-horizontino foi a criação do Orçamento Participativo Digital (OPD) em 2006, com o objetivo de ampliar a participação popular e incluir grupos com pouca presença nas rodadas orçamentárias, como os jovens e a classe média. O OPD teve sua última edição em 2013 e a participação popular ocorria de forma distinta e, no sentido do conceito de participação (AVRITZER, 2008), reduzida se comparada ao potencial democratizador dessa política. Isso porque a população não decidia anteriormente quais seriam as intervenções a serem votadas, como no OPR ou no OP, mas sim votava em obras pré-definidas pela PBH. Ainda, o perfil das obras e dos participantes no OPD era bastante distinto do OPR (SÁ, 2021).

Retornando ao território da PPL, durante as primeiras décadas do OP em Belo Horizonte a presença da comunidade nas assembleias municipais e regionais era em um número considerável de moradores e representantes da COMFORÇA. O trabalho de base realizado pela Igreja Católica, com as

irmãs e os Padres Ivo e Chico, e pelas lideranças e associações comunitárias, foi essencial para a criação da consciência política entre os moradores. A percepção sobre a importância da mobilização popular para a luta e conquistas de direitos para a favela, permitiu que os moradores estivessem mais preparados e organizados para a demanda popular que viria com o Orçamento Participativo, colocando a PPL à frente das conquistas nas políticas públicas para vilas e favelas na cidade.

A GENTE TINHA QUE EXPLICAR O QUE QUE ESTAVA ACONTECENDO. A COISA ERA TÃO DINÂMICA... ISSO NOS ANOS 1990. AS ORGANIZAÇÕES, NÓS NOS REUNÍAMOS PARA DISCUTIR OS PASSOS, COMO QUE A GENTE IRIA FAZER PARA IR PARA A ASSEMBLÉIA [REGIONAL].

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

A percepção sobre a importância da mobilização popular para a luta e conquistas de direitos para a favela, permitiu que os moradores estivessem mais preparados e organizados para a demanda popular que viria com o Orçamento Participativo, colocando a PPL à frente das conquistas nas políticas públicas para vilas e favelas na cidade.

PPL entra no
mapa de BH
como ZEIS-1

conquista da
escola
profissionalizante
da PPL(OP/96)

PPL



LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS ATIVAS NO OP

VÁRIOS PROJETOS ENCONTRAM-SE EM ANDAMENTO NA NOSSA COMUNIDADE COMO: O PLANO GLOBAL, COMISSÃO LOCAL DE SAÚDE, O JORNAL, VÁRIOS CURSOS, ESPORTES E LAZER E A FUTURA IMPLANTAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA PEDREIRA. SÓ QUE EXISTE MUITO TRABALHO PARA POUCAS PESSOAS. SE VOCÊ TEM UM TEMPINHO E ACREDITA NA FORÇA DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO, VENHA CAMINHAR CONOSCO. VOCÊ VERÁ COMO É GRATIFICANTE

(JORNAL FALA PEDREIRA, P. 02, EDIÇÃO Nº 19, MAIO DE 1998, APUD. PASSOS, 2019, P.121-122).

Trazer como vanguardista o caso da PPL nas políticas públicas urbanas de BH se refere, então, a esse caráter participativo da comunidade frente às demandas sociais junto ao poder público. A tradição associativa da comunidade se consolidou durante o OP com o surgimento de novas lideranças e enjoamento social e político dos moradores. Durante as primeiras etapas do OP com as Assembleias Regionais, as lideranças locais mobilizavam a comunidade intensamente com trabalhos de base e com isso conseguiam levar um número elevado de moradores às rodadas o que colaborou para que a PPL conseguisse eleger um número considerável de delegados da COMFORÇA nas diferentes rodadas e, conseqüentemente, conquistar diversas obras pra favela.

NO COMEÇO, AS PLENÁRIAS ERAM DEVAGAR, COM MENOS PESSOAS. MAS ACONTECEU UMA COISA INTERESSANTE. EM 94 VEM A IGREJA CATÓLICA COM A CAMPANHA DA FRATERNIDADE. O MOTE DA CAMPANHA ERA "ONDE MORA O SEU IRMÃO?". AÍ, VEIO A IGREJA CATÓLICA E JOGOU PESADO NISSO: PARTICIPAR DE OP PARA CONSEGUIR HABITAÇÃO. OS MOVIMENTOS POR MORADIAS ESTAVAM PIOCANDO NA PPL. O NOSSO PRIMEIRO PEDIDO FOI A [...] CONSTRUÇÃO DE MORADIAS DO RESIDENCIAL ARARIBÁ. FOI A PRIMEIRA CONQUISTA NOSSA. NOSSOS IRMÃOS ESTAVAM DEBAIXO DA ANTIGA CAIXA D'ÁGUA, MORANDO LÁ - MAIS OU MENOS 16 FAMÍLIAS. ERA UM BANHEIRO PARA 16 FAMÍLIAS. AÍ BATEU PESADO A QUESTÃO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE "ONDE MORA SEU IRMÃO?". TINHA UM PADRE QUE FALAVA: "O SEU IRMÃO TÁ MORANDO AQUI, DEBAIXO DE UMA CAIXA D'ÁGUA!" VEIO MOBILIZAÇÃO, VEIO A PARTICIPAÇÃO, DENTRO DAS PLENÁRIAS DE OP, A ORGANIZAÇÃO. E MAIS, NO COMEÇO ESSA PARTICIPAÇÃO ERA TÍMIDA, MAS ELAS FORAM ENGROSSANDO. PORQUE O OP, NO COMEÇO, ERA ANUAL, TODO ANO VOCÊ IA LÁ E CONSEGUIA ALGUMA COISA. NA MEDIDA QUE AS OBRAS IAM SENDO FEITAS, IAM TRANSFORMANDO A REALIDADE DENTRO DAS COMUNIDADES E AS PESSOAS IAM ADERINDO CADA VEZ MAIS

(ROBSON DA COSTA MEIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

OP NA PPL:
LOCALIZAÇÃO DAS
OBRAS CONQUISTADAS



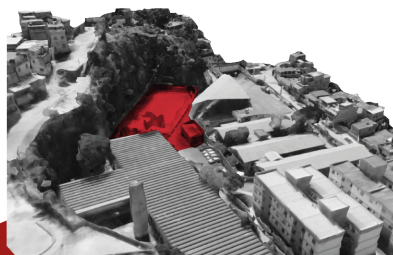
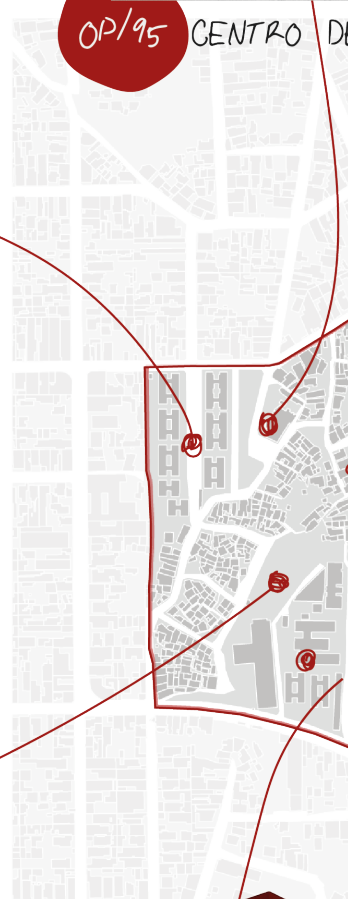
OP/9
(PGE)

CONJ. HABITACIONAL
VILA VNA



OP/95

CENTRO D



OP/03104

REVITALIZAÇÃO CAMPINHO
(NÃO EXECUTADO)



OP/97
(PGE)

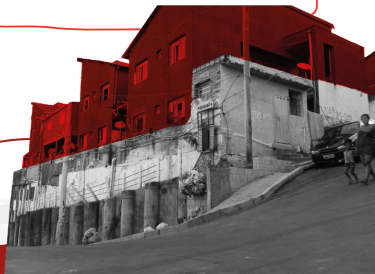
CONJ. HABITACIONAL
VILA VNA

A PEDREIRA PRADO LOPES É A PRIMEIRA EM TUDO! PRIMEIRA EM PGE E EM OBRAS HABITACIONAIS E DE URBANIZAÇÃO EM FAVELAS

(VALÉRIA BORGES, DURANTE O WORKSHOP SOBRE O OP NA PPL, 2019).



E SAÚDE



OP/94

CONJ. HABITACIONAL ARARIBA'



OP/97
(PGE)

OBRAS DE URBANIZAÇÃO



OP/96

ESCOLA
PROFISSIONALIZANTE



ACIONAL

conquista PGE
na PPL
(OP/97)

A noção das lideranças da PPL em relação à necessidade de intervenções estruturais que executassem obras tanto habitacionais como de abastecimento de água, energia elétrica, construção de equipamentos urbanos, entre outros, para o alcance da qualidade de vida digna na favela, facilitou o processo da reivindicação pelo PGE e sua conquista pioneira.

A PARTIR DAS NOSSAS MOBILIZAÇÕES, SE PERCEBEU QUE NÃO ADIANTAVA FICAR PEDINDO PARA REMENDAR OS BECOS. PRECISAVA DE UM TRATAMENTO MAIS AMPLO.

A PARTIR DAÍ, O PGE, O PLANO GLOBAL ESPECÍFICO, QUE FOI O PRIMEIRO DE BELO HORIZONTE, E A PARTIR DAÍ NORTEOU TODAS AS DEMANDAS DENTRO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

Conforme Susan Oliveira e Anderson Chagas (2020), além de ser a favela a receber o primeiro PGE no OP de 1997, a PPL também conquistou, como visto anteriormente, o primeiro conjunto habitacional em vilas e favelas, o Conjunto Araribá na primeira edição do OP em 1994, o centro de saúde no OP de 1995, a primeira escola profissionalizante em

vilas e favelas de BH no OP de 1996, e nos OPs de 1988, 1999/2000, 2001/2002 e 2003/2004 a comunidade foi contemplada com orçamentos para a execução das obras dispostas no PGE contendo praças comunitárias, conjuntos habitacionais, obras de urbanização com abertura e alargamento de vias, iluminação, saneamento básico, entre outros.

NOSSA PRIMEIRA CONQUISTA FOI O RESIDENCIAL ARARIBÁ. MUITA LUTA, MUITA DISPUTA, MAS MUITA FRATERNIDADE. UM PROCESSO MUITO BACANA, MUITO ILUMINADO. [...] ARARIBÁ FOI O PRIMEIRO. DEPOIS O CENTRO DE SAÚDE, DEPOIS A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. [...] O CENTRO DE SAÚDE FOI UMA CONQUISTA FORA DE SÉRIE. O CENTRO DE SAÚDE QUE ERA AQUI NA [RUA] CARMO [DO RIO CLARO] ERA DE 12 METROS QUADRADOS. A SALA DE CURATIVO ERA FEITA DENTRO DO BANHEIRO...

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

A disputa das obras exigia a mobilização da comunidade, logística, estratégia e intenso trabalho das lideranças. Quanto mais moradores da PPL presentes nas Assembleias Regionais da Noroeste, mais delegados a população da favela conseguia eleger e,

1998

obrigatoriedade do PGE para aprovação de intervenções em favelas no OP

conquista recursos PGE (OP/98)

inauguração Conjunto Araribá

consequentemente, maior era a possibilidade da Pedreira ser contemplada na rodada do OP em questão.

A GENTE SÓ PODIA ENTRAR COM UMA OBRA POR COMUNIDADE. QUAL ERA A ESTRATÉGIA? A GENTE ENTRAVA COM OBRA DA PPL, OBRA DO SÃO CRISTÓVÃO, DO SANTO ANDRÉ... MAS ERAM TODAS NOSSAS. O PESSOAL DA PREFEITURA, QUE ERA OUTRO GRUPO POLÍTICO, FAZIAM AQUELAS FILAS IMENSAS. ELAS DIRECIONAVAM O NOSSO PESSOAL PARA OUTRA FILA QUE NÃO TINHA NADA A VER. E VOCÊ TINHA O NÚMERO DE DELEGADOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE PESSOAS QUE VOCÊ LEVAVA [PARA A ASSEMBLEIA], ENTÃO SE O SEU POVO ENTRAVA NA FILA ERRADA, VOCÊ ESTAVA PERDENDO. A GENTE [DIZIA]: "É AQUI NESTA FILA". A GENTE NÃO GANHAVA TODAS [AS RODADAS]. E O PESSOAL DA PREFEITURA SACANEAVA A GENTE. NÃO ERAM TODOS. TINHA GENTE NOSSA LÁ TAMBÉM. MAS TINHA GENTE QUE NÃO ERA NOSSA. NA VERDADE NÓS APRENDEMOS, APRENDEMOS A FAZER, TIVEMOS ESTRATÉGIA

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

O jogo político, permeado por forças e interesses, também se reproduzia nas Assembleias Regionais com a disputa de votos nas obras de cada território. Como narram os líderes da PPL, nessa etapa do OP acontecia a tentativa de cooptação dos moradores para se cadastrarem como moradores de outra comunidade, o que, se cadastrados, significaria que essa comunidade em questão teria chance de eleger mais delegados, por ter levado um número alto de representantes locais.

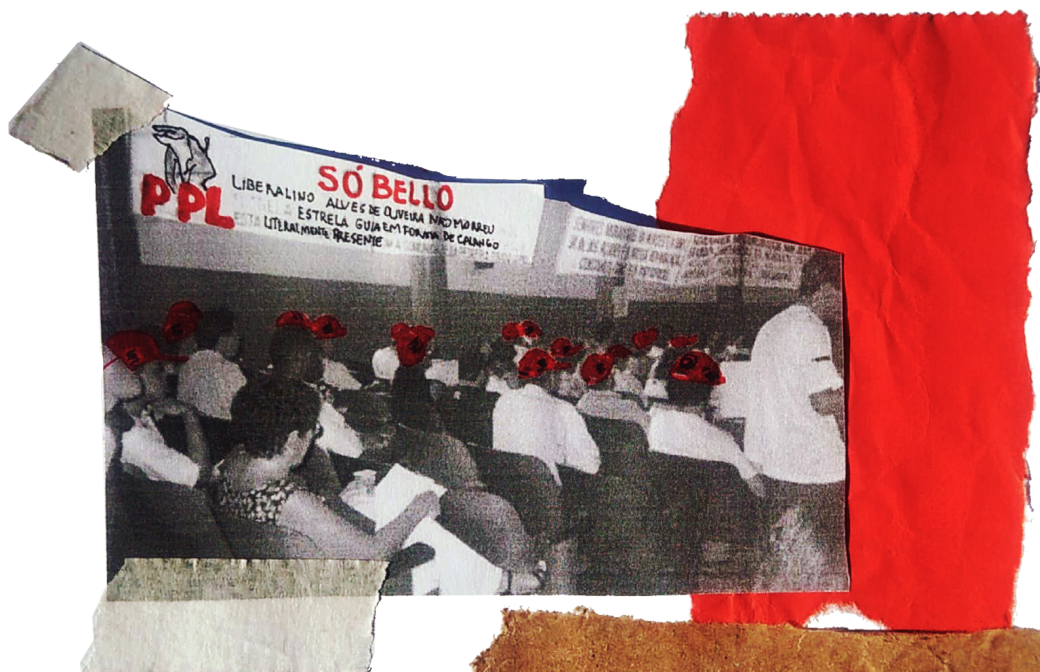
Buscando evitar essa tentativa de cooptação e fortalecer a identidade da PPL no OP, os líderes da comunidade então criaram um mascote para representar a favela: o Calango. Esse animal, que vive nas pedras e resiste para viver era usado nos panfletos distribuídos no território para a população convidando para participar das rodadas do OP, nas matérias do jornal local Fala Pedreira, nas faixas levadas às Assembleias e também no boné criado pela comunidade para utilizar ao longo da rodada do OP. O boné vermelho foi uma estratégia utilizada pelas lideranças para facilitar a identificação dos moradores da PPL e delegados da COMFORÇA representantes da favela presentes nas Assembleias e nas demais rodadas do OP.

OP se torna
bianual

abertura casa de
cultura Liberalino
Alves na PPL

ESSE BONÉ ERA O SEGUINTE, EM PRIMEIRO LUGAR, ERA A GENTE ASSUMINDO NOSSA IDENTIDADE ENQUANTO MORADOR DA PEDREIRA PRADO LOPES. NÓS ASSOCIAMOS A NOSSA IDENTIDADE AO CALANGO. O CALANGO É UM DINOSSAURO EM MINIATURA, ESSA CAMARADA ESTÁ AQUI NA FACE DA TERRA A MILHÕES DE ANOS, ELE É SOBREVIVENTE! TEM OUTRA COISA, POUCA GENTE SABE DISSO, UM DOS POUCOS PREDADORES NATURAIS DO ESCORPIÃO É O CALANGO. E TEM OUTRA COISA, ELE NÃO LARGA O BURACO DELE, A TOCA, DE MANEIRA NENHUMA NÃO, PODE CHOVER, PODE FAZER SOL, PODE ACONTECER O QUE FOR, ELE ESTÁ ALI NA PEDRA. É O NOSSO CASO. E O BONÉ ERA PPL, COM O CALANGO. O CALANGO, NOSSO PRIMEIRO [DESENHO] ERA DEITADO, NO SEGUNDO ELE ESTAVA AGACHADO, E A GENTE FALAVA: "QUANDO ESSE CALANGO LEVANTAR, NINGUÉM MAIS VAI SEGURAR". E O BONÉ VERMELHO TAMBÉM ERA UMA ESTRATÉGIA DE DEFINIR QUEM ERAM OS NOSSOS DELEGADOS. NÓS FOMOS OS PRIMEIROS A CRIAR ESSE TIPO DE COISA, DE SE IDENTIFICAR, MAS AS OUTRAS A COMUNIDADE APRENDERAM CONOSCO, AÍ ELES USAVAM LACINHO...

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).



ASSEMBLEIA DO OP/BH

ascensão de
governos
progressistas na
américa latina

origem do MTD

Após conquistado no OP de 1997, o PGE da PPL foi elaborado por técnicos da PBH e contou com a participação das lideranças locais. Como visto anteriormente, se comparado a outros desenhos participativos como o OP (AVRITZER, 2008), o caráter da participação democrática e decisória no PGE é reduzido. No entanto, as margens participativas possibilitadas nesse processo foram ocupadas na PPL. O GR local, presente nas discussões junto à PBH e à comunidade, era formado por moradores e lideranças locais que foram eleitos pela comunidade durante a assembleia geral realizada na favela. Na PPL, esse grupo era composto por líderes comunitários, que também eram delegados da COMFORÇA, bastante ativos no OP.

LIBERALINO ALVES DE OLIVEIRA, SEU BELO. [...] A HORA DELE ERA ESSA HORA AQUI, QUANDO ELE PEGAVA O MICROFONE ACABOU, ERA SÓ ELE. ELE DEFENDEU NOSSA OBRA DE MANEIRA ESPETACULAR. NÓS TIVEMOS A MAIORIA DOS VOTOS NESSE DIA COM A DEFESA DESSE MOÇO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

As discussões em relação ao PGE junto com a comunidade ocorriam na escola da região e também na igreja, durante a missa, fato que evidencia o compromisso da Igreja Católica naquele momento com as pautas populares e sociais das vilas e favelas. Na PPL essas missas eram conduzidas por Padre Chico que, como já comentado, teve uma importante atuação na favela durante o OP com o trabalho de base e a luta junto com os por melhores condições de vida na PPL.

É importante ressaltar que a conquista da urbanização na PPL não pode ser romantizada e também possui suas controvérsias e complexidades. Esse processo não foi e não é linear. Existem disputas nas práticas e discursos que envolvem as obras e sua execução, seja pela demora na finalização das intervenções iniciadas ainda na década de 1990 que permanecem no local, pela forma como foram executados os reassentamentos, ou ainda pela forma como ocorreu a participação da comunidade no desenvolvimento das obras.

O elevado número de reassentamentos necessários para a urbanização nas áreas bastante adensadas ocasionou em uma espera de mais de oito anos para o início das intervenções na PPL dispostas no PGE, conforme abordam Flávia Mello e Geraldo Costa (2016). Os mesmos autores destacam

projeto 4
estações
(hipercentro)

lei municipal 8137/2000
- consolida a proposta
de implementação do
PGE em ZEIS

criação Associação Re-
creativa e Cultural dos
Amigos da Pedreira
(ARCA)

que até 2008 a Pedreira era a favela que possuía mais recursos aprovados no OP e não aplicados.

NA VERDADE O PGE, ESSE PLANO GLOBAL ESPECÍFICO, ESSE NOMÃO, O OBJETIVO DELE NÃO ERA CONSTRUIR PREDINHOS. O OBJETIVO DELE ERA TIRAR A GENTE DAQUI E MANDAR A GENTE PARA O MAIS LONGE POSSÍVEL, PORQUE A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA AQUI É GRITANTE E UMA ÁREA DESSA AQUI QUEM NÃO QUER, COM UMA VISTA MARAVILHOSA... ENTÃO QUANDO ELES [PBH] CHEGARAM AQUI, A INTENÇÃO ERA ABRIR RUAS [...] ELES FORAM NAS CASAS DAS LIDERANÇAS - INCLUSIVE EU - E COMEÇARAM. [...] ENTÃO O PGE NÃO É PARA RESOLVER O PROBLEMA DA COMUNIDADE, É PRA RESOLVER O PROBLEMA DA CIDADE. PORQUE SE VOCÊ TEM UMA FAVELA NO CENTRO DA CIDADE DESSE JEITO, É UM PROBLEMA PARA A CIDADE, É UM PROBLEMA PARA O PREFEITO. ENTÃO, EU VEJO QUE O PGE E ESSE PROGRAMA DO VILA VIVA É UMA HIGIENIZAÇÃO DA CIDADE, É LIMPAR A MERDA QUE ELES FIZERAM DESDE O SÉCULO PASSADO. EU ACHO QUE HÁ UM PROGRAMA MUITO PERVERSO ATRÁS DISSO...

(VALÉRIA BORGES, DOCUMENTÁRIO, 2019).

Como visto, a bienalidade do OP a partir de 1999 tornou ainda mais lento o processo da conquista orçamentária para a execução das etapas propostas no Plano Global. Com o passar dos anos e mudanças de gestões, a porcentagem de 5% do orçamento municipal destinado ao OP durante a gestão Patrus sofreu alterações e foi sendo reduzida. Segundo os dados trazidos por De Azevedo e Guia (2001), em 1995 os recursos destinados ao OP foram de 3,9 % da receita municipal, em 1997 foram 2,2% e em 1998 a porcentagem foi equivalente a 2,3%.

Tendo em vista essa situação, para alcançar o orçamento necessário para a execução e conclusão das 11 etapas presentes no PGE da PPL, segundo lideranças locais, seria necessário a comunidade disputar mais de 100 rodadas do OP, além das já conquistadas, e ser contemplada em todas elas. Nesse sentido, a criação do PVV em 2008 durante a gestão Pimentel (2001-2008) foi fundamental para a continuidade das obras no território.

ERA UMA LUTA, PORQUE NÓS TÍNHAMOS QUE IR DE DOIS EM DOIS ANOS PARA DISPUTAR O OP, DISPUTAR MIGALHAS NO OP PARA ESTAR COLOCANDO RECURSO PARA CONCLUIR PARTE DA OBRA. A PRIMEIRA CONQUISTA NOSSA FOI O PROJETO DO PGE, QUE CONSEGUIMOS RECURSO, E FOI EXECUTADO O PROJETO. E PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS, QUE LUTA! E GRAÇAS A DEUS EU ME LEMBRO... O PREFEITO ERA O FERNANDO PIMENTEL, VEIO O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC), DO GOVERNO FEDERAL, NA ÉPOCA ERA O LULA E FOI LIBERADO O RECURSO QUE INCORPOROU O PGE DENTRO DO VILA VIVA. EU ME LEMBRO QUE ATÉ CHOREI NA PREFEITURA QUANDO EU VI A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DA PREFEITURA E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL LIBERANDO 34 MILHÕES PARA FINALIZAR O NOSSO PGE, MOTIVO DE ALEGRIA PARA TODOS, SAÍ DE LÁ ALEGRE. E VIERAM AS OBRAS. NESSE PERÍODO DE OBRAS PASSARAM TRÊS EMPREITEIRAS AQUI NA PEDREIRA, GENTE, TRÊS EMPREITEIRAS: UMA DEU PROBLEMA, SAIU, ENTROU OUTRA. DENTRO DESSES 34 MILHÕES FORAM COLOCADOS MAIS DOIS ADITIVOS MILIONÁRIOS NESSA OBRA E MUITAS COISAS AQUI FORAM FEITAS A TOQUE DE CAIXA

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

regulamentação
do Estatuto da
Cidade

início gestão
Pimentel
(2001-2009)

AS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO FEDERAL PETISTA

Após o período das prefeituras democráticas, as políticas sociais voltadas à habitação e planejamento urbano ganharam um novo fôlego com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) e Dilma Rousseff (2011- 2016). Essas gestões, principalmente as de Lula, buscaram articular as demandas sociais com o arcabouço legal e institucional já existente no planejamento urbano brasileiros - como o Estatuto da Cidade e seus instrumentos, e a própria Constituição Federal -, e também com a criação de novas regulamentações e instâncias participativas no sentido de um desenvolvimento urbano integrado e inclusivo, com as políticas setoriais de mobilidade, habitação e saneamento. Sobre isso, Maricato em Maringoni e Medeiros (2017) aborda:

1988 - Artigos 182 e 183 da Constituição Federal; 2000 - Emenda Constitucional n. 29 assegura direito

à moradia; 2001 - Estatuto da Cidade Lei Federal n. 10.257/01; 2003 - Criação do Ministério das Cidades; 2003, 2004, 2005, 2007, 2010, 2013, 2016 - Conferências Nacional das Cidades; 2004 - Conselho Nacional das Cidades; 2005 - Lei Federal de Consórcios Públicos n. 11.107/05; 2005 - Lei Federal do Fundo Nacional de Habitação Social n.11.124/05; 2007 - Lei Federal do Saneamento Básico n. 11.445/07; 2007 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); 2009 - Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e PAC 2; 2011 - PMCMV 2; 2011 - Lei Federal dos Resíduos Sólidos n.12.305/10; 2012 - Lei Federal da Mobilidade Urbana n. 12.587/12; 2015 - Estatuto da Metrópole n. 13.089/15 (MARICATO in MARINGONI; MEDEIROS, 2017, p.151).

A criação do Ministério das Cidades (MARICATO, 2017), em 2003, foi um importante passo nesse sentido, interrompido pelo golpe¹²³ sofrido pela ex-presidenta Dilma e pelo desmonte das políticas democráticas e sociais atreladas aos interesses neoliberais desde 2016, intensificado pelo atual governo Jair Bolsonaro (2019 - atual). Segundo Tonella (2013), a ideia principal do Ministério era de

2002

reforma
administrativa
na PBH

II Conferência
Municipal de
Políticas Urbanas -
COMPUR

introdução
do IQVU junto
ao OP

programa
Habitar Brasil
(VSP)

conquista
recursos PGE
(OP/01-02)

implantar nacionalmente os instrumentos do Estatuto da Cidade por meio de políticas e planos de urbanização, via Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU). Dentro desse projeto desenvolvimentista ocorreu a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV), os quais aplicaram imensos recursos em obras de infraestrutura urbana e habitação popular também como forma de enfrentamento à crise econômica mundial de 2008, garantindo a menor taxa de desemprego via “subsídios para habitação social; retomada no investimento de habitação e saneamento, incentivos à indústria automobilística (desonerações fiscais) e à construção civil” (MARICATO, 2015b, p.18).

Segundo Maringoni e Medeiros (2017), as obras do PAC foram estruturadas em três eixos, entre eles a infraestrutura social e urbana. Esse aspecto foi fundamental no propósito de reverter a lógica da exclusão social urbana no país. Grandes investimentos de infraestrutura foram aplicados em territórios de baixa renda, contribuindo com o saneamento básico e a urbanização de favelas, por exemplo. Para dar suporte a essa atuação, as legislações referentes à infraestrutura urbana aumentaram, foram criadas as leis federais de resíduo dos sólidos, de saneamento básico e de mobilidade. E a participação da sociedade civil no planejamento urbano foi estimulada com o Conselho

das Cidades e demais conselhos de políticas de diversas escalas - local, regional, nacional -, e com as Conferências Nacional das Cidades.

No caso da Pedreira Prado Lopes, sua urbanização contou com recursos advindos do PAC II¹²⁴ aprovados em 2007, e aplicados pelo Programa Vila Viva, com intervenções urbanas, habitacionais, jurídicas e sociais executadas pela URBEL e SUDECAP. O investimento¹²⁵ federal vindo com o PAC foi destinado para dar continuidade às obras de urbanização conquistadas pela PPL nos OPs até 2004, e as obras realizadas pelo Programa Vila Viva seguiram as etapas dispostas no Plano Global Específico (PGE), o plano urbanístico para a favela conquistado via Orçamento Participativo.

Segundo os próprios moradores da favela, para a PPL conquistar todo orçamento necessário para a execução das obras urbanas dispostas no PGE, seria necessário ainda muitos e muitos anos disputando o OP e sendo contemplada. Graças ao plano de urbanização disposto no PGE e conquistado pelos moradores, foi possível a implementação dos recursos do PAC na Pedreira, uma vez que esse orçamento federal seria destinado apenas para as favelas que já tivessem um plano de intervenção estruturado, viabilizando a finalização e execução das obras urbanas na favela.

Os subsídios vindos com o PAC e o MCMV para a produção de habitação social e infraestrutura em Belo Horizonte e no país,

início gov. Lula
(2003-2011)

Conselho Nacio-
nal das Cidades

criação do Minis-
tério das Cidades

programa de reabilitação
de áreas urbanas centrais
(Ministério das Cidades)

Vila Viva

O Programa Vila Viva, segundo a PBH é: “uma intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico. São obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, além de implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. O eixo social engloba ações de desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental e criação de alternativas de geração de trabalho e renda. Já o eixo jurídico só pode ser implementado após o término da urbanização do local, para que a área possa ser legalizada e emitidas as escrituras dos lotes aos ocupantes. A origem do programa está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE), que é o instrumento de planejamento que norteia as ações a serem realizadas.” Informações retiradas do blog da PBH, disponíveis em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>>. Acesso em abril de 2021.

país que vive permeado pela concentração de terra, poder e manutenção da desigualdade socioespacial (FERREIRA, 2005; MARICATO, 2000). Apesar das intenções do governo federal terem sido positivas, os programas em questão articularam as demandas entre o Estado e o do capital, favorecendo setores do mercado imobiliário e empreiteiras, que são historicamente ligados à burguesia nacional, como revelam Lessa e Dain (1998).

AQUI É CONSEQUÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, FOI O PAC 2 DA DILMA, QUE ACONTECEU NA PEDREIRA JUSTAMENTE PORQUE A GENTE JÁ TINHA AS OBRAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E TINHA O PLANO GLOBAL ESPECÍFICO. ENTÃO ISSO AQUI FOI CONSEQUÊNCIA DA LUTA LÁ ATRÁS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, FOI A FASE FINAL DA URBANIZAÇÃO AQUI

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019¹²⁶).

possibilitaram a inclusão de parte da população de baixa renda na cidade formal. No entanto, a vida real da política é permeada por contradições e interesses que a atravessam e quando ela se relaciona à terra no Brasil, as raízes das disputas são muito profundas de um

Segundo Maricato (2015a), a flexibilização do arcabouço legal de regulamentação do uso solo disposto no Estatuto da Cidade, o apoio das gestões municipais a iniciativas ilegais e o precário controle estatal perante à terra acarretaram em um “boom” imobiliário no país entre o período de 2008 e 2015.



código de
posturas
(revisão)

lei nº 14.868 e lei
14.869 - lei das PPPs - no
governo de Fernando
Pimentel (BH) e Aécio
Neves (MG)

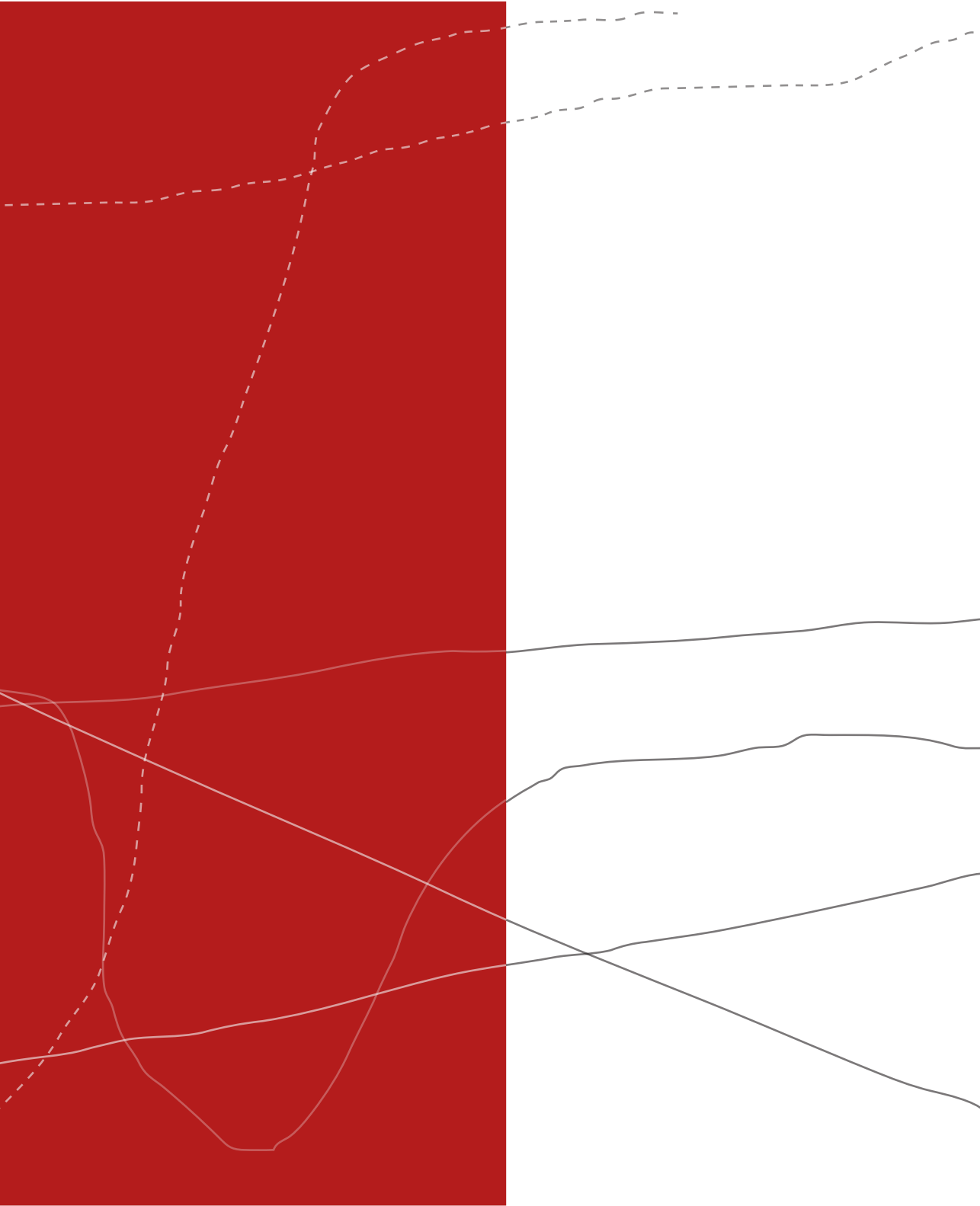
alargamento
das ruas da
PPL

A produção de moradia e infraestrutura por meio desses programas federais aqueceram o mercado da construção civil e o imobiliário, verticalizaram as cidades e elevaram o preço da terra e dos imóveis nas cidades urbanas do país, o que dificultou o acesso à habitação e, principalmente, o acesso à cidade com transporte, cultura, lazer, saneamento, trabalho, educação e saúde.

Apesar das leis e planos conquistados pela histórica luta pela Reforma Urbana e que procuram regulamentar a produção espacial das cidades brasileiras, o direito à cidade permaneceu em parte no discurso e não contemplou a todos os brasileiros. Durante a implantação do PAC e do MCMV, grande parte das Prefeituras e Câmaras Municipais ignoraram o arcabouço legal existente e colocaram o “modo petista de governar”¹²⁷ apenas na memória de um período em que a democracia e participação popular alcançou novas práticas (MARICATO, 2015a). Tão cara à sociedade brasileira e às lutas da década de 1980, as conquistas sobre a função social da propriedade e da cidade permanecem nos discursos e papéis, e não são aplicadas. Enquanto em nosso país os interesses privados se sobressaíram aos coletivos e populares, as políticas, mesmo que progressistas, continuarão sendo permeadas de interesses que fazem a manutenção do solo urbano como mercadoria e inacessível a grande parte da população¹²⁸.

8.

URBANIZAÇÃO DA **PPL**,
SEUS **DESDOBRAMENTOS** E A
REDUÇÃO DA **PARTICIPAÇÃO**
POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA



8.

URBANIZAÇÃO DA PPL: DESDOBRAMENTOS E A REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA

Tendo como base o Método Cartográfico Indisciplinar, a voz dos moradores evidencia que o OP e a urbanização da favela não foi linear, mas curvo, sinuoso, permeado por controvérsias e percepções distintas sobre as intervenções realizadas no território. Alguns dos pontos que expõem fragilidades e divergências nesse sentido são: a forma como foram realizadas as remoções, os reassentamentos, a distribuição das novas unidades habitacionais e os desdobramentos da urbanização, com a cooptação de lideranças, associações comunitárias do território e de coordenadores da regional Noroeste. E com objetivo de trazer opiniões distintas em relação a um mesmo evento ocorrido na história e no território da PPL relacionado ao tema cartografado, neste capítulo, além das narrativas com as vozes dos moradores são permeadas

1ª etapa da
duplicação da
Av. Antônio
Carlos + BRT

conquista
recursos PGE
(OP/03-04)

pela narrativa de lideranças de movimentos sociais e também técnicos da PBH.

Não é possível considerar o OP PPL e sua urbanização como bom ou ruim, partir para essa dualidade é ignorar a cartografia, que é rizomática, que complexifica, que traz diferentes pontos sobre os acontecimentos, evidencia o outro lado da história com a voz dos invisibilizados e da produção em meio à luta e resistência. Fazer cartografia significa também escrever relatos de risco, articular demandas teóricas, acadêmicas e científicas com as demandas sociais, que colaborem e contribuam para a luta social, para os moradores, para movimentos populares e parceiros. Ou seja, que tenham função social, democrática e cidadã e que colaborem e criem ferramentas, na área da arquitetura e urbanismo, para a transformação da produção espacial das cidades brasileiras em formas mais justas, colaborativas, inclusivas, diversas, participativas e com direitos sociais contemplados a todos os indivíduos - o que a cidade formal e informal inviabilizam.

Trazer aspectos frágeis em relação à execução das obras dispostas no PGE, a redução da participação popular da PPL nas instâncias políticas e administrativas pelo enfraquecimento de espaços de participação em meio a disputas dos setores político-privados significa complexificar e buscar outras visões sobre os processos.

8.1 OP, PGE E VILA VIVA NA PPL E AS CONTROVÉRSIAS CARTOGRAFADAS

[O OP] FOI MUITO BACANA, UMA UMA FASE ILUMINADA MESMO DA NOSSA VIDA AQUI NA COMUNIDADE. E QUE A GENTE TEM CERTEZA, NÃO CONSEGUIU CONTEMPLAR TODOS, CLARO QUE NÃO. MAS A GENTE CONSEGUIU MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE MUITOS DOS NOSSOS PARCEIROS AQUI. A QUALIDADE DE VIDA COM CERTEZA MELHOROU MUITO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

A urbanização da favela foi uma grande conquista e, sendo esse processo obtido por meio da participação popular, vitoriosa no sentido da democratização das cidades e das políticas públicas. A PBH tem uma atuação em vilas e favelas bastante consolidada e é importante reconhecer os avanços sociais por meio das políticas de urbanização estrutural e de habitação de interesse popular

projeto lei
655/2005

criação do programa
Vila Viva - gov.
Pimentel

nesses territórios. A estrutura institucional que dá esse suporte é ampla e originadas ou modificadas na gestão Patrus, como a SMH, o FMHP, o CMH, a URBEL, assim como os instrumentos de conquista e aplicação como o OP e PGE. A urbanização da PPL proporcionou ao território o acesso à infraestrutura básica, equipamentos, serviços urbanos para uma vida digna.

Como dito no capítulo anterior, a PPL foi contemplada com o primeiro PGE para vilas e favelas de BH no OP de 1997. Tendo em vista o custo para a execução das 11 etapas presentes no PGE da PPL, não seria possível a execução de todas as obras apenas por meio dessa disputa de recursos municipais, mesmo a comunidade tendo conquistado todas as rodadas até o OP 20003/2004, pois os recursos destinados a esse instrumento vêm sofrendo variações e redução ao longo dos anos.

NA COMFORÇA BRIGAM POR 400 E POUCAS OBRAS PARA SEREM ENTREGUES, NÃO TEM COMO PEDIR MAIS. O PGE DA PPL FOI DIVIDIDO EM 11 ETAPAS, DEMORARIA 110 ANOS E MUITO MAIS SE DEPENDESSE SÓ DO OP, MAS ENTROU O PAC E ACELEROU TODO O PROCESSO. ENTREGOU 127 OBRAS NO TERRITÓRIO DA REGIONAL

(ROBSON DA COSTA MEIRA, WORKSHOP SOBRE O OP NA PPL, 2019).

Com a implementação do PVV em BH em 2008 a partir dos recursos do programa federal para obras estruturantes e de urbanização de favela, o PAC 1 de Lula, a urbanização da PPL deu continuidade no mesmo ano. As intervenções estruturantes com obras habitacionais e urbanas em vilas e favelas executadas pelo PVV são fundamentadas nos eixos urbanístico, social e jurídico e seguem as etapas dispostas no PGE (PBH, 2021) e por meio dessa articulação PAC - Vila Viva foi possível finalizar 127 obras em toda a regional Noroeste (OLIVEIRA; CHAGAS, 2020).

AS OBRAS DO VILA VIVA, DO PAC, ACONTECERAM EM TODAS AS COMUNIDADES. [...] COMEÇOU LÁ ATRÁS, COM O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, O PLANO GLOBAL ESPECÍFICO. AÍ VEIO DINHEIRO DO PAC, DO VILA VIVA - AÍ AS COISAS COMEÇARAM A ANDAR, COMEÇARAM A FUNCIONAR DENTRO DAS COMUNIDADES. E ISSO, SE VOCÊ PEGAR ÍNDICES DAQUELA ÉPOCA, DE PESQUISA MESMO, VOCÊ VAI VER QUE UMA COMUNIDADE EM QUE EXISTE OBRA, QUE EXISTE UMA ESTRUTURAÇÃO, EXISTE UMA FAMÍLIA, UM LOCAL DIGNO E DECENTE PARA MORAR, PARA HABITAR, OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA BAIXAM, OS ÍNDICES DE PROBLEMA DE SAÚDE ABAIXA, O ÍNDICE DE EVASÃO NAS ESCOLAS TAMBÉM DIMINUI. UMA COISA VAI

PUXANDO A OUTRA. ESSES ÍNDICES TENDEM A DIMINUIR, A MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DENTRO DAS COMUNIDADES. [...] AÍ VEM O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, PARA MOSTRAR A OUTRA FACE DA MOEDA. QUE A BOA ADMINISTRAÇÃO É POSSÍVEL, É VIÁVEL. E O DINHEIRO EXISTE SIM! DEPENDE DE VOCÊ SABER DIVIDIR, SABER APLICAR ELE. EM ALGUNS PONTOS - GRAÇAS A DEUS QUE É MINHA COMUNIDADE - NÓS SOMOS PIONEIROS EM ALGUMA COISA

(ROBSON DA COSTA MEIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

O Programa Vila Viva funciona assim: a Vila ou Favela faz o PGE, que contém uma lista de intervenções necessárias, e a URBEL capta o recurso para realização das intervenções. Então a URBEL, através do Vila Viva, vai na comunidade para fazer as intervenções prioritárias até o que for possível com o recurso que foi delegado. Quanto à origem, esses recursos podem ser de diferentes naturezas, como: federal pelo financiamento pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Atualmente isso é

interrompido pelo programa de governo do atual presidente, em que não existe um plano para moradia. Então, por mais que ainda haja construções que continuem, não existe uma política de moradia, isso é um plano de governo e não existe de fato (LISANDRA, 2019, p.51).

A execução das intervenções na PPL então seguiram as etapas dispostas no PGE. Segundo lideranças da favela, no período dos reassentamento foi utilizada uma abordagem questionável para remover as famílias de suas casas. A PBH marcava as residências que sairiam com uma tinta vermelha “como se fossem bois”, como fala Valéria no documentário sobre a PPL. Além disso, muitas famílias foram reassentadas em regiões distantes da PPL, ou seja, de seu território de origem, ao mesmo tempo em que famílias de outras comunidades - algumas que inclusive possuíam desavenças com a PPL - foram contempladas com apartamentos nas novas unidades habitacionais executadas pelo Vila Viva na favela a partir dos recursos advindos com o PAC 1.

criação do
OP Digital

presidente
do BID visita
a VSP

QUANDO A URBEL CHEGOU, UMA DAS COISAS QUE MAIS DOEU NA GENTE FOI ELES TEREM MARCADO NOSSA CASA [...] COMO SE A GENTE FOSSE GADO [...] ERA UM NÚMERO GRANDE EM VERMELHO QUE ELES PUNHAM NA FRENTE DA SUA CASA. ISSO ERA MUITO RUIM, PORQUE AS PESSOAS OLHAVAM E FALAVAM: A SUA CASA ESTÁ MARCADA, NÉ? A SUA CASA VAI SAIR.” ENTÃO ERA RUIM EM TODOS OS ASPECTOS

(VALÉRIA BORGES, MORADORA, EM DOCUMENTÁRIO SOBRE SUA MILITÂNCIA E COMUNIDADE, 2019²⁷).

Segundo relatos dos moradores, essa situação foi delicada tanto para os antigos moradores, quanto para os recém-chegados na PPL. Isso porque fragmentou a estrutura social da comunidade, desterritorializou antigos moradores com identidade pedreirense e inseriu nos conjuntos habitacionais famílias que não tinham relação com o local, as quais inicialmente se privaram de sair às ruas e de seus apartamentos pelo medo relacionado aos conflitos existentes entre as favelas.

ELES [PBH] PEGARAM COMUNIDADES TIPO SÃO JOSÉ. PEGARAM PESSOAS DO SÃO JOSÉ E TROUXERAM PARA CÁ E PEGARAM PESSOAS DA PEDREIRA E LEVARAM PARA O SÃO JOSÉ. EU NÃO ENTENDI ESSA POLÍTICA DE TROCAR. E O MAIS DOIDO É QUE ELES SEMPRE TROCAVAM COM COMUNIDADES QUE TINHAM CONFLITOS. NA MINHA CABEÇA, NA MINHA CONCEPÇÃO É: “EU VOU MANDAR PARA LÁ PORQUE DAQUI A POUCO MORRE”. AÍ EU FICO MORRENDO DE DÓ, PORQUE O PESSOAL DO SÃO JOSÉ QUE VEIO PARA CÁ ELES [PBH] COLOCARAM EM UM PRÉDIO ATÉ QUE A GENTE OCUPOU [OCUPAÇÃO DONA MARIA]. [...] AÍ TROUXERAM O PESSOAL DO SÃO JOSÉ E OLHA.. TINHA GENTE QUE FICAVA O DIA INTEIRO PRESO. ELES NÃO SAÍAM POR INSEGURANÇA, POR MEDO, POR UMA COMUNIDADE DIFERENTE... PORQUE QUANDO A GENTE ESTÁ NA NOSSA COMUNIDADE É NOSSA. TEM OS PERIGOS, MAS QUE A GENTE SABE ATÉ ONDE VAI, ATÉ ONDE NÃO VAI. AGORA, VOCÊ ME TIRA DAQUI E ME COLOCA LÁ NAQUELE MUNDÃO DA SERRA [AGLOMERADO], É UMA LOUCURA, UMA DOIDURA.

(VALÉRIA BORGES, MORADORA, EM DOCUMENTÁRIO SOBRE SUA MILITÂNCIA E COMUNIDADE, 2019).

[...] com a remoção que é realizada, a família escolhe ou ser reassentada na mesma região da moradia removida ou decide ir para outros lugares, e algumas delas acabam tomando a decisão de sair. Essa escolha de sair pode ser consequência de uma pressão psicológica causada pela descoberta de, apesar de possuir o contrato de compra e venda, a família não estar registrada no cartório como proprietária do imóvel. Isso então pode causar insegurança e instabilidade e algumas famílias optam por sair em busca de uma segurança jurídica na relação com o território. Então, quando o Poder Público entra, além dessa valorização local, pode provocar inseguranças e as pessoas vão tomando decisões a partir daquelas situações que vão acontecendo (LISANDRA, 2019, p.52)

Após a urbanização, o número de habitantes da Pedreira foi reduzido se comparado a quantidade de moradores durante a década de 1990. As obras de aberturas de vias e infraestrutura urbana exigiram remoções em áreas adensadas da favela e a realocação dessas famílias nos conjuntos do Vila Viva ou em outras regiões da cidade. Esse fato, quando aliado à posição contrária às

remoções, também se torna uma justificativa para avaliar negativamente as intervenções urbanas.

NÓS ÉRAMOS 21 MIL FAMÍLIAS. MAIS OU MENOS EM 1990, EU FIZ UM CENSO. EU JUNTEI UM BANDO DE JOVENS E FIZ UM CENSO NA PEDREIRA. ENTÃO A GENTE FOI DE BARRACO EM BARRACO, DE CASA EM CASA, DE BECO EM BECO E A GENTE CONTOU QUANTAS MORADIAS QUE TINHAM E ERAM 21 MIL FAMÍLIAS, 21 MIL BARRACOS. HOJE A GENTE É EM NOVE, OITO E POUCO, NEM NOVE. UM TERÇO DA COMUNIDADE A GENTE NÃO SABE PARA ONDE FOI

(VALÉRIA BORGES, DOCUMENTÁRIO, 2019).

Ao mesmo tempo, Maricato (2000) aborda que as remoções fazem parte do processo de urbanização de territórios informais. A autora coloca que a “implantação das redes de água, esgoto e drenagem, além da circulação viária, assim o exige. A remoção de famílias situadas em áreas de risco também exige novas moradias para onde levar essa população” (MARICATO, 2003, p.6). Se isto é necessário, então é preciso que a abordagem e forma da realização das remoções e os reassentamentos considerem a territorialidade, a



PPL EM 2000

"ERAM 21 ML BARRACOS. HOJE A GENTE E EM NOVE, OITO E POUCO"



PPL EM 2024

história, origem da população, suas relações, demandas e uma urbanização com justiça social. É importante, e as famílias removidas demandam, que a remoção se dê para lugares próximos, de forma a não interromper as rotinas relacionadas a escola, trabalho, amizades etc (MARICATO, 2003, p.6).

O POVO TEM QUE APRENDER QUE TEM QUE PERGUNTAR PARA A GENTE O QUE A GENTE QUER. NÃO É CHEGAR AQUI E ACHAR QUE AQUI VAI SER UMA PRAÇA LINDA PARA AS CRIANÇAS BRINCAREM. MAS NÃO É ISSO QUE A COMUNIDADE QUER, QUE É PRAÇA. NÃO É UMA PISCINA QUE ELES QUEREM AQUI. ELES QUEREM, TALVEZ, UM GALINHEIRO COMUNITÁRIO. É SABER O QUE O POVO QUER. O CAMPINHO É ISSO, ELE FOI CONSTRUÍDO PELO POVO E PELO PODER PÚBLICO, MAS A PEDIDO DO POVO. DEPOIS QUE FOI FEITO ELE ESTÁ RESISTINDO. QUANDO TINHA OS CONFLITOS DANADOS, ALI ERA O ÚNICO LUGAR QUE TODO MUNDO JOGAVA BOLA. PODIA ATÉ NÃO JOGAR JUNTO, MAS ELES RESPEITAVAM O ESPAÇO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

As indenizações ocorridas com esses reassentamentos também levantam pontos de inflexão na PPL. Há relatos de famílias que

tiveram suas casas removidas e foram indenizadas com valores desproporcionais, causando dificuldades para essas pessoas comprarem novas habitações nos territórios próximos à PPL e as forçando a se mudarem para regiões distantes, como Ribeirão das Neves, onde o preço do solo urbano é mais barato, mas, seguindo a lógica clássica do planejamento urbano das cidades brasileiras - ou a ausência dele - que segue interesses na aplicação dos investimentos, essas regiões se localizam em regiões distante de serviços, trabalho, equipamentos da cidade urbanizada e possuem infraestrutura urbana precária. Ou seja, uma situação bastante diferente do que esses ex-moradores da PPL já estavam acostumados pela proximidade da favela ao centro de BH e aos serviços que a cidade dispõe.

ELES [PBH] JÁ TINHAM IDO NA FAVELINHA, TINHAM ARRANCADO QUASE TODAS AS CASAS E AS PESSOAS NÃO TINHAM PARA ONDE IR. SÓ QUE RESTAVA ELES IREM PARA LONGE, SÓ RESTAVA IREM PARA RIBEIRÃO DAS [NEVES], ESSES LUGARES DISTANTES. ENTÃO EU FUI ATRÁS DA DEFENSORIA PÚBLICA E CONSEGUI UM MONTE DE GENTE PARA VIR REUNIR E EXPLICAR PARA A GENTE O QUE REALMENTE ERA O VILA VIVA E O QUE O VILA VIVA QUERIA

(VALÉRIA BORGES, ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO, 2019).

Ao mesmo tempo, também há relatos locais sobre boas indenizações, com valores justos, que possibilitaram a compra de mais de um imóvel em favelas próximas à PPL, como a Vila Senhor dos Passos, e em outras regiões próximas ao local.

A ausência histórica do poder público na cidade informal e a distância do serviço de arquitetos e urbanistas às demandas da cidade real, reforça a autoconstrução. Com a população tendo que resolver suas próprias demandas e na ausência da formalidade com normas e leis, surgem outras regras e acordos na favela. Assim como um mercado imobiliário subnormal (ABRAMO, 2007).

Nesse contexto, antes da urbanização, haviam diversos lotes na PPL que possuíam mais de uma habitação no terreno e a regularização fundiária promovida pelo PROFAVELA não contemplou de forma efetiva o território, o que prejudicou a distribuição de unidades habitacionais ou de indenizações durante o período de urbanização. Em alguns casos, por exemplo, em que um único terreno ou casa vivia mais de uma família, os moradores receberam apenas uma única unidade habitacional ou o valor de indenização referente a apenas uma residência, considerando apenas a unidade do lote ou da habitação e não a quantidade de residências ou de moradores.

A URBEL ME CHAMOU E FALOU QUE A MINHA CASA IRIA SAIR E EU FALEI PARA ELES QUE EU NÃO QUERIA SAIR E QUE IRIA RESISTIR. [...] ELES FALARAM QUE EU TINHA QUE SAIR MESMO E EU DISSE QUE QUERIA FICAR E QUERIA UM APARTAMENTO. COMO EU TINHA UMA CASA, QUE ERA UMA CASA COM A MINHA MÃE E MEUS IRMÃOS, E NESSA CASA TINHA UMA CASA QUE ERA PARA ALUGAR, [...] EU FALEI: "ENTÃO NESSA CASINHA EU QUERO APARTAMENTO E A INDENIZAÇÃO VOCÊS DÃO PARA OS MEUS IRMÃOS. EU FICO SATISFEITA E ELES TAMBÉM". SÓ QUE A POLÍTICA DELES ERA MUITO DESGRACENTA. [...] ELES CHAMAVAM MEU IRMÃO E FALAVAM QUE EU ESTAVA NEGOCIANDO SEM ELE, CHAMAVAM EU E FALAVAM QUE MEU IRMÃO ESTAVA NEGOCIANDO SEM MIM. COM MUITO CUSTO EU CONSEGUI QUE ELES ME DESSEM UM APARTAMENTO. [...] ENTÃO ASSINEI A DEMOLIÇÃO, ESCOLHI O APARTAMENTO QUE EU QUERIA E NA SEMANA QUE FUI LÁ [NA URBEL] A MULHER FALOU COMIGO: "ENTÃO, NÃO VAI DAR APARTAMENTO NÃO. OS 12 MIL DO BARRACO - 12 MIL! - EU JÁ DEI PARA O SEU IRMÃO

(VALÉRIA BORGES, ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO, 2019).

Ainda, a distribuição das unidades habitacionais, segundo alguns moradores, foi atravessada por relações clientelistas ou de poder. Ao mesmo tempo em que grandes casas que precisaram ser removidas e receberam indenizações ou um número de apartamentos desproporcional a quantidade de moradores que viviam nela, ocorreram casos em que apenas um morador foi contemplado com mais de uma unidade habitacional.

Um grande problema do projeto era a coabitação familiar, onde duas famílias moravam juntas, compartilhando o mesmo terreno, mas em casas distintas e no momento de serem retiradas, somente uma conseguia apartamento. Para a URBEL, as famílias tinham que satisfazer três critérios básicos para conseguir dois apartamentos, que eram: ter dois banheiros, duas entradas e duas geladeiras. Algumas casas tinham uma entrada, dois banheiros e duas geladeiras, então quando a família fugia a esse critério, ela não conseguia duas moradias (MORENO, 2019, p.38).

**TEM LIDERANÇA QUE GANHOU
APARTAMENTO E MORA NA MESMA CASA.
TEM CARA DO TRÁFICO QUE GANHOU
APARTAMENTO, TRÊS APARTAMENTOS, PARA
NAMORADA, PARA A AMANTE, PARA ELE...**

(VALÉRIA BORGES, ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO, 2019).

Em entrevista sobre a urbanização da PPL, Lisandra Silva (2019) comentou que tanto a indenização quanto a realocação dos moradores e a distribuição dos apartamentos foi baseada em questões técnicas e com base na urgência dos moradores. Não há relação com intencionalidade de fragmentar a comunidade ou de favorecer alguns indivíduos mais do que outros.

Como diretriz a pessoa tem que permanecer no lugar de origem, mas podem acontecer trocas também. Essa segunda opção pode ser porque as famílias optaram pela mudança ou então, pelos acontecimentos do cotidiano, por decisões técnicas. Não existe uma intenção de fragmentação social ao se fazer isso, e isso eu posso te dizer com muita segurança, não existe uma intenção de tirar uma pessoa de um lugar e pôr no outro, isso pode acontecer por necessidades

do dia-a-dia. Uma motivação pode ser porque acabou a unidade no território e a pessoa às vezes não tem uma opção e vai para um outro local. Eu, por exemplo, presenciei pessoas que moravam em um lugar e seriam reassentadas ali, mas por uma urgência de atendimento ou porque não dá certo com outro morador, prefere ir para outro lugar. Fica uma fila de pessoas não atendidas de forma definitiva no Bolsa Moradia e começa uma ansiedade pelo reassentamento, com a instituição querendo atender essas famílias.

(LISANDRA, 2019, p.53)

Uma outra questão importante a ser levantada é em relação aos aspectos culturais que não foram considerados nas novas habitações produzidas pelo PVV. Antes das obras estruturais, muitos moradores da comunidade viviam em casas com jardins, cultivavam plantas, ervas medicinais e criavam animais como cachorros, porcos e galinhas. Ao passarem a morar nos apartamentos dos novos conjuntos habitacionais seguiram com a mesma tradição, o que gerou conflitos entre os vizinhos e, a impossibilidade de continuar com seus costumes e proximidade com as plantas e animais, causou o adoecimento de algumas pessoas, principalmente dos idosos.

QUANDO ACONTECEU UMA INTERVENÇÃO HABITACIONAL A NÍVEL QUE FOI POSTA AQUI NA PPL, É NECESSÁRIO SE TER O PRÉ-MORAR E O PÓS-MORAR. AQUI ISSO NÃO ACONTECEU. ESTÁ REGISTRADO NOS PAPÉIS QUE ACONTECEU, MAS NÃO. FIZERAM UMAS DUAS OU TRÊS REUNIÕES AQUI ANTES, DEPOIS JOGOU TODO MUNDO AQUI DE QUALQUER MANEIRA, DEU AS CHAVES... O QUE ACONTECE, A PESSOA TEM AQUELA CULTURA DE INDIVIDUALISMO, ELA TEM O PORTÃOZINHO DELA, TEM O HIDRÔMETRO DE ÁGUA, TEM O HIDRÔMETRO DE LUZ... ELA ENTROU FECHOU ALI, É INDIVIDUAL PARA ELA E PARA A FAMÍLIA. ENTÃO UMA PESSOA SAIR DE UMA CULTURA DESSA - DE ANOS - PARA VIR PARA O COLETIVO, ISSO É UM CHOQUE. ISSO É COMPLICADO. EM UM PRIMEIRO MOMENTO, A GENTE TEVE CASO DE GENTE QUERENDO CRIAR GALINHA DENTRO DO APARTAMENTO, TINHA GENTE QUERENDO CRIAR ATÉ PORCO. ISSO É PORQUE NÃO TEVE O PRÉ-MORAR, NÃO TEVE O PÓS-MORAR. O PADRE CHICO FALAVA JUSTAMENTE ISSO. NA FRANÇA ACONTECEU ISSO. SÓ QUE O PÓS-MORAR TEM QUE DURAR PELO MENOS DOIS ANOS PARA A PESSOA ADQUIRIR A CULTURA O HÁBITO DO COLETIVO, O QUE PODE, O QUE NÃO PODE AS, NORMAS, AS REGRAS, ATÉ ONDE É QUE VAI O SEU O DIREITO, ATÉ ONDE COMEÇA O DIREITO DO OUTRO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).



VILAVIVA

INFORMATIVO DO PROGRAMA VILA VIVA NA PEDREIRA PRADO LOPES
Belo Horizonte, dezembro de 2009 - N.º 2

1

O FUTURO JÁ COMEÇOU



Técnicos durante caminhada nas obras com representantes da comunidade

As obras do Programa Vila Viva na Pedreira Prado Lopes, com os recursos do PAC, foram iniciadas em fevereiro do ano passado e a transformação já é uma realidade para os moradores. Várias ruas estão sendo abertas e os trabalhos de pavimentação, criação de redes de esgotos, drenagem, terraplenagem e construção de unidades habitacionais começam a revelar uma nova comunidade. Blocos sem estrutura, áreas desertas e espaços mal planejados dão lugar a ambientes organizados, com mais qualidade de vida e segurança para todos na vila. As crianças desfrutam de áreas de lazer, equipadas com brinquedos, praças e locais de convivência ao ar livre, com tabuleiros de jogos para o entretenimento de moradores de todas as idades.

Para quem mora na Pedreira Prado Lopes, a conclusão de parte das obras representa um passo importante para a conquista da cidadania. Satisfeitos com os resultados, os moradores comemoram a nova realidade. Todos acreditam que moradias mais

refletem até mesmo na saúde da população. Até 2011, serão construídos 408 apartamentos, entre outras ações que incluem remoção e reassentamento das famílias e o fim das áreas de risco geológico. Os investimentos são de quase R\$50 milhões.

Programa estruturante de intervenção em vilas, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com o Governo Federal, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Vila Viva conta com o apoio da comunidade, que faz parte de todas as etapas do processo de mudança. "Com a participação dos moradores, estão garantidas as obras e, também, o futuro da vila, com melhores condições para todos", afirma o Coordenador de Trabalho Social, Ernesto Passos de Andrade.



Construção na rua Serra Negra

Isso se relaciona a duas questões principais. A primeira é sobre a relação dos moradores com o antes e depois de suas residências, a política do pré e pós-morar, que deveria ocorrer na urbanização de vilas e favelas, mas não houve na PPL. Isso quer dizer que, tendo em vista a diversidade cultural e os costumes locais, para transferir famílias que antes moravam em casas com jardins, animais e plantas para pequenos apartamentos é necessário que ocorra uma adaptação prévia e posterior com o acompanhamento do setor público. As dinâmicas de uso dos espaços se tornam diferentes, o uso nos conjuntos habitacionais se torna mais plural, há vizinhos ao lado, embaixo e em cima. Essas novas dinâmicas comuns, para quem antes estava acostumado a viver em seu terreno com sua casa, exigem outras formas de morar, de usar os espaços e de se relacionar com o coletivo.

O Vila Viva foi um processo que tirou muita gente da Pedreira. A URBEL alocava nos prédios moradores que eram de outros bairros, o que gerou muito conflito. Outra questão também prejudicial, foi que os moradores da comunidade antes moravam em casas e tinham cachorro, galinha, jardim etc. Ao passarem a morar nos prédios, gerou muitos conflitos com vizinhos, muitos idosos doentes por falta das plantas e animais. Dentro da

execução do programa Vila Viva, existe a proposta de acompanhamento das famílias, por no mínimo dois anos – pós morar – que não foi bem executado tanto no processo social, quanto na infraestrutura – os prédios apresentam vários problemas. A URBEL nunca geriu bem esse processo e muitas vezes deixou os moradores sem acesso ou apoio aos conflitos entre os moradores e as necessidades de cada família (MORENO, 2019, p.38)

AS PESSOAS NÃO TIVERAM O PÓS-MORAR. TINHA UMA SENHORINHA, A DONA MARIQUINHA, QUE ELA ANDAVA COM UMA CHAVE NO PESCOÇO O DIA INTEIRO. ELA NÃO SABIA ENTRAR NO APARTAMENTO DELA. AQUILO ERA UM TESOURO PARA ELA, ENTÃO ELA SEGURAVA AQUELA CHAVE. SE O FILHO FOSSE PARA ALGUM LUGAR E ELE NÃO VOLTASSE PARA CASA - ELE MORAVA NO DE CIMA - E ABRISSE A PORTA DELA, ELA NÃO ENTRAVA. [...] ENTÃO NÃO TEVE ESSE PÓS-MORAR QUE É MUITO IMPORTANTE, NÃO TEVE ESSE CUIDADO DE TIRAR A PESSOA DO BARRACO E COLOCAR NO APARTAMENTO. MORAR EM UM APARTAMENTO É MUITO DIFÍCIL

(VALÉRIA BORGES, ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO, 2019).

crise do mercado financeiro mundial "bolha imobiliária de EUA"

incentivo fiscal na indústria automobilística e construção civil para conter a crise

E a segunda questão é que, apesar do processo inicial de urbanização ter sido conquistado via participação popular com o OP, os projetos arquitetônicos das unidades habitacionais propostas pelo PGE não tiveram a participação da comunidade em sua concepção. Conforme dito anteriormente, o PGE em sua definição considera a participação popular, no entanto de forma bastante restrita com a votação sobre a aprovação ou não das propostas, sem um caráter propositivo ou decisório (Bragança, 2005).

projetos para habitação de interesse social nos quais serão contemplados. Pelo discurso de redução de custos ou velocidade para serem executados, não ocorre um processo de projeto participativo e o resultado são plantas baixas e padrões de layout interno dos conjuntos habitacionais que não se envolvem com o entorno e com os aspectos culturais da comunidade, construindo arquiteturas "reproduzíveis", desconectadas do social, da cultura, das relações e realidade em que se insere.

MUITO POUCA A PARTICIPAÇÃO, PORQUE É UM INSTRUMENTO MUITO TÉCNICO. A GENTE ATÉ APRENDEU FALAR ALGUMAS COISAS QUE OS TÉCNICOS FICAVAM FALANDO. POR EXEMPLO, NÓS TEMOS UM PAREDÃO AQUI QUE TEM UM FISSURA ROCHA...

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

Como Avritzer (2008) aborda, esse desenho participativo de "ratificação" tem um caráter reduzido de participação social e não proporciona uma mudança de fato na estrutura tradicional do planejamento urbano e arquitetônico, porque não estabelece um espaço de proposição e decisão dos moradores em relação ao planejamento urbano e aos

O PGE AQUI DA PPL, VOCÊS PODEM PROCURAR AÍ NO GOOGLE "RIBANCEIRA TRAZ RISCO PARA AS CRIANÇAS"; ESTAVA DENTRO DO PROJETO DO PGE E DEIXARAM AQUI A DEUS-DARÁ, ABERTO. UM ESPAÇO ABERTO ACIMA DA PEDREIRA, COM UMA RIBANCEIRA DE QUASE 60 METROS DE ALTURA E CRIANÇAS BRINCAM ALI TODOS OS DIAS. EU ESTOU PEDINDO PELO AMOR DE DEUS À PREFEITURA. HÁ DOIS ANOS ESTIVEMOS NA URBEL, SENTAMOS COM O CLAUDIUS VINÍCIUS, LEVAMOS A DEMANDA, ELE NOS PROMETEU CUMPRIR E ATÉ HOJE NADA. CHAMAMOS A IMPRENSA, DENUNCIAMOS [...]. PROMETERAM A OBRA JÁ FAZ UM ANO E ATÉ HOJE NADA

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

início das obras do Vila Viva na PPL (PACI)

obras do Vila Viva avançam na PPL

lei do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

O dado mais perverso encontrado é que o Orçamento Participativo, que abria possibilidades de atualização do planejamento a partir das reivindicações da população, está, paulatinamente, transformando-se em mera implantação do Plano Global Específico. Embora o PGE tenha uma função importante de diminuir os investimentos perdidos com projetos mal elaborados e dar uma dimensão de planejamento ao OP, ele está inibindo as manifestações dos conflitos urbanos da forma como é proposto e está engessando a dinâmica do OP (BRAGANÇA, 2005, p.146)

Os moradores da PPL também relatam acerca da má qualidade construtiva dos conjuntos habitacionais. Neles, como dito anteriormente, além de serem projetos arquitetônicos que não consideram as dinâmicas e culturas das famílias locais e possuem problemas hidráulicos, elétricos, estruturais e de revestimento. O hidrômetro desses conjuntos, por exemplo, é uma questão mal resolvida entre os moradores e a PBH. Esses medidores são coletivos, apesar da comunidade ter solicitado padrões individuais. Após diálogos e mobilizações junto ao poder público, moradores dos conjuntos receberam

ameaças de corte de água, o que novamente levou a comunidade a se organizar e exigir seus direitos. Mesmo após acordos realizados na PBH, ainda hoje os moradores aguardam a instalação dos hidrômetros individuais.

[A URBEL FEZ] UM CONJUNTO HABITACIONAL AQUI NA RUA PEDRO LESSA, MAS NÃO COLOCARAM PADRÕES INDIVIDUAIS DE ÁGUA [...] COLOCARAM O PADRÃO DE ÁGUA COLETIVO E, POR UM CERTO TEMPO, A PRÓPRIA URBEL ASSUMIU PAGAR ESSA CONTA DE ÁGUA. [MAS] COM O PASSAR DOS ANOS - A COMUNIDADE SEMPRE PEDINDO PADRÃO INDIVIDUAL - ELES AMEAÇARAM CORTAR A ÁGUA AQUI DO PRÉDIO, SENDO QUE APÓS SETE ANOS DA ENTREGA DAS UNIDADES A COMUNIDADE, TENTAMOS PADRÃO INDIVIDUAL E NADA. ENTÃO HOUVE UMA GRANDE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE, FOMOS PARA A PORTA DA URBEL - A MOBILIZAÇÃO DE FAVELA NÃO É FÁCIL; QUANDO ATINGE A COMUNIDADE O POVO SE UNE E DESCEMOS COM MUITA GENTE PARA A URBEL. EU ATÉ ESTRANHEI, PORQUE QUANDO CHEGAMOS, ANTES DE CHEGARMOS, JÁ TINHA A POLÍCIA, A GUARDA MUNICIPAL, MAS NÓS FOMOS EM UM ATO DEMOCRÁTICO: FORMAMOS UMA COMISSÃO,

início da gestão
Márcio Lacerda
(2009-2017)

2ª etapa da
duplicação da Av.
Antônio Carlos
+ BRT

PBH fecha o
CCLAO

SENTAMOS NA MESA COM O PRESIDENTE DA URBEL E OUTRAS LIDERANÇAS E FIZEMOS UM ACORDO DE MANTER O FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA ESSAS UNIDADES ATÉ ELAS COLOCAREM O PADRÃO INDIVIDUAL. E ATÉ HOJE NADA!

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

Durante uma das caminhadas pela PPL em 2019, os líderes comunitários Valéria e Robson nos mostraram as condições em que se encontram hoje os prédios do PVV e relataram sobre as condições precárias em que se encontram os conjuntos habitacionais tendo em vista as soluções arquitetônicas e construtivas descoladas daquela realidade e de qualidade questionável, com acabamentos, instalações e execução da obra grosseiros e com o uso de materiais de baixa qualidade. Menos de dez anos após as obras dos prédios terem sido concluídas, há problemas de impermeabilização, infiltração, distribuição de água, questões com as instalações elétricas e hidráulicas, rachaduras nos apartamentos e descascamento da pintura na parte externa que permanecem ou precisam ser resolvidos pelos próprios moradores devido à falta de manutenção promovida pelo poder público.

EU LEMBRO QUE UMA VEZ UM CAMINHÃO QUE ESTAVA LEVANDO AS TERRAS DAQUI VIROU - EU ANDAVA O DIA INTEIRO ATRÁS DELES COM UMA MÁQUINA, EU FILMAVA TUDO, EU TIRAVA FOTO DE TUDO, EU QUERIA SABER DE TUDO. E EU ERA XINGADA QUASE QUE O DIA INTEIRO. ACHO QUE NUNCA INCOMODEI TANTO NA MINHA VIDA. AÍ EU VI A ENGENHEIRA BRIGANDO COM O MESTRE DE OBRAS: "OLHA O QUE VOCÊS FIZERAM! ISSO VAI DAR PROBLEMA PARA A GENTE! OLHA AQUILO ALI, NA PRIMEIRA CHUVA ESSE PRÉDIO CAI!". EU NÃO SOU ARQUITETA, EU NÃO SOU ENGENHEIRA, EU NÃO SOU MESTRE DE OBRAS, EU NÃO SOU NADA, MAS EU VENDO ELAS CONSTRUINDO EU SEI QUE AQUELES PRÉDIOS ERAM PARA DURAR NÃO. TANTO QUE VÁRIAS VEZES EU FUI CHAMADA PARA VER A ÁGUA ESCORRENDO PELO PRÉDIO POR MORADORES SEM SABER O QUE FAZER. ÀS VEZES, QUEM TOMA BANHO [NO APARTAMENTO] EM CIMA, QUEM ESTÁ EMBAIXO TOMA BANHO JUNTO COM A ÁGUA QUE CAI. É UMA COISA GRITANTE A FALTA DE ESTRUTURA, A FALTA DE RESPEITO QUE ELAS [PBH] FAZEM

(VALÉRIA BORGES, ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO, 2019).

2010

2011

censo IBGE
de 2010

início gov. Dilma
(2011-2016)

PRÉDIOS
CONSTRUÍDOS NO
VILA VIVA



Quanto às obras urbanas, sua execução foi bastante caótica para a comunidade. Os moradores abordam que esse processo foi bastante demorado e deixou a favela em um “cenário de guerra”, com muitos entulhos espalhados pelo território devido às aberturas de vias, demolições das antigas casas que precisaram ser removidas para a urbanização e às novas construções. O fato negativo levantado pelas lideranças locais é que essa condição com obras inacabadas e com resíduos de construção civil e demolições presentes por toda a favela permaneceu por bastante tempo.

QUANDO ELES [URBEL] CHAGARAM LÁ NA FAVELINHA PARECIA GUERRA. ELES QUEBRARAM TUDO. TIRAVAM 10 AQUI E DEIXAVAM ENTULHO, TIRAVAM 10 ALI E DEIXAVAM ENTULHO... SE VOCÊ TIRASSE UM BECO INTEIRO AS PESSOAS IAM SE MOBILIZAR

(VALÉRIA BORGES, ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO, 2019).

Começamos a atuar lá [na PPL] em 2012, a partir da pauta do Vila Viva. [...] No papel, o projeto era muito bom, realmente melhorou algumas coisas. No entanto, a morosidade e o assédio às famílias geraram um processo que, quando entramos lá, parecia um cenário de guerra. Em vários locais, a PBH retirava as casas, os moradores e deixavam muitos entulhos. Dentro desse processo, não existia usuário, principalmente de crack, dentro do território. Então, os usuários saíram dos arredores da PPL e foram para dentro da comunidade. [...] Avaliamos essas questões como estratégias de expulsão dos moradores da PPL, porque houve uma morosidade, uma demora muito grande para retirar os entulhos e fazer as vias de acesso que já tinham como serem feitas. Os recursos já estavam liberados, a maioria dos recursos foram do PAC 1 e depois do PAC 2, que é gerido pelo Fundo Municipal de Habitação, pela URBEL e parte também pela SUDECAP (MORENO, 2019, p.38).

entrada do
MTD na PPL

atraso de obras do
Vila Viva na PPL é
questionado por
moradores

OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA PPL



ENTULHOS



REMOÇÕES

A execução das obras foi lenta e inserida em dinâmicas entre a PBH e as empresas contratadas para a construção que prejudicaram a comunidade. Problemáticas relacionadas à compatibilização de projeto, execução e acompanhamento de obras estenderam o processo da urbanização. Os moradores relatam que ocorreram obras urbanas realizadas com base em um “faz e refaz”, com a construção e demolição constante de vias para alterações, devido ao planejamento precário pelas empresas responsáveis pelas obras.

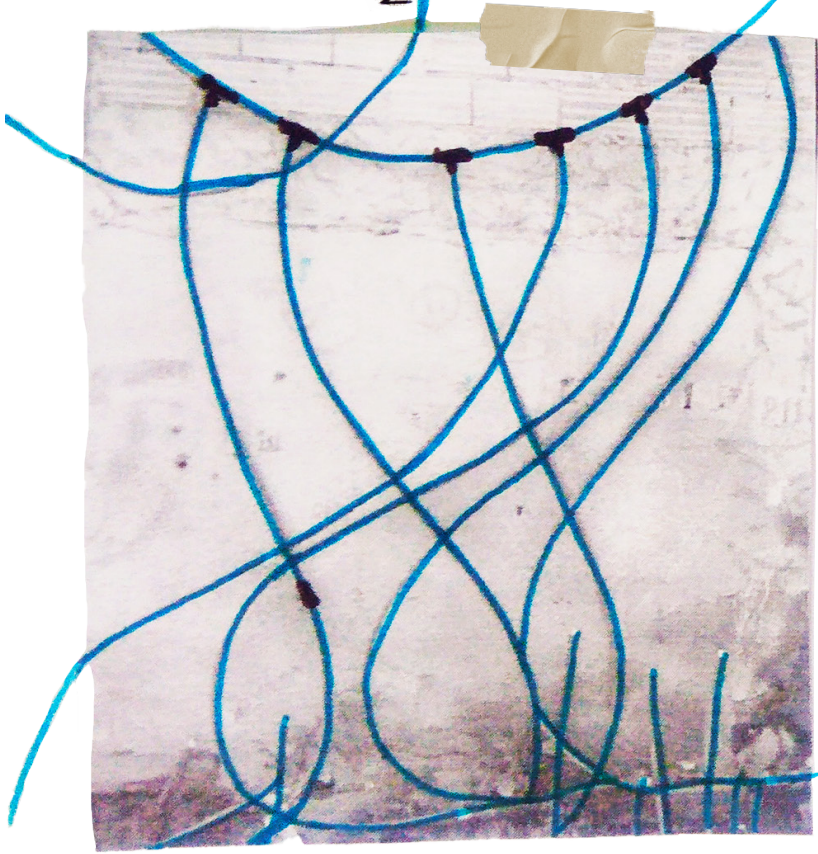
Ao caminhar pela PPL é possível notar também a qualidade construtiva dos materiais e das instalações das redes de água e os moradores relatam sobre as dificuldades cotidianas com a distribuição pública da rede elétrica e de saneamento básico. Evidente aos olhos, os encanamentos de distribuição de água são aparentes, saem das calçadas e atravessam as fachadas das casas da favela. Por que quando a obra é realizada em territórios populares a qualidade é diferente daquela promovida no centro ou em bairros de classe média? Lisandra Silva (2019) aborda que isso se relaciona ao racismo estrutural presente nas dinâmicas de planejamento e no atendimento dos direitos sociais. “Porque ali é pobre, ali são pessoas negras, ali o tratamento é diferenciado. As pessoas talvez não tenham as mesmas influências que as outras de outros bairros, então há esses processos

envolvidos. Por mais que não seja uma coisa proposital, existe uma prática instituída e em que acabam ocorrendo essas diferenciações” (LISANDRA, 2019, p.52).

*SE VOCÊS VEREM OS PRÉDIOS AQUI -
GRAÇAS À DEUS PELAS CONDIÇÕES DE
VIDA, PORQUE A PEDREIRA HOJE NÃO TEM
BECOS E VIELAS, HOJE É PAVIMENTADA, UMA
AMBULÂNCIA VAI NA PORTA, UM UBER VAI
NA PORTA, TUDO PAVIMENTADO, FICOU
MUITO BOM - MAS TEM EMPRESA QUE A
REDE ESGOTO É O MAIOR PROBLEMA, PARTE
ELÉTRICA É O MAIOR PROBLEMA*

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

NA SAVASSI O ENCANAMENTO
TAMBÉM E' ASSIM ?





Rede Cegonha:
maternidade no São
Cristóvão e reforma
do campinho na PPL
(não ocorreu)

Esse contexto põe luz no que Maricato (2003, p.6) levanta sobre a urbanização da favela. Segundo a autora, a presença e a constância do poder nos territórios populares é necessária da mesma forma que nos demais bairros de um município, e sua ausência pode acarretar em condições prejudiciais aos moradores com obras degradadas, amontoamento de lixo e outros problemas os quais são de responsabilidade do Estado. Nesse sentido, assim como ocorre na cidade formal, a urbanização em vilas e favelas também exige que haja manutenção na infraestrutura, nos conjuntos habitacionais, nos serviços e equipamentos públicos para a sua sustentabilidade.

A ÚLTIMA ETAPA DO PLANO GLOBAL É A TITULAÇÃO, QUE NADA ACONTECEU ATÉ HOJE. NADA, NEM AS TERRAS DA PREFEITURA. [A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA] FICA EM SEGUNDO PLANO, PORQUE A GENTE ENTENDE QUE DE QUALQUER MANEIRA AS PESSOAS QUE ESTÃO AQUI NÃO VÃO PERDER ISSO. SERIA BACANA, SERIA INTERESSANTE.

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

O KALIL FOI BEM RECEBIDO E HOJE NADA, A PEDREIRA ESTÁ ABANDONADA, ABANDONADA. SÃO PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO QUE NÃO ESTÃO SENDO FEITOS NA PEDREIRA, OBRAS DO PGE, DO OP HABITAÇÃO, DO VILA VIVA, ESTÃO ATRASADAS HÁ MAIS DE 12 ANOS. HÁ 12 ANOS QUE ENTREGARAM AS UNIDADES AQUI E NENHUM MORADOR RECEBEU O TÍTULO DE PROPRIEDADE, SENDO QUE O PRAZO É DE SETE ANOS. NÃO TEM DISCUSSÃO PARA DAR O TÍTULO DE PROPRIEDADE PARA AQUELE MORADOR QUE ESTÁ NAS UNIDADES IR NO CARTÓRIO, REGISTRAR O APARTAMENTO E FALAR "GRAÇAS A DEUS, É MEU". PORQUE ESTÁ AQUI MAS NÃO TEM DONO, TEM GENTE VENDENDO A UNIDADE AQUI, PESSOAS VENDENDO A UNIDADE E INDO EMBORA

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

Essa presença-ausência do Estado na PPL durante as obras de urbanização e construção dos conjuntos habitacionais, também tornou a finalização da intervenção mais extensa e penosa para os moradores. Após o processo de remoção, muitas famílias permaneceram anos aguardando o momento de serem reassentadas nos novos apartamentos do PVV. No entanto, a demora com que ocorreu o desenrolar das obras trouxe mais insegurança e dificuldades para essas famílias e em 2013 os moradores

Jornadas de
Junho

OUC
Nova BH

Ocupação Dona
Maria/MTD no
prédio do Vila Viva

junto com o MTD ocuparam um dos prédios do Vila Viva, na PPL de cima ou Favelinha.

Em entrevista¹³⁰, Valéria Borges, líder comunitária, e Vinícius Moreno (MORENO, 2020), militante do MTD e coordenador do galpão da Ocupação Pátria Livre, comentam que os nove blocos de habitação, assim como a área de lazer à frente com pista de skate, anfiteatro e quadra de esporte, já estavam prontos havia dois anos, no entanto até 2013 nenhuma família havia sido reassentada, apesar da urgência habitacional. Nesse contraste entre a ociosidade dos apartamentos e a demanda da população, o movimento organizou a Ocupação Dona Maria e junto com os moradores e parceiros de movimentos populares ligados à FBP denunciaram a demora na entrega das moradias, reclamaram dos valores das indenizações das remoções executadas pela PBH e reivindicaram que famílias não contempladas pelo PVV também fossem realocadas nos prédios construídos (OLIVEIRA; BITTENCOURT; NASSER; RENA, 2019).

A GENTE TINHA OCUPADO PARA DENUNCIAR, PORQUE TINHA UM MONTE DE PRÉDIO VAZIO E UM MONTE DE GENTE MORANDO DE ALUGUEL COM O NOSSO DINHEIRO. ELES PAGAVAM ALUGUEL E OS PRÉDIOS VAZIOS. A GENTE NÃO ENTENDIA ISSO

(VALÉRIA BORGES, DOCUMENTÁRIO, 2019).

[...] as famílias que participaram da ocupação nesse Conjunto Habitacional [Ocupação Dona Maria] eram pessoas que estavam dentro do déficit habitacional, que ainda moravam junto com os seus familiares e que não tinham sido contempladas pela política do Vila Viva. Por isso, entramos como um ato de protesto para mostrar para URBEL que queríamos pressionar. A ocupação durou em torno de 18 horas, mas surtiu um grande efeito, porque a URBEL, em um intervalo de 3 meses, alocou todo mundo nos prédios
(MORENO, 2019, p.39).

Entre os eventos da PPL vinculados ao seu processo de urbanização está também a conquista do centro poliesportivo no OP de 2005/2006¹³¹, onde se localizava a antiga garagem do bairro São Cristóvão, na região abaixo da PPL. A associação comunitária Associação Recreativa e Cultural dos amigos da Pedreira (ARCA) entrou com um pedido junto à gerência do OP e conquistou a obra, no entanto, no período entre a compra do terreno pela PBH, a licitação do local e elaboração do projeto, entre 2012 e 2013 a Prefeitura recebeu um orçamento advindo do programa Rede Cegonha, do governo Dilma, para a construção de uma maternidade. Como a PBH não possuía um terreno proporcional para essa construção solicitou o

54% da população mundial vive em áreas urbanas

premiação PPV - Asociación Internacional de ciudades edificadoras (AICE)

local onde seria o poliesportivo aos moradores da PPL. Após negociações com os líderes comunitários, os moradores aceitaram ceder, mas exigiram uma contrapartida, que seria a melhoria do campo de futebol comunitário da favela ao lado da UMEI Pedro Lessa.

Meses depois desse acordo foi apresentado às lideranças um projeto de um ginásio coberto com espaço de vestiário e de reuniões comunitárias. Vendo a qualidade do projeto, os representantes da comunidade prontamente assinaram. Quando isso ocorreu, era a gestão de Márcio Lacerda, marcada pelo enfraquecimento da participação popular e das políticas sociais. Dessa forma, os anos se passaram, as obras não iniciaram e o projeto nunca saiu do papel. Permanece arquivado na Secretaria de OP da Regional Noroeste.

ESSA OBRA DA MATERNIDADE INICIALMENTE ERA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO POLIESPORTIVO, CONQUISTADA EM 2005 VIA OP. ELA SERIA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, NA ANTIGA GARAGEM DO ÔNIBUS SÃO CRISTÓVÃO. A PBH CHEGOU A COMPRAR O TERRENO, MAS VEIO UM RECURSO DO GOVERNO FEDERAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MATERNIDADE, PROJETO FEDERAL [REDE CEGONHA] DURANTE O GOVERNO DILMA. ENTÃO A PBH CHAMOU AS LIDERANÇAS LOCAIS E NÓS CEDEMOS O ESPAÇO

DA QUADRA PARA CONSTRUIR A MATERNIDADE, MAS PEDIMOS COMO CONTRAPARTIDA A REVITALIZAÇÃO DO CAMPO DE AREIA QUE HÁ NA PARTE DE CIMA DA PPL, NA PARTE DAS PEDRAS. FUI O PRIMEIRO A ASSINAR ESSA FUTURA OBRA, QUE ERA PRATICAMENTE O CAMPO DE FUTEBOL MINEIRINHO NA PEDREIRA, COM VESTIÁRIO, SALA DE REUNIÃO, COBERTURA, MUITO MARAVILHOSO E TODOS ASSINARAM. MAIS DE DEZ ANOS SE PASSARAM E NADA ACONTECEU. FICOU ESSA MÁGOA DA PBH. APESAR DISSO, ME SINTO MUITO REALIZADO NA VIDA POR TER PARTICIPADO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, WORKSHOP SOBRE O OP NA PPL, 2019).

NA ÉPOCA DE PATRUS, DE CÉLIO DE CASTRO, OS ACORDOS FIRMADOS ERAM CUMPRIDOS. A GENTE TINHA CERTEZA DISSO. VOCÊ IA NO OP, VOCÊ GANHAVA UMA OBRA, ERA CERTEZA QUE A OBRA IRIA SER EXECUTADA. MAS ISSO [REVITALIZAÇÃO DO CAMPINHO] FOI NA ÉPOCA DE MÁRCIO LACERDA. INFELIZMENTE A GENTE ABRIU MÃO E NEM A MATERNIDADE FOI CONSTRUÍDA ATÉ HOJE. O ESPAÇO ESTÁ LÁ ABANDONADO, A OBRA NÃO FOI CONSTRUÍDA E NEM REVITALIZAÇÃO DO CAMPO DE AREIA ACONTECEU TAMBÉM

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

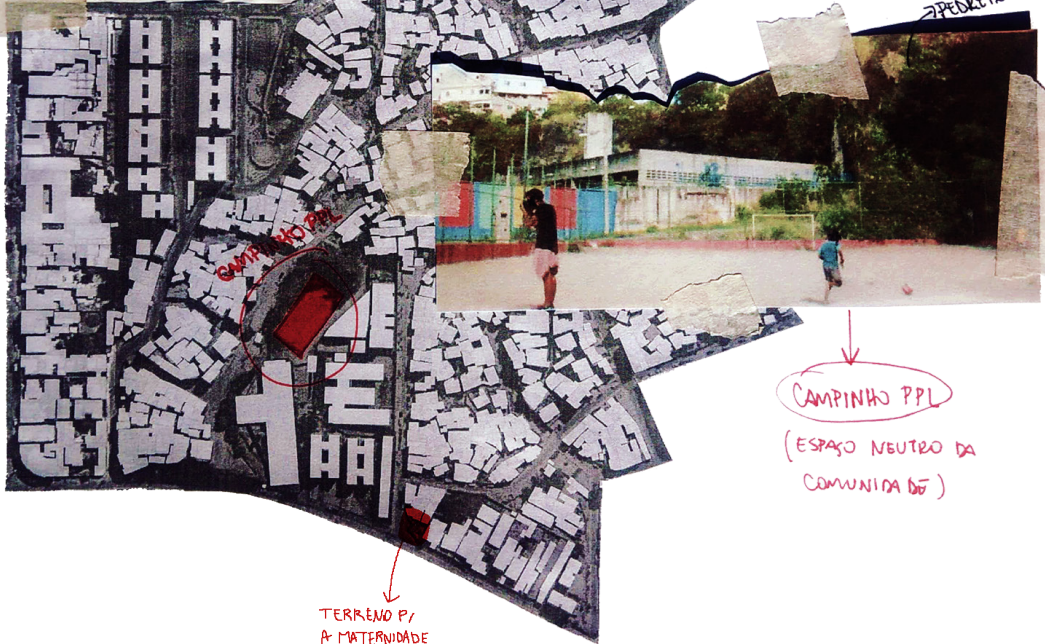
copa do mundo
FIFA (Brasil
país sede)

implementação do
MOVE e BRT na Av.
Antônio Carlos

OUC - ACLO

CAMPINHO É UM

ESPAÇO NEUTRO
NA PPL



CAMPINHO PPL

(ESPAÇO NEUTRO DA
COMUNIDADE)

TERRENO P/
A MATERNIDADE

reabertura casa de
CCLAO pela iniciativa
dos moradores e trans-
ferência o Mercado da
Lagoinha

As lideranças da PPL abordam que na época de Patrus Ananias (PT) e de Célio de Castro (PSB) à frente da PBH os processos participativos ocorriam, a população votava nas obras e as via sendo executadas. Como coloca Robson, nesse momento de inversão de prioridades, a comunidade viveu “um porre de democracia”, participando do jogo político, das decisões, encaminhamentos sobre as políticas públicas urbanas e vendo seu território ser transformado pela urbanização, com mais qualidade de vida e dignidade para os moradores.

O OP TEVE A GLÓRIA NA ÉPOCA DO PATRUS ANANIAS, QUE FOI O GRANDE NOME QUE VALORIZOU AS LIDERANÇAS, CONVERSAVA CONOSCO, E O OP FOI PERDENDO A ESSÊNCIA NO DECORRER DO TEMPO. AÍ SAIU O PATRUS, ENTROU O CÉLIO DE CASTRO - QUE NOS DEU CERTO APOIO -, E NA GESTÃO DO MÁRCIO LACERDA, ELE ENTERROU O OP, TENDO EM VISTA QUE AQUI NA REGIONAL NOROESTE, EU NÃO TENHO OS NÚMEROS EXATOS, SÃO QUASE TRINTA OBRAS APROVADAS E NENHUMA SAIU DO PAPEL

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

NA VERDADE, FOI UM PERÍODO MÁGICO PARA GENTE. NÓS TOMAMOS UM PORRE DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA. A VERDADE FOI ESSA. NÃO SÓ NA ADMINISTRAÇÃO DO PATRUS, QUE COMEÇOU COM O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, MAS NA SEQUÊNCIA - CÉLIO DE CASTRO, PIMENTEL. NÃO FOI SÓ O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, FORAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS QUE NOS MARAVILHAVAM A CADA MOMENTO, A CADA NOVIDADE. A QUESTÃO DOS CONSELHOS, A QUESTÃO DAS CONFERÊNCIAS, A VALORIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS - PARA NÓS FOI UM MOMENTO MUITO IMPORTANTE, MUITO ESPECIAL, QUE DEVE SER DEBATIDO, DISCUTIDO E DOCUMENTADO SEMPRE.

(ROBSON DA COSTA MEIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

SEU BELO
(LIBERALINO ALVES DE)
OLIVEIRA



↳ LIDERANÇAS
DA PPL

LIDERANÇAS COMUNITARIAS
+
PROLIFERAÇÃO SOCIAL
||
COMUNIDADE ATIVA NO OP

→ ASSEMBLEIA DO OP

À medida em que os anos foram passando e os recursos destinados ao OP sendo reduzidos, assim como o interesse político e privado na manutenção das arenas participativas, esse instrumento político foi perdendo força e seu potencial transformador, democratizante e cidadão. Nesse contexto, segundo Bragança (2005), a decisão popular sobre as políticas públicas e sobre a aplicação do orçamento municipal acaba sendo transferida pela consulta ou cooptação (SOUZA, 2002), níveis de participação os quais as demandas da população não são necessariamente contempladas e que possibilitam a aprovação de obras vinculadas a relações de trocas, por meio da cooptação de lideranças.

POR ISSO EU FALO QUE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PERDEU A ESSÊNCIA, PERDEU AQUELA ALEGRIA DAS COMUNIDADES. PORQUE NÃO TEM COMO UM LÍDER COMUNITÁRIO MOBILIZAR A COMUNIDADE PARA IR PARA A RODADA DO OP SENDO QUE AQUELA OBRA QUE FOI APROVADA HÁ DEZ ANOS ATRÁS NÃO SAIU DO PAPEL. ISSO AÍ ENTRISTECE A GENTE, ENTRISTECE AS LIDERANÇAS E AS COMUNIDADES. HOJE, NO MEU MODO DE VER, O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESTÁ MORTO. ESTÁ MORTO E PARA RETOMAR ESSA ALEGRIA DA COMUNIDADE TEM QUE COMEÇAR AS OBRAS QUE ESTÃO PARADAS HÁ MAIS DE DEZ ANOS. É MUITO BACANA NO PAPEL, MAS AS ARTICULAÇÕES DENTRO DA POLÍTICA... GABINETE DO VEREADOR ARTICULA ORÇAMENTO PARTICIPATIVO; GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL ARTICULA ORÇAMENTO PARTICIPATIVO; GABINETE DE GERÊNCIA REGIONAL - AQUI NOROESTE, NÃO SEI NAS OUTRAS - ARTICULA ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COM OS CABOS ELEITORAIS LIGADOS AOS VEREADORES. NA PEDREIRA NÓS NUNCA ACEITAMOS ISSO

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

fechamento da UMEI Pedro Lessa, por deslocamento de uma pedra da pedreira

inauguração do CCLAO no Mercado da Lagoinha

8.2

ENFRAQUECIMENTO DO OP E O CONTEXTO ATUAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA PPL

A partir da gestão Lacerda (PBS) na PBH (2009-2016), os recursos destinados ao OP enfrentaram uma redução considerável, chegando a menor destinação de verba desde 2002 na primeira gestão Kalil (PSD)¹³² (2017-atual). As Assembleias Regionais e as Caravanas de Prioridades não ocorrem mais e a participação popular nas decisões sobre as políticas públicas sendo esvaziada. Há obras conquistadas ainda na gestão de Fernando Pimentel (PT), 2001-2009 que ainda não foram executadas. À medida em que o investimento nessa política se reduz, assim como o interesse político em desenvolver sua manutenção proporcional ao seu caráter transformador, muitas obras aprovadas em OPs anteriores permanecem com seus orçamentos empenhados ou inconclusas.

De acordo com Sá (2021), em 2016 o número de obras incompletas do OP era de 450, o que foi determinante na atuação de Kalil de não realizar novas rodadas de OP antes de finalizar as obras aprovadas nas edições anteriores. Até sua reeleição em

2020, no entanto, a gestão de Kalil finalizou 104 obras e prometeu cumprir 326 em seu mandato atual, demonstrando certo compromisso público, apesar do recurso destinado a essa política permanecer bastante reduzido, assim como o interesse na participação popular em sua gestão (PORTO; BARCELLOS; RENA, 2021).

O QUE ACONTECE, O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO QUANDO PAROU, FICARAM CENTENAS DE OBRAS SEM CONCLUSÃO. A NOSSA OBRA [MELHORIA DO CAMPO DE FUTEBOL COMUNITÁRIO] [...] NÃO ACONTECEU. TEM UMA CENTENA DESSAS. O QUE PRECISA FAZER NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, PRIMEIRO É FAZER AS OBRAS QUE O PESSOAL GANHOU

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

A falta de compromisso com os acordos sociais e conquistas anteriores via OP, a redução dos espaços participativos tanto na gestão Lacerda, quanto no mandato de Kalil, a cooptação de lideranças locais e as relações clientelistas na destinação de orçamentos para determinadas obras contribuiu para que antigos líderes comunitários da PPL e delegados da COMFORÇA perdessem a confiança

golpe institucional da presidenta Dilma Rousseff

ocupação MTD na UMEI Pedro Lessa/MTD

no processo participativo do OP nos últimos anos e tornassem a se ausentar desses espaços cidadãos, ao contrário do que ocorria entre o final dos anos 1990 e início dos 2000.

OP TEM SOBRENOME EM BH E É: PATRUS ANANIAS. TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO POPULAR COM A COMFORÇA, COMISSÃO LOCAL DO CENTRO DE SAÚDE, CONFERÊNCIAS, CONSELHOS DEU UMA GUINADA NO PROCESSO DO OP. NA VERDADE, ESSES INSTRUMENTOS FORAM CRIADOS NO GOVERNO DO PATRUS, PORQUE ATÉ ENTÃO NÃO TINHA PARTICIPAÇÃO POPULAR NESSE VOLUME. O CÉLIO DE CASTRO CRIOU O CONSELHO REGIONAL POPULAR (CRP), MAS OS VEREADORES ACABARAM COM ELE VENDO PERDERIAM SEU PODER COM ESSE INSTRUMENTO. O MÁRCIO LACERDA FOI DESASTRE, DESMOBILIZOU, ACABOU COM TUDO. O OP COMEÇOU COM O PATRUS E TRANSFORMOU A PEDREIRA EM UM LUGAR MUITO MELHOR PARA SE VIVER, PATRUS DISPENSA COMENTÁRIOS. LACERDA ACABOU COM MOVIMENTOS POPULARES, PIOR PREFEITO.

(ROBSON DA COSTA MEIRA, WORKSHOP SOBRE O OP NA PPL, 2019).

As lideranças locais abordam que o OP hoje existe burocraticamente na PBH, mas não na prática. Sua prática muitas vezes tem sido desenvolvida dentro dos gabinetes do legislativo e não em processos participativos e democráticos. Atualmente a participação da PPL é bastante reduzida nas assembleias da Regional Noroeste, essas que agora são reuniões com poucas pessoas, que ocorrem para cumprir papéis e não geram encaminhamentos participativos. A população já não decide mais sobre a destinação do orçamento, é consultada, informada ou cooptada (ARNSTEIN, 1969; SOUZA, 2002), e quando solicita algo e questiona sobre a não execução das antigas obras conquistadas nos OP anteriores não obtém resposta.

ACONTECE UMA REUNIÃO UMA VEZ POR MÊS. EU SOU COMFORÇA, MAS VOU PARA QUÊ? VOCÊ CHEGA LÁ TEM 5 PESSOAS. É PARA DESGASTAR E PARA ESTRESSAR. CHEGA LÁ VOCÊ PASSA POR TRÊS PERGUNTAS, A PESSOA QUE ESTÁ LÁ NA FRENTE NÃO SABE NEM O QUE ESTÁ FAZENDO. QUANDO EU VOU LÁ EU FAÇO A MESMA PERGUNTA: "NOSSA OBRA DO SÃO CRISTÓVÃO, NOSSA REVITALIZAÇÃO DO CAMPINHO VAI ACONTECER? QUANDO?" A PESSOA NÃO SABE. NÃO SABE NEM O QUE EU ESTOU FALANDO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

início da gestão do
prefeito Alexandre
Kalil (2017-atual)

Lei Orgânica
(PELO) 1/2017
- OP

NÓS, ENQUANTO LIDERANÇAS, MOBILIZAMOS A COMUNIDADE COM A MAIOR DIFICULDADE, LEVAMOS PARA AS PLENÁRIAS DO OP, A OBRA É APROVADA NAS PRIORIDADES, DEPOIS VAI PARA UM FÓRUM - QUE EU POSSO AFIRMAR, QUE SEMPRE FOI MANIPULADO DENTRO DAS REGIONAIS, DAS GERÊNCIAS DO OP. NO ÚLTIMO OP QUE EU PARTICIPEI ATIVAMENTE FIZEMOS QUASE TRINTA DELEGADOS. QUASE TRINTA! É MUITA COISA! SAÍMOS DAQUI COM SEIS ÔNIBUS LOTADOS. FORAM 32 OU 34 DELEGADOS. ENTÃO O QUE É O OP? É A MOBILIZAÇÃO POPULAR. QUER DIZER, A COMUNIDADE MOBILIZA. PARA VOCÊ FAZER 32 DELEGADOS TEM QUE LEVAR NO MÍNIMO 300 OU 400 PESSOAS E AÍ UMA OUTRA COMUNIDADE QUE TEM ARTICULAÇÃO DENTRO DA PRÓPRIA REGIONAL, DENTRO DA GERÊNCIA DO OP, COM UM DELEGADO NO FÓRUM, CONSEGUE APROVAR A OBRA. [...] LEMBRO QUE O EX-SECRETÁRIO REGIONAL, JUNTAMENTE COM O GERENTE DO OP, QUANDO CHEGOU UMA VAN ELES FALAM: "CHEGOU O NOSSO PESSOAL". ACHEI ESQUISITO, FALEI: "NOSSO PESSOAL?". ACHO QUE A ADMINISTRAÇÃO E A GERÊNCIA DO OP TEM QUE FICAR NEUTRA, NÃO TEM QUE TER "NOSSO PESSOAL". FOI MUITO FRUSTRANTE PARA NOSSA COMUNIDADE, PORQUE NÓS FIZEMOS ESSE MONTE DE DELEGADOS E, AO FINAL, A ARTICULAÇÃO PODRE QUE EU VI NESSE FÓRUM...

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

Antigas associações comunitárias e instituições organizativas presentes no OP ainda existem, como a União Prado Lopes, coordenada por Josélia Nascimento, e a escola de samba Leão da Lagoinha, com a presidência de Jairo Moreira. E outras organizações também ativas no processo participativo encerraram suas atividades, como associação e jornal Fala Pedreira¹³³, fundada e coordenada por Robson da Costa.

HOJE EXISTEM CINCO [ASSOCIAÇÕES], MAS NAQUELA ÉPOCA ERAM TRÊS: A ASSOCIAÇÃO FALA PEDREIRA, QUE MANTINHA O JORNAL FALA PEDREIRA, A UNIÃO PRADO LOPES E UMA ASSOCIAÇÃO QUE NÓS AJUDAMOS A FUNDAR TAMBÉM, A ARCA, QUE É ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DOS AMIGOS DA PEDREIRA

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019)

[ASSOCIAÇÃO AQUI... A GENTE TEM VÁRIAS E ISSO É RUIIM. PORQUE SE VOCÊ TEM UMA ASSOCIAÇÃO... AGORA, SE VOCÊ TEM CINCO, UMA ENFRAQUECE A OUTRA

(VALÉRIA BORGES, ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO, 2019¹³⁴).



“ CHAMAR A PPL
DE FAVELA, VILA
OU AGLOMERADO
NÃO É PREOCUPA
ÇÃO DE QUEM É
DAQUI.

NO'S SABEMOS MUITO
BEM O QUE SOMOS.”

E lideranças tradicionais do território e membros da COMFORÇA ainda atuam na comunidade e em suas demandas, mas agora em outro formato. Muitas vezes articulados à pauta dos jovens, da educação, da saúde, dos direitos sociais e da cultura, como o samba, cultura tradicional na favela, eventos e circuitos artísticos que permeiam o local, como o BH é da Gente, Movimento Gentileza, festas, oficinas, shows e eventos promovidos pelo MTD na Ocupação Pátria Livre, entre outros, assim como às ações ligadas aos movimentos populares.

NÓS TEMOS ALGUNS BLOCOS AQUI QUE SÃO CHAVE PARA ISSO. NÓS TEMOS O ORISAMBA¹³⁵, LÁ DO PAI RICARDO¹³⁶, QUE MEXE E VIRA ESTÁ NESSAS MOBILIZAÇÕES. NÓS TEMOS OS NOSSOS BLOCOS TAMBÉM DOS VERMELHINHOS LÁ, “QUE SAUDADE DO MEU EX”, E ASSIM POR DIANTE. ISSO AÍ A GENTE ESTÁ APRENDENDO A FAZER. NÓS TEMOS O LEÃO DA LAGOINHA AQUI, QUE É UM BLOCO NOSSO... É UMA CAMINHADA, UMA CAMINHADA POLÍTICA. [...] “ESTAMOS CRIANDO A COMISSÃO CULTURAL PARA ACOMPANHAMENTO DA CULTURA. AS ENTIDADES, EU, O JAIRO, QUE É REPRESENTANTE DO LEÃO DA LAGOINHA, O PAI RICARDO, O ORISAMBA, A ADÉLIA

REPRESENTANDO SENHOR DOS PASSOS, TEM UM PESSOAL DO TYKERÊ, TEM UM PESSOAL DO ILÊ ODARA. NÓS VAMOS CRIAR UMA COMISSÃO FISCALIZADORA, NÓS QUEREMOS SABER. VEJA BEM, SE VOCÊ ENTRAR COM O PROJETO HOJE, LAGOINHA, PEDREIRA, VOCÊ JÁ ENTRA PERDENDO CINCO PONTOS. ISSO POR QUÊ? PORQUE DENTRO DE BELO HORIZONTE, A MAIORIA DOS PROJETOS É AQUI, TUDO PARA ESSA ÁREA E A GENTE NÃO SABE. NÓS QUEREMOS SABER CADÊ ESSE DINHEIRO, CADÊ OS PROJETOS. NÓS SOMOS TIDOS COMO O LUGAR QUE MAIS APROVA PROJETOS, É MUITO DINHEIRO E A GENTE NÃO ESTÁ VENDO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).

Uma questão que contribuiu para a modificação da organização social no território foi a saída da Pastoral de Favela no início dos anos 1990. Até o início dos anos 1980, o cenário organizativo da comunidade tinha uma forte relação com a Católica, que foi bastante ativa e presente na articulação dos moradores, como visto na seção anterior. Após a saída da Igreja, o enfraquecimento das ações ligadas à Teologia da Libertação e o crescimento das igrejas pentecostais a partir dos anos 2000, junto com a disseminação das políticas, práticas, ideias e subjetividades neoliberais no país, a organização popular se modificou e fragmentou.

prefeitura inaugura UMEI Pedro Lessa após dois anos fechada

Ao mesmo tempo, novos movimentos passam a atuar no território, como o MTD, atuante na favela desde 2012. O movimento coordenou diversas ações no território como: a **Ocupação Dona Maria**, para denunciar as demoras na entrega das habitações do PVV; a **ocupação do antigo Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira (CCLAO)** reivindicando sua reabertura pela PBH e o acesso à cultura para a comunidade. O CCLAO foi construído em 1999 na parte inferior do Conjunto Araribá homenageando o líder comunitário, grande articulador local e que promoveu diversas conquistas para a comunidade, Liberalino Alves de Oliveira, Seu Belo. O centro cultural era um local de grande importância para a favela, onde ocorriam oficinas, reuniões e atividades para os moradores. **Ele foi fechado** pela PBH em 2009 alegando risco estrutural e sanitário e foi **transferido em 2015** para o Mercado da Lagoinha.

Para os moradores a justificativa para o fechamento do CCLAO é incoerente, uma vez que ele faz parte de todo o conjunto habitacional Araribá. Se o centro cultural estava em risco estrutural, significa que as habitações do Araribá também estavam. E por que não foi realizada nenhuma obra ou manutenção no prédio tendo em vista a melhoria de sua segurança, mas o espaço cultural, educativo, de reunião e organização comunitária precisou ser fechado? Esses questionamentos levaram

os moradores, junto com o MTD, a ocuparem o espaço e o transformarem em um local de encontros de base ligado ao grupo das mulheres. Hoje esse local divide o espaço com o movimento e uma igreja pentecostal.

Em **2016** o MTD ocupou a UMEI Pedro Lessa junto com famílias da PPL reivindicando a reabertura da escola infantil e a abertura de novas vagas, tendo em vista a alta demanda no território. Segundo Moreno (2019), a unidade de ensino estava fechada havia dois anos, após ter caído uma pedra da pedreira ao lado em seu telhado. Obras foram realizadas para deixar o local mais seguro, no entanto, a escola permanecia de portas trancadas. A ocupação saiu vitoriosa após a negociação com a PBH, tendo a presença de Kalil no território.

O KALIL FEZ UM ATO ANTES DE TOMAR POSSE QUE FOI REABRIR A UMEI PEDRO LESSA, ELE COMBINOU COM VALÉRIA DE IR LÁ E ABRIU NA HORA, DISSE: “NÃO SOU PREFEITO, NÃO TOMEI POSSE, MAS PAGO DO MEU BOLSO PRA ABRIR A CRECHE

(ROBSON DA COSTA MEIRA, WORKSHOP SOBRE O OP NA PPL, 2019).

Ocupação Pátria Livre/MTD - grito dos excluídos

entrada do Bolsonaro na presidência (2019-atual)

fim do Ministério das Cidades

Ainda, em 2017 o movimento, em parceria com famílias locais e outros movimentos populares ligados à FBP, ocupou o antigo prédio da empresa de telefonia que há na favela dando origem à Ocupação Pátria Livre (OPL). Essa edificação estava abandonada há mais de 25 anos sem cumprir sua função social e em um território no qual a demanda por habitação é uma urgência constante. A OPL segue resistindo em meio às negociações com a PBH e o antigo proprietário na tentativa de sua expulsão.

E hoje com quatro anos, a OPL tem um papel fundamental na mobilização local, promovendo grupos de base, manifestações, eventos culturais, oficinas e outras atividades para comunidade. No período da pandemia a Ocupação tem sido um espaço base para a arrecadação e distribuição de alimentos, materiais de saúde e segurança contra o Covid-19 para as famílias pedreirenses.

Atualmente, na PPL também surgem novas lideranças e canais de mobilização social como o jornal e articulador da comunidade o “Cê viu isso PPL?”¹³⁷, no vem desenvolvendo um trabalho fundamental de conscientização da comunidade no atual período de pandemia do Covid-19 e que desenvolve ações articuladas com os moradores, com o MTD e outros movimentos ligados à FBP.

Valéria Borges é uma das coordenadoras, articuladoras e idealizadoras do “Cê viu isso PPL?” e ao longo dos últimos meses de pande-

mia percorreu diariamente sua comunidade distribuindo máscaras, dando recados e informações em seu alto-falante sobre a vacinação e cuidados necessários durante esse período. Via redes sociais, o Jornal visibiliza a comunidade, sua história e sua luta e proporciona aulas sobre direitos sociais e cidadania, muitas delas ensinadas pela professora da comunidade e grande admiradora de Paulo Freire, Valéria.

A URBANIZAÇÃO DEIXOU A GENTE SEM CHÃO, PORQUE NOSSAS CASAS ERAM MARCADAS E A GENTE ERA CONVIDADO A SAIR SEM MUITA EXPLICAÇÃO. ME CONTARAM QUE EXISTIA MOVIMENTO SOCIAL NA CIDADE E EU FUI ATRÁS. ELES VIERAM ATRAVÉS DE MIM PARA PPL [O MTD]. COM A URBANIZAÇÃO VIERAM MUITOS PROBLEMAS, ESCOLAS FECHADAS E A MORADIA - ANTES, NAS CASAS ERAM 10 PESSOAS E PASSOU PARA O APARTAMENTO QUE SÓ CABIAM TRÊS. AS OUTRAS SETE FICAVAM NA RUA OU SE APERTANDO DENTRO DO APARTAMENTO. FOI UM TEMPO MUITO DIFÍCIL. E QUANDO O MOVIMENTO SOCIAL [MTD] CHEGA, ELE COMEÇA A DAR CLAREZA PARA NÓS SOBRE O QUE ERA URBANIZAÇÃO, AS LUTAS QUE A GENTE PRECISAVA TRAVAR PARA TERMOS DIREITOS A MORADIA, ÁGUA, SAÚDE... ENTÃO A GENTE COMEÇA UMA RELAÇÃO

(VALÉRIA BORGES NO 9º CBEU, MARÇO DE 2021).

OUC
Centro-Lagoinha

tapete de pedras
no baixio do via-
duto da Lagoinha
(SUDECAP)

Em 2012 o movimento nacional de base, o MTD, se inseriu na PPL por meio do contato com outras lideranças locais, tendo em vista o atraso nas obras de urbanização e dos conjuntos habitacionais, a urgência habitacional dos moradores e o descaso público com a comunidade com entulhos espalhados pelo território. A partir desse momento passou a articular ações ligadas aos direitos dos moradores e negociações com o poder público. A primeira mobilização junto com os moradores da comunidade foi realizada no mesmo ano com a paralisação da Avenida Antônio Carlos, reivindicando a continuidade e finalização das obras do Vila Viva [...] Começamos com reuniões pequenas a partir de alguns contatos, os primeiros foram a Valéria e a sua sobrinha, e a partir disso fomos reunindo alguns amigos. A Valéria é uma liderança local ativa e tinha um grupo que se chamava Mobilização, que era um grupo de jovens e que tinha muitos participantes. Ela começou a trazer essas pessoas para as reuniões (MORENO, 2019, p.45).

A resistência e a luta estão na origem da PPL. Hoje o cenário da organização social no território é distinto do que havia na época de Seu Belo, no entanto, como visto, as antigas lideranças membros da COMFORÇA, ativas durante o OP e processo de urbanização da favela, e novas lideranças e movimentos populares atuantes na favela, permanecem conduzindo a força da comunidade, lutando, resistindo, articulando, mobilizando as famílias em relação aos seus direitos, articulando acordos e demandas com o poder público e representando a PPL politicamente.

O LÍDER COMUNITÁRIO É LÍDER POR VOCAÇÃO E PUNIÇÃO DIVINA, PORQUE SER LÍDER COMUNITÁRIO HOJE EM BELO HORIZONTE É UM TRABALHO MUITO ÁRDUO, É UMA LUTA. ÀS VEZES EU ATÉ FALO COM A MINHA ESPOSA, ME DÁ VONTADE DE CHUTAR O BALDE, PARAR, PORQUE É TANTO ESTRESSE, É TANTA RAIVA... ÀS VEZES, NAS REUNIÕES DA PBH VOU LOGO COM O [REMÉDIO] NO BOLSO, A PRESSÃO SOBE EU COLOCO O REMÉDIO DEBAIXO DA LÍNGUA, É ESTRESSE. MAS, INFELIZMENTE OU FELIZMENTE, A GENTE QUE É LÍDER NÃO TEM COMO LARGAR ESSA BANDEIRA, PORQUE NÓS VIVEMOS POR UMA COMUNIDADE, POR AJUDAR ESSA COMUNIDADE

(JAIRO MOREIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

RESISTÊNCIA

TAMBÉM NÃO É TANTO ASSIM QUE A GENTE NÃO TEM PERSPECTIVA DE NADA. A GENTE ESTÁ AQUI, AGINDO POLITICAMENTE, VAMOS TRABALHAR PARA A COISA VOLTAR. A GENTE SABE QUE TUDO É CÍCLICO, ESTÁ RUIM AGORA MAS VAI MELHORAR, NÓS TEMOS CERTEZA. NÓS VAMOS FICAR AQUI, NA RESISTÊNCIA

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).



Circuito Urbano
de Arte (CURA)
na Lagoinha

BH é da Gente
na Rua Aribá

Movimento
Gentileza: grafite
no muro do IAPI

Com o enfraquecimento do OP ao longo dos anos em BH, como dito, a participação da PPL institucionalmente foi reduzida. Em 2020 uma nova chama de esperança em relação ao retorno do OP e o resgate de sua importância social e cidadã foi ascendida. No ano passado, as discussões acerca dessa política pública municipal e da participação popular na capital retornaram com maior intensidade em BH, sendo conduzidas pelo legislativo¹³⁸.

Em um cenário de disputas eleitorais para as eleições municipais, a Câmara Municipal de BH aprovou a Proposta de Emenda à Lei Orgânica (PELO) 1/2017, na qual inclui o OP na Lei Orgânica do Município. Isso significa uma vitória para a população da cidade, pois, se aprovada no segundo turno, a legislação fornece ferramentas para a sociedade cobrar a aplicação do OP. É necessário aguardar os desdobramentos dessa Lei e de sua aplicação, que, se aprovada, será uma conquista para a população belo-horizontina.

A GENTE CHEGA TAMBÉM EM UMA ANÁLISE SOBRE O QUE A GENTE PODERIA TER FEITO DIFERENTE PARA NÃO CHEGARMOS ONDE ESTAMOS HOJE. POR EXEMPLO, PODERIA TER SIDO DIFERENTE A QUESTÃO DA COMFORÇA? POR QUE A COMFORÇA

ERA COMISSÃO FISCALIZADORA? POR QUE A COMFORÇA NÃO PODERIA SER UM CONSELHO DELIBERATIVO DAS OBRAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO? IA SER UM EMPODERAMENTO BEM DIFERENTE. POR QUE NÃO CONSEGUIMOS TRANSFORMAR O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM UMA LEI MUNICIPAL? COM CERTEZA ESSAS OBRAS QUE TEMOS - NÓS TEMOS OBRAS AÍ QUE GANHAMOS HÁ 20 ANOS - COM CERTEZA, SE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO TIVESSE SIDO TRANSFORMADO EM LEI, ISSO NÃO TERIA ACONTECIDO

(ROBSON DA COSTA MEIRA, SEMINÁRIO OPBH, 2020).

Tendo em vista o cenário de retirada de direitos em escala nacional, a pauta da participação nas políticas públicas se torna ainda mais necessária. O OP, como foi abordado, é um instrumento brasileiro de gestão municipal compartilhada e que, quando aplicado com vontade política e baseado em seu caráter democratizante, promove a transformação, a inversão de prioridades, com investimentos públicos sendo aplicados com base nas demandas populares e nos locais de baixa renda, onde há maior demanda por melhorias, infraestrutura, serviços, equipamentos urbanos e habitação.

pandemia:
Covid-19

crise sanitária,
econômica e
democrática

aprovação da
proposta de Emenda
à Lei Orgânica (PELO)
1/2017 - OP

[...] A IMPORTÂNCIA DA PPL COMO EXEMPLO DE POSTURA DE PEDIDO DE OBRAS PÚBLICAS [...] A COMUNIDADE NÃO PENSOU SÓ EM UM PEQUENO ESPAÇO, MAS SIM NO GLOBAL, PORQUE SE HÁ O PGE EM BH É PORQUE PARTIU DA PPL. [...] A PPL FOI A COMUNIDADE QUE CRIOU BH, POIS DE LÁ QUE RETIRARAM AS PEDRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL. RECENTEMENTE A PBH RETIROU A ÚLTIMA PEDRA DA PEDREIRA E COM ELA OS MORADORES QUEREM FAZER UM ALTAR PARA CONTAR ESSA HISTÓRIA DE LUTA DO TERRITÓRIO, RESGATAR O TRABALHO E CONQUISTAS, MOSTRAR O QUE UMA COMUNIDADE UNIDA PODE CONQUISTAR E FAZER, COMO JÁ O FIZERAM

(JOSÉLIA NASCIMENTO DURANTE O WORKSHOP SOBRE O OP NA PPL, 2019).

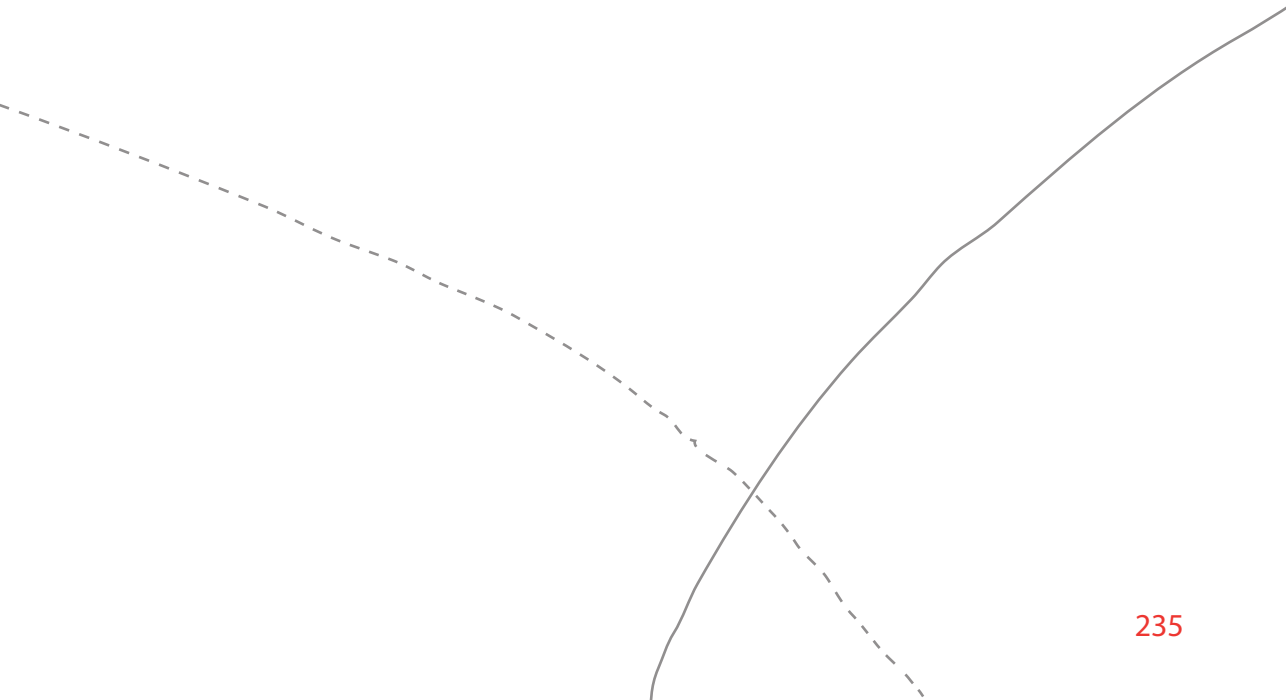
Essa política existe e já foi muito bem aplicada em diversos municípios do país durante as prefeituras democráticas da década de 1990. Em BH o OP teve seu momento de máxima cidadania junto à gestão de Patrus. É preciso resgatar o potencial democratizante, cidadão e transformador do OP e elevar a porcentagem dos recursos destinados a essa política, além de dar continuidade aos processos iniciados anteriormente, para a população das vilas e favelas belo-horizontinas serem contempladas com investimentos, urbanização com justiça social e qualidade de vida digna, o famoso direito à cidade.

A PRIMEIRA PERSPECTIVA É SOBRE SOBREVIVER, RESISTIR E VER O QUE VAI ACONTECER POLITICAMENTE. A RESISTÊNCIA É UMA CONSTANTE. NÃO PODIA SER DIFERENTE. E, INFELIZMENTE, O QUE A GENTE ENXERGA HOJE, É QUE ESTÁ HAVENDO UM DESMONTE DE TODAS AS POLÍTICAS QUE FORAM CONSTRUÍDAS AO LONGO DESSES ANOS, PRINCIPALMENTE AS POLÍTICAS SOCIAIS, COISA QUE A GENTE LUTOU MUITO [ÊNFASE NA FALA] PARTICIPANDO DAS CONFERÊNCIAS, DOS CONGRESSOS, ABRINDO MÃO DOS NOSSOS FINAIS DE SEMANA, ATÉ DA CONVIVÊNCIA COM A FAMÍLIA PARA PARTICIPAR DESSA CONSTRUÇÃO. A GENTE SEMPRE ENTENDEU QUE ERA MUITO IMPORTANTE. E HOJE EM DIA, DEPOIS DISSO TUDO PRONTO, A GENTE VÊ TUDO SENDO DESMONTADO DE UM DIA PARA NOITE. E A GENTE NÃO SABE MESMO ONDE ISSO VAI PARAR

(ROBSON DA COSTA MEIRA, CAMINHADA PELA PPL, 2019).



PPL

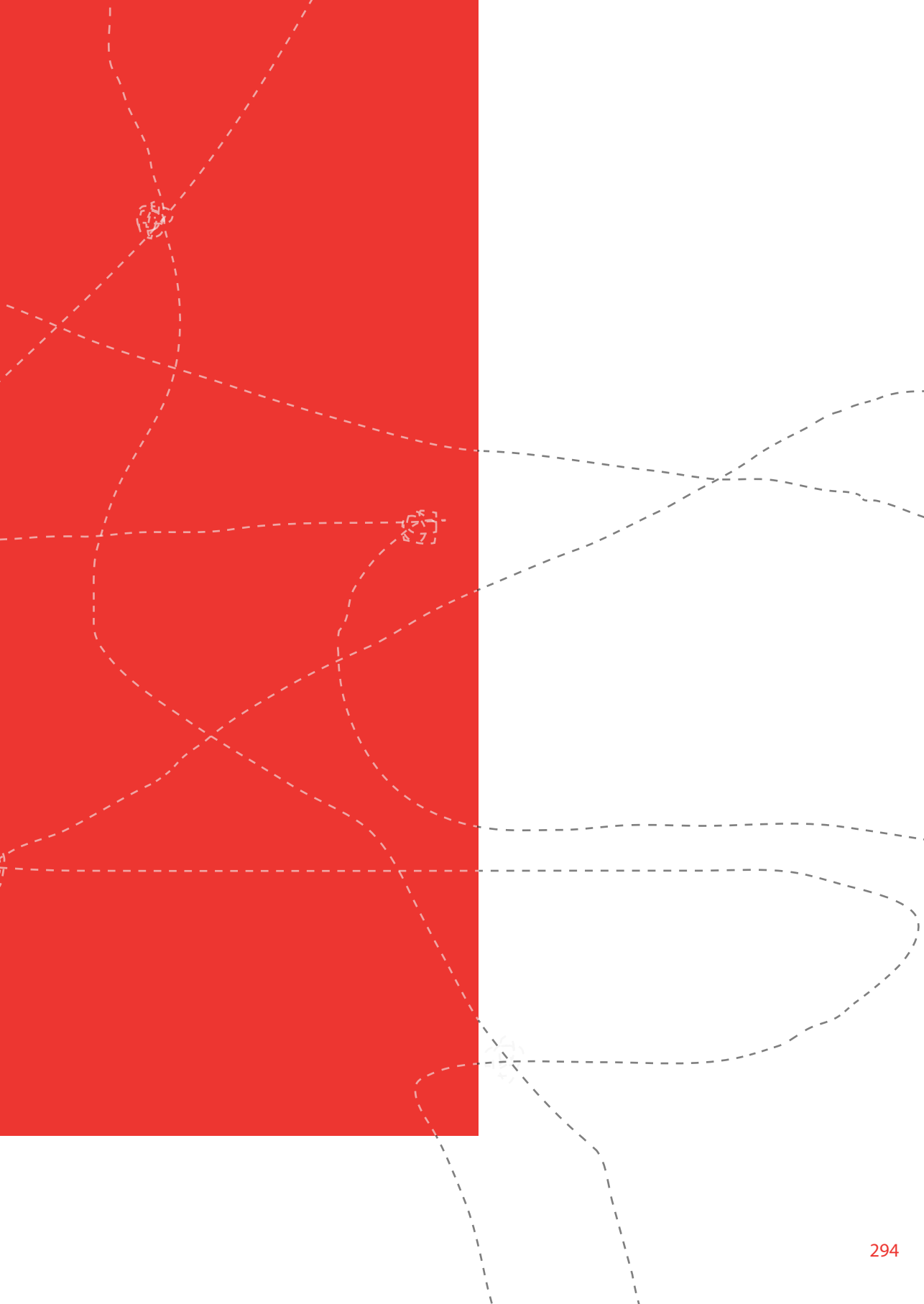




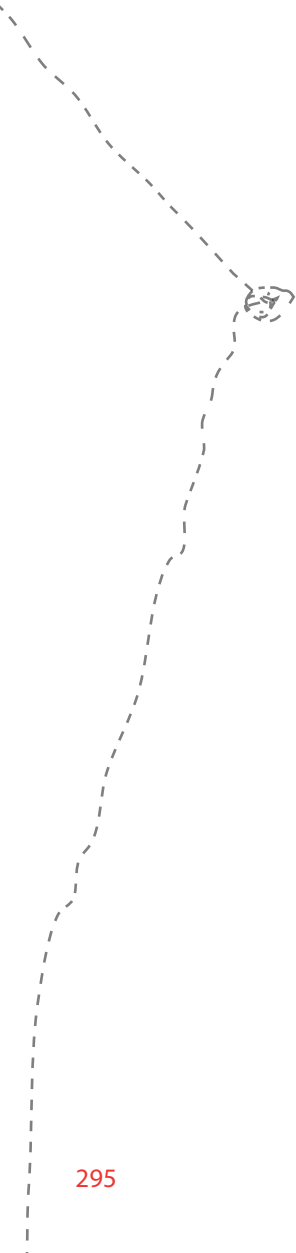
PARTE 3

9.

A CARTOGRAFIA É CONTÍNUA

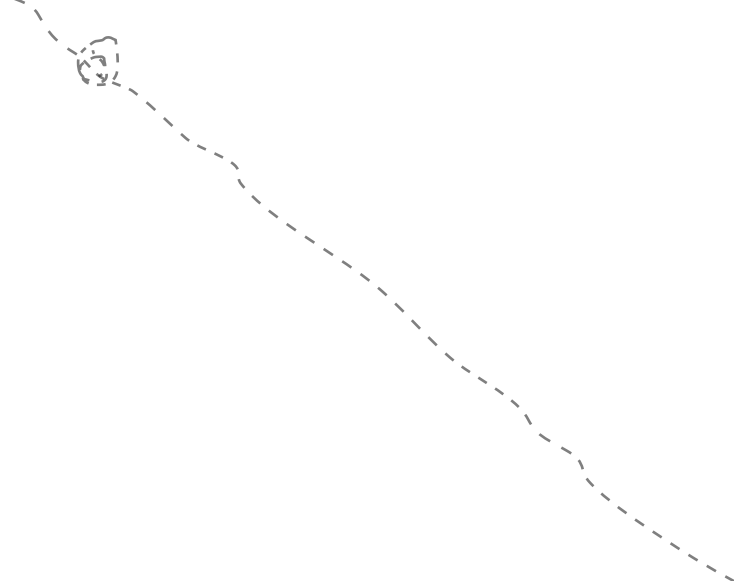


A CARTOGRAFIA É CONTÍNUA



*a cartografia é contínua
porque é em rede
rede que é fluxo
movimento.
É um conecta-desconecta
ligações
atravessamentos
criação de caminhos
continuidade da vida
porque mapeia a vida
as conexões
rotas que se abrem e fecham
pessoas que entram, saem ou
permanecem*

*cartografia é método
mas também é experiência
pesquisa-vida,
nas palavras do companheiro
Joviano,
ou pesquisa-vida-transformação
infinidades de fios
acontecimentos*



*que também se tornam afetos
reconhecimentos de si
sigo imbricada
embaralhada
emaranhada
nos caminhos da pesquisa-
cartográfica-vida*

*aqui,
agora,
não é um fim
um ponto
é mais um começo
mais um nó
início-meio-início
uma das trilhas
entre a rede cambiante
dos laços, afetos, estudos e
investigações
que me ultrapassam
me movem
fazem crescer
ser
e criar caminhos alternativos
onde a transformação seja possível*

*a experimentação de si
e do mundo*

*cartografia-vida-pesquisa
pra mim
também é
espelho*

Chegamos aqui. Última seção ou seção-ponte deste Caderno Cartográfico, que serve de passagem entre a leitura destas linhas e suas reverberações ainda desconhecidas em cada leitor, assim como nos desdobramentos possíveis após o Caderno “tomar vida”, se tornar objeto-ferramenta-história.

Esta seção final ou seção-ponte representa a conclusão do trabalho desenvolvido até aqui e também o encerramento do ciclo que vivi enquanto graduanda e que me entrelaça às universidades em que estudei. É final-ponte. Ponte, porque é também passagem e abertura para o novo. De graduanda passo a profissional. Apesar de - confesso - ainda não saber muito bem o que isso significa. Navego atualmente em um mar de dúvidas e desejos ao me formar em uma profissão que atinge somente 7% da população brasileira.

Sete por cento.

Uma porcentagem muito pequena e não é por falta de demanda. Existe um campo de atuação muito grande e com necessidades urgentes. Um trabalho real, mas ainda pouco valorizado na graduação e no meio profissional.

De modo geral, o curso de arquitetura ainda é bastante elitizado. Nas aulas de projeto aprendemos a projetar casas de alto padrão, soluções milionárias e tudo bem, é

necessário que aprendamos a diversidade de nossa profissão. Mas a questão é que este costuma ser o foco principal. Tudo bem projetarmos casas de 2000m² se também, ao longo do curso, aprofundássemos com o mesmo compromisso na arquitetura real, cotidiana e das demandas sociais. Aprendemos a usar o aço corten, mas não sabemos como funcionam as conexões estruturais de uma construção popular. Aprendemos a trabalhar com clientes inventados - com muito dinheiro, na maioria das vezes - e não temos contato prático com pessoas reais, seus problemas que precisam ser resolvidos em tempo real e com materiais acessíveis. Por que não aproveitar esse espaço de produção de ideias, criações projetuais e debates sobre a cidade para aliar às demandas reais? Aí entra a prática extensionista.

Nossas cidades são desiguais, produzidas para alimentar o interesse dos donos do dinheiro, o mercado imobiliário, e minha futura profissão tem ligação direta com isso. Trabalhar com arquitetura e urbanismo é atuar na produção espacial e isso é político, porque pode tanto articular as pautas reais no sentido de cidades mais justas e inclusivas, quanto colaborar para manutenção da desigualdade socioespacial presente nos municípios brasileiros. Por isso a importância de levantar neste trabalho o papel social da Universidade e da minha futura profissão. A

extensão universitária, quando desenvolvida com base na prática dialógica, tem um papel transformador, tem a potencial de formar profissionais com compromisso social, arquitetos-urbanistas-cidadãos, que reconheçam a realidade da atual produção espacial das cidades do país e possam estabelecer uma consciência social e cidadã para atuar em um caminho alternativo conectado às práticas coletivas e alinhadas à inclusão e justiça social.

Tomar essa consciência, para mim, foi possível graças às extensões nas quais pude participar.

Atuar com pessoas reais, moradores de ocupações, de vilas e favelas, nas pesquisas, extensões e disciplinas que integrei na UFSC e na UFMG, significou o reconhecimento da injustiça social presente nas cidades do país, as consequências de um planejamento urbano que, historicamente, considera apenas uma parte da cidade dentro das leis, planos e que fomenta a segregação socioespacial. Se tornou evidente para mim a necessidade da função social e cidadã do arquiteto e urbanista. Além disso, essas atividades universitárias nos territórios populares também foram um convite e um encorajamento à luta, a uma atuação política, democrática e social dentro da profissão que escolhi, porque são famílias que resistem e lutam diariamente por seus direitos, por cidades mais inclusivas, por habi-

tação, por trabalho, por saúde, mobilidade urbana... Ou seja, lutam para serem contemplados por um direito que já têm, o direito à cidade, tão caro e conquistado por muitas mãos na luta pela reforma urbana durante a redemocratização do país. Famílias junto a movimentos populares que permanecem resistindo, mesmo em contextos tão adversos como o atual.

Trabalhar com as demandas e pessoas reais me abriu os olhos sobre a profissão, sobre meus preconceitos e quais caminhos seguir.

Como já mencionado ao longo deste Caderno, a tríade universitária - ensino, pesquisa e extensão - trata do saber técnico, científico, teórico e prático, coloca a produção de conhecimento acadêmico à serviço do desenvolvimento social e proporciona uma formação de futuros profissionais que reconheçam a realidade além dos muros universitários. É a extensão universitária a principal ponte entre Universidade e sociedade. Esse instrumento pedagógico promove a troca de saberes, experiências, habilidades, visões de mundo e modos de vida; coloca a Universidade como agente transformador à serviço da sociedade, de suas demandas e seu desenvolvimento; e atua no sentido de romper com a lógica da transmissão de um único conhecimento hegemônico, que desconsidera outras formas de saber.

De que serve o conhecimento quando se torna apenas objeto de disputa teórica dentro dos muros da academia? Ao contrário disso, o conhecimento precisa de movimento, é preciso que reverbere, que troque, que seja útil à sociedade, que sirva. Como diria Deleuze: **“uma teoria é como uma caixa de ferramentas**. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas. [...] encontrem vocês mesmos seu instrumento, que é forçosamente um instrumento de combate. A teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica” (in: FOUCAULT, 2015, p. 132).

Com base em Freire (1992), a extensão em seu caráter pedagógico, proporciona também o aprendizado entre professor e aluno e troca de saberes dentro da própria Universidade. Os dois se tornam aprendizes. Como resultado, o interesse mútuo de alunos e estudantes pode reverberar positivamente em uma mudança na estrutura do curso acadêmico, com transformações e propostas sociais a serem incluídas no currículo da graduação e em projetos da pós-graduação. Um exemplo é o que vem ocorrendo nos últimos anos no curso de arquitetura e urbanismo

da UFSC. Desde 2014 vem sendo discutida a alteração do currículo e sua formulação junto com os alunos, que, em virtude do crescimento de atividades extensionistas, têm se aproximado da função social da profissão em projetos de pesquisa, ensino e extensão que tratam de ATHIS. Além disso, esse compromisso mútuo de alunos, professores e comunidade na democratização do curso e da profissão também incentivam a formulação e a institucionalização de uma residência em ATHIS no curso.

Dentro do sentido de democratização da cidade, o “material” de trabalho do arquiteto e urbanista é justamente ela, a cidade, que é coletiva, então que ela seja pensada de tal forma, junto com as pessoas que a habitam. Como visto neste trabalho, temos ferramentas para isso. Temos o Estatuto da Cidade, uma lei tão completa, mas colocada tão pouco em prática, tão pouco efetiva. Temos políticas públicas municipais como o OP, em que a população tem controle sobre os recursos locais e decide a localização dos investimentos em obras escolhidas e votadas por ela. Por que, tanto na prática profissional, quanto no ensino de arquitetura e urbanismo, ainda reproduzimos um modelo distante da maioria das pessoas que vivem nas cidades e distante de suas reais necessidades?

Ao longo do curso desenhamos mapas e pensamos ocupações do solo que parecem maravilhosas, mas não ouvimos as pessoas

que moram naqueles locais. Não pensamos com elas. Elas não propõem alternativas. No plano diretor, os arquitetos e urbanistas desenham e propõem um zoneamento que estabelece características específicas para cada região das cidades e a população, na pequena participação popular que é permitida - ainda quando incentivada e quando promovida de fato - ratifica aquele plano que não participou do desenho ou das intervenções propostas.

No sentido de políticas públicas, o OP possibilita a inversão de prioridades e a aplicação de investimentos em territórios populares. Durante as prefeituras democráticas da década de 1990, diversas prefeituras do país promoveram a aplicação de recursos e intervenções estruturais em locais historicamente excluídos pelo poder público. A PPL, assim como outras favelas de BH, foram urbanizadas. Processo de inversão de prioridades, participação popular e urbanização de vilas e favelas este que foi reconhecido internacionalmente pela ONU e reproduzido em diversos países.

Ao trazer este instrumento de tomada de decisão popular nas políticas públicas e de controle orçamentário do município neste trabalho, proponho apontar a necessidade da participação popular e sua potência na produção espacial menos desigual. Tendo como estudo de caso a urbanização da PPL e

seu papel precursor nas conquistas populares de urbanização em vilas e favelas da capital mineira, fica evidente o papel democratizador, cidadão e transformador desse instrumento que é o OP para o desenvolvimento da urbanização com justiça social das cidades brasileiras, quando aplicado com vontade política e envolvendo a população nos espaços de tomada de decisão e na condução da política pública.

Dentro do caso da PPL e se aproximando ainda mais da prática da arquitetura e urbanismo, após a conquista das obras é necessário que a participação também ocorra na concepção projetual tanto das habitações quanto do planejamento urbano proposto. Na PPL o PGE, conquistado via OP, contou com a participação da população de forma a referendar as decisões dos técnicos, mas não nas decisões e alternativas projetuais. O resultado é uma urbanização permeada de controvérsias. Fundamental no sentido de promover infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, mas, ao mesmo tempo, com decisões que não contaram com a população, como as plantas das unidades habitacionais, por exemplo.

No contexto atual de ataque às políticas públicas e direitos da população pobre, resgatar processos participativos e políticas para cidades mais justas, inclusivas e democráticas se torna um desafio ainda maior e

ainda mais urgente. Estamos vivendo em um cenário de crise estrutural do capitalismo, de enfraquecimento e destruição das políticas públicas sociais e direitos sociais conquistados em um processo histórico de luta pela reforma urbana e participação no país durante a década de 1980, de alargamento da desigualdade social, crise sanitária, despejos e remoções em plena pandemia, desemprego em massa, crescimento da fome, da miséria e da pobreza.

Como Ermínia Maricato¹⁴⁰ costuma levantar em suas falas, temos leis, temos planos, temos competência técnica, força e resistência social. Mas precisamos transformar tais planos e leis em ação, práticas alinhadas às pautas sociais e ao desenvolvimento urbano com justiça social, comprometido o orçamento público e com as ferramentas dispostas no Estatuto da Cidade. Depois de um período de avanços sociais e democráticos vividos durante as gestões Lula e Dilma, estamos regredindo ao apagamento das conquistas tão caras à sociedade brasileira. Este cenário nos coloca a necessidade de retornarmos às bases, isso tanto na prática profissional do arquiteto e urbanista ligado à sua função social no “chão da cidade”, quanto à Universidade via extensão universitária.

E nesse contexto também levanto o nó que une os conceitos e debates trazidos neste trabalho: a cartografia. Extensão, par-

ticipação popular, urbanização de favela e a atuação social do arquiteto e urbanista estão diretamente entrelaçados em minha trajetória acadêmica por meio da cartografia. Como discutido no início do trabalho, cartografia não é apenas a produção de mapas, mas também a atuação política, social, imbricada às lutas urbanas, às demandas reais e à atuação militante, comprometida com a democratização do conhecimento, com a transformação social.

Cartografar é mapear as resistências, ir atrás dos fios, dos rastros, seguir o dinheiro, se tornar mais um ator na rede, se envolver nas investigações e nos afetos, criar outras alternativas em meio a um urbanismo que segrega e exclui ligado à ordem global neoliberal. Estreitar os laços entre sociedade e Universidade. Atuar científica e socialmente.

Ao cartografar a PPL durante quase três anos foi possível compreender as resistências, me afetar politicamente nas redes, afetos e na atuação acadêmica. E esse processo, como diz o título desta seção, é contínuo. Porque a cartografia envolve movimento, nós que se formam e desconstroem, uma rede, um rizoma vivo, que se transforma a cada ator que se move, a cada situação e evento que ocorre no território ou em outra escala - transescalaridade. Sendo assim, a cartografia realizada até aqui não se acaba. Ela continua, porque a vida continua, as redes, os laços, as

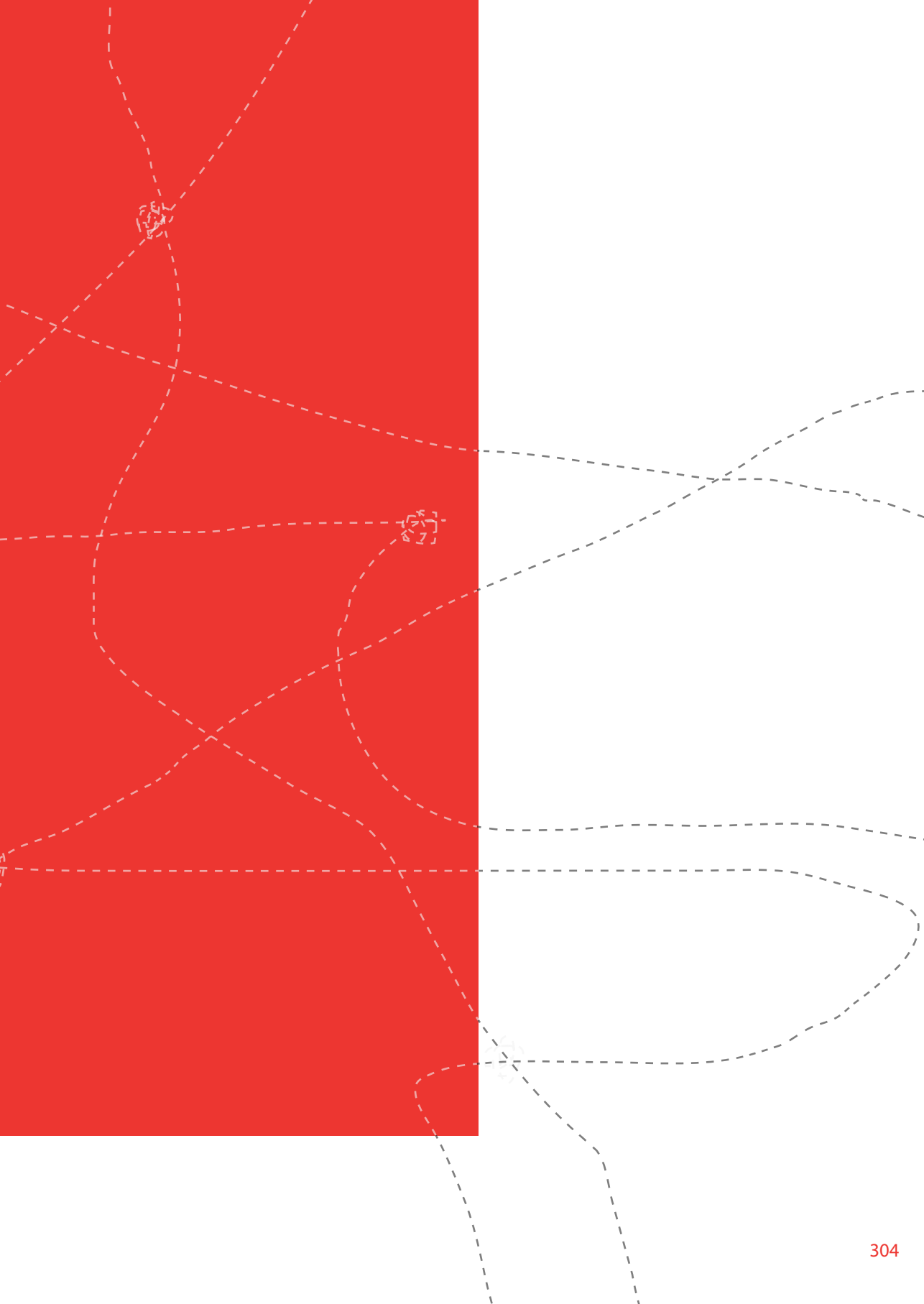
ações, continuam. Este objeto-ferramenta-história, que é o Caderno Cartográfico, pode abrir alguma janela, quem sabe, e ser parte de um movimento de luta e movimento que já existe.

Mais do que nunca, a Pedreira Prado Lopes e a Universidade, resistem. Sigamos juntos, para em 2022, criarmos uma perspectiva de futuro mais democrática, inclusiva, justa, com direitos sociais, afetos e alegria de vida.

Num afeto de alegria, portanto, o corpo que o afeta é indicado como compondo a relação dele com a sua, ao invés da relação dele decompor a sua. Desde então, alguma coisa o conduzirá a formar a noção do que é comum ao corpo que o afeta e ao seu, à alma que o afeta e à sua. Nesse sentido, a alegria torna inteligente” (DELEUZE, 1978, apud. MAYER, 2020, p.36).

10.

NOTAS DE FIM



10. NOTAS DE FIM

1 Mais informações sobre a pesquisa em questão na seção 3 deste caderno. E para conhecer mais sobre ela acesse **blog**, a **fanpage**, o **canal no youtube** onde estão disponibilizados os **documentários** dos quatro territórios populares estudados: a favela Pedreira Prado Lopes, a Região dos Guaicurus, a Associação dos Catadores de Papelão E Material Reaproveitável (ASMARE) e Ocupação Maria Carolina de Jesus/MLB, e a Plataforma Urbanismo Biopolítico, **acesse**.

2 Mais informações sobre a pesquisa em questão na seção 3 deste caderno. E para conhecer mais sobre pesquisa acesse o **blog**, a **fanpage**, o **perfil do instagram** e o **canal no youtube**.

3 Mais informações sobre a extensão Geopolítica e Cidades na **wiki**, acesse.

4 Mais informações sobre a extensão Urbanismo Biopolítico acesse o blog Plataforma Urbanismo Biopolítico (**PUB**) e a **wiki**.

5 As disciplinas foram ofertadas pela Escola de Arquitetura da UFMG e produziram materiais e discussões alinhadas às pesquisas e ao Método Cartográfico Indisciplinar. O **blog** Plataforma Urbanismo Biopolítico (PUB) contém mais informações sobre a cartografia realizada na PPL e a narrativa cartográfica presente neste caderno.

6 O GE Lagoinha é formado pelas pesquisadoras **Gabriela Bitencourt** (Arquiteta e Urbanista formada pela UFAL e mestre no programa de pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG), **Carolina Nasser**

(Advogada formada pela UFMG e doutoranda na Faculdade de Direito/UFMG), **Susan Oliveira** (Graduada em Arquitetura e Urbanismo/UFSC) e por **Natacha Rena** (Professora Doutora da EA/UFMG, além de líder do Grupo de Pesquisa Indisciplinar e coordenadora do GE Lagoinha).

7 A demanda de visibilizar a história da urbanização da Pedreira via Orçamento Participativo foi levantada pelos moradores e lideranças comunitárias durante o workshop sobre o OP na PPL realizado no dia 28 de novembro de 2019 na Escola Municipal de Belo Horizonte, localizada na PPL. A oficina foi desenvolvida pela equipe da pesquisa Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte e pelos alunos da disciplina Cartografia do Orçamento Participativo em BH I, em conjunto com os parceiros do território. Pretendíamos cartografar a percepção dos moradores em relação às obras do OP, tanto ao longo do processo de realização (para aqueles que participaram de alguma forma deste processo), quanto após conclusão das obras, avaliando seu impacto no território. Desenvolvemos um jogo enquanto dispositivo cartográfico que permitiu a emergência de controvérsias de uma forma mais livre, fugindo da rigidez de outras estratégias de pesquisa como questionários, por exemplo, e assim foi possível recolhermos o maior número possível de narrativas sobre assuntos de interesse à pesquisa. Apesar de não se apresentar como objetivo central, a atividade permitiu uma compreensão dos atores, formação de grupos, conflitos e controvérsias presentes no território.

8 O grupo de pesquisa Indisciplinar atua em diversas frentes que se relacionam à produção contemporânea do espaço urbano e as políticas neoliberais, que operam em cima do crescimento da desigualdade social e espacial. Mais informações sobre o grupo de pesquisa acesse o [site](#), a [fanpage](#), o [canal do Youtube](#) e a [fanpage](#) da revista Indisciplinar.

9 E para desenvolver as Cartografias Indisciplinares, o grupo de pesquisa segue algumas diretrizes que orientam o trabalho, são elas: [1] Fazer-conhecer-transformar, cartografando a realidade; [2] Ativar micropolíticas de modo transescalar; [3] Constituir um processo de investigação política, acadêmica, militante e/ou ativista que não separa teoria e prática; [4] Utilizar dispositivos tecnopolíticos destituíntes e constituintes, táticos e estratégicos; [5] Construir processos de pesquisa-intervenção a partir da experiência nas lutas. Diferente do método – Meta-Hodos – científico, tradicional, cartesiano e positivista, que é uma maneira de proceder para cumprir objetivos, a cartografia é um Hodos-Meta, que possui seu próprio caminho como objetivo; [6] Investigar imbricando sujeito e objeto nos processos; [7] Atuar nos pontos cegos das lutas, estudando e traduzindo, de maneira sintética, as legislações e documentos oficiais, por exemplo; [8] Potencializar a ubiquidade, utilizando-se das tecnopolíticas (redes e ruas); [9] Atuar no tempo real das lutas com cronograma aberto, flexível e variável; [10] Construir apostas para além das hipóteses científicas; [11] Criar um ambiente de investigação apropriado para a atuação acadêmica de militantes/ativistas; e [12] Trabalhar em rede

com múltiplos atores (e não como assessores técnicos) (LOPES; RENA; SÁ; 2019).

10 Aqui não abordarei o Método Cartográfico Indisciplinar com profundidade. Para mais informações sobre o método os acesse os artigos “Método Cartográfico Indisciplinar: da Topologia à Topografia do Rizoma” ([link](#)), das professoras Marcela Brandão Lopes, Natacha Rena e Ana Isabel de Sá (2019), e “Cartografia Das Controvérsias: uma leitura transescalar” ([link](#)), de Maíra Nobre, Ana Schoenell e Henrique Porto e (2020).

11 Conteúdos multimídia de aplicações externas que são integrados a outros sites por meio de tags HTML (LOPES; RENA; SÁ, 2019).

12 O Workshop sobre o OP na PPL foi uma atividade realizada em novembro de 2019 vinculada à pesquisa Cartografia Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte/Indisciplinar e à disciplina Cartografia do OP em BH I/EAD-UFMG. Com o Workshop foi possível compreender alguns atores, formação de grupos, conflitos e controvérsias presentes no território. Mais informações sobre a pesquisa e essa dinâmica na Narrativa Cartográfica.

13 Essa gestão atuou seguindo o “modo petista de governar”, desenvolvido nas prefeituras democráticas da década de 1990. Segundo Bittar (1992), uma das características desse formato de gestão seria a: “a inversão de prioridades de governo, que significa assumir a dívida social e garantir o direcionamento dos principais investimentos públicos para as áreas carentes; a desprivatização do Estado,

que se materializa, por exemplo, no combate à corrupção e à prática clientelista” (BITTAR, 1992, p.22).

14 A professora doutora Natacha Rena, que também é co-orientadora deste TCC, é professora da EAD/UFMG e coordenadora do grupo de pesquisa Indisciplinar. Entre as atividades que estão dispostas neste Caderno Cartográfico as quais participei junto ao Indisciplinar, a professora também foi uma das coordenadoras da pesquisa extensionista Territórios Populares/UFMG (2018-2019), junto com a professora Marcela Silvano Brandão, é coordenadora da pesquisa extensionista Cartografia do OP em BH e das extensões Geopolítica e Cidades e Urbanismo Biopolítico.

15 A professora doutora Marcela Silvano Brandão é professora da EAD/UFMG e investigadora do grupo de pesquisa Indisciplinar. Dentre as atividades em que participei junto ao grupo, a professora coordenou a pesquisa Territórios Populares/UFMG (2018-2019) junto com a professora Natacha Rena, assim como das atividades que se ramificaram: as disciplinas Territórios Populares I, II e III e o Pflex Arquitetura Desobediente. Mais informações na seção 3 do caderno.

16 Valéria Borges compôs a mesa sobre “Movimentos sociais urbanos e tecnologias sociais Disponível” no 9º CBEU, em que abordou a experiência realizada entre a liderança, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e o Indisciplinar, nas pesquisas extensionistas Territórios Populares, Cartografia do OP em BH, nas extensões Geopolítica e Cidades e Urbanismo Biopolítico, e nas disciplinas Territórios Populares I, II e III, Pflex Arquitetura Desobediente e Cartografia do OP em BH I e II. O seminário ocorreu

de forma virtual e está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l8J9J3awZug>>.

17 Para mais informações sobre o PET ARQ/UFSC, acesse o [site](#) do PET ARQ/UFSC, a [fanpage](#) e o [perfil](#) no Instagram.

18 Mais informações sobre o grupo de pesquisa na nota de fim 5 e nos links: [wiki](#), [fanpage](#), [canal do youtube](#) e a [fanpage](#) da revista Indisciplinar.

19 O BrCidades é uma rede nacional que faz parte do Projeto Brasil, conectado à Frente Brasil Popular (FBP) e que busca ampliar o debate sobre a produção espacial desigual das cidades brasileiras, assim como promover ações no sentido de colaborar com novas estratégias e políticas que atendam a realidade das cidades brasileiras: “é urgente elaborar, por meio de uma construção social, um projeto para as cidades do Brasil, no médio e longo prazo, tendo como parâmetros a justiça espacial, intraurbana e regional; a sustentabilidade social, econômica e ambiental; o combate a toda sorte de desigualdade – social, racial e de gênero – o respeito à diversidade geográfica e cultural, além do controle social e o respeito aos recursos públicos”. Retirado do manifesto do Projeto Brasil Cidades. Para mais informações sobre o BrCidades, acesse o [site](#), a [fanpage](#) e o [perfil](#) no Instagram.

20 “Ermínia Maricato é ativista política e uma das mais importantes pensadoras brasileiras da atualidade. Seu trabalho se volta, principalmente, ao debate crítico sobre o nosso processo periférico de urbanização. Já ocupou cargos públicos, como na Prefeitura da Cidade de São Paulo, onde foi Secretária de Habitação

e Desenvolvimento Urbano (1989-1992) e no Governo Federal, onde foi Secretária Executiva do Ministério das Cidades (2003-2005) cuja proposta de criação se deu sob sua coordenação. Profa. Colaboradora do Curso de Pós-Graduação da FAUUSP além de participar de corpos editoriais. Criadora do BR Cidades” (MARICATO, 2019, p.1)

21 Para mais informações sobre a pesquisa extensionista acesse o [site](#).

22 Para mais informações sobre o MAB, acesse o [site](#), a [fanpage](#), o [perfil](#) no Instagram e o [canal](#) no Youtube.

23 Para mais informações sobre a FBP, acesse o [site](#), a [fanpage](#), o [perfil](#) no Instagram e o [canal](#) no Youtube.

24 Para mais informações sobre o MTD, acesse a [fanpage](#) e o [perfil](#) no Instagram.

25 Para mais informações sobre a Ocupação Pátria Livre e o MTD/MG, acesse a [fanpage](#).

26 O projeto de extensão Geopolítica e Cidades, coordenado pela professora Natacha Rena e ligado ao programa de extensão Ind.lab, atua em atividades relacionadas à Frente Brasil Popular no Projeto Brasil, dentro do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Urbana (atualmente denominado BrCidades) junto a movimentos populares. Mais informações sobre o projeto de extensão Geopolítica e Cidades ver sua página na [wiki](#) do grupo de pesquisa.

27 Para mais informações sobre o Levante, acesse o [site](#), a [fanpage](#), o [perfil](#) no Instagram e o [canal](#) no Youtube.

28 Para mais informações sobre o MST, acesse o [site](#), a [fanpage](#), o [perfil](#) no Instagram e o [canal](#) no Youtube.

29 Além das professoras coordenadoras Marcela Silviano Brandão Lopes e Natacha Rena, também integrava a pesquisa a professora Patrícia Azevedo; as doutorandas Carolina Nasser, Maíra Ramirez, Michele Brito, Ana Isabel de Sá; a mestre Gabriela Bitencourt; e os graduandos eu, Susan Oliveira, Saulo Maciel, Bárbara Oliveira, Marília Pimenta, Lucas Camargo, Luiza Souza, Lucca Mezzacappa, Iago Oliveira e João Márcio Dias. Mais informações sobre a pesquisa e sobre os materiais produzidos, acesse o [blog](#), a [fanpage](#) e o [canal no youtube](#) de TP. Sobre a cartografia realizada na PPL, especificamente, também desenvolvemos uma página na Plataforma Urbanismo Biopolítico ([link](#)), e artigos e outras produções abordadas nesta seção do TCC. Para isso veja as notas de fim 35 e 36.

30 Sobre o método cartográfico Indisciplinar veja a nota de fim 10 ou acesse os artigos “Método Cartográfico Indisciplinar: da Topologia à Topografia do Rizoma” ([link](#)), das professoras Marcela Brandão Lopes, Natacha Rena e Ana Isabel de Sá (2019), e “Cartografia Das Controvérsias: uma leitura transescalar” ([link](#)), de Maíra Nobre, Ana Schoenell e Henrique Porto e (2020).

31 O projeto de extensão Urbanismo Biopolítico é coordenado pela professora Natacha Rena e está

ligado ao programa de extensão Ind.lab. O projeto propõe produzir informações e criar dispositivos tecnopolíticos e colaborativos (mapeamentos digitais, redes sociais, páginas wiki, blogs, produção de linhas do tempo etc.). Mais informações sobre o projeto de extensão Urbanismo Biopolítico ver sua página na [wiki](#) do grupo de pesquisa, no blog [Plataforma Urbanismo Biopolítico](#) (PUB), o qual possui uma aba sobre o [território da PPL](#), e em sua [fanpage](#).

32 Sobre os dispositivos tecnopolíticos produzidos em TP, veja a nota de fim 27.

33 A pesquisa “Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte”, em desenvolvimento, propõe investigar a participação popular no Orçamento Participativo (OP) e a implementação das obras nos locais estudados - PPL, Vila Senhor dos Passos, Vila Primeiro de Maio. A pesquisa é coordenada pelas professoras Natacha Rena, Gisela Barcellos e Ana Isabel de Sá, e integrada pela doutoranda Máira Ramirez e pelos graduandos Henrique Porto, Anderson Chagas, Mariana Belo e por mim, Susan Oliveira, atualmente como voluntária e afastada para o desenvolvimento deste trabalho. Para conhecer mais sobre pesquisa acesse o [blog](#), a [fanpage](#), o [perfil do instagram](#) e o [canal no youtube](#).

34 Sobre o GE Lagoinha ver a nota de fim 6.

35 Os artigos que escrevi em conjunto são: Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes ([link](#)); Planejamento urbano e participação popular: Pedreira Prado Lopes na vanguarda de políticas

urbanas em vilas e favelas ([link](#)); Lagoinha e Pedreira Prado Lopes: entre políticas públicas e resistências urbanas ([link](#)), DO DESLOCAMENTO À GENTRIFICAÇÃO: controvérsias na Região da Lagoinha em face à razão neoliberal ([link](#)), e A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO: um enredamento a partir das cenas de uso urbanas de crack e processos de gentrificação na região da Lagoinha ([link](#)).

36 As entrevistas nas quais participei como bolsista de extensão foram com: Lisandra Silva, técnica da URBEL/PBH, ([link](#)); Máira Colares, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC/PBH, ([link](#)); e com [Vinícius Moreno](#), militante pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e coordenador do Galpão da Ocupação Pátria Livre na Favela Pedreira Prado Lopes, ([link](#)).

37 Dissertação de mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais “Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha”, de Gabriela Campelo Aragão Bitencourt (2020), disponível no [link](#).

38 No blog PUB há uma aba sobre o território da PPL - criada ao longo da extensão universitária. Além disso, o PUB também possui uma fanpage, [acesse](#).

39 O documentário foi realizado em 2019 pelo grupo de pesquisa Indisciplinar, durante a pesquisa extensionista Territórios Populares, e está disponibilizado no blog da pesquisa e no canal da mesma no Youtube, acesse: [blog](#) e a [playlist](#) com os quatro

documentários. Para a produção e gravação do documentário utilizamos uma linha do tempo analógica e interativa da favela, imagens e perguntas simples - quando? o que? por que? quem? com o que? - as quais levamos à Valéria Borges, buscando a construção de uma cartografia espontânea e complexa (sobre o método veja a nota de fim 10).

40 O documentário sobre a PPL está disponível neste [link](#), acesse. E mais informações sobre a investigação cartográfica no território acesse a página da PPL no [blog](#) da pesquisa TP e no [blog](#) PUB.

41 Sobre o método veja a nota de fim 10.

42 Ana Luísa Schoenell, Ana Urbano e Letícia Gardusi.

43 Professoras doutoras Marcela Silviano Brandão/EAD-UFMG, Natacha Rena/EAD-UFMG, e Patrícia Azevedo/EBA-UFMG; bolsistas de graduação e alunos da disciplina: eu, Susan Oliveira, Marília Pimenta, Saulo Maciel, Bárbara Oliveira, Lucas Camargo; e demais pesquisadoras e integrantes da pesquisa: os graduandos Lucca Mezzacappa/EAD-UFMG, Iago Oliveira/EBA-UFMG e João Márcio Dias/EBA-UFMG; as mestrandas Maira Ramirez/EAD-UFMG, Gabriela Bitencourt/EAD-UFMG e Karina Gea/UFMG; as doutorandas Carolina Nasser/FD-UFMG Michele Brito/ICEx-UFMG e Ana Isabel de Sá/UFMG. Para mais informações sobre a pesquisa Territórios Populares veja a nota de fim 6 e para assistir ao documentário [acesse este link](#).

44 As técnicas convidadas foram: Karina Gea, Carolina Nasser, Lisandra Mara Silva e Ângela.

45 Acesse os dois manuais que produzimos durante o Pflex e que entregamos à Ocupação Pátria Livre: [Módulo Biombo](#) e [Módulo Caixa de Feira](#).

46 Em novembro de 2019, realizamos uma caminhada na Pedreira Prado Lopes guiada pelos líderes comunitários Robson da Costa Meira e Valéria Borges, os quais nos conduziram nas obras e locais conquistados via orçamento participativo à medida em que foram nos contando a história de luta da favela por sua urbanização e todo o processo que ocorreu com a participação da comunidade e a execução das obras via OP. Esse encontro foi organizado pelos integrantes da pesquisa Cartografia Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte/Indisciplinar e da disciplina Cartografia do OP em BH I/EAD-UFMG, relacionada à pesquisa em questão. Ver mais na Narrativa Cartográfica.

47 A mesa também contou com a participação das professoras Lizete Maria Rubano (UPM), Giselle Tanaka (IPPUR/UFRJ); Liza Maria Souza de Andrade (UnB); Maria Inês Sugai (UFSC). As informações sobre sessão livre estão disponíveis nos anais do evento no [link](#), acesse e saiba mais.

48 Mais informações a respeito do SUB e o e-book do evento, acesse a [wiki](#) e o [site](#).

49 Com a articulação da equipe de professoras da pesquisa TP foi possível a viabilização financeira para exposição via edital disponibilizado pela Associação Profissional dos Docentes da Universidade Federal de Minas Gerais – APUBH / UFMG, apoio do Centro Cultural da UFMG e pela parceria do Grupo Oficina Multi-

média (GOM), também responsável pela organização do Verão de Arte Contemporânea (VAC), em BH.

50 Orçamento Participativo/ Planos Globais Específicos.

51 Informação retirada do blog da pesquisa, [acesse](#).

52 Equipe da pesquisa extensionista presente: professoras Natacha Rena e Ana Isabel de Sá; eu, Susan Oliveira, na época bolsista; e Phillippe Silva membro da equipe geral.

53 As alunas presentes foram: Ana Luísa Schoenell, Faustine Horgnies, Ana Urbano e Luiza De Souza.

54 Os participantes vinculados aos território da PPL foram: Josélia Nascimento, Sebastião (Nem) Ambrósio, Ignez Nassif, Márcia, Inês, Valéria Borges, Robson da Costa, Jairo Nascimento Moreira, Simone, Helena e Cássia.

55 Sobre o workshop na PPL ver nota de fim 12.

56 Ver nota de fim 16.

57 Artigos científicos produzidos ao longo de CPPOBH: "PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: Pedreira Prado Lopes na vanguarda de políticas urbanas em vilas e favelas", disponível na [revista Indisciplinar](#) e no [blog](#) da pesquisa; e "Entre a Igreja Católica e o Terceiro Setor: relações transescalares e a atuação da AVSI em Belo Horizonte", disponível na [revista Indisciplinar](#) e no

[blog](#) da pesquisa. A equipe da pesquisa extensionista também teve resumos de artigos aprovados no evento IPHS - International Planning History Society, que ocorreria em julho de 2020, foram eles: "Desenvolvimento de Políticas Públicas Participativas em vilas e favelas brasileiras durante os anos 1990: Vila Senhor dos Passos e favela Pedreira Prado Lopes (Belo Horizonte, Minas Gerais)" ([link](#)), "Participatory Democracy in Urban Public Policies and Participatory Budgeting in Brazil" ([link](#)), "A Igreja Católica e a formação de idéias inovadoras para o planejamento no Brasil: A trajetória de Pier Luigi Bernareggi" ([link](#)), e "O Orçamento Participativo e a busca por equidade territorial em Belo Horizonte" ([link](#)).

58 Entre os artigos para a mídia alternativa estão: "Orçamento Participativo é disputado em Belo Horizonte", "Participação social da Constituição à cidade: o orçamento participativo em Belo Horizonte" e "OP de Kalil: orçamento participativo perde recursos e participação popular", todos disponíveis no blog da pesquisa, na aba "artigos". Acesse o [link](#).

59 A abertura do ciclo de seminários ocorreu em março/2012 com a participação de Patrus Ananias e Welton Petrillo ([link](#) para a aula). As aulas ocorreram de forma remota e estão disponíveis no [blog](#) e na [playlist](#) sobre a disciplina no [canal da pesquisa](#) no Youtube. Seus temas foram: "A perspectiva dos delegados" ([link](#)), "A perspectiva dos técnicos da PBH" ([link](#)), "O OP Habitação e os PGEs" ([link](#)), "Os OPs Digitais" ([link](#)), "A experiência do OP no Brasil e no mundo" ([link](#)) e "A situação atual do OPBH" ([link](#)).

60 Durante a disciplina CCOP os alunos, em parceria com a equipe da pesquisa extensionista, coletaram com a população local e atuante em casa Centro Cultural de BH e desenvolveram um vasto material que foi selecionado e exposto no perfil do Instagram criado para isso, acesse [aqui](#). Ainda, parte do conteúdo audiovisual da mostra também está disponível no canal do Youtube da pesquisa com relatos dos moradores, [acesse](#). Mais informações sobre a disciplina no [blog](#) da pesquisa.

61 As referências utilizadas para encontrar narrativas locais foram: o livro “Becos da memória, desenhos de cidadania. Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral”, de Nubia Ribeiro et. al (2001); a tese “A Diversidade Cultural na Cidade Contemporânea: O Reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como Patrimônio Cultural”, de Michele Arroyo (2010); e o artigo “As tessituras da memória e a construção imaginária do espaço: história oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes”, de NASCIMENTO, A. et al. (2019).

62 O seminário ocorreu de forma virtual no segundo semestre de 2020 e está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I8J-9J3awZug>>.

63 Sobre o workshop na PPL ver nota de fim 12.

64 Ver nota de fim 16.

65 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

66 O plano original de Belo Horizonte conside-

rava a região da Pedreira Prado Lopes como zona suburbana, onde não havia plano urbanístico ou infraestrutura de moradia para os construtores da capital mineira.

67 Após mais de 10 anos da realização do último Censo do IBGE, é possível que o número de habitantes, assim como de domicílios da favela esteja desatualizado.

68 Essa região também é conhecida entre os moradores como Guapé ou Favelinha. Antigamente, essa parte da PPL havia muitos barracos feitos de caixotes de feira, então essa região ficou conhecida entre os moradores favela dos caixotes ou Favelinha.

69 O GE Lagoinha vem tentando mapear os diferentes interesses que atuam na região da Lagoinha e que evidenciam controvérsias presentes neste território com práticas que, ora atuam no sentido do poder hegemônico alinhado ao urbanismo neoliberal que segrega, exclui e gera desigualdade, e que ora fortalecem a resistência local e luta popular. Conforme Gabriela Bintencourt (2020), entendemos “que há um contexto de interesses controversos que é próprio das dinâmicas urbanas e envolve as lutas territoriais que articulam formações de diferentes grupos, a cada momento, o que ressalta a ausência de uma simples dicotomia entre a produção capitalista do espaço via urbanismo neoliberal e resistências sociais” (BITENCOURT, 2020, p.301). Ver mais sobre esse mapeamento dos processos de resistência, as práticas urbanísticas neoliberais e de gentrificação na região estudada dissertação de mestrado “Cartografia das Controvér-

sias na região Lagoinha”, da mesma autora, e disponível no link: <<https://bitly.com/cErF2>>.

70 Sobreviver, porque a moradia, os serviços e infraestrutura urbano, mesmo após a urbanização, são questões mal resolvidas. A cidade informal ainda é atendida de forma desigual pelo poder público e em muitas vezes fica à mercê da vontade política, que se modifica em cada gestão. Sobreviver, porque, como Valéria Borges fala ao caminhar por sua comunidade, “é nós por nós”. Sobreviver, porque a vida cotidiana é permeada de percalços, dificuldades e injustiças, e porque para viver com dignidade é preciso resistir e lutar.

71 Fala de Valéria Borges no documentário realizado em 2019 pelo grupo de pesquisa Indisciplinar, ligado à pesquisa extensionista Territórios Populares (TP) e disciplina Territórios Populares II/EAD-UFMG, em que a moradora e liderança da PPL conta a história da comunidade por meio de sua luta e militância no território. Mais informações sobre o documentário nas notas de fim 39 e 40 e neste [link](#), acesse. Para mais informações sobre a investigação cartográfica no território acesse a página da PPL no [blog](#) da pesquisa TP e no [blog](#) PUB.

72 Sobre o documentário ver notas de fim 39 e 40.

73 Sobre a Escola José Diogo ver nota de fim 79.

74 Companhia de Saneamento de Minas Gerais, a COPASA é responsável pelo abastecimento de água e serviços de saneamento no estado mineiro.

75 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

76 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

77 Escola Municipal Doutor José Diogo de Almeida Magalhães foi inaugurada em 1955, após a desativação da pedreira para a passagem do bonde e seu local era uma lagoa que fazia parte da pedreira: “Existia a Pedreira, mas ia passar o bonde, então quando foi passar o bonde eles tiveram que desativar a pedreira, porque na hora de colocar as dinamites para estourar pedras era perigoso no bonde. Aqui na escola, aqui era uma lagoa, aqui era uma pedreira, então se você for aqui no fundo vai ver as pedras todas, são dinamitadas, ficaram vestígios delas, era uma lagoa onde se lavava as pedras, sabe? Então, quando começou a passar o bonde aqui na porta da escola, aí desativou a pedreira, porque quando colocavam as dinamites, espirravam as pedras no bonde, era perigoso, então desativou e virou uma grande lagoa (Márcia Moysés, representante do poder público, apud RIBEIRO et al., 2001, p.50).

78 Sobre o documentário ver notas de fim 39 e 40.

79 Em conversa com Valéria Borges durante nossas visitas à Pedreira junto às pesquisas extensionistas Territórios Populares e Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte e às extensões Geopolítica e Cidades e Urbanismo Biopolítico, ligadas ao grupo de pesquisa Indisciplinar, a liderança e moradora da PPL sempre nos falavam sobre as conquistas da favela e seu protagonismo na conquista de obras habitacionais

e urbanas em vilas e favelas da capital.

80 Sobre o workshop na PPL ver nota de fim 12.

81 Sobre o documentário ver notas de fim 39 e 40.

82 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

83 Segundo a “pesquisa da Prefeitura Municipal abordando a qualidade de vida em bairros e favelas de Belo Horizonte constatou, em 1996, que a Pedreira Prado Lopes ocupava a 78ª posição dentre oitenta e uma localidades analisadas. Com pior qualidade de vida que ela, apareceram somente três outras áreas na capital [...]” (SALLES, 2003, p.85).

84 Francisco Nascimento era morador da Vila Senhor dos Passos e líder comunitário. Ele foi o primeiro presidente da associação União Prado Lopes.

85 Indicação: o filme “Fim de Semana”, de 1976, produzido por Erminia Maricato, Elsa Kathuni, Renato Tapajós e Washington Racy aborda essa questão.

86 Os lotes vazios localizados em regiões providas de infraestrutura urbana e serviços se beneficiam por terem acesso aos investimentos públicos realizados nesses locais. Sem o monitoramento e regulamentação do solo por parte do poder público ou sendo essa regulação à favor do setor imobiliário, muitos proprietários deixam esses terrenos vazios esperando sua elevação no preço, ou seja, sem cumprirem sua função social, pois ficam sem

uso em regiões abastecidas de infraestrutura urbana, ao mesmo tempo em que há diversas famílias distantes sem acesso ao solo urbano, vivendo distantes dos centros das cidades ou sem terem onde morar.

87 As falas dos professores **Erminia Maricato** e **João Sette Whitaker** no seminário Poder Local e Democracia, realizado pela Pós Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo/UFSC, discutiram sobre esse tema.

88 A Teologia da Libertação de baseia em alguns pilares: “a libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo, uma nova leitura da Bíblia, uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, uma opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de auto-libertação (CAMILO, 2011, p.3).

89 A UTP, União dos Trabalhadores de Periferia, era uma organização municipal das favelas de Belo Horizonte. Apesar de ter sua sede dentro da Pedreira Prado Lopes, sua atuação era ampla, se relacionando às necessidades e luta de várias favelas da cidade.

90 Sobre o workshop na PPL ver nota de fim 12 e a seção 3 deste caderno.

91 Referente à fala de Robson da Costa Meira durante a caminhada pela favela em 2019.

92 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

93 Informação evidenciada por Sales (2003) a partir de um relato de um morador: “Então a Pedreira conseguiu ter uma associação, aqui foi sede de um grupo de, uma espécie de federação de comunidades [UTP], que englobava as outras comunidades. Porque além da Pedreira, (...) surgiu novos lugares de favelados (...). E preocupado com isso, fez uma espécie de federação, o nome desse senhor que cuidou disso aqui na Pedreira, é o senhor Francisco Nascimento. (...) Ele, um homem com liderança suficiente porque ele pôs na Afonso Pena, num protesto, cinco mil pessoas [...]” (SALES, 2003, p.119).

94 Diretoria da associação União Prado Lopes.

95 Mercado da Lagoinha.

96 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

97 O Setor Especial 4 (SE-4), segundo Clarice Libânio (2016), deveria: 1) ter legislação específica; 2) ser urbanizadas respeitando a tipicidade da ocupação local e 3) receber processos de regularização fundiária, cabendo ao Estado transferir para os moradores a propriedade da terra” (LIBÂNIO, 2016, p.781).

98 As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são um instrumento urbanístico presente no Estatuto da Cidade que se relaciona a um zoneamento específico, com leis e padrões urbanos próprios, destinado à habitação da população de baixa renda. Existem dois tipos de ZEIS, que segundo a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano, são: “as ZEIS Ocupadas, onde já existe assentamento de

população de baixa renda que precisa ser urbanizado e regularizado, e as ZEIS de Vazios, que são áreas vazias ou mal aproveitadas que podem ser destinadas à construção de Habitações de Interesse Social (HIS)” (Disponível em: <<https://www.capacidade.gov.br/dicionario/index/letra/z>>).

99 Informação disposta no PGE da PPL de 1997: “O perímetro em estudo, delimita-se através da poligonal do antigo SE-4 (Setor Especial 4 - Zoneamento que definia as áreas de favelas na antiga Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte - Lei 4034/85), hoje, ZEIS-1 pela Lei 7166/96” (URBEL, 1997). Atualmente o território ainda se enquadra como ZEIS-1, segundo a Lei nº 11.181/19, Plano Diretor de BH de 2019.

100 Ermínia Maricato, em “Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência, aborda: “Ausência do Estado, ou sua presença ambígua e arbitrária, ilegalidade generalizada, isolamento e segregação ambiental, tornam as áreas de exclusão social solo fértil para as “subculturas locais”, que convivem contraditoriamente com a regulação hegemônica estatal, embora seja fundamental lembrar, como fez Vanderley Guilherme dos Santos, que a fratura da sociedade brasileira não se restringe ao espaço informal, mas se estende também às instituições (GUILHERME DOS SANTOS 93)” (MARICATO, 1999, p.46).

101 Entre elas: o Movimento em Defesa do Favelado (MDF), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), a Fede-

ração Nacional dos Engenheiros e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE

102 “Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.” Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/ind.asp>. Acesso em 17 de abril de 2021.

103 Clube de Roma é um grupo formado por agentes públicos e privados detentores do poder para o debate de questões internacionais ligadas à política, economia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, desde 1968.

104 Segundo Jorge Bittar (1992), o “modo petista de governar se relaciona à: “participação popular como forma de permitir o controle do Estado pela sociedade e de contribuir para a mudança na correlação de forças entre classes dominantes e populares; a inversão de prioridades de governo, que significa assumir a dívida social e garantir o direcionamento dos principais investimentos públicos para as áreas carentes; a desprivatização do Estado, que se materializa, por exemplo, no combate à corrupção e à prática clientelista; a efetivação de

uma política de alianças que garanta sustentabilidade política para a realização dos programas de governo; por último, a politização do conflito com o capital privado.” (BITTAR, 1992, p,22).

105 As medidas controversas abordam um desenvolvimento relacionado à dependência, essencialmente para países na periferia do capitalismo, que, ao invés de reverter, reforçam o quadro da desigualdade social. Essa articulação aprofunda, portanto, a dependência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, compreendido pela confluência perversa, de Evelina Danigno (2004). Por meio do incentivo orçamentário fornecido pelos monetários internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), se dissipa a concepção do desenvolvimento global, compreendido pelas diretrizes dos Programas Habitat, ao mesmo tempo em que se reduz o papel do Estado e se incentiva o papel das empresas e organizações não-governamentais sobre decisões que tocam o planejamento e a produção urbana, bem como os direitos sociais.

106 Sobre o seminário veja a nota de fim 59.

107 “Estamos usando o termo projetos políticos num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos [...] a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (DAGNINO, 2004, p.98).

108 O OP é uma política municipal, na qual os atores da sociedade civil têm o poder de decidir sobre a destinação do orçamento da cidade. Ele surgiu em Porto Alegre durante a gestão de Olívio Dutra (PT) no ano de 1989 e foi implementado em mais de 170 cidades, entre elas brasileiras e internacionais. O OP foi uma política internacionalmente reconhecida e reproduzida após ter sido considerado uma das práticas mais bem sucedidas de gestão democrática durante o Habitat II, ocorrido em Istambul em 1996.

109 No artigo “Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático”, Leonardo Avritzer (2008) aborda sobre cada um dos desenhos de participação popular, entre eles os conselhos de políticas públicas. Os conselhos surgiram na década de 1990, assim como o OP, como resultado do capítulo da política urbana e das leis orgânicas de saúde (LOS) e assistência social (LOAS). Segundo o autor, essa partilha de poder institucional ocorre via representantes da sociedade civil e do Estado.

110 A partir do capítulo da política urbana disposto na Constituição Federal de 1988, com a posterior regulamentação dos instrumentos de regulação sobre a produção espacial urbana pelo Estatuto da Cidade em 2001, os Planos Diretores Municipais se tornaram obrigatórios para cidades com mais de 20.000 habitantes com a obrigatoriedade da participação popular na aprovação das propostas.

111 Aqui vale citar o #JÂNÃO TEVENOVABH, de Mayer (2015).

112 Com base em Gohn (2014a), Nobre (2019) aborda que os novíssimos movimentos sociais são compreendidos “por seu caráter horizontal, híbrido e por apresentarem pautas que, de forma geral, não estão mais centradas na luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários” (NOBRE, 2019, p.74).

113 Com base em Gohn (2014a), Nobre (2019) aborda que os novíssimos movimentos sociais são compreendidos “por seu caráter horizontal, híbrido e por apresentarem pautas que, de forma geral, não estão mais centradas na luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários” (NOBRE, 2019, p.74).

114 Ler em Nobre (2019) e em Rena, Porto, Ramírez & Caporalli (2018).

115 Não aprofundarei o tema sobre os coletivos urbanos, as Jornadas de Junho de 2013 ou suas consequências ainda vividas no momento contemporâneo com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a polarização e o crescimento da onda conservadora no país. Para isso ler Gohn (2019), Nobre (2019) e Rena, Porto, Ramírez & Caporalli (2018).

116 O primeiro seminário pela reforma urbana, o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), ocorreu no Rio de Janeiro em 1963.

117 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

118 O Sistema Municipal de Habitação foi criado em 1993 e a Política Municipal de Habitação Popular

em 1994.

119 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

120 Sobre o seminário veja a nota de fim 59.

121 Célio de Castro (PSB) foi prefeito de Belo Horizonte entre 1997 e 2001.

122 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

123 O posicionamento do atual governo Bolsonaro (2019- 2023) e sua atuação de desmonte do Estado e dos direitos sociais, alinhados ao profundo enraizamento do neoliberalismo no âmbito institucional e nas entidades públicas de nosso país, estão conectados ao golpe de 2016 sofrido pela ex-presidenta Dilma, que feriu profundamente nossa democracia. A partir do golpe, a soberania nacional e as políticas democráticas tão caras à nossa sociedade, conquistadas com muita luta popular, vêm sofrendo modificações que colocam o interesse privado à frente do coletivo e social. Sobre o golpe de 2016 e sua relação com o atual período de desmonte ler: *Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil*, de Natacha Rena, Maira Ramirez, Danilo Barbosa e Henrique Porto, disponível [aqui](#).

124 Informação disponível em: <<http://pac.gov.br/obra/26646>> e <<https://bitly.com/hQmkP>>. Acesso em abril de 2021.

125 Em audiência sobre o PAC na PPL, realizada em 2009 na comunidade, Francys Brandenberger, técnica

da URBEL que coordenou o processo de urbanização da PPL, comentou que os investimentos advindos com o PAC seriam para a “realização das obras de verba aproximada de R\$ 25,5 milhões, com prazo para a conclusão das obras de até 900 dias. Serão construídos, na Pedreira Prado Lopes, 17 blocos de apartamentos, com 272 unidades habitacionais”. Disponível [aqui](#). Acesso em 25 de maio de 2021.

126 Sobre a caminhada na PPL ver nota de fim 46.

127 Ver a nota de fim 2.

128 Aqui não aprofundaremos nessa análise crítica aos programas de desenvolvimento urbano realizados nos governos federais de Lula e Dilma. Indicamos o aprofundamento desse tema na tese “Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil”, de Maria Caldas (2015) e no livro “Para entender a crise urbana”, de Ermínia Maricato (2015a).

129 Ver nota de fim 71.

130 O documentário foi realizado em 2019 pelo grupo de pesquisa Indisciplinar, ligado à pesquisa extensionista Territórios Populares (TP) e disciplina Territórios Populares II/EAD-UFGM, em que a moradora e liderança da PPL conta a história da comunidade por meio de sua luta e militância no território. Assista o documentário neste [link](#). E para mais informações sobre a investigação cartográfica no território acesse a página da PPL no [blog](#) da pesquisa TP e no [blog](#) PUB.

131 Informação oral dita pelos moradores durante

o workshop sobre o OP na PPL realizado na PPL, em novembro de 2019, pela pesquisa CPPOPBH, com a participação de moradores e lideranças locais.

132 Informação disponível em: <<https://opbh.cartografia.org/2021/02/08/op-de-kalil-orcamento-participativo-perde-recursos-e-participacao-popular/>>.

133 O Jornal Fala Pedreira tem um documentário com a sua história, acesse este [link](#) para assistir.

134 Ver nota de fim 71.

135 O OriSamba é um bloco de carnaval de matriz afro-brasileira e foi criado em 2016 por moradores da Região da Lagoinha e Região Metropolitana de BH.

136 O Mestre Ricardo de Moura coordena a Associação de Resistência Cultural Afro-brasileira Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente (CCPJO).

137 O jornal está nas redes e tem um perfil no Instagram ([link](#)) e um canal no Youtube ([link](#)), acesse.

138 A situação atual do OP é tema dos artigos: OP de Kalil: Orçamento Participativo perde recursos e participação popular, Participação Social da Constituição à Cidade: o Orçamento Participativo em Belo Horizonte e Orçamento Participativo é disputado em Belo Horizonte (vol.III). Acesso em 25 de setembro de 2021.

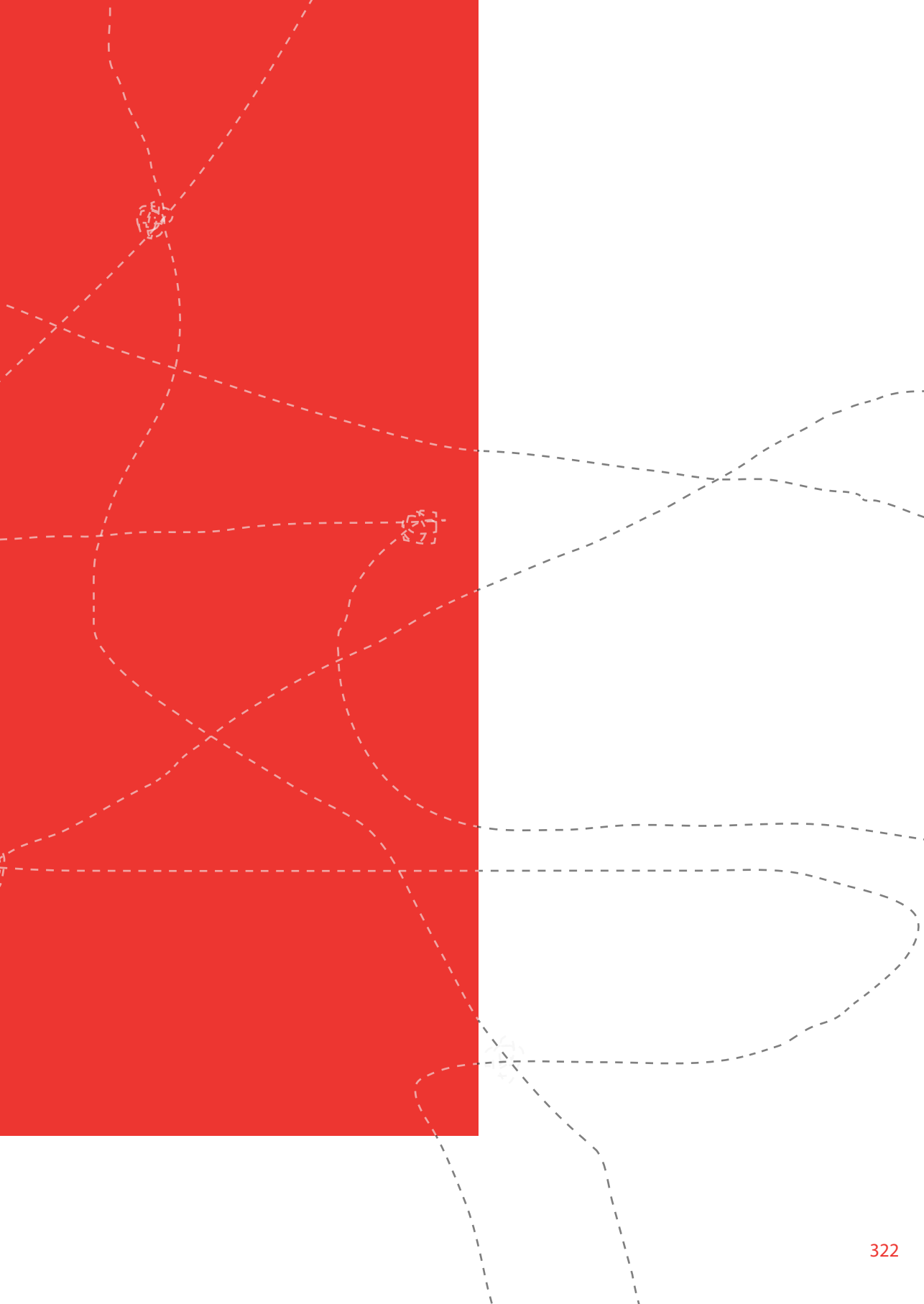
140 Informação oral durante o III Fórum Nacional

do BrCidades, na mesa temática 30 - Encontro da sociedade pelo direito a cidade: um convite a participação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0FQ7qy_dJVI>. Acesso em 25 de outubro de 2021.



11.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles Latino-Americanas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p. 25-54, 2007.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias Sociais e Território—um diálogo latino americano. Cartografia Social, terra e território. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, p. 15-40, 2013.

ALVES, Rubem. A pipoca. _____. O amor que acende a lua. Campinas: Papirus, p. 59-64, 1999.

AMARAL, Deivison Gonçalves. Regulamentação da ocupação urbana e as campanhas dos trabalhadores por habitação em Belo Horizonte. (1912-1930). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300644047_ARQUIVO_Comunicacao2.pdf>. Acesso em: 02 de out 2021.

ANTONUCCI, Denise; KATO, Volia Regina Costa; ZIONI, Silvana ; ALVIM, Angélica Benatti. UN-Habitat: 3 décadas de atuação. Arqtextos, São Paulo, ano 09, n. 107.01, Vitruvius, abr. 2009. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.107/56>>. Acesso em abril de 2021.

ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos, Petrópolis, Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

ARAÚJO, Guilherme Maciel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Historiografia moderna e preservação: o caso do conjunto IAPI em Belo Horizonte (MG)**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. Journal of the American Institute of planners, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

ARROYO, Michele Abreu. A diversidade cultural na cidade contemporânea: o reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como patrimônio cultural. **Belo Horizonte**, 2010.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião pública, v. 14, p. 43-64, 2008.

_____. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, v. 18, p. 383-398, 2012.

BEDÊ, M. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório do Prefeito Juscelino Kubitschek. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1940. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1940-1941-Juscelino-Kubitschek-de-Oliveira_0.pdf>. Acesso em junho de 2021.

_____. Prefeitura Municipal. URBEL. Plano global específico Vila Pedreira Prado Lopes: levantamento de dados. Belo Horizonte: URBEL, 1997.

_____. VILA VIVA. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>. Acesso em: 15 out. 2021.

BENOIT, Lelita Oliveira. Arquitetura e luta de classes: uma entrevista com Sérgio Ferro. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 15, p. 140-150, 2002.

BITENCOURT, Gabriela Campelo Aragão. Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 331. 2020.

BITTAR, J. O modo petista de governar. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Diretório Regional de São Paulo, 1992. 324p. (Cadernos de Teoria & Debate).

BONDUKI, Nabil Georges (Ed.). A luta pela reforma urbana no Brasil: Do seminário de habitação e reforma urbana ao Plano Diretor de São Paulo. Casa de Cidade edições, 2017.

BRANDENBERGER, Francys. Plano Global específico: um instrumento de planejamento urbano em assentamentos subnormais. *Anais do Seminário de Avaliação de Projetos IPT*. São Paulo, IPT/Finep-Habitare, p. 157-162, 2002.

BRASIL, Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 18.ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017.

BRITTO, FABIANA DULTRA. A extensão universitária em tempos de crise. In: D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João.(Org.). Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional. 1ed. São Paulo: FAUUSP, 2017, v. 1, p. 26-36., 2017.

BRITO, Michele; SÁ, Ana Isabel de; BORGES, Jéssica; RENA, Natacha. IndAtlas - Technopolitic platform for urban investigation. In: XXII CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE IBEROAMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL, 2018, São Carlos. Blucher Design Proceedings. São Paulo: Editora Blucher, 2018. p. 1012.

CABANNES, Yves; LIPIETZ, Barbara. Revisiting the democratic promise of participatory budgeting in light of competing political, good governance and technocratic logics. Environment and Urbanization, v. 30, n. 1, p. 67-84, 2018.

CALDAS, Maria Fernandes. Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil [manuscrito] / Maria Fernandes Caldas. 2015, 271f. Disponível <<http://hdl.handle.net/1843/MMMD-A-86J5X>>. Acesso em 20 de junho de 2021.

CAMILO, R. A. L. A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; ARAÚJO, Guilherme Maciel. Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários-IAPI. Arquiteturarevista, v. 5, n. 1, p. 38-54, 2009.

CAU/BR. Pesquisa inédita: Percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo. 2015. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/contratacao-de-arquitetos-e-urbanistas/>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

COLETIVO CAETÉS; FAU SOCIAL; GRUPO DE CONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA FAU. A Extensão na FAUUSP. In: D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João.(Org.). Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional. 1ed. São Paulo: FAUUSP, 2017, v. 1, p. 95-111., 2017.

CONTI, Alfio. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de

1980 e 1990 e o “Plano Global Específico”. Cadernos de arquitetura e urbanismo, v. 11, n. 12, 2004.

COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes. Lugar, o absurdo da liberdade. Revista Vitruvius. Ano 4, fevereiro, 2004. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/610>>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

CPPOPBH (Belo Horizonte). Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte. 2019. Disponível em: <https://opbh.cartografia.org/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DAGNINO, Evelina. Sociedad civil, participación e ciudadanía: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004a.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa in: Revista Política e Sociedade. Revista Política & Sociedade, Florianópolis (SC) Brasil, 2004b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. Mil Platôs. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DE AZEVEDO, Sérgio; GUIA, Virginia Rennó. O orçamento participativo como política pública: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte. Caderno CRH, v. 14, n. 35, 2001.

DE MELO, Marcus André BC. Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura, 1979-1988. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 2, n. 1, 1989.

DE NEGREIROS, Dayara Araújo et al. O SUCATEAMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: OS REFLEXOS PARA A PESQUISA CIENTÍFICA NO ICSEZ/UFAM. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DE PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces-Revista de Extensão da UFMG, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

D’OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. Os territórios da extensão universitária. In: _____; _____ (Orgs.). Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional. 1. ed. São Paulo: FAU-USP e ANPUR, 2017. p. 14-24.

ESTATUTO, DA CIDADE. Conhecendo o Estatuto da Cidade. In: Fase/Forum Nacional de Reforma Urbana/ Caixa Econômica Federal, s/d. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/CO-NHECENDO_ESTATUTO.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2021.

FERRARI, J. M. de L. Bairro Concórdia em Belo Horizonte: entrave ou oportunidade à idade-negócio?. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2009

FERREIRA, J. S. W. Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. Va Conferência das Cidades, Câmara Federal, 2003.

_____. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, v. 1, 2005.

FORPROEX, BRASIL. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM: Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Segurança, território e população. 2008.

_____. Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Comunicação ou extensão. Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira, v. 10, 1992.

FREIRE, Silene de Moraes, 2008. Extensão universitária e direitos humanos: desafios na contemporaneidade. Revista Extensão em Foco, Curitiba: UDPF, n. 2, p. 133-142, jul./dez. 2008.

FUINI, Lucas Labigalini. Território e poder em Michel Foucault: propondo um dialogo com a Geografia/Territory and power in Michel Foucault: Proposed a dialogue with geography. Geografares, n. 27, p. 63-84, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Editora Vozes, 2019a.

_____. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. Caderno CRH, v. 32, p. 63-81, 2019b

GUATTARI, F. Caosmose: um paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado)- Instituto de Ciências Humanas, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios. In.: XVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, 1992. Grupo de Trabalho Estudos Urbanos, Representações e Políticas Públicas. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/16-encontro-anual-da-anpocs/gt-16/gt23-13/7226-bereniceguimaraes-favelas/file>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

INSTITUTO Pólis. **20 anos do estatuto da cidade:** entrevista com Raquel Rolnik. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/20-anos-do-estatuto-da-cidade-entrevista-com-raquel-rolnik/>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

JACQUES, Paola Berenstein; LOPES, D. A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. Suspended spaces. Sistema Solar, v. 4, p. 52-77, 2018.

JÚNIOR, N. S.; UZZO, K. A trajetória da reforma urbana no Brasil. urbano, v. 27, p. 04, 2015.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. Fractal: Revista de Psicologia, v. 25, p. 263-280, 2013.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei. O golpe de 2016 e a educação no Brasil. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*, Paris, Ed anthropos, 1974.

LESSA, C. A. DAIN, S. Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1998.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. *Cadernos Metrôpole*, v. 18, n. 37, p. 765-784, 2016.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. *V!RUS*, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&i-tem=6&lang=pt>>. Acesso em: 25 Jul. 2021.

MARGINONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. Boitempo Editorial, 2017.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. ja/ dez. 1997, p. 113-130, 1997.

_____. Metrôpole na periferia do capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência. *Capital & Class*, v. 23, n. 3, p. 182-185, 1999.

_____. Planejamento urbano no Brasil: as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. ARANTES, Otilia B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos*, Petrópolis, Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal. **Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: Arte**, p. 78-96, 2003.

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal. in: CASTRIOTA, L.B. (org.) *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: editora Arte, p. 78-96, 2003.

_____. *Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades*. São Paulo: FAU-USP, 2005.

_____. QUESTÃO URBANA, MORADIA E GESTÃO DAS CIDADES: revisitando o projeto da reforma urbana de interesse popular. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.12, n. 2, p 113-117, jul/dez. 2008.

_____. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, Ermínia. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015a.

_____. Para entender a crise urbana. CaderNAU, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015b.

_____. O impasse da política urbana no Brasil. Editora Vozes Limitada, 2017.

_____. O papel social da arquitetura: entrevista com Ermínia Maricato. [Entrevista concedida a Alessandra Soares; Artur Maia; Pedro Rossi]. Vitruvius, São Paulo, ano 20, n. 078.01, Vitruvius, maio 2019 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>>.

MASSIMETTI, Flávia Tadim et al. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA, SOCIAL E POLÍTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA. In: VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2020.

_____. O comum no horizonte da metrópole biopolítica. Belo Horizonte: Coleção Npgau, 2020a. 302 p.

MAYER, Joviano. De pé na encruzilhada: por uma cartografia contra-colonialista.. 2020. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais (Ufmg), Belo Horizonte, 2020b.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de re-democratização do Estado. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 27, n. 2, 2011.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer et al. A Lei de Assistência Técnica em implementação: modalidades de atuação. UIA 2021 RIO: 27th World Congress of Architects.

MELLO, Flávia Caldeira; DA COSTA, Geraldo Magela. O alcance sanitário da urbanização de favelas em Belo Horizonte. Anais, p. 1-20, 2016.

MIRANDA, J. T. ; RENA, N. . DESEJA.CA: arquitetura, artesanias e tecnologia social no Jardim Canadá. 1. ed. Belo Horizonte: Fluxus, 2016. v. 1. 432p .Disponível em: <https://files.indlab.net/producao-ind/livros/Programa_DESEJACA.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

MORENO, V. (2020). Entrevista com Vinícius Moreno. *Indisciplinar*, 6(2), 32–53. <https://doi.org/10.35699/2525-3263.2020.27074>

MOURA, Patrícia Fabiana. Da favela ao residencial: reassentamentos populares e modos de vida. *Coletânea de Trabalhos Vencedores do Prêmio Silvia Lane Abep*.(3), v. 67, 2010. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/PATRICIA-F-MOURA.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2021.

NASCIMENTO, A. et al. As tessituras da memória e a construção imaginária do espaço: história oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes. *O Essencial da Arquitetura e Urbanismo*, v. 2, p. 257-271, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. O nascimento da tragédia: ou Helenismo e Pessimismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NOBRE, Maíra R. LEVANTES URBANOS: O ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. 2019.

OLDONI, Sirlei Maria; DRUM, Adrika Naline. O ARQUITETO E URBANISTA COMO AGENTE TRANSFORMADOR DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO. *Revista Thêma et Scientia*, v. 10, n. 2E, p. 355-371, 2020.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de et al. Estatuto da cidade: para compreender. Rio de Janeiro: Ibam/Duma, p. 64, 2001. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/estatuto_cidade_compreender.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

OLIVEIRA, S.; BITTENCOURT, G.; NASSER, C.; RENA, N. Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes. *Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 60-89, jun. 2019. Disponível em: <<https://files.indlab.net/editorial/revista08/r08.pdf>>. Acesso em 26 de março de 2021.

OLIVEIRA, S.; CHAGAS, Anderson. Planejamento urbano e participação popular: Pedreira Prado Lopes na vanguarda de políticas urbanas em vilas e favelas. *Indisciplinar*, v. 6, n. 1, p. 192-233, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26327/23172>>. Acesso em 20 de

março de 2021.

PASSOS, Alexandra Nascimento. Novos cenários, antigas reivindicações: associações de moradores da Pedreira Prado Lopes no contexto dos programas de urbanização em Belo Horizonte (Dossiê: As Dinâmicas do Patrimônio Cultural da Materialidade a Imaterialidade). e-hum, v. 12, n. 2, p. 112-123, 2019.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, 2009.

PORTO, Henrique; OLIVEIRA, Mariana Rezende; SILVA, Philippe. PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA CONSTITUIÇÃO À CIDADE:: o orçamento participativo em belo horizonte. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM BELO HORIZONTE. 2020. Disponível em: <https://opbh.cartografia.org/2020/11/05/participacao-social-da-constituicao-a-cidade-o-orcamento-participativo-em-belo-horizonte/>. Acesso em: 10 out. 2021.

PORTO, Henrique; BARCELLOS, Gisela; RENA, Natacha. OP DE KALIL:: orçamento participativo perde recursos e participação popular. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PERDE RECURSOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR. 2021. Disponível em: <https://opbh.cartografia.org/2021/02/08/op-de-kalil-orcamento-participativo-perde-recursos-e-participacao-popular/>. Acesso em: 10 out. 2021.

POZZANA, L. E KASTRUP, V. (2009) Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E., Kastrup, V. e Escóssia, L. (Orgs) Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. V. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009.p. 52-75.

PUCCI, Bruno. A indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão. Impulso, Piracicaba, p. 33-42, 1991. ANTUNES, Ângela Biz; GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto. Reinventar a universidade a partir da extensão universitária. In: GADOTTI, Moacir; CARNOY, Martin (Orgs.). Reinventando Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire. Lemann Center / Stanford Graduate School of Education, 2018. p. 209-227.

RAMIREZ, Maíra; SCHOENELL, Ana Luísa; PORTO, Henrique. CARTOGRAFIA DAS CONTROVÉRSIAS: UMA LEITURA TRANSESCALAR.. In: 3º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. Anais...Belo Horizonte(MG) Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/urbbio2019/177119-CARTOGRAFIA-DAS-CONTROVERSIAS--UMA-LEITURA-TRANSESCALAR>> . Acesso em: 23/08/2021.

REGIS, Christiane Andrade; FREITAS, Katia Siqueira de. Extensão universitária: desafios sociais e formativos.

In: SILVA, Américo Junior Nunes; SOUZA, Ilvanete dos Santos de; LIMA, Reinaldo Feio (Org.). Educação a Apropriação e a Reconstrução do Conhecimento Científico 3. 1ed. Ponta Grossa, PR. Atena, 2020. p.1-10.

RENA, Natacha. Programas e Projetos de Extensão da Escola de Arquitetura. In: CORRÊA, Glaucinei Rodrigues (org.). Catadores de Sonhos: design em projetos de extensão. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2018.

RENA, N.; PORTO, H.; RAMÍREZ, M.; CAPORALLI, D. Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. *Indisciplinar*, v. 4, n. 2, p. 210-243, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/33437>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

RENA, N.; SÁ, A.; BRANDÃO, M.; FRANZONI, J. Grupo de pesquisa Indisciplinar: Método, ativismo e tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos. *Contested Cities*. 2016. < <http://contested-cities.net/working-papers/2016/grupo-de-pesquisa-indisciplinar-metodo-ativismo-e-tecnopolitica-na-defesa-dos-bens-comuns-urbanos/>.>

RIBEIRO, Núbia B.; SOUKI, Âmar; DE ALMEIDA, Bruno A.; BITTENCOURT, Denise O. dos S.; AMARAL, Marco A. M.; DE ABREU, Primo L. T. Becos da Memória, Desenhos da Cidadania: Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte / Pró-reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, 2001.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. 2006. 384p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280107>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROLNIK, Raquel et al. Vamos mudar nossas cidades? Sim!. 2002. Disponível em: <<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/960.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2021.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A Cartografia e a Relação Pesquisa e Vida. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.

ROMÃO, Wagner de Melo. Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 219-244, 2011.

SÁ, Ana Isabel et al.. Cartografias emergentes da cultura. In: RENA, Alemar; RENA, Natacha (org.). *Design e Política*. Belo Horizonte: Fluxos, 2014. p. 169-184.

SÁ, Ana Isabel Junho Anastasia de. Orçamentos participativos, cidadania e geoinformação: potencialidades e diretrizes metodológicas a partir da experiência de belo horizonte. 2021. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38308>. Acesso em: 20 set. 2021.

SALES, Mara Marçal. A favela é um negócio a ferver: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

SANTOS, Boaventura. A difícil democracia. Reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP Espaço E Tempo (Online), v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.

SILVA, Carmen S. Miranda. Programas habitacionais para famílias de baixa renda: o caso do programa Socorro Social: efetivação de um direito ou clientelismo?. 2007.

SILVA, Lisandra M. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

_____. Pesquisa Territórios Populares e projeto de extensão Plataforma de Urbanismo Biopolítico - Região da Lagoinha: depoimento [07 de maio, 2019]. Belo Horizonte: UFMG, 2019. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares e ao Projeto de Extensão Plataforma de Urbanismo Biopolítico do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar da UFMG. <<https://wiki.indisciplinar.com/download/008.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

SILVEIRA, Danielle Costa et al. A Implantação do Programa Vila Viva em áreas de Belo Horizonte: uma análise documental. 2015. Tese de Doutorado.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Para que serve o orçamento participativo? Disparidade de expectativas e disputa ideológica em torno de uma proposta em ascensão. Cadernos IPPUR, v. 14, n. 2, p. 123-142, 2002.

TERRITÓRIOS POPULARES (Belo Horizonte). Territórios populares. 2019. Disponível em: <http://territorios-populares.indisciplinar.com/>. Acesso em: 10 ago. 2021.



CADERNO CARTOGRÁFICO NA PEDREIRA PRADO LOPES:

URBANIZAÇÃO DE FAVELA E
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
ENTRELAÇADAS PELA CARTOGRAFIA

TCC UFSC, ARQ E URB
SUSAN OLIVEIRA, GRADUANDA
MARINA TONELI, ORIENTADORA
NATACHA RENA, CO-ORIENTADORA

